

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 083

SÁBADO, 17 DE MAIO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 61ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE MAIO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Nº 170/97, de 14 do corrente, referente ao Requerimento nº 109, de 1997, de informações, do Senador Ernandes Amorim. 09830

1.2.2 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996, de autoria do Senador Freitas Neto e outros Senadores, que altera a lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e dá outras providências. 09830

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin, que acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que estabelece normas para microempresas – ME, e empresas de pequeno porte – EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal), e dá outras providências... 09833

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos. 09855

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996, de autoria do Senador Lúdio Coelho, que dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências. 09858

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. 09861

1.2.3 – Ofícios

Nº 2/97-CI, de 7 do corrente, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, comunicando a aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências..... 09864

Nº 20/97-CAS, de 7 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996, que dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências..... 09864

Nº 20/97-CAE, de 6 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências..... 09864

Nº 22/97-CAE, de 6 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos. 09864

Nº 23/97-CAE, de 6 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin, que acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que estabelece normas para as microempresas – ME, e empresas de pequeno porte – EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição da República) e dá outras providências. 09864

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 34, 150, 207, 219 e 237, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 09864

1.2.5 – Requerimentos

Nº 346, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento as informações que menciona..... 09864

Nº 347, de 1997, de autoria do Senador Lauro Campos, solicitando o comparecimento do Ministro das Comunicações para prestar, perante

o Plenário do Senado, esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa, referentes à existência de um esquema de compra de votos, em favor da aprovação da proposta de emenda à Constituição que versa sobre reeleição de ocupantes de cargos do Poder Executivo.

09865

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Recurso nº 2, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, continue a sua tramitação. **Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao projeto.**.....

09866

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR LAURO CAMPOS – *Considerações sobre as denúncias que envolvem o Ministro Sérgio Motta e alguns deputados federais. Importância da investigação dos fatos por meio de uma CPI. Desqualificação das denúncias pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que alegou ser tudo uma onda da oposição. Tentativas de desmoralização do Legislativo e do Judiciário. Apresentação de requerimento à Mesa, convocando o Ministério Sérgio Motta ao Senado.*.....

09866

SENADOR JOSÉ BIANCO – Estarrecimento de S. Ex.^a com as diversas ocorrências no Estado de Rondônia, dando conta da corrupção no âmbito da administração do Governo Valdir Raupp. Vislumbre da possibilidade de uma crise institucional sem precedentes na história de Rondônia. Reiterando apelo ao governador do Estado para que envide esforços na busca de um clima de normalidade e tranquilidade entre os poderes e instituições, fazendo prevalecer a conciliação, sob pena de levar todo o povo rondoniense a correr o sério risco de trilhar caminhos imprevisíveis.

09869

SENADOR BERNARDO CABRAL – Manchetes do jornal **O Globo** dos dias 14 e 15 do corrente, sob os títulos: Novo laudo reforça tese de que Zuzu Angel foi assassinada e Relatório prova que Zuzu era perseguida, respectivamente, tema objeto de pronunciamento de S. Exa. no dia 6 de novembro de 1996.....

09870

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Ponderações recentes de S. Ex.^a a respeito do sistema penitenciário brasileiro. Violência nos grandes centros urbanos, causada pelo ciclo migratório; os cinturões de pobreza e a vida subumana dos habitantes das periferias, dos morros e das favelas; a fome, a miséria e o desemprego. O problema penitenciário como tema da Campanha da Fraternidade de 1997 da CNBB. Interiorização do desenvolvimento como a solução para a fixação do homem ao

campo. Saudando o Presidente da República, pelo programa Brasil em Ação, que poderá ser o ponto de partida para a conquista do interior. Vantagens da implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia. Expectativas do Estado do Pará com a conclusão das eclusas de Tucuruí.

09879

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Lamentando as afirmações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que as denúncias do jornal **Folha de S.Paulo** sobre a compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, constituem-se numa onda da oposição. Pesquisa realizada pelo **Datafolha**, em que mostra o desejo da maioria de brasileiros de que seja interrompida a tramitação da emenda da reeleição.

09881

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Necessidade de se dar continuidade aos trabalhos legislativos concernentes à tramitação da emenda da reeleição, durante o processo de investigação da Comissão de Sindicância, que apura os graves episódios da compra de votos para aprovação da emenda.

09882

SENADORA MARINA SILVA – Reflexão do jornal **Folha de S.Paulo** sobre a venda de votos na aprovação da emenda da reeleição, na Câmara dos Deputados. Defesa da instalação da CPI para esclarecimento do episódio de corrupção envolvendo membros da Câmara dos Deputados e outras autoridades.

09883

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Dificuldades por que passa a economia do Estado de Alagoas e, em especial, a região de Batalha. Apelo ao Ministro da Agricultura, Sr. Arlindo Porto, para que interfira no sentido de obter do Banco do Brasil o refinanciamento das dívidas dos produtores rurais da região de Batalha.

09888

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentando declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, classificando de onda da oposição a tentativa de adiamento da apreciação da emenda da reeleição, até que sejam apurados os fatos. Estranheza com relação à atitude do Ministro Sérgio Motta, de não ter, de pronto, comparecido à Comissão de Sindicância, que apura a venda de votos na aprovação da emenda da reeleição.

09889

1.2.8 – Offícios

S/nº, de 15 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Temporária destinada a analisar a programação de rádio e TV no País.

09893

S/nº, de 15 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Temporária destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

09893

S/nº, de 15 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de substituição de membro

na Comissão Temporária destinada a estudar a reforma político-partidária.....

09893

S/nº, de 15 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil.

09893

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 288, de 1997, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 262, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 14 de maio do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, em atendimento à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil. (Diversos nº 27, de 1997).

09893

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 58, de 1997, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.

09894

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Busca de soluções para o fim das desigualdades regionais no País.

09894

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Retificando tópico de seu discurso proferido nesta sessão. Encaminhando correspondência ao Ministro do Exército, Sr. Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, juntamente com cartas que S.Ex.ª recebeu do jornalista Henrique Polonsky, em que ele observa ter sido um dos proponentes, senão o primeiro, da mudança do nome do antigo Ministério da Guerra para Ministério do Exército.

09895

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentando a decisão do Ministro da Educação e do Desporto, que resultou na implantação do Exame Nacional dos Cursos, popularizado pelo nome de provão.

09896

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Êxito do processo de privatização que deriva do pressupos-

to da maior eficiência da empresa privada. Preocupação com os cortes de luz no Rio de Janeiro, nas áreas sob a responsabilidade da Light, que está sendo acusada de erros em alguns passos iniciais, após a sua privatização. Constituição de uma comissão especial na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para apurar a razão de tantos apagões e para fiscalizar a rígida execução dos compromissos firmados.

09898

SENADOR EDISON LOBÃO – XXX Prêmio Colunista concedida ao **Correio Braziliense**.

09898

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 58ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 13 de maio de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

09900

Ata da 59ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 14 de maio de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

09901

3 – ATAS DE COMISSÕES

8ª e 9ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 29 de abril e 6 de maio de 1997, respectivamente.

09903

23ª e 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizadas em 29 de abril e 6 de maio de 1997.

09931

4 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 24, de 1997.

09975

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 171, de 1997.

09975

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nºs 1.345 a 1.358, de 1997.

09975

Apostilas referentes às aposentadorias dos Servidores Valberto de Azevedo Dantas, Paulo Roberto de Oliveira e da Servidora Magna Regina Mohn França.

09978

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 61ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo e Carlos Patrocínio

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Nº 170/97, de 14 do corrente, referente ao Requerimento nº 109, de 1997, de informações, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

PARECERES

PARECERES NºS 234 E 235, DE 1997

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996, de autoria do Senador Freitas Neto e outros, que "altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e dá outras providências".

PARECER Nº 234, DE 1997

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador SÉRGIO MACHADO

Sob análise desta Comissão, o projeto mencionado na epígrafe, subscrito pelos nobres Senadores FREITAS NETO, EDISON LOBÃO, HUGO NAPOLEÃO, EPITÁCIO CAFETEIRA, LUCÍDIO PORTELLA e BELLO PARGA, objetivando alterar vários dispositivos da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a fim de ampliar a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, nela incluindo o Vale do Parnaíba, nos Estados do Piauí e do Maranhão.

Nos termos da proposição, deverão não apenas ser substituídas, em todo o texto da referida Lei nº 6.088, as expressões "Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco" e "Codevasf" por "Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba", como também alterados, especificamente, os artigos 1º, 2º, 4º e 5º da mesma Lei, tudo com o objetivo de adaptá-la aos novos mistérios decorrentes da projetada inclusão do Vale do Parnaíba.

II

Justificando a iniciativa, consignam os nobres parlamentares supra nominados, inicialmente, que, não obstante o quadro de pobreza em que se debate o Vale do Parnaíba já tenha sido examinado pela SUDENE, onde foi objeto, inclusive, do **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba – PRODEPAR**, poucos resultados têm obtido os Governos dos Estados do Maranhão e do Piauí em suas ações buscando a valorização da área, tornando-se, assim, "cada vez mais necessária a ação do Governo Federal, não apenas na aplicação de recursos próprios, mas também na coordenação de um esforço para carrear recursos do setor privado".

Em seguida, após deplorar "a falta de uma entidade governamental em condições de conduzir a valorização do Vale do Parnaíba", enfatizam que "nem o Maranhão, nem o Piauí dispõem de uma entidade voltada especificamente para o seu desenvolvimento, assim como não contam com qualquer órgão federal sediado em seu território".

E concluem, in verbis:

"Há tempos almeja-se a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Parnaíba. A situação atual das finanças públicas, porém, não recomenda a criação de um novo órgão, por mais necessário que seja e por mais relevantes que se tornem seus objetivos. Optamos assim por uma solução que não trará qualquer ônus.

Nos termos da presente lei, aproveita-se uma estrutura já existente, a da Codevasf, atribuindo-lhe apenas uma função a mais. Prevê-se a criação de uma coordenadoria especial, atribuindo-lhe especificamente a função de conduzir as ações dirigidas ao Vale do Parnaíba. Não será necessário contratar um funcionário sequer, aproveitando-se os quadros já existentes.

A experiência da Codevasf torna-se essencial para que se atinja o objetivo de desenvolver o Nordeste Ocidental. Um exemplo de como será valiosa essa experiência estaria nos projetos de irrigação em andamento no Vale do Parnaíba. Dois deles, o dos taboleiros litorâneos, em Parnaíba, e o dos platôs de Guadalupe, às margens de Boa Esperança, estão para ser concluídos pelo DNOCS. Um terceiro, em Piracuruca, conta já com barragem concluída, faltando apenas implementar projetos de irrigação, a cargo da Secretaria de Recursos Hídricos. No Maranhão, contam-se com projetos semelhantes, como o de São Bernardo. Todos eles, para cumprirem seus objetivos, deverão contar com a mobilização da iniciativa privada. A Codevasf conta com notáveis realizações nessa área, sendo por todas as razões desejável que as estendesse a outros pontos da região."

III

Não foram oferecidas emendas à proposição, no prazo regimental.

Conforme despacho da Mesa, exarado a fls. 01 da folha de tramitação, a matéria deve ser apreciada por esta Comissão e pela douta Comissão de Infra-Estrutura, "cabendo a esta última a competência terminativa". Nos termos regimentais, portanto, importa-nos examiná-la apenas quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade (RI, art. 101, I).

Embora nada vejamos a objetar com relação aos dois últimos aspectos suso mencionados, impende consignar que, sob o prisma da

constitucionalidade, a proposição enfrenta óbice claramente estabelecido no art. 61, § 1º, II, "e", da Constituição Federal, que reserva à **iniciativa privativa** do Presidente da República a apresentação de projetos que disponham sobre "criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública".

O referido óbice, porém, como é do amplo conhecimento desta Comissão, há muito tempo vem sendo mitigado em seu rigor através da formulação, nesses casos, de iniciativas de cunho meramente autorizativo. Ilustrativa dessa assertiva, aliás, é a própria lei que ora se intenta alterar (Lei nº 6.088/74), originária de projeto autorizativo da criação da CODEVASF, sancionado pelo então Presidente Ernesto Geisel.

Basta-nos, em suma, reformular o texto original, conferindo idêntica natureza à proposição em exame, sem prejuízo ainda de alguns oportunos aprimoramentos de técnica legislativa que a espécie, inegavelmente, está a necessitar.

Quanto à criação de uma coordenadoria voltada exclusivamente para as ações dirigidas ao Vale do Parnaíba, parece-nos incorreto inclui-la na autorização legal que aqui se projeta, pois a estrutura administrativa da CODEVASF está definida em seu próprio Estatuto, que é matéria aprovada por decreto do Presidente da República.

IV

Diante do acima exposto, manifestamo-nos pela aprovação da matéria, na forma da seguinte

Emenda nº 01- CCJ

"PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34 (Substitutivo), DE 1996

Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, passando os dispositivos abaixo especificados da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A CODEVASF terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação."

"Art. 4º A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agro-industriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agro-industriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar, executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação de canais primários ou secundários e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

§ 1º

§ 2º

"Art. 9º

I -

II -

III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, indicando desde logo os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas na presente Lei;

IV -

V -

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à adaptação do Estatuto da CODEVASF às alterações decorrentes da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, em 16 de outubro de 1996.

(Assinaturas)
 Eício Alvares, Silva Junior, Ramez Tebet, Sérgio Machado (Relator), Henrique Loyola, Freitas Neto, Edison Lobão, José Eduardo Dutra, Sandra Guidi, Josaphat Marinho, Bernardo Cabral, Antônio C. Valadares, Lúcio Alcântara.

PARECER Nº 235, DE 1997
 (Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

RELATOR: Senador WALDECK ORNELAS

I. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei nº 34/96, de autoria dos nobres senadores Freitas Neto, Edison Lobão, Hugo Napoleão, Epitácio Cafeteira, Lucidio Portella e Bello Parga, representando a integralidade das bancadas dos Estados do Piauí e Maranhão, propondo alteração na Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.

O PLS sob exame propõe a modificação dos arts. 1º, 2º e 4º da lei acima referida, estabelecendo que a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF seja ampliada para incluir, também, os estados do Piauí e Maranhão, integrantes da bacia do Rio Parnaíba, e passe a denominar-se Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF.

Para tanto, a proposição dispõe, ainda, sobre os objetivos da CODEVASF e sua atuação em conjunto com a SUDENE, nas áreas de atuação coincidentes, podendo exercer as funções de fiscalização e administração racional dos recursos da água e do solo.

Estabelece, por fim o PLS que deverá ser instalada no âmbito da CODEVASF uma coordenadoria específica para concentrar o planejamento e a execução das ações destinadas ao Vale do Parnaíba.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Nos termos da alínea "a", art. 49, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão posicionar-se, em caráter terminativo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 34/96.

Trata-se de proposta das mais oportunas. A região Nordeste é sobejamente conhecida pelas suas deficiências, particularmente, quanto à disponibilidade hídrica e de solos adequados à agricultura. O recurso à irrigação, como forma de maximizar e modernizar o uso da água dos rios da região, vem se constituindo uma alternativa de sucesso, atestada pelo florescimento da fruticultura e cultura de grãos em franco crescimento no Vale do São Francisco.

A ação da CODEVASF, nesse caso, tem sido fundamental, seja na implantação de projetos de grande importância para a região, seja no desenvolvimento de técnicas de cultivo e carreamento de recursos externos. Mercê, em grande parte, da atuação dessa empresa pública, o Vale do São Francisco desponta, hoje, como área promissora para investimentos, que certamente elevarão a qualidade de vida da população local e o próprio desenvolvimento da região.

O Vale do Parnaíba, como bem destacam os autores em sua justificção, já há muito vem sendo apontado em estudos técnicos como área de grande potencial agrícola, tendo sido, inclusive, objeto da elaboração de programa governamental específico – o Programa de Ação para Desenvolvimento do Vale do Parnaíba – PRODEPAR, que precisa ser implementado, situado em uma das áreas mais pobres da carente região nordestina.

A ampliação da área de influência da CODEVASF e o aproveitamento de sua experiência afigura-se, portanto, proposição das mais justas, racionais e oportunas, evitando-se, ademais, a criação de uma outra entidade pública. Reafirma-se com essa iniciativa, não apenas a necessidade de apoio do poder público às regiões mais deprimidas do País, como também a importância de desenvolver o potencial ainda inexplorado de áreas do Nordeste, mediante uma ação direcionada para as regiões mais promissoras.

Quando do exame do PLS nº 34/96 na Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre relator apresentou substitutivo mantendo intactos seus objetivos, porém aperfeiçoando a técnica legislativa da proposição e retirando o dispositivo que previa a criação, no âmbito da CODEVASF de uma coordenadoria específica para o Vale do Parnaíba, por entender que essa matéria deve ser objeto de decreto do Poder Executivo.

Concordamos com o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e com os termos do substitutivo nela aprovado. Assim, votamos favoravelmente à aprovação do PLS nº 34/96, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, considerando a matéria de relevante importância para o desenvolvimento do Nordeste.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 1996

Sen. Freitas Neto
Sen. José Agripino
Sen. Waldeck Ornelas
Sen. Joel de Hollanda
Sen. Mauro Miranda
Sen. Carlos Patrocínio
Sen. Fernando Bezerra
Sen. Elcio Alvares

Presidente
Relator

Sen. Gerson Camata
Sen. Onofre Quinan

Sen. Wilson Kleinubing

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 034 DE 1996

| PMDB | | | | | |
|--------------------|---|---|--------------------|---|---|
| TITULARES | S | N | SUPLENTE | S | N |
| 1-NABOR JUNIOR | X | | 1-ROBERTO REQUIÃO | | |
| 2-MAURO MIRANDA | X | | 2-NEY SUASSUNA | X | |
| 3-ONOFRE QUINAN | X | | 3-GILBERTO MIRANDA | | |
| 4-GERSON CAMATA | X | | 4-CARLOS BEZERRA | | |
| 5-FERNANDO BEZERRA | X | | 5-VAGO | | |
| 6-MARLUCE PINTO | | | 6-VAGO | | |
| 7-VAGO | | | 7-VAGO | | |

| PFL | | | | | |
|---------------------|-----|--|----------------------|---|--|
| 1-FREITAS NETO | ABS | | 1-CARLOS PATRICINIO | X | |
| 2-JOSÉ AGRIPINO | | | 2-JOSAPHAT MARINHO | | |
| 3-ROMERO JUCA | | | 3-JONAS PINHEIRO | | |
| 4-VILSON KLEINUBING | X | | 4-GUILHERME PALMEIRA | | |
| 5-ÉLCIO ALVARES | X | | 5-WALDECK ORNELAS | X | |
| 6-JOEL DE HOLLANDA | X | | 6-JOSÉ ALVES | | |

| PSDB | | | | | |
|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| 1-JOSÉ IGNACIO | | | 1-GERALDO MELO | | |
| 2-LÚDIO COELHO | | | 2-CARLOS WILSON | | |
| 3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | 3-COUTINHO GORGE | | |
| 4-PEDRO PIVA | | | 4-OSMAR DIAS | | |

| PPB | | | | | |
|-------------------|--|--|----------------------|--|--|
| 1-LÚCIDIO PORTELA | | | 1-LEOMAR QUINTANILIA | | |

| PDT | | | | | |
|-------------------|--|--|-----------------|--|--|
| 1-SEBASTIÃO ROCHA | | | 1-DARCY RIBEIRO | | |

| PTB | | | | | |
|--------------------|---|--|----------------|--|--|
| 1-REGINA ASSUMPÇÃO | X | | 1-JOSÉ EDUARDO | | |

| PT | | | | | |
|----------------------|--|--|----------------|--|--|
| 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA | | | 1-MARINA SILVA | | |

| PSB | | | | | |
|------------------|--|--|--------|--|--|
| 1-ADEMIR ANDRADE | | | 1-VAGO | | |

| PPS+PSL | | | | | |
|------------------|--|--|--------------|--|--|
| 1-ROBERTO FREIRE | | | 1-ROMEU TUMA | | |

SIM 12 NÃO - ABS 01 TOTAL 13

SENADOR JOSÉ AGRIPINO
PRESIDENTE

Texto final adotado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34 (Substitutivo)

Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, passando os dispositivos abaixo especificados da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A CODEVASF terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação."

"Art. 4º A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agro-industriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agro-industriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar, executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação de canais primários ou secundários e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

§ 1º

§ 2º

"Art. 9º

I -

II -

III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, indicando desde logo os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas na presente Lei;

IV -

V -

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à adaptação do Estatuto da CODEVASF às alterações decorrentes da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1996.

SENADOR JOSÉ AGRIPIO - PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA



CONSTITUIÇÃO
1988

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Ofício nº 02/97-CI

Brasília, 07 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão aprovou em Turno Suplementar o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 034, de 1996, que "Altera a lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências", em reunião de 06 de maio de 1997.

Atenciosamente,

Senador IRIS REZENDE
Presidente da Comissão

PARECER Nº 236, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que 'estabelece normas para microempresas - ME, e empresas de pequeno porte - EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal)' e dá outras providências".

Relator: Senador BELLO PARGA

A matéria que ora relatamos à douta Comissão de Assuntos Econômicos é concernente ao Projeto de Lei nº 150, de 1996, que tem por escopo singular a alteração do atual texto do art. 25 da lei em referência na epígrafe, normatizadora dos temas afetos a microempresas e empresas de pequeno porte.

2. A Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, dispõe:

"Art. 25. Dos recursos de que trata a alínea b do art. 11 da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, até cinco por cento ao ano devem ser destinados a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações cujo valor não ultrapasse o teto estabelecido no artigo anterior e desde que a microempresa e a empresa de pequeno porte não tenham condições de oferecer garantias reais ou fidejussórias, ou de contratar seguro de crédito no valor total do mútuo."

3. Por sua vez, a proposição sob nosso exame tem em mira acrescentar parágrafo único àquele dispositivo, este com o seguinte teor:

"Art. 25....."

Parágrafo único. Os recursos serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal, metade proporcionalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o restante proporcionalmente ao número de habitantes."

É o relatório.

4. Para que se realize o exame de mérito, impende observar-se, preliminarmente, o teor do Parecer nº 423, de 1996, desta Comissão de Assuntos Econômicos, concernente ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que *"Institui o Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, previstos nos arts. 170 e 179 da Constituição"*.

5. Assim prevê a Emenda de Relator nº 13-CAE, oferecida ao caput do art. 23, após renumerado para 23 por força da Emenda nº 4-CAE:

"Art. 24. Dos recursos de que trata a alínea "b" do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, serão destinados, no mínimo, um por cento e no máximo cinco por cento, a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de sessenta mil reais por operação."

§ 1º Os recursos serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal, metade proporcionalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o restante proporcionalmente ao número de habitantes.

§ 2º O limite de que trata este artigo será corrigido monetariamente nas condições e na forma prevista no § 1º do art. 2º desta lei."

6. O cotejo entre a proposta ora examinada e a que consta do § 1º, acima transcrito da Emenda nº 13-CAE, mostra a perfeita identidade entre ambas e não deixa margem a controvérsia quanto a finalidade. Consigne-se, ainda, que esta Comissão APROVOU a Emenda de Relator nº 13-CAE.

7. Esta certificação evidencia a PREJUDICIALIDADE que atinge o Projeto de Lei nº 150, de 1996, uma vez perdida a oportunidade, conforme preceito contido na alínea a do art. 334 do Regimento Interno desta Casa, que, combinada com o § 4º do art. 334, nos leva a recomendar o ARQUIVAMENTO da matéria ora relatada.

Sala das Reuniões, 6 de maio de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente
BELLO PARGA, Relator

COUTINHO JORGE
NEY SUASSUNA
OSMAR DIAS
JEFFERSON PERES
LÚCIO ALCÂNTARA
BENI VERAS
WALDECK ORNELAS
FREITAS NETO
JONAS PINHEIRO
VALMIR CAMPELO
ESPERIDIÃO AMIN (Abstenção)
EDUARDO SUPLICY
ADEMIR ANDRADE

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS Nº 150 DE 1996

| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| FRANCELINO PEREIRA | | | | ROMERO JUCA | | | |
| VILSON KLEINUBING | | | | HUGO NAPOLEÃO | | | |
| GILBERTO MIRANDA | | | | JOSÉ BIANCO | | | |
| BELLO PARGA | X | | | ELCIO ALVARES | | | |
| FREITAS NETO | X | | | EDISON LOBÃO | | | |
| JONAS PINHEIRO | X | | | JOSAPHAT MARINHO | | | |
| ODACIR SOARES | | | | JOEL DE HOLLANDA | | | |
| WALDECK ORNELAS | X | | | JULIO CAMPOS | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| GILVAN BORGES | | | | JADER BARBALHO | | | |
| FERNANDO BEZERRA | | | | MARLUCE PINTO | | | |
| NEY SUASSUNA | X | | | MAURO MIRANDA | | | |
| ONOFRE QUINAN | | | | ROBERTO REQUIÃO | | | |
| CARLOS BEZERRA | | | | PEDRO SIMON | | | |
| RAMEZ TEBET | | | | CASILDO MALDANER | | | |
| VAGO | | | | GERSON CAMATA | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | | TEOTÔNIO VILELA FILHO | | | |
| COUTINHO JORGE | X | | | BENI VERAS | X | | |
| JEFFERSON PERES | X | | | LÚCIO ALCÂNTARA | X | | |
| JOSÉ SERRA | | | | LÚDIO COELHO | | | |
| OSMAR DIAS | X | | | SÉRGIO MACHADO | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| EDUARDO SUPLICY - PT | X | | | JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | | | | SEBASTIÃO RÓCHA - PDT | | | |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | X | | | ROBERTO FREIRE - PPS | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB | | | | ABDIAS NASCIMENTO - PDI | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ESPERIDIÃO AMIN | | | X | EPITÁCIO CAFETEIRA | | | |
| LEVY DIAS | | | | LEOMAR QUINTANILHA | | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ EDUARDO VIEIRA | | | | VALMIR CAMPELO | X | | |

TOTAL 14 SIM 13 NÃO -º- ABS 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 05 / 97

Senador José Serra
Presidente

DOCUMENTO CITADO, ANEXADO
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

PARECER Nº 423, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de
autoria do Senador José Sarney, que "Institui o Esta-
tuto da microempresas e das empresas de pequeno
porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferen-
ciado, simplificado e favorecido previsto nos arts.
170 e 179 da Constituição".

RELATOR: Senador BELLO PARGA

I – RELATÓRIO

O ilustre Senador José Sarney submete a esta Casa o Projeto de Lei nº 32, de 1996, com vistas a instituir o novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, regulamentando o artigo 179 da Constituição Federal, que estabelece:

"Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei."

2. O projeto define microempresa e empresa de pequeno porte com base no critério da receita bruta anual da empresa individual ou da pessoa jurídica; estabelece um registro público especial para essas empresas; determina a isenção de tributos e contribuições previdenciárias a serem estabelecidos em lei específica, beneficiando-as; simplifica procedimentos relativos a obrigações previdenciárias e trabalhistas de sua responsabilidade e confere-lhes o direito a facilidades creditícias, através de faixas especiais de empréstimos, com condições favorecidas; estabelece, ainda, penalidades pelo enquadramento indevido como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3. Na justificação da proposição, o autor ressalta a importância das pequenas empresas para a economia e para o equilíbrio social do País, destacando o fato de que elas hoje somam 4.000.000 (quatro milhões) de entidades, responsáveis por 60% (sessenta por cento) da oferta de emprego, apesar da "falta de estímulo, de apoio, de incentivo e de atenção do Estado".

4. Alude o Senador à ineficácia da Lei nº 8.864, de 1994 – que consistiu na primeira tentativa de regulamentar o artigo 179 da Constituição Federal –, decorrente das alterações promovidas pelo Congresso Nacional, dos vetos presidenciais e regulamentações duvidosas da lei, que acabaram por descaracterizar o projeto original.

5. A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa, tendo este relator sido designado para emitir parecer.

É o relatório.

II – VOTO

6. O constituinte de 1988, reconhecendo a importância econômica e social das pequenas empresas para o País, determinou à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios dispensarem não só às microempresas, mas também às empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado, de forma a incentivá-las através da simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias (artigo 179 da Constituição Federal).

7. A Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, recepcionada pela Constituição Federal, conferia tratamento diferenciado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de

desenvolvimento empresarial apenas à microempresa, ficando a empresa de pequeno porte sem qualquer tratamento legal especial.

Em cumprimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nº 8.864, de 1994, na qual foi redefinido o conceito de microempresa – com alteração no limite de receita bruta anual para fins de enquadramento, tendo em vista a desatualização do valor previsto na lei anterior – e definido o conceito de empresa de pequeno porte.

8. Ocorre que essa lei resultou de diversas modificações no projeto original, promovidas durante sua tramitação no Congresso Nacional e mediante vetos presidenciais a alguns de seus dispositivos, o que a desfigurou consideravelmente, em prejuízo das microempresas e das empresas de pequeno porte, em especial dessas últimas, que não gozam de qualquer benefício fiscal, porquanto inexistia dispositivo nesse sentido no texto legal.

9. Em vista do exposto, torna-se imperioso promover a adequação da legislação acerca da matéria, conferindo a essas entidades – imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social do País – o incentivo necessário à sua constituição e manutenção, o que repercutirá, entre outros aspectos positivos, numa elevação no nível de emprego, de que o Brasil tanto carece no momento econômico que atravessamos.

10. É exatamente este o escopo do projeto em análise, o qual prevê uma série de medidas tendentes a promover uma aceleração no desenvolvimento desse segmento empresarial, proporcionando o surgimento de novos empreendimentos, com crescimento da demanda por mão-de-obra.

11. Os novos valores-limites estabelecidos para enquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte conferirão maior eficácia à lei, uma vez que os valores vigentes para obtenção dos benefícios legais são baixos, alcançando um número bastante reduzido de empresas.

12. O projeto tende a ser mais eficaz do que a lei vigente no que diz respeito ao apoio creditício, ao estabelecer que o regulamento da lei e resoluções do Conselho Monetário Nacional tornarão efetiva a obrigatoriedade de as instituições financeiras concederem linhas especiais de empréstimo para as micro e pequenas empresas, com condições favorecidas, pois a experiência tem mostrado que as normas meramente declaratórias do direito do pequeno empresário ao crédito privilegiado não têm o alcance pretendido. Em contrapartida, asseguram-se às instituições financeiras compensações proporcionais a essas operações de crédito, indutoras da assistência a esses segmentos empresariais.

13. Ainda com relação ao crédito, imprescindível para o financiamento aos pequenos empresários, merece nosso aplauso a previsão de destinação de parte dos recursos do sistema SEBRAE para a prestação de aval ou fiança complementar nessas operações, medida instituída através da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994.

14. Destacam-se, ainda, a simplificação das obrigações das microempresas e empresas de pequeno porte, em especial da escrituração, dos documentos fiscais por elas emitidos, do cadastramento fiscal e do recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas.

15. Apesar do progresso no sentido do favorecimento às microempresas e empresas de pequeno porte promovido pelo projeto, entendemos necessárias certas modificações no seu texto, algumas que tão-somente procuram melhor adequar a redação de determinados dispositivos e outras que consubstanciam alterações de mérito.

16. Inicialmente, propomos a substituição da expressão "empresa individual", em todos os dispositivos em que foi empregada ao longo do projeto, por "firma mercantil individual", tendo em vista a adequação da terminologia àquela adotada na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1984, que "Dispõe sobre o Registro Público das Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências".

17. Aumentamos o rol das empresas excluídas do regime instituído pela lei *in fieri*, com vistas a assegurar que o tratamento especial se restrinja aos empreendimentos que efetivamente dele necessitam.

18. O artigo 4º do projeto, em seu § 1º, dispõe que "para a constituição da empresa bastará o preenchimento de documento único, conforme o anexo desta lei".

19. Ora, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou é uma firma individual ou uma sociedade civil ou comercial que atende a determinados requisitos para o enquadramento. Assim, na realidade o documento anexo ao projeto poderia substituir a declaração de microempresa ou de empresa de pequeno porte, instruindo o pedido de registro ou arquivamento juntamente com os atos constitutivos da firma individual ou da sociedade, mas jamais substituiria esses atos para fins de constituição dessas empresas.

20. Mas, se a função do formulário é substituir a declaração de microempresa ou de empresa de pequeno porte, não vemos vantagem em adotá-lo em lugar da declaração. Melhor será a apresentação desta em ambos os casos, ou seja, na hipótese de a empresa estar em fase de constituição e no caso de já estar em pleno funcionamento, com seus atos constitutivos devidamente registrados ou arquivados, a exemplo do que estabelecia a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

21. O inciso II do artigo 37 da já mencionada Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1984, exige, para instrução dos pedidos de arquivamento, a apresentação da certidão criminal comprobatória de que inexistiu impedimento legal à participação de pessoa física em empresa mercantil, como titular ou administradora.

22. O projeto, ao prever a substituição dessa certidão por declaração, exige-a do titular ou sócios e não do administrador, o que burocratizaria o procedimento, ao invés de simplificá-lo, motivo pelo qual propomos a alteração do dispositivo.

23. Ainda com vistas à simplificação do processo de constituição das microempresas e empresas de pequeno porte, propomos a inclusão de dispositivo dispensando-as de visto de advogado em seus atos constitutivos.

24. As condições para o enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte nas esferas estadual e municipal podem diferir das impostas no âmbito federal, o que faz com que o ônus de comunicar o arquivamento das declarações imposto pelo projeto aos órgãos de registro seja excessivo e, muitas vezes, ineficaz.

25. A utilização de convênios a serem celebrados com os órgãos de registro viabilizará a comunicação, que, no entanto, se restringirá aos órgãos fiscalizadores efetivamente interessados.

26. A proposição estabelece, ao tratar das facilidades creditícias, que as microempresas e as empresas de pequeno porte se beneficiarão com os encargos financeiros mínimos adotados pelas instituições mutuantes ou financiadoras.

27. Não nos parece razoável a estipulação, porquanto os encargos financeiros mínimos podem ter destinações determinadas por políticas de crédito específicas – governamentais ou da própria instituição – sem que se justifique sua extensão a esses segmentos empresariais.

28. Quanto ao Fundo de Aval do SEBRAE, propomos emenda estabelecendo o mínimo de um por cento a ser aplicado com a finalidade de lastrear a prestação de aval ou fiança em operações de crédito realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, e o teto de sessenta mil reais por operação.

29. Adequamos a redação do artigo 25, tendo em vista que o recolhimento dos tributos, o pagamento de juros moratórios e o desenquadramento não constituem penalidades, sendo consequências naturais do enquadramento indevido como microempresa e empresa de pequeno porte.

30. O projeto estabelece que "qualquer tarifa especial relativa a prestação de serviços ou a venda de bens, por entidade da administração pública direta ou indireta, será estendida à microempresa e à empresa de pequeno porte".

31. A tarifa especial é normalmente estipulada para a remuneração de serviços prestados em condições excepcionais. A própria Lei de Concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) admite "tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários".

32. Os motivos que justificam a tarifa especial podem, assim, não ter qualquer relação com as atividades desenvolvidas pelas microempresas e

empresas de pequeno porte, não havendo por que estender-lhes, incondicionalmente, o benefício.

33. Aliás, a obrigatoriedade imposta pelo projeto poderá repercutir negativamente, deixando o poder público e os concessionários de fixar tarifas especiais – em prejuízo daqueles que seriam seus beneficiários – em decorrência da extensão estabelecida na proposição, motivo pelo qual propomos a supressão do dispositivo concernente a essas tarifas.

34. O projeto estabelece que enquanto não forem regulamentadas as normas relativas às facilidades creditícias para as microempresas e empresas de pequeno porte nele previstas, vigorarão para as operações de crédito destinadas a essas empresas, inclusive em relação às obrigações das instituições financeiras, os mesmos termos e condições previstos para o crédito rural.

35. O crédito rural é específico, não tendo qualquer relação com o financiamento a esses segmentos empresariais, razão pela qual também propomos a supressão do artigo referente a essa matéria.

36. O artigo 31 do projeto determina que "a microempresa e a empresa de pequeno porte, salvo disposição expressa, não serão afetadas por exigência ou obrigação de natureza administrativa, tributária, previdenciária, trabalhista ou creditícia que venha a ser instituída em lei."

37. A lei tem aplicação geral, devendo seu texto fazer as ressalvas pertinentes. O projeto inverte esse princípio, no que respeita às microempresas e empresas de pequeno porte, que somente passarão a ser alcançadas pela legislação se houver disposição expressa nesse sentido.

38. Tal norma abriria um precedente inoportuno na legislação que, se adotado com frequência, importaria ao legislador a necessidade de mencionar um a um os segmentos aos quais a lei se aplica, além de se nos afigurar inconstitucional, tendo em vista o princípio da isonomia insculpido no artigo 5º do Diploma Maior, motivo pelo qual propomos a supressão do aludido dispositivo.

39. Sugerimos, ainda, outras modificações adequando a redação de alguns dispositivos e procedendo à correção da remissão contida no inciso III do artigo 18 do projeto, nos termos das emendas que apresentamos.

40. Finalmente, como o projeto regula toda a matéria contida nas Leis nºs 7.256, de 1984, e 8.864, de 1994, entendemos conveniente revogá-las expressamente, a fim de evitar eventuais celeumas jurídicas acerca da vigência de dispositivos das mencionadas leis.

41. A geração de empregos constitui uma prioridade no desenvolvimento econômico, que não pode caminhar dissociado do aspecto social. O projeto de autoria do eminente Senador José Sarney, Presidente desta Casa do Congresso Nacional, elaborado com a colaboração do SEBRAE, é instrumento de estímulo e apoio ao pequeno empresário, implicando a elevação do nível de emprego e da produção, motivo pelo qual somos favoráveis à sua aprovação, com as emendas que oferecemos.

EMENDA DE RELATOR Nº 1 – CAE

Substitua-se, nos incisos I e II do art. 2º e no art. 33, renumerado como 34 pela Emenda nº 4, a expressão "empresa individual" por "firma mercantil individual", passando esses dispositivos a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

I - microempresa, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica, cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a duzentos e quatro mil reais;

II - empresa de pequeno porte, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, não enquadrada como microempresa, tenha receita bruta anual igual ou inferior a quinhentos e setenta e seis mil reais."

"Art. 34. A firma mercantil individual ou pessoa jurídica enquadrável como microempresa ou empresa de pequeno porte que, no período de cinco ou mais anos, permanecer sem exercer atividade econômica de qualquer espécie poderá requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional."

EMENDA DE RELATOR Nº 2 – CAE

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º É excluída do regime desta lei a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações;

II - cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no inciso I do artigo anterior, no caso de microempresa, ou do inciso II do mesmo artigo, no caso de empresa de pequeno porte;

III - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

IV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, e antes da vigência desta lei, no caso de empresa de pequeno porte;

V - que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis nºs. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;

VI - que preste serviços profissionais de corretor, despachante, ator, empresário e produtor de espetáculos públicos, cantor, músico, médico, dentista, enfermeiro, engenheiro, físico, químico, economista, contador, auditor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Parágrafo único. O disposto nos incisos II e IV deste artigo não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e associações assemelhadas."

EMENDA DE RELATOR Nº 3 – CAE

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º O arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte para efeito de registro público obedecerá, no geral, à legislação em vigor e, em especial, às disposições deste Capítulo."

EMENDA DE RELATOR Nº 4 – CAE

Inclua-se o seguinte art. 5º, renumerando-se o atual e os demais:

"Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, o titular ou os sócios deverão declarar que a receita bruta anual da empresa não excederá os limites fixados no art. 2º e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º desta lei.

§ 1º As empresas de que trata este artigo estão dispensadas da apresentação da certidão criminal exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 28 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador de que inexistente impedimento legal à sua participação em empresa mercantil.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994."

EMENDA DE RELATOR Nº 5 – CAE

Ao art. 5º, renumerado como 6º pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dependerá do encaminhamento ao órgão competente de comunicação contendo os elementos identificadores do arquivamento anterior e a declaração, de seu titular ou sócios, de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites fixados no art. 2º, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão prevista no art. 3º desta lei."

EMENDA DE RELATOR Nº 6 – CAE

Substitua-se a expressão "sua denominação" por "seu nome empresarial" no caput do art. 6º, renumerado como 7º pela Emenda nº 4, o qual passa a ter a redação seguinte:

"Art. 7º Feito o registro, as empresas de que trata esta lei adotarão, conforme o caso, logo após seu nome empresarial, a expressão microempresa, ou ME, ou empresa de pequeno porte, ou EPP."

EMENDA DE RELATOR Nº 7 – CAE

Ao art. 8º, renumerado como 9º pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 9º A microempresa reenquadrada como empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte que tenha perdido esta condição em decorrência do excesso de receita bruta anual, bem como a empresa que for excluída do regime desta lei comunicarão a ocorrência ao órgão de registro até o último dia do mês subsequente à data em que o fato se verificou, para fins de cancelamento ou alteração do registro especial.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal."

EMENDA DE RELATOR Nº 8 – CAE

Ao art. 10, renumerado como 11 pela Emenda nº 4, dê-se a redação abaixo:

"Art. 11. O órgão de registro comunicará aos órgãos fiscalizadores da administração Federal, Estadual e Municipal o arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte.

§ 1º Os órgãos fiscalizadores da administração Estadual e Municipal estabelecerão convênio com os órgãos de registro para os fins previstos no caput deste artigo.

§ 2º Recebida a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros."

EMENDA DE RELATOR Nº 9 – CAE

Ao art. 16, renumerado como 17 pela Emenda nº 4, acrescente-se parágrafo único com a redação seguinte:

"Art. 17.

Parágrafo único. Os órgãos federais, estaduais e municipais interessados no cadastramento fiscal, de ofício, da microempresa e da empresa de pequeno porte, estabelecerão convênios com os órgãos de registro para os fins previstos no caput deste artigo."

EMENDA DE RELATOR Nº 10 - CAE

Ao art. 18, renumerado como 19 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta lei.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte das seguintes obrigações:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamento, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições e encargos referidos no art. 17; e

IV - depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS."

EMENDA DE RELATOR Nº 11 - CAE

Ao art. 20, renumerado como 21 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte gozarão de facilidades creditícias e contarão com linhas especiais de crédito, com condições favorecidas em relação a prazos de pagamento e juros."

EMENDA DE RELATOR Nº 12 - CAE

Ao parágrafo único do art. 22, renumerado como 23 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará outras medidas para incentivar os agentes financeiros públicos e privados a estabelecer limites de crédito diferenciados, provendo os meios necessários."

EMENDA DE RELATOR Nº 13 - CAE

Ao caput do art. 23, renumerado como 24 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 24. Dos recursos de que trata a alínea "b" do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, serão destinadas, no mínimo, um por cento e no máximo cinco por cento, a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de sessenta mil reais por operação.

§ 1º Os recursos serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal, metade proporcionalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o restante proporcionalmente ao número de habitantes.

§ 2º O limite de que trata este artigo será corrigido monetariamente nas condições e na forma prevista no § 1º do art. 2º desta lei."

EMENDA DE RELATOR Nº 14 - CAE

Ao art. 24, renumerado como 25 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 25. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo anterior, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990."

EMENDA DE RELATOR Nº 15 - CAE

Ao art. 25, renumerado como 26 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 26. A firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, indevidamente, enquadrar-se ou permanecer enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e multa estabelecidos na legislação tributária, contados da data em que tais encargos deveriam ter sido pagos até a data de seu efetivo pagamento;

II - multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 8.218, de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declarações ou informações prestadas por seu titular ou sócio às autoridades competentes;

III - multa de cinquenta por cento do valor monetariamente corrigido, conforme a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, dos empréstimos obtidos com base nos incentivos desta lei.

IV - desequilíbrio, de ofício.

Parágrafo único. O titular ou sócio de microempresa ou de empresa de pequeno porte responde solidária e ilimitadamente pelos atos descritos neste artigo."

EMENDA DE RELATOR Nº 16 - CAE

Suprima-se o art. 28, renumerado como 29 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 17 - CAE

Suprima-se o art. 30, renumerado como 31 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 18 - CAE

Suprima-se o art. 31, renumerado como 32 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 19 - CAE

Ao caput do art. 32, renumerado como 33 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 33. A microempresa e a empresa de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que respeita aos processos relativos a concessão de patentes e de registro de marcas."

EMENDA DE RELATOR Nº 20 - CAE

Ao art. 34, renumerado como 35 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 35. As implicações financeiras e orçamentárias decorrentes desta lei serão incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas no Orçamento da União no ano subsequente ao do início de sua vigência."

EMENDA DE RELATOR Nº 21 - CAE

Ao art. 38, renumerado como 39 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 39. Revogam-se as Leis nºs 7.256, de 27 de novembro

de 1984, e 8.864, de 28 de março de 1994, e demais disposições em contrário."

Sala da Comissão, 17 de julho de 1996.

GILBERTO MIRANDA: Presidente
BELLO PARGA: Relator

EDUARDO SUPLEY
JONAS PINHEIRO
VALMIR CAMPELO
FERNANDO BEZERRA
BENI VERAS
JOSÉ BIANCO
LAURO CAMPOS
ELCIO ALVARES
GERALDO MELO
JOSÉ FOGAÇA

ADEMIR ANDRADE
GERSON CAMATA
OSMAR DIAS
JADER BARBALHO
LÚDIO COELHO
WALDECK ORNELAS
JEFFERSON PERES
NEY SUASSUNA
FREITAS NETO
MARLUCE PINTO
ROMERO JUCÁ
MAURO MIRANDA
CARLOS BEZERRA

TEXTO FINAL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1996.

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial, na conformidade do disposto nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 179 da Constituição, considera-se:

I - microempresa, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica, cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a duzentos e quatro mil reais;

II - empresa de pequeno porte, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, não enquadrada como microempresa, tenha receita bruta anual igual ou inferior a quinhentos e setenta e seis mil reais.

§ 1º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos sempre que a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou de outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la, ultrapassar dez por cento, a contar do dia 1º de maio de 1996, na mesma proporção desta variação e cumulativamente.

§ 2º A receita bruta anual é apurada de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

§ 3º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta é calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano, desconsideradas as frações de mês.

Art. 3º É excluída do regime desta lei a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações;

II - cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no inciso I do artigo anterior, no caso de microempresa, ou do inciso II do mesmo artigo, no caso de empresa de pequeno porte;

III - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

IV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, e antes da vigência desta lei, no caso de empresa de pequeno porte;

V - que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis nºs. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguros e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;

VI - que preste serviços profissionais de corretor, despachante, ator, empresário e produtor de espetáculos públicos, cantor, músico, médico, dentista, enfermeiro, engenheiro, físico, químico, economista, contador, auditor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Parágrafo único. O disposto no inciso II e IV deste artigo não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas.

CAPÍTULO III

Do Registro Público Especial

Art. 4º O arquivamento das declarações de microempresas e de empresa de pequeno porte para efeito de registro público obedecerá, no geral, à legislação em vigor e, em especial, às disposições deste Capítulo.

Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, o titular ou os sócios deverão declarar que a receita bruta anual da empresa não excederá os limites fixados no art. 2º e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º desta lei.

§ 1º As empresas de que trata este artigo estão dispensadas de apresentação da certidão criminal exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 28 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador de que inexistem impedimento legal à sua participação em empresa mercantil.

§ 2º Não se aplica à microempresa e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dependerá do encaminhamento ao órgão competente de comunicação contendo os elementos identificadores do arquivamento anterior e a declaração, de seu titular ou sócios, de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites no art. 2º, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão prevista no art. 3º desta lei.

Art. 7º Feito o registro, as empresas de que trata esta lei adotarão, conforme o caso, logo após seu nome empresarial, a expressão microempresa, ou ME, ou empresa de pequeno porte, ou EPP.

Parágrafo único. O uso das expressões referidas neste artigo é privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte.

Art. 8º A perda da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados.

Art. 9º A microempresa reenquadrada como empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte que tenha perdido esta condição em decorrência do excesso de receita bruta anual, bem como a empresa que for excluída do regime desta lei comunicarão a ocorrência ao órgão de registro até o último dia do mês subsequente à data em que o fato se verificou, para fins de cancelamento ou alteração do registro especial.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal.

Art. 10 O enquadramento ou a reclassificação referidos nos arts. 6º, 8º e 9º não acarretarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos anteriormente firmados pela empresa.

Art. 11. O órgão de registro comunicará aos órgãos fiscalizadores da administração Federal, Estadual e Municipal o arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte.

§ 1º Os órgãos fiscalizadores da administração Estadual e Municipal estabelecerão convênio com os órgãos de registro para os fins previstos no caput deste artigo.

§ 2º Recebida a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros.

Art. 12. Os requerimentos e comunicações previsto neste Capítulo poderão ser feitos por via postal.

CAPÍTULO IV

Do Regime Tributário e da Simplificação das Obrigações Tributárias

Art. 13. As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas dos tributos e contribuições previstos em legislação específica.

Art. 14. A escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte será simplificada, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa as empresas nele referidas da guarda dos documentos relativos às compras, vendas e serviços que realizarem.

Art. 15. A microempresa e a empresa de pequeno porte não estão isentas do recolhimento dos tributos devidos por terceiros e por elas retidos.

Art. 16. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresa e pelas empresas de pequeno porte obedecerão a modelos simplificados, aprovados em regulamento, que servirão para todos os fins previstos na legislação tributária.

Art. 17. O cadastramento fiscal da micro empresa e da empresa de pequeno porte será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos fiscais competentes.

Parágrafo único. Os órgãos federais, estaduais e municipais interessados no cadastramento fiscal, de ofício, da microempresa e da empresa de pequeno porte, estabelecerão convênios com os órgãos de registro para os fins previstos no caput deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 18. O recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas de responsabilidade das empresas de que trata esta lei será simplificado e efetuado de forma englobada, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A contribuição adicional da microempresa e da empresa de pequeno porte para custeio das prestações por acidente de trabalho será calculada pelo percentual mínimo.

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta lei.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte das seguintes obrigações:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamento, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições e encargos referidos no art. 17; e

IV - depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 20. Nas reclamações trabalhistas, a microempresa e a empresa de pequeno porte serão ressarcidas, pelo reclamante, dos custos de perícia para avaliação de condições de insalubridade ou periculosidade quando o respectivo laudo concluir pela inexistência dessas condições.

CAPÍTULO VI

Do Apoio Creditício

Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte gozarão de facilidades creditícias e contarão com linhas especiais de crédito, com condições favorecidas em relação a prazos de pagamento e juros.

Art. 22. O regulamento desta lei e resoluções do Conselho Monetário Nacional tornarão efetiva a obrigatoriedade de as instituições financeiras realizarem as operações financeiras ativas de que trata o art. 21.

Art. 23. As instituições financeiras públicas e privadas será concedida remuneração especial dos recolhimentos compulsórios, proporcionalmente às aplicações em operações de créditos destinadas a capital de giro e a investimentos das microempresas e empresas de pequeno porte, ou a redução proporcional desses recolhimentos e dos encaixes obrigatórios.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará outras medidas para incentivar os agentes financeiros públicos e privados a estabelecer limites de créditos diferenciados, provendo os meios necessários.

Art. 24. Dos recursos de que trata a alínea "b" do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, serão destinados, no mínimo, um por cento e no máximo cinco por cento, a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações de crédito para microempresa e empresa de pequeno porte, até o limite de sessenta mil reais por operação.

Art. 25. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo anterior, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VII

Das Penalidades

Art. 26. A firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, indevidamente, enquadrar-se ou permanecer enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

- I - pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e multa estabelecidos na legislação tributária, contados da data em que tais encargos deveriam ser pagos até a data de seu efetivo pagamento;
- II - multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 8.218, de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declaração ou informações prestadas por seu titular ou sócio às autoridades competentes;

III - multa de cinquenta por cento do valor monetariamente corrigido, conforme a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, dos empréstimos obtidos com base nos incentivos desta lei;

IV - desenquadramento, de ofício.

Parágrafo único. O titular ou sócio de microempresa ou de empresa de pequeno porte responde solidária e limitadamente pelos atos descritos neste artigo.

Art. 27. A adulteração de documento ou a falsidade de declarações, com vistas ao gozo dos benefícios desta lei, configuram os crimes de falsificação de documento e de falsidade ideológica, previstos no Código Penal.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28. A fiscalização da microempresa e da empresa de pequeno porte terá caráter orientador e, salvo em casos de dolo, fraude ou simulação, somente autuará estas empresas:

- I - se, constatada irregularidade relativa a falta ou insuficiência de recolhimento de encargo, tributo ou contribuição e a descumprimento de condições de segurança ou a exigência sanitária, desatender a empresa a notificação para sanar a irregularidade; ou

II - no caso de reincidência.

Art. 29. Os órgãos públicos, no âmbito de sua competência, expedirão, até noventa dias após a regulamentação desta lei, os atos complementares necessários ao incentivo do desenvolvimento empresarial, à facilitação do acesso ao crédito e à simplificação dos procedimentos de registro e baixa e dos documentos fiscais, previdenciários e trabalhistas da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 30. A microempresa e a empresa de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que respeita aos processos relativos à concessão de patentes e de registro de marcas.

Parágrafo único. No prazo de até noventa dias após a regulamentação desta lei, o Poder Executivo baixará instruções necessárias à execução do disposto neste artigo.

Art. 31. A firma mercantil individual ou pessoa jurídica enquadrável como microempresa ou empresa de pequeno porte que, no período de cinco ou mais anos, permanecer sem exercer atividade econômica de qualquer espécie poderá requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional.

Art. 32. As implicações financeiras e orçamentárias decorrentes desta lei serão incorporadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas no Orçamento da União do ano subsequente ao início de sua vigência.

Art. 33. O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata esta lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou que vierem a ser concedidos à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 35. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as Leis nºs 7.256, de 27 de novembro de 1984, e 8.864, de 28 de março de 1994, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de Julho de 1996.

Senador GILBERTO MIRANDA BATISTA,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTOS CITADOS NO PARECER E ANEXADOS
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

LEI N. 7.256 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Favorecido à Microempresa

Art. 1º A microempresa é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O tratamento estabelecido nesta Lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou vierem a ser concedidos às microempresas.

Art. 2º Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, tomando-se por referência o valor desses títulos no mês de janeiro do ano-base.

§ 1º Para efeito da apuração da receita bruta anual, será sempre considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano-base.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 3º A transformação da empresa, firma individual ou sociedade mercantil, em microempresa, e vice-versa, não a implicará em denúncia ou outra restrição de contratos, como de locação, de prestação de serviços, entre outros.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a empresa:

I — constituída sob a forma de sociedade por ações;

II — em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III — que participe de capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;

IV — cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento), do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no artigo anterior;

V — que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis ns. 288 (1), de 28 de fevereiro de 1967, e 356 (2), de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação.

VI — que preste serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar.

Parágrafo único. O disposto nos itens III e IV deste artigo não se aplica à participação de microempresas em Centrais de Compras, Bolsas de Subcontratação, Consórcio de Exportação e outras associações assemelhadas.

CAPÍTULO II

Da Dispensa de Obrigações Burocráticas

Art. 4º Não se aplicam às microempresas as exigências e obrigações de natureza administrativa decorrentes da legislação federal, ressalvadas as estabelecidas nesta Lei e as demais obrigações inerentes ao exercício do poder de polícia, inclusive as referentes a metrologia legal.

CAPÍTULO III

Do Registro Especial

Art. 5º O registro da microempresa no órgão competente observará procedimento especial, na forma deste Capítulo.

Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I — o nome e a identificação da empresa individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II — a indicação do registro anterior da empresa individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III — a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no artigo 2º e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 7º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócio, conforme o caso, declarar que a receita bruta anual não excederá o limite fixado no artigo 2º e que esta não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro de firma individual ou sociedade mercantil será feito na forma regida pela Lei n. 6.939 (3), de 9 de setembro de 1981.

Art. 8º Feito o registro, independentemente de alteração dos atos constitutivos, a microempresa adotar, em seguida à sua denominação ou firma, a expressão «Microempresa», ou abreviadamente, «ME».

Parágrafo único. É privativo das microempresas o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 9º A empresa que deixar de preencher os requisitos fixados nesta Lei para o seu enquadramento como microempresa deverá comunicar o fato ao órgão competente, no prazo de 31 (trinta) dias, contados da respectiva ocorrência.

Parágrafo único. A perda da condição de microempresa, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, ficando, entretanto, suspensa de imediato a isenção fiscal prevista no artigo 11 desta Lei.

Art. 10. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo poderão ser feitos pela via postal.

CAPÍTULO IV

Do Regime Fiscal

Art. 11. A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I — Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

II — Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;

III — Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações;

IV — Imposto sobre a Extração, a Circulação, a Distribuição ou Consumo de Minerais do País;

V — (vetado);

VI — contribuições ao Programa de Integração Social — PIS, sem prejuízo dos direitos dos empregados ainda não inscritos, e ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL;

VII — taxas federais vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviária única e de controles metrologicos e das contribuições devidas aos órgãos de fiscalização profissional;

VIII — taxas e emolumentos remuneratórios do registro referido nos artigos 6º e 7º desta Lei.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo não dispensa a microempresa do recolhimento da parcela relativa aos tributos, a que se obriga por Lei, devidos por terceiros.

§ 2º As taxas e emolumentos remuneratórios dos atos subsequentes ao registro da microempresa não poderão exceder ao valor nominal de 2 (duas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

§ 3º (Vetado).

Art. 12. As microempresas que deixarem de preencher as condições para seu enquadramento no regime desta Lei ficarão sujeitas ao pagamento dos tributos incidentes sobre o valor da receita que exceder o limite fixado no artigo 2º desta Lei, bem como sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer após o fato ou situação que tiver motivado o desenquadramento.

Art. 13. A isenção referida no artigo 11 abrange a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, salvo as expressamente previstas nos artigos 14, 15 e 16 desta Lei.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos cadastrais competentes.

Art. 15. A microempresa está dispensada de escrituração (vetado), ficando obrigada a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier.

Art. 16. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas obedecerão a modelo simplificado, aprovado em regulamento, que servirá para todos os fins previstos na legislação tributária.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 17. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 18. O Poder Executivo deverá estabelecer procedimentos simplificados, que facilitem o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária pelas microempresas, assim como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que, mesmo previstas na legislação em vigor, sejam incompatíveis com o tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 19. As microempresas e seus empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I — a contribuição do empregado será calculada pelo percentual mínimo;

II — a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente do trabalho será igualmente calculada pelo percentual mínimo;

III — o recolhimento das contribuições devidas pelas microempresas poderá ser efetuado englobadamente, de acordo com instruções do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Art. 20. As microempresas ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se referem os §§ 2º e 3º, do artigo 139, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto no artigo 18 desta Lei não dispensa a microempresa do cumprimento das seguintes obrigações:

- I — efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II — apresentar a Relação Anual de Informações Sociais — RAIS;
- III — manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e remunerações, bem como comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 19 desta Lei.
- Art. 22. As microempresas estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, na forma da lei.

CAPÍTULO VI Do Apoio Creditício

Art. 23. As microempresas serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com instituições financeiras públicas e privadas, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às empresas de pequeno porte.

Art. 24. As operações a que se refere o artigo anterior, de valor até 5.000 (cinco mil) ORTN, terão taxas diferenciadas beneficiando a microempresa, enquanto as garantias exigidas ficarão restritas à fiança e ao aval.

§ 1º As operações a que se refere este artigo não sofrerão condicionamentos na concessão ou liberação de recursos, nem exigências de saldos médios, aprovação de projetos, planos de aplicação, nem comprovação do cumprimento de obrigações, inclusive fiscais, perante quaisquer órgãos ou entidades da administração pública.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º Ficam ressalvadas do disposto no § 1º deste artigo as atividades de apoio técnico-gerencial, relativas às áreas gerencial, tecnológica, mercadológica e financeira, desde que executadas com o consentimento do microempresário, em todas as suas etapas.

§ 5º Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar a aplicação do disposto neste artigo, podendo aumentar os limites fixados em seu caput (vetado), bem como estabelecer as sanções aplicáveis nos casos de descumprimento.

§ 6º (Vetado).

CAPÍTULO VII Das Penalidades

Art. 25. A pessoa jurídica e a firma individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I — cancelamento de ofício do seu registro como microempresa;

II — pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, como se isenção alguma houvesse existido, acrescidos de juros moratórios e correção monetária, contados desde a data em que tais tributos ou contribuições deveriam ter sido pagos até a data do seu efetivo pagamento;

III — multa punitiva equivalente a:

- a) 200% (duzentos por cento) do valor atualizado do tributo devido, em caso de dolo, fraude ou simulação e, especialmente, nos casos de falsidade das declarações ou informações prestadas, por si ou seus sócios, às autoridades competentes;
- b) 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do tributo devido, nos demais casos.

IV — pagamento em dobro dos encargos dos empréstimos obtidos com base nesta Lei.

Parágrafo único. Os recursos que se originarem do pagamento referido no item IV deste artigo (vetado), constituirão o Fundo de Assistência a Microempresas, a ser regulamentado e gerido pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 26. O titular ou sócio da microempresa responderá solidária e ilimitadamente pelas consequências da aplicação do artigo anterior, ficando, assim, impedido de constituir nova microempresa ou participar de outra já existente, com os favores desta Lei.

Art. 27. A falsidade das declarações prestadas para obtenção dos benefícios desta Lei caracteriza o crime do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do seu enquadramento em outras figuras penais cabíveis.

CAPÍTULO VIII Da Remissão de Crédito Tributário

Art. 28. (Vetado).

Art. 29. As firmas individuais e sociedades comerciais e civis, identificáveis como microempresa, segundo estabelece este Estatuto, que a partir de 1º de janeiro de 1981 não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer a sua baixa no Registro competente dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da vigência desta Lei, independente de prova de justificação de tributo e contribuição com a Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. Os benefícios de que tratam (vetado) e o caput deste artigo são concedidos sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 25 desta Lei.

CAPÍTULO IX Disposições Gerais

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

João Figueiredo — Presidente da República.

Ernane Galvêas.

Murilo Badaró.

Antônio Delfim Netto.

RESOLUÇÃO N. 77 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 14.307.923.098, o montante de sua dívida consolidada interna.

LEI N. 8.864 — DE 28 DE MARÇO DE 1994

Estabelece normas para as Microempresas — ME, e Empresas de Pequeno Porte — EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (artigo 179 da Constituição Federal)

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício, na conformidade do disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I — microempresa, a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de duzentas e cinquenta mil Unidades Fiscais de Referência — UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la;

II — empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma individual que, não enquadradas como microempresas, tiverem receita bruta anual igual ou inferior a setecentas mil Unidades Fiscais de Referência — UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la.

§ 1º O limite da receita bruta de que trata este artigo, apurado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, será calculado considerando-se o somatório das receitas brutas mensais divididas pelos valores das Unidades Fiscais de Referência — UFIR vigentes nos respectivos meses.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano, desconsideradas as frações de mês.

§ 3º O enquadramento da firma individual ou da pessoa jurídica em microempresa ou em empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

CAPÍTULO III

Do Registro Especial e Enquadramento

Art. 4º A pessoa jurídica ou a firma individual que, antes da promulgação desta Lei, preencher os requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, comunicará esta situação ao órgão competente, para fim de registro especial, na forma prevista neste Capítulo.

Art. 5º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I — o nome e demais dados de identificação da firma individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II — a indicação do registro de firma individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III — a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites fixados nos incisos I e II e no § 4º do artigo 2º desta Lei, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão do artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro especial da microempresa e empresa de pequeno porte será feito em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 6º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte", ou "EPP".

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 7º O órgão incumbido de registrar as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme o disposto neste Capítulo, comunicará esses registros aos órgãos fiscalizadores da Administração federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Feita a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros.

CAPÍTULO IV

Do Desenquadramento e Reenquadramento

Art. 8º O desenquadramento de microempresa e o de empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos os respectivos limites de receita bruta anual fixados no artigo 2º desta Lei.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta à condição de empresa excluída do regime desta Lei.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa e a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte comunicarão esse fato ao órgão de registro especial (Capítulo III), no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará

rá para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO V

Do Regime Tributário e Fiscal

Art. 10. (Vetado).

Art. 11. A escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte será simplificada, nos termos a serem dispostos pelo Poder Executivo na regulamentação desta Lei.

Art. 12. A microempresa e a empresa de pequeno porte não estão isentas do recolhimento dos tributos devidos por terceiros e por elas retidos.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo não dispensa as empresas nele referidas da guarda dos documentos relativos às compras, vendas e serviços que realizarem.

Art. 13. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte obedecerão a modelos simplificados, aprovados em regulamento, que servirão para todos os fins previstos na legislação tributária.

Parágrafo único. Até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário seguinte será entregue a Declaração Anual Simplificada de Rendimentos e Informações, em modelo simplificado, aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos fiscais cadastrais competentes.

CAPÍTULO VI

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 15. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 16. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 17. As microempresas, as empresas de pequeno porte e seus respectivos empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da previdência social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I – a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente de trabalho será calculada pelo percentual mínimo;

II – o Poder Executivo expedirá instruções relativas ao recolhimento englobado das contribuições previdenciárias das microempresas, empresas de pequeno porte e de seus empregados, estabelecendo prazo único para sua efetivação, observada a periodicidade mensal;

III – as instruções a que se refere o inciso anterior deverão, também, prever o recolhimento das contribuições por intermédio da rede bancária autorizada e a utilização de documentos de arrecadação simplificados.

Art. 18. A microempresa e a empresa de pequeno porte serão ressarcidas dos custos de perícia para avaliação de condições de insalubridade ou de periculosidade de seu respectivo laudo concluir pela inexistência dessas condições.

Art. 19. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista, previdenciária e tributária prestarão orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 20. A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto nos artigos 16 e 20 desta Lei não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte do cumprimento das seguintes obrigações:

I – efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – apresentar a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

III – manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciários, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 17 desta Lei; e

IV – controlar os períodos de férias de seus empregados.

Art. 22. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

CAPÍTULO VII

Do Apoio Creditício

Art. 23. A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam asseguradas condições favorecidas relativamente a encargos financeiros, prazos e garantias, nas operações que realizarem com instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de fomento, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incentivar e fomentar os agentes financeiros públicos e privados e estabelecer linhas de crédito diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, bem como a constituir fundo para garantia de aval ou fiança, inclusive provendo os meios necessários.

Art. 24. Nas operações a que se refere o artigo anterior, de valor até vinte mil UFIR, as garantias exigidas ficam restritas aos próprios bens financiados, à fiança e ao aval.

Art. 25. Dos recursos de que trata a alínea "b" do artigo 11 da Lei n. 8.154⁽¹⁾, de 28 de dezembro de 1990, até cinco por cento ao ano devem ser destinados a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em ope-

rações cujo valor não ultrapasse o teto estabelecido no artigo anterior e desde que a microempresa e a empresa de pequeno porte não tenham condições de oferecer garantias reais ou fidejussórias, ou de contratar seguro de crédito no valor total do mútuo.

Art. 26. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo 25 desta Lei, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do artigo 10 da Lei n. 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 27. A firma individual ou sociedade que, sem observância dos requisitos desta Lei, tentar enquadrar-se ou manter-se enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes penalidades:

I – (vetado);

II – multa prevista no inciso II do artigo 4º da Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declarações ou informações prestadas, por seu titular ou sócio, às autoridades competentes;

III – aplicação automática de multa de cinquenta por cento sobre o valor monetariamente corrigido sobre os empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada;

IV – cancelamento, de ofício, de enquadramento como microempresa ou como empresa de pequeno porte.

Art. 28. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 29. As firmas individuais e as sociedades comerciais e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuição para com a Fazenda Nacional.

Art. 30. As implicações orçamentárias e financeiras decorrentes desta Lei serão incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e consideradas no Orçamento da União do ano subsequente.

Art. 31. A política de tarifas públicas para a microempresa e a empresa de pequeno porte contemplará sempre os preços mínimos concedidos a quaisquer outras empresas, adotando-se o mesmo critério para a venda de bens e serviços por parte de empresas e entidades públicas.

Art. 32. (Vetado).

Art. 33. (Vetado).

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Itamar Franco – Presidente da República.

Maurício Corrêa.

RESOLUÇÃO N. 29 – DE 24 DE MARÇO DE 1994

Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo do Estado do Maranhão com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no montante de CR\$ 18.642.420.000,00, em valores de 30 de novembro de 1993, equivalente a 78.224.320,4 Unidades Reais de Valor – URV ou US\$ 79.000.000,00, bem como autoriza o Estado a contratar o empréstimo, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do projeto de reabilitação e conservação de rodovias do Estado.

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 1994

Dispõe sobre aumento de capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

LEI N. 8.383 – DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Unidade de Referência – UFIR

Art. 1º Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1º O disposto neste Capítulo aplica-se a tributos e contribuições sociais, inclusive previdenciárias, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

§ 2º É vedada a utilização da UFIR em negócio jurídico como referencial de correção monetária do preço de bens ou serviços e de salários, aluguéis ou "royalties".

Art. 2º A expressão monetária da UFIR mensal será fixa em cada mês-calendário; e a UFIR diária ficará sujeita a variação em cada dia e a do primeiro dia do mês será igual à da UFIR do mesmo mês.

§ 1º O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento da Receita Federal, divulgará a expressão monetária da UFIR mensal:

a) até o dia 1º de janeiro de 1992, para esse mês, mediante a aplicação, sobre Cr\$ 126,8621, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado desde fevereiro até novembro de 1991, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA de dezembro de 1991, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

b) até o primeiro dia de cada mês, a partir de 1º de fevereiro de 1992, com base no IPCA.

§ 2º O IPCA, a que se refere o parágrafo anterior, será constituído por série especial cuja apuração compreenderá o período entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência.

§ 3º Interrompida a apuração ou divulgação da série especial do IPCA, a expressão monetária da UFIR será estabelecida com base nos indicadores disponíveis, observada precedência em relação àqueles apurados por instituições oficiais de pesquisa.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o Departamento da Receita Federal divulgará a metodologia adotada para a determinação da expressão monetária da UFIR.

§ 5º O Departamento da Receita Federal divulgará, com antecedência, a expressão monetária da UFIR diária, com base na projeção da taxa de inflação medida pelo índice de que trata o § 2º deste artigo.

§ 6º A expressão monetária do Fator de Atualização Patrimonial - FAP, instituído em decorrência da Lei n. 8.200⁽¹⁾, de 28 de junho de 1991, será igual, no mês de dezembro de 1991, à expressão monetária da UFIR apurada conforme a alínea "a" do § 1º deste artigo.

§ 7º A expressão monetária do coeficiente utilizado na apuração do ganho de capital, de que trata a Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, corresponderá a partir de janeiro de 1992, à expressão monetária da UFIR mensal.

Art. 3º Os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária ficam convertidos em quantidade de UFIR, utilizando-se como divisores:

I - o valor de Cr\$ 215,6656, se relativos a multas e penalidades de qualquer natureza;

II - o valor de Cr\$ 126,8621, nos demais casos.

CAPÍTULO II

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Art. 4º A renda e os proventos de qualquer natureza, inclusive os rendimentos e ganhos de capital, percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, serão tributados pelo Imposto sobre a Renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta Lei.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro do ano-calendário de 1992, o Imposto sobre a Renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os artigos 7º, 8º e 12 da Lei n. 7.713⁽³⁾, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

| Base de Cálculo (em UFIR) | Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR) | Alíquota |
|------------------------------|---|----------|
| Até 1.000 | | isento |
| Acima de 1.000 até 1.950 | 1.000 | 15% |
| Acima de 1.950 | 1.380 | 25% |

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 6º O imposto sobre os rendimentos de que trata o artigo 8º da Lei n. 7.713, de 1988:

I - será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que os rendimentos forem recebidos;

II - deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção dos rendimentos.

Parágrafo único. A quantidade da UFIR de que trata o inciso I será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto.

Art. 7º Sem prejuízo dos pagamentos obrigatórios estabelecidos na legislação, fica facultado ao contribuinte efetuar, no curso do ano, complementação do imposto que for devido sobre os rendimentos recebidos.

Art. 8º O imposto retido na fonte ou pago pelo contribuinte, salvo disposição em contrário, será deduzido do apurado na forma do inciso I do artigo 15 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da redução, o imposto retido ou pago será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta:

a) no mês em que os rendimentos forem pagos ao beneficiário, no caso de imposto retido na fonte;

b) no mês do pagamento do imposto, nos demais casos.

Art. 9º As receitas e despesas a que se refere o artigo 6º da Lei n. 8.134⁽⁴⁾, de 27 de dezembro de 1990, serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidas ou pagas, respectivamente.

Art. 10. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda poderão ser deduzidas:

I - a soma dos valores referidos nos incisos do artigo 6º da Lei n. 8.134, de 1990;

II - as importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento de acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

III - a quantia equivalente a quarenta UFIR por dependente;

IV - as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - o valor de mil UFIR, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

Art. 11. Na declaração de ajuste anual (artigo 12) poderão ser deduzidos:

I - os pagamentos feitos, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas provenientes de exames laboratoriais e serviços radiológicos;

II - as contribuições e doações efetuadas a entidades de que trata o artigo 1º da Lei n. 3.830⁽⁵⁾, de 25 de novembro de 1960, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da mesma lei;

III - as doações de que trata o artigo 260 da Lei n. 8.069⁽⁶⁾, de 13 de julho de 1990;

IV - a soma dos valores referidos no artigo 10 desta Lei;

V - as despesas feitas com instrução do contribuinte e seus dependentes até o limite anual individual de seiscentos e cinquenta UFIR.

§ 1º O disposto no inciso I:

a) aplica-se, também, aos pagamentos feitos a empresas brasileiras ou autorizadas a funcionar no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica e hospitalar;

b) restringe-se aos pagamentos feitos pelo contribuinte, relativos ao seu próprio tratamento e ao de seus dependentes;

c) é condicionado a que os pagamentos sejam especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro de Pessoas Jurídicas de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

§ 2º Não se incluem entre as deduções de que trata o inciso I deste artigo as despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie.

§ 3º A soma das deduções previstas nos incisos II e III está limitada a dez por cento da base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual.

§ 4º As deduções de que trata este artigo serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do pagamento ou no mês em que tiverem sido consideradas na base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto.

Art. 12. As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de ajuste, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou valor a ser restituído.

§ 1º Os ganhos a que se referem o artigo 26 desta Lei e o inciso I do artigo 18 da Lei n. 8.134, de 1990, serão apurados e tributados em separado, não integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na declaração de ajuste anual e o imposto pago não poderá ser deduzido na declaração.

§ 2º A declaração de ajuste anual, em modelo aprovado pelo Departamento da Receita Federal, deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos ou ganhos de capital.

§ 3º Ficam dispensadas da apresentação de declaração:

a) as pessoas físicas cujos rendimentos do trabalho assalariado, no ano-calendário, inclusive Gratificação de Natal ou Gratificação Natalina, conforme o caso, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

b) os aposentados, inativos e pensionistas da Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou dos respectivos Tesouros, cujos proventos e pensões no ano-calendário, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

c) outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

Art. 13. Para efeito de cálculo do imposto a pagar ou do valor a ser restituído, os rendimentos serão convertidos em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidos pelo beneficiário.

Parágrafo único. A base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual, será a diferença entre as somas, em quantidade de UFIR:

a) de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte; e

b) das deduções de que trata o artigo 11 desta Lei.

Art. 14. O resultado da atividade rural será apurado segundo o disposto na Lei n. 8.023⁽⁷⁾, de 12 de abril de 1990, e, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto definida no artigo anterior.

§ 1º O resultado da atividade rural e a base de cálculo do imposto serão expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º As receitas, despesas e demais valores, que integram o resultado e a base de cálculo, serão convertidos em UFIR pelo valor desta no mês do efetivo pagamento ou recebimento.

Art. 15. O saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído na declaração de ajuste anual (artigo 12) será determinado com observância das seguintes normas:

I - será calculado o imposto progressivo de acordo com a tabela (artigo 16);

II - será deduzido o imposto pago ou retido na fonte, correspondente a rendimentos incluídos na base de cálculo;

III - o montante assim determinado, expresso em quantidade de UFIR, constituirá, se positivo, o saldo do imposto a pagar e, se negativo, o valor a ser restituído.

Art. 16. Para fins do ajuste de que trata o artigo anterior, o Imposto sobre a Renda progressivo será calculado de acordo com a seguinte tabela:

| Base de Cálculo (e: UFIR) | Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR) | Alíquota |
|------------------------------|---|----------|
| Até 2.000 | | isento |
| Acima de 2.000 até 23.400 | 12.000 | 15% |
| Acima de 23.400 | 16.560 | 25% |

Art. 17. O saldo do imposto (artigo 15, III) poderá ser pago em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I - nenhuma quota será inferior a cinquenta UFIR e o imposto de valor inferior a cem UFIR será pago de uma só vez;

II - a primeira quota ou quota única deverá ser paga no mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos;

III - as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;

IV - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

Parágrafo único. A quantidade de UFIR será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto ou da respectiva quota.

Art. 18. Para cálculo do imposto, os valores da tabela progressiva anual (artigo 16) serão divididos proporcionalmente ao número de meses do período abrangido pela tributação, em relação ao ano-calendário, nos casos de declaração apresentada:

I - em nome do espólio, no exercício em que for homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens;

II - pelo contribuinte, residente ou domiciliado no Brasil, que se retirar em caráter definitivo do Território Nacional.

Art. 19. As pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem pagamentos com retenção do Imposto sobre a Renda na fonte deverão fornecer à pessoa física beneficiária, até o dia 28 de fevereiro, documento comprobatório, em duas vias, com indicação da natureza e do montante do pagamento, das deduções e do Imposto sobre a Renda retido no ano anterior.

§ 1º. Tratando-se de rendimentos pagos por pessoas jurídicas, quando não tenha havido retenção do Imposto sobre a Renda na fonte, o comprovante deverá ser fornecido no mesmo prazo ao contribuinte que o tenha solicitado até o dia 15 de janeiro do ano subsequente.

§ 2º. No documento de que trata este artigo, o imposto retido na fonte, as deduções e os rendimentos, deverão ser informados por sua valores em cruzeiros e em quantidade de UFIR, convertidos segundo o disposto na alínea "a" do parágrafo único do artigo 8º, no § 4º do artigo 11 e no artigo 13 desta Lei.

§ 3º. As pessoas físicas ou jurídicas que deixarem de fornecer aos beneficiários, dentro do prazo, ou fornecerem com inexatidão, o documento a que se refere este artigo ficarão sujeitas ao pagamento de multa de trinta e cinco UFIR por documento.

§ 4º. À fonte pagadora que prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções, ou imposto retido na fonte, será aplicada a multa de cento e cinquenta por cento sobre o valor que for indevidamente utilizável como redução do Imposto sobre a Renda devido, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais.

§ 5º. Na mesma penalidade incorrerá aquele que se beneficiar da informação sabendo ou devendo saber da falsidade.

CAPÍTULO III

Da Tributação das Operações Financeiras

Art. 20. O rendimento produzido por aplicação financeira de renda fixa iniciada a partir de 1º de janeiro de 1992, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte às alíquotas seguintes:

I - operação iniciada e encerrada no mesmo dia ("day trade"): quarenta por cento;

II - demais operações: trinta por cento.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e semelhantes, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte em relação à operação iniciada e encerrada no mesmo dia quando o alienante for instituição financeira, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários.

§ 3º. A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF (artigo 18 da Lei n. 8.088⁽⁹⁾, de 31 de outubro de 1990) e o valor da aplicação financeira de renda fixa, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data inicial da operação até a da alienação.

§ 4º. Serão adicionados ao valor de alienação, para fins de composição da base de cálculo do imposto, os rendimentos periódicos produzidos pelo título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados, pagos ou creditados ao alienante e não submetidos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data do crédito ou pagamento até a da alienação.

§ 5º. Para fins da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, a alienação compreende qualquer forma de transmissão da propriedade, bem como a liquidação, resgate ou repactuação do título ou aplicação.

§ 6º. Fica incluída na Tabela "D" a que se refere o artigo 4º, inciso II, da Lei n. 7.940⁽⁹⁾, de 20 de dezembro de 1989, sujeita à alíquota de até 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento), a operação de registro de emissão de outros valores mobiliários.

Art. 21. Nas aplicações em fundos de renda fixa, resgatadas a partir de 1º de janeiro de 1992, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será constituída pela diferença positiva entre o valor do resgate, líquido de IOF, e o custo de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data da conversão da aplicação em quotas até a reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 1º. Na determinação do custo de aquisição da quota, quando atribuída a remuneração ao valor resgatado, observar-se-á a precedência segundo a ordem sequencial direta das aplicações realizadas pelo beneficiário.

§ 2º. Os rendimentos auferidos pelos fundos de renda fixa e as alienações de títulos ou aplicações por eles realizadas ficam excluídos, respectivamente, da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e do IOF.

§ 3º. O Imposto sobre a Renda na fonte, calculado à alíquota de trinta por cento, e o IOF serão retidos pelo administrador do fundo de renda fixa na data do resgate.

§ 4º. Excluem-se do disposto neste artigo as aplicações em Fundo de Aplicação Financeira - FAF, que continuam sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de cinco por cento sobre o rendimento bruto apropriado diariamente ao quotista.

§ 5º. Na determinação da base de cálculo do imposto em relação ao resgate de quota existente em 31 de dezembro de 1991, adotar-se-á, a título de custo de aquisição, o valor da quota na mesma data.

Art. 22. São isentos do Imposto sobre a Renda na fonte:

I - os rendimentos creditados ao quotista pelo Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Aplicação, correspondente aos créditos apropriados por FAF;

II - os rendimentos auferidos por FAF, tributados quando da apropriação ao quotista.

Art. 23. A operação de mútuo e a operação de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro, iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1992, ficam equiparadas à operação de renda fixa para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 1º. Constitui fato gerador do imposto a liquidação da operação de mútuo ou a revenda de ouro, ativo financeiro.

§ 2º. A base de cálculo do imposto nas operações de mútuo será constituída:

a) pelo valor do rendimento em moeda corrente, atualizado entre a data do recebimento e a data de liquidação do contrato; ou

b) quando o rendimento for fixado em quantidade de ouro, pelo valor da conversão do ouro em moeda corrente, estabelecido com base nos preços médios das operações realizadas no mercado à vista da bolsa em que ocorrer o maior volume de ouro transacionado na data de liquidação do contrato.

§ 3º. A base de cálculo nas operações de revenda e de compra de ouro, quando vinculadas, será constituída pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro, atualizada com base na variação acumulada da UFIR diária, entre a data de início e de encerramento da operação.

§ 4º. O valor da operação de que trata a alínea "a" do § 2º será atualizado com base na UFIR diária.

§ 5º. O Imposto sobre a Renda na fonte será calculado aplicando-se alíquotas previstas no artigo 20, de acordo com o prazo de operação.

§ 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas com vistas a definir as características da operação de compra vinculada à revenda, bem como a equiparar às operações de que trata este artigo outras que, pelas suas características, produzam os mesmos efeitos das operações indicadas.

§ 7º. O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer prazo mínimo para as operações de que trata este artigo.

Art. 24. Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte de que tratam os artigos 20, 21 e 23, sobre rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições em relação à operação:

I - tenha por objeto a aquisição de título ou realização de aplicação exclusivamente sob a forma nominativa, intransferível por endosso;

II - o pagamento ou resgate seja efetuado por cheque cruzado nominativo, não endossável, para depósito em conta do beneficiário ou mediante crédito em conta corrente por ele mantida junto à entidade, dentre as nomeadas no artigo 20, § 2º;

III - seja apresentada, no ato da cessão ou liquidação, a nota de negociação relativa à aquisição do título ou à realização da aplicação;

IV - seja comprovado à fonte pagadora, por escrito, pelo beneficiário, o enquadramento no disposto no "caput" deste artigo ou a condição de entidade imune.

Parágrafo único. A dispensa de que trata este artigo não se aplica em relação aos rendimentos auferidos nas operações:

a) iniciadas e encerradas no mesmo dia, exceto no caso previsto no artigo 20, § 2º;

b) de mútuo, realizadas entre pessoas jurídicas não ligadas, exceto se, pelo menos uma das partes, for quaisquer das pessoas jurídicas mencionadas no artigo 20, § 2º;

c) de que trata o § 4º do artigo 21.

Art. 25. O rendimento auferido no resgate, a partir de 1º de janeiro de 1992, de quota de fundo mútuo de ações, clube de investimento e outros fundos da espécie, inclusive Plano de Poupança e Investimentos - PAIT, de que trata o Decreto-Lei n. 2.292⁽¹⁰⁾, de 21 de novembro de 1986, constituídos segundo a legislação apli-

cável, quando o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo médio de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária da data da conversão em quotas até a de reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 2º Os ganhos líquidos a que se refere o artigo seguinte e os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, auferidos por fundo mútuo de ações, clube de investimentos e outros fundos da espécie, não estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 3º O imposto será retido pelo administrador do fundo ou clube de investimento na data do resgate.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir a compensação de perdas ocorridas em aplicações de que trata este artigo.

Art. 26. Ficam sujeitas ao pagamento do Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, a pessoa física e a pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, que auferirem ganhos líquidos nas operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, encerradas a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 1º Os custos de aquisição, os preços de exercício e os prêmios serão considerados pelos valores médios pagos, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária da data da aquisição até a data da alienação do ativo.

§ 2º O Poder Executivo poderá baixar normas para apuração e demonstração dos ganhos líquidos, bem como autorizar a compensação de perdas em um mesmo ou entre dois ou mais mercados ou modalidades operacionais, previstos neste artigo, ressalvado o disposto no artigo 28 desta Lei.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos ganhos líquidos decorrentes da alienação de ouro, ativo financeiro, fora da bolsa, com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§ 4º O imposto de que trata este artigo será apurado mensalmente.

Art. 27. As deduções de despesas, bem como a compensação de perdas na forma prevista no § 2º do artigo precedente, são admitidas exclusivamente para as operações realizadas nos mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Executivo e com objetivos semelhantes ao das bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros.

Art. 28. Os prejuízos decorrentes de operações financeiras de compra e subsequente venda ou de venda e subsequente compra, realizadas no mesmo dia ("day-trade"), tendo por objeto ativo, título, valor mobiliário ou direito de natureza e características semelhantes, somente podem ser compensados com ganhos auferidos em operações da mesma espécie ou em operações de cobertura ("hedge") a qual estejam vinculadas nos termos admitidos pelo Poder Executivo.

§ 1º O ganho líquido mensal corresponde às operações "day-trade", quando auferido por beneficiário dentre os referidos no artigo 26, integra a base de cálculo do Imposto sobre a Renda de que trata o mesmo artigo.

§ 2º Os prejuízos decorrentes de operações realizadas fora de mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Público, não podem ser deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e a apuração do ganho líquido de que trata o artigo 26, bem como não podem ser compensados com ganhos auferidos em operações de espécie, realizadas em qualquer mercado.

Art. 29. Os beneficiários residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se, a partir de 1º de janeiro de 1992, às mesmas normas de tributação pelo Imposto sobre a Renda, previstas para os beneficiários residentes ou domiciliados no País, em relação:

- I - aos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa;
- II - aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;
- III - aos rendimentos obtidos em aplicações em fundos de investimento e clubes de ações.

Parágrafo único. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, nos termos dos artigos 31 a 33, os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de aplicações financeiras, auferidos por fundos, sociedades de investimentos e carteira de valores mobiliários de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

Art. 30. O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no País por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço, e que será responsável, nos termos do artigo 128 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172⁽¹¹⁾, de 25 de outubro de 1966), pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.

§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente, tal responsabilidade for atribuída a terceiro.

§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade neste artigo.

Art. 31. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, por fundos em condomínio a que refere o artigo 50 da Lei n. 4.728⁽¹²⁾, de 14 de julho de 1965, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetário Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, residentes, domiciliados, ou com sede no exterior.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital, auferidos por fundo em condomínio de que trata este artigo, ficam excluídos da retenção do Imposto sobre a Renda na fonte e do Imposto sobre a Renda sobre o ganho líquido mensal.

Art. 32. Ficam sujeitos ao Imposto sobre a Renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento:

I - pelas entidades mencionadas nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei n. 2.285⁽¹³⁾, de 23 de julho de 1986;

II - pelas sociedades de investimento a que se refere o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965;

III - pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas por investidores estrangeiros.

§ 1º Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos pelas entidades de que trata este artigo, ficam excluídos, respectivamente, do Imposto sobre a Renda na fonte e sobre o ganho líquido mensal.

§ 2º Os ganhos de capital a que se refere o parágrafo precedente ficam excluídos da incidência do Imposto sobre a Renda quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento, pelos fundos, sociedades ou carteiras referidas no "caput" deste artigo.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:

a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, dividendos, bonificações em dinheiro e participações nos lucros;

b) ganhos de capital: a diferença entre o valor de aquisição e o de cessão, resgate ou liquidação, auferida nas negociações com títulos e valores mobiliários de renda variável.

§ 4º O valor dos dividendos atribuídos a ações integrantes da carteira será, a partir da data da transferência do patrimônio líquido para o passivo exigível da empresa emitente, registrado à conta de rendimentos.

§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio de que trata o artigo 31 desta Lei.

Art. 33. O Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos e ganhos de capital excluídos da base de cálculo nos termos dos artigos 31 e 32 será devido, quando for o caso, no ato da distribuição ao acionista ou quotista no exterior, a qual será caracterizada pela liquidação, remessa ou resgate, sob qualquer forma, de valores auferidos pela sociedade, fundo ou carteira.

§ 1º A base de cálculo do imposto será constituída pelo valor, em moeda nacional, da distribuição realizada, excluídos os ganhos de capital de que trata o artigo 32, quando distribuídos pelas entidades mencionadas naquele artigo.

§ 2º A exclusão de que trata o parágrafo anterior, em termos proporcionais não poderá exceder a relação resultante do confronto do valor do ganho de capital com as somas dos valores dos rendimentos e do ganho de capital, passíveis de distribuição.

§ 3º Nas hipóteses de redução de capital das sociedades de investimento de que trata o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965, de resgate de quotas de fundos ou operação equivalente às precedentes, considerar-se-á distribuída a parte do valor dos resultados positivos acumulados na data daquele ato, correspondente à diferença entre o valor da operação e parcela desta, proporcional à relação entre o valor do capital atualizado monetariamente com base na variação da UFIR e o valor do patrimônio líquido, no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 4º Considera-se ganho de capital, para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte o valor obtido multiplicando-se a importância correspondente aos resultados positivos distribuídos, apurada na forma do parágrafo anterior, pela proporção entre os ganhos de capital, líquidos, e a soma dos ganhos de capital e rendimentos, líquidos, constantes no balanço no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 5º O ganho de capital ou rendimentos líquidos serão constituídos pelos valores das correspondentes receitas, diminuídos das despesas necessárias à sua obtenção.

§ 6º Com vistas à apuração da diferença a que se refere o § 3º deste artigo, o contravalor em moeda nacional do capital registrado no Banco Central do Brasil será determinado tomando-se por base a taxa de câmbio, para venda, vigente no último dia do mês imediatamente anterior ao da distribuição.

Art. 34. As disposições dos artigos 31 a 33 desta Lei abrangem as operações compreendidas no período entre 15 de junho de 1989, inclusive, e 1º de janeiro de 1992, exceto em relação ao imposto de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.986⁽¹⁴⁾, de 28 de dezembro de 1982, vedada a restituição ou compensação de imposto pago no mesmo período.

Art. 35. Na cessão, liquidação ou resgate, será apresentada a nota de aquisição do título ou o documento relativo à aplicação, que identifique as partes envolvidas na operação.

§ 1º Quando não apresentado o documento de que trata este artigo, considerar-se-á como preço de aquisição o valor da emissão ou o da primeira colocação do título, prevalecendo o menor.

§ 2º Não comprovado o valor a que se refere o § 1º, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será arbitrada em cinquenta por cento do valor bruto da alienação.

§ 3º Fica dispensada a exigência prevista neste artigo relativamente a título ou aplicação revestidos, exclusivamente, da forma escritural.

Art. 36. O Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre aplicações financeiras ou pago sobre ganhos líquidos mensais de que trata o artigo 26 será considerado:

I - se o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real: antecipação do devido na declaração;

II - se o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta: tributação definitiva, vedada a compensação na declaração de ajuste anual.

Art. 37. A alíquota do Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos produzidos por títulos ou aplicações integrantes do patrimônio do fundo de renda fixa de que trata o artigo 21 desta Lei será de vinte e cinco por cento e na base de cálculo será considerado como valor de alienação aquele pelo qual o título ou aplicação constar da carteira no dia 31 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto será efetuado pelo administrador do fundo, sem correção monetária, até o dia seguinte ao da alienação do título ou resgate da aplicação.

CAPÍTULO IV

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Art. 38. A partir do mês de janeiro de 1992, o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas será devido mensalmente, à medida em que os lucros forem auferidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas deverão apurar, mensalmente, a base de cálculo do imposto e o imposto devido.

§ 2º A base de cálculo do imposto será convertida em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo expressa em UFIR.

§ 4º Do imposto apurado na forma do parágrafo anterior a pessoa jurídica poderá diminuir:

a) os incentivos fiscais de dedução do imposto devido, podendo o valor excedente ser compensado nos meses subsequentes, observados os limites e prazos fixados na legislação específica;

b) os incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração apurado mensalmente;

c) o Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre receitas computadas na base de cálculo do imposto.

§ 5º Os valores de que tratam as alíneas do parágrafo anterior serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 6º O saldo do imposto devido em cada mês será pago até o último dia útil do mês subsequente.

§ 7º O prejuízo apurado na demonstração do lucro real em um mês poderá ser compensado com o lucro real dos meses subsequentes.

§ 8º Para efeito de compensação, o prejuízo será corrigido monetariamente com base na variação acumulada da UFIR diária.

§ 9º Os resultados apurados em cada mês serão corrigidos monetariamente (Lei n. 8.200, de 1991).

Art. 39. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pelo pagamento, até o último dia útil do mês subsequente, do imposto devido mensalmente, calculado por estimativa, observado o seguinte:

I - nos meses de janeiro a abril, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete anual levantado em 31 de dezembro do ano anterior ou, na inexistência deste, a um sexto do imposto e adicional apurados no balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano anterior;

II - nos meses de maio a agosto, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual de 31 de dezembro do ano anterior;

III - nos meses de setembro a dezembro, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano em curso.

§ 1º A opção será efetuada na data do pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro e só poderá ser alterada em relação ao imposto referente aos meses do ano subsequente.

§ 2º A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto mensal estimado, enquanto balanços ou balancetes mensais demonstrarem que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto calculado com base no lucro real do período em curso.

§ 3º O imposto apurado nos balanços ou balancetes será convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que se referir.

§ 4º O imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos computados na determinação do lucro real poderá ser deduzido do imposto estimado de cada mês.

§ 5º A diferença entre o imposto devido, apurado na declaração de ajuste anual (artigo 43), e a importância paga nos termos deste artigo será:

a) paga em quota única, até a data fixada para a entrega da declaração de ajuste anual, se positiva;

b) compensada, corrigida monetariamente, com o imposto mensal a ser pago nos meses subsequentes ao fixado para a entrega da declaração de ajuste anual, se negativa, assegurada a alternativa de requerer a restituição do montante pago indevidamente.

Art. 40. Poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cuja receita bruta total (operacional somada à não operacional) tenha sido igual ou inferior a trezentas mil UFIR no mês da opção ou a três milhões e seiscentas mil UFIR no ano anterior, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º Não poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cujo lucro, no ano anterior, tenha sido submetido ao adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450⁽¹³⁾, de 23 de dezembro de 1985.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido será efetuada no mês de janeiro ou no mês de início das atividades da pessoa jurídica e só poderá ser alterada a partir de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Os eventuais excessos de receita bruta verificados em meses subsequentes àquele em que houver sido exercida a opção não implicará modificação do regime de tributação dentro do mesmo ano.

§ 4º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR nos meses correspondentes.

§ 5º Verificada, durante o ano-calendário, receita bruta superior a três milhões e seiscentas mil UFIR, a pessoa jurídica passará, no ano subsequente, a ser tributada com base no lucro real.

§ 6º O limite de que trata o parágrafo anterior será proporcional ao número de meses de funcionamento da pessoa jurídica durante o ano em que iniciar suas atividades.

§ 7º O lucro presumido será determinado mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

a) trinta por cento da receita bruta da prestação de serviços; e

b) três inteiros e cinco décimos por cento da receita bruta das demais atividades.

§ 8º O lucro presumido, apurado na forma do parágrafo anterior, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor diário desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 9º O imposto será calculado sobre o valor mensal do lucro presumido expresso em quantidade de UFIR.

§ 10. O imposto e a contribuição social (Lei n. 7.689⁽¹⁴⁾, de 15 de dezembro de 1988), apurados em cada mês, serão pagos até o último dia útil do mês subsequente.

§ 11. Os rendimentos considerados automaticamente distribuídos aos sócios ou titular das pessoas jurídicas, tributadas na forma deste artigo, serão equivalentes a seis por cento, no mínimo, da receita mensal total, expressa em quantidade de UFIR, diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 12. No caso de sociedade, a parcela de rendimentos considerada automaticamente distribuída, correspondente a cada sócio, será fixada a critério da pessoa jurídica.

§ 13. O imposto incidente sobre o rendimento de que trata o § 11 deste artigo deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente.

Art. 41. A tributação com base no lucro arbitrado somente será admitida em caso de lançamento de ofício, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

§ 1º O lucro arbitrado e a contribuição social serão apurados mensalmente.

§ 2º O lucro arbitrado, diminuído do Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e da contribuição social, será considerado distribuído aos sócios ou ao titular da empresa e tributado exclusivamente na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 3º A contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado será devida mensalmente.

Art. 42. O limite da receita bruta anual previsto para a isenção das microempresas (Lei n. 7.256⁽¹⁵⁾, de 27 de novembro de 1984), passa a ser de noventa e seis mil UFIR.

§ 1º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR vigentes nos meses correspondentes.

§ 2º Os rendimentos das microempresas serão considerados automaticamente distribuídos ao sócio ou titular no valor equivalente a seis por cento, no mínimo, da receita total mensal, expressa em quantidade de UFIR diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º Os rendimentos efetivamente pagos aos sócios ou ao titular da microempresa sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, calculado com base na tabela de que trata o artigo 5º.

§ 4º O imposto de que trata o parágrafo anterior, convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que o rendimento tiver sido pago, poderá ser compensado com o devido na declaração de ajuste anual do beneficiário.

Art. 43. As pessoas jurídicas deverão apresentar, em cada ano, declaração de ajuste anual consolidando os resultados mensais auferidos nos meses de janeiro a dezembro do ano anterior, nos seguintes prazos:

I - até o último dia útil do mês de março, as tributadas com base no lucro presumido;

II - até o último dia útil do mês de abril, as tributadas com base no lucro real;

III - até o último dia útil do mês de junho, as demais.

Parágrafo único. Os resultados mensais serão apurados, ainda que a pessoa jurídica tenha optado pela forma de pagamento do imposto e adicional referida no artigo 39.

Art. 44. Aplicam-se a contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e ao imposto incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35) as mesmas normas de pagamento estabelecidas para o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Tratando-se da base de cálculo da contribuição social (Lei n. 7.689, de 1988) e quando ela resultar negativa em um mês, esse valor, corrigido monetariamente, poderá ser deduzido da base de cálculo de mês subsequente, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

Art. 45. O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição será determinado mediante a multiplicação da sua quantidade em UFIR pelo valor da UFIR diária na data do pagamento.

Art. 46. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão depreciar, em vinte e quatro quotas mensais, o custo de aquisição ou construção de máquinas e equipamentos, novos, adquiridos entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de dezembro de 1993, utilizados em processo industrial da adquirente.

§ 1º A parcela da depreciação acelerada que exceder à depreciação normal constituirá exclusão do lucro líquido e será escriturada no livro de apuração do lucro real.

§ 2º O total da depreciação acumulada, incluída a normal e a parcela excedente, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem, corrigido monetariamente.

§ 3º A partir do mês em que for atingido o limite de que trata o parágrafo anterior, a depreciação normal, corrigida monetariamente, registrada na escrituração comercial, deverá ser adicionada ao lucro líquido para determinar o lucro real.

§ 4º Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, a conta de depreciação excedente à normal, registrada no livro de apuração do lucro real, será corrigida monetariamente.

§ 5º As disposições contidas neste artigo aplicam-se às máquinas e equipamentos objeto de contratos de arrendamento mercantil.

Art. 47. Desde que autorizada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir como despesa operacional o custo de construções e benfeitorias realizadas, com a aprovação do órgão governamental competente, em bens públicos de uso comum ou vinculados a serviços públicos ou de utilidade pública.

Art. 48. A partir de 1º de janeiro de 1992, a correção monetária das demonstrações financeiras será efetuada com base na UFIR diária.

Art. 49. A partir do mês de janeiro de 1992, o adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450, de 23 de dezembro de 1985, incidirá à alíquota de dez por cento sobre a parcela do lucro real ou arbitrado, apurado mensalmente, que exceder a vinte e cinco mil UFIR.

Parágrafo único. A alíquota será de quinze por cento para os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidora de títulos e valores mobiliários e empresa de arrendamento mercantil.

Art. 50. As despesas referidas na alínea "b" do parágrafo único do artigo 52 e no item 2 da alínea "e" do parágrafo único do artigo 71, da Lei n. 4.506⁽¹⁸⁾, de 30 de novembro de 1964, decorrentes de contratos que, posteriormente a 31 de dezembro de 1991, venham a ser assinados, averbados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI e registrados no Banco Central do Brasil, passam a ser dedutíveis para fins de apuração do lucro real, observados os limites e condições estabelecidos pela legislação em vigor.

Parágrafo único. A vedação contida no artigo 14 da Lei n. 4.131⁽¹⁹⁾, de 3 de setembro de 1962, não se aplica às despesas dedutíveis na forma deste artigo.

Art. 51. Os balanços ou balancetes referidos nesta Lei deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no Diário ou no Livro de Apuração do Lucro Real.

CAPÍTULO V

Da Atualização e do Pagamento de Impostos e Contribuições

Art. 52. Em relação aos fatos geradores que vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1992, os pagamentos dos tributos e contribuições relacionados a seguir deverão ser efetuados nos seguintes prazos:

I - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI:

a) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados nos Códigos 2402.20.9900 e 2402.90.0399 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI;

b) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI;

c) até o último dia útil da segunda quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos demais produtos.

II - Imposto sobre a Renda retido na fonte - IRF:

a) até o último dia útil do mês do subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou na data da remessa, quando esta for efetuada antes, no caso de lucro de filiais, sucursais, agências ou representações, no País, de pessoas jurídicas com sede no exterior;

b) na data da ocorrência do fato gerador, nos casos dos demais rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior;

c) até o último dia útil do mês subsequente ao de distribuição automática dos lucros, no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, das microempresas e das de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397⁽²⁰⁾, de 21 de dezembro de 1987;

d) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

III - IOF:

a) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso de aquisição de ouro, ativo financeiro, bem assim nos de que tratam os incisos II a IV do artigo 1º da Lei n. 8.033⁽²¹⁾, de 12 de abril de 1990;

b) até o décimo dia da quinzena subsequente à de cobrança ou registro contábil do imposto, nos demais casos;

IV - contribuições para o FINSOCIAL, o PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, até o dia 20 do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V - contribuições previdenciárias, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 1º O imposto incidente sobre ganhos de capital na alienação de bens ou direitos (Lei n. 8.134, de 1990, artigo 18) deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente àquele em que os ganhos houverem sido percebidos.

§ 2º O imposto, apurado mensalmente, sobre os ganhos líquidos de que trata o artigo 26, será pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente àquele em que os ganhos foram apurados, facultado ao contribuinte antecipar o pagamento.

Art. 53. Os tributos e contribuições relacionados a seguir serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta:

I - IPI, no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores;

II - IRF, no primeiro dia útil subsequente ao de ocorrência do fato gerador;

III - IOF:

a) no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, na hipótese de aquisição de ouro, ativo financeiro;

b) no primeiro dia subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

IV - contribuições para o FINSOCIAL, PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, no primeiro dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V - Imposto sobre a Renda sobre os ganhos de que tratam os parágrafos do artigo precedente, no mês em que os ganhos foram auferidos;

VI - contribuições previdenciárias, no primeiro dia do mês subsequente ao de competência;

VII - demais tributos, contribuições e receitas da União, arrecadados pelo Departamento da Receita Federal, não referidos nesta Lei, nas datas dos respectivos vencimentos.

§ 1º O imposto de que tratam os parágrafos do artigo anterior será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do recebimento ou ganho.

§ 2º O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição a pagar será determinado mediante a multiplicação da quantidade de UFIR pelo valor desta na data do pagamento.

CAPÍTULO VI

Da Atualização de Débitos Fiscais

Art. 54. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, constituídos ou não, vencidos até 31 de dezembro de 1991 e não pagos até 2 de janeiro de 1992, serão atualizados monetariamente com base na legislação aplicável e convertidos, nessa data, em quantidade de UFIR diária.

§ 1º Os juros de mora calculados até 2 de janeiro de 1992 serão, também, convertidos em quantidade de UFIR, na mesma data.

§ 2º Sobre a parcela correspondente ao tributo ou contribuição, convertida em quantidade de UFIR, incidirão juros moratórios à razão de um por cento, por mês-calendário ou fração, a partir de fevereiro de 1992, inclusive, além da multa de mora ou de ofício.

§ 3º O valor a ser recolhido será obtido multiplicando-se a correspondente quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 55. Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data da concessão e expressos em quantidade de UFIR diária.

§ 1º O valor do débito consolidado, expresso em quantidade de UFIR, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

§ 2º O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros de mora de acordo com a legislação pertinente.

§ 3º Para efeito de pagamento, o valor em cruzeiros de cada parcela mensal será determinado mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no dia do pagamento.

Art. 56. No caso de parcelamento concedido administrativamente até o dia 31 de dezembro de 1991, o saldo devedor, a partir de 1º de janeiro de 1992, será expresso em quantidade de UFIR diária mediante a divisão do débito, atualizado monetariamente, pelo valor da UFIR diária no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. O valor em cruzeiros do débito ou da parcela será determinado mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 57. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, bem como os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, poderão, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, ser inscritos como Dívida Ativa da União, pelo valor expresso em quantidade de UFIR.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo, que forem objeto de parcelamento, serão consolidados na data de sua concessão e expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º O encargo referido no artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.025⁽²²⁾, de 21 de julho de 1969, modificado pelo artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.569⁽²³⁾, de 8 de agosto de 1977, e artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.645⁽²⁴⁾, de 11 de dezembro de 1978, será calculado sobre o montante do débito, inclusive multas, atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa de mora.

Art. 58. No caso de lançamento de ofício, a base de cálculo, o imposto, as contribuições arrecadadas pela União e os acréscimos legais serão expressos em UFIR diária ou mensal, conforme a legislação de regência do tributo ou contribuição.

Parágrafo único. Os juros e a multa de lançamento de ofício serão calculados com base no imposto ou contribuição expresso em quantidade de UFIR.

CAPÍTULO VII

Das Multas e dos Juros de Mora

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

§ 1º A multa de mora será reduzida a dez por cento, quando o débito for pago até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º A multa incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito; os juros, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Art. 60. Será concedida redução de quarenta por cento da multa de lançamento de ofício ao contribuinte que, notificado, requerer o parcelamento do débito no prazo legal de impugnação.

§ 1º Havendo impugnação tempestiva, a redução será de vinte por cento, se o parcelamento for requerido dentro de trinta dias da ciência da decisão da primeira instância.

§ 2º A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeito.

Art. 61. As contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS ficarão sujeitas à multa variável, de caráter não-relevável, nos seguintes percentuais, incidentes sobre os valores atualizados monetariamente até a data do pagamento:

I - dez por cento sobre os valores das contribuições em atraso que, até a data do pagamento, não tenham sido incluídas em notificação de débito;

II - vinte por cento sobre os valores pagos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito;

III - trinta por cento sobre todos os valores pagos mediante parcelamento, desde que referido no prazo do inciso anterior;

IV - sessenta por cento sobre os valores pagos em quaisquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo para o parcelamento.

Parágrafo único. É facultada a realização de depósito, à disposição da Seguridade Social, sujeito aos mesmos percentuais dos incisos I e II, conforme o caso, para apresentação de defesa.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 62. O § 2º do artigo 11 e os artigos 13 e 14 da Lei n. 8.218, de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.

§ 1º

§ 2º O Departamento da Receita Federal expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos e sistemas deverão ser apresentados.

Art. 13. A não-apresentação dos arquivos ou sistemas até o trigésimo dia após o vencimento do prazo estabelecido implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo anterior.

Art. 14. A tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário (Livro Razão), mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

Parágrafo único. A não-manutenção do livro de que trata este artigo, nas condições determinadas, implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica."

Art. 63. O tratamento tributário previsto no artigo 6º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, aplica-se, também, às operações de cobertura de riscos realizadas em outros mercados de futuros, no exterior, além de bolsas, desde que admitidas pelo Conselho Monetário Nacional e desde que sejam observadas as normas e condições por ele estabelecidas.

Art. 64. Responderão como co-autores de crime de falsidade o gerente e o administrador de instituição financeira ou assemelhadas que concorrerem para que seja aberta conta ou movimentados recursos sob nome:

I - falso

II - de pessoa física ou de pessoa jurídica inexistente;

III - de pessoa jurídica liquidada de fato ou sem representação regular.

Parágrafo único. É facultado às instituições financeiras e às assemelhadas solicitar ao Departamento da Receita Federal a confirmação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 65. Terá o tratamento de permuta a entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal ou de outros créditos contra a União, como contrapartida à aquisição das ações ou quotas leiloadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

§ 1º Na hipótese de adquirente pessoa física, deverá ser considerado como custo de aquisição das ações ou quotas da empresa privatizável o custo de aquisição dos direitos contra a União, corrigido monetariamente até a data da permuta.

§ 2º Na hipótese de pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, o custo de aquisição será apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o custo de aquisição das ações ou quotas leiloadas será igual ao valor contábil dos títulos ou créditos entregues pelo adquirente na data da operação.

§ 4º Quando se configurar, na aquisição, investimento relevante em coligada ou controlada, avaliável pelo valor do patrimônio líquido, a adquirente deverá registrar o valor da equivalência no patrimônio adquirido, em conta própria de investimentos, e o valor do ágio ou deságio na aquisição em subconta do mesmo investimento, que deverá ser computado na determinação do lucro real do mês de realização do investimento, a qualquer título.

Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes.

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.

§ 4º O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 67. A competência de que trata o artigo 1º da Lei n. 8.022⁽²⁵⁾, de 12 de abril de 1990, relativa à apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa oriunda das receitas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como a representação judicial nas respectivas execuções fiscais, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 68. O Anexo I do Decreto-Lei n. 2.225⁽²⁶⁾, de 10 de janeiro de 1985, passa a vigorar na forma do Anexo I a esta Lei.

Parágrafo único. Fica igualmente aprovado o Anexo II a esta Lei, que altera a composição prevista no Decreto-Lei n. 2.192⁽²⁷⁾, de 26 de dezembro de 1984.

Art. 69. O produto da arrecadação de multas, inclusive as que fazem parte do valor pago por execução da Dívida Ativa e de sua respectiva correção monetária, incidentes sobre tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal e próprios da União, bem como daquelas aplicadas à rede arrecadadora de receitas federais, constituirá receita do Fundo instituído pelo Decreto-Lei n. 1.437⁽²⁸⁾, de 17 de dezembro de 1975, sem prejuízo do disposto na legislação pertinente, excluídas as transferências constitucionais para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 70. Ficam isentas dos tributos incidentes sobre a importação as mercadorias destinadas a consumo no recinto de congressos, feiras e exposições internacionais, e eventos assemelhados, a título de promoção ou degustação, de montagem ou conservação de estandes, ou de demonstração de equipamentos em exposição.

§ 1º A isenção não se aplica a mercadorias destinadas à montagem de estandes, susceptíveis de serem aproveitadas após o evento.

§ 2º É condição para gozo da isenção que nenhum pagamento, a qualquer título, seja efetuado ao exterior, em relação às mercadorias mencionadas no "caput" deste artigo.

§ 3º A importação das mercadorias objeto da isenção fica dispensada da Guia de Importação, mas sujeita-se a limites de quantidade e valor, além de outros requisitos, estabelecidos pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 71. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 40, poderão optar pela tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Em caso de opção, a pessoa jurídica pagará o imposto correspondente ao ano-calendário de 1992, obedecendo ao disposto no artigo 40, sem prejuízo do pagamento do imposto devido por seus sócios no exercício de 1992, ano-base de 1991.

Art. 72. Ficam isentas do IOF as operações de financiamento para a aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por:

I - motoristas profissionais que, na data da publicação desta Lei, exerçam comprovadamente em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do poder concedente e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II - motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III - cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV - pessoas portadoras de deficiência física, atestada pelo Departamento de Trânsito do Estado onde residirem em caráter permanente, cujo laudo de perícia médica especifique:

a) o tipo de defeito físico e a total incapacidade do requerente para dirigir automóveis convencionais;

b) a habilitação do requerente para dirigir veículo com adaptações especiais, descritas no referido laudo.

V - trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas, destinado à aquisição de maquinário, equipamentos e ferramentas que possibilitem a aquisição de bens e a prestação de serviços à comunidade.

§ 1º O benefício previsto neste artigo:

a) poderá ser utilizado uma única vez;

b) será reconhecido pelo Departamento da Receita Federal mediante prévia verificação de que o adquirente possui os requisitos.

§ 2º Na hipótese do inciso V, o reconhecimento ficará adstrito aos tomadores residentes na área de atuação do Projeto, os quais serão indicados pelos Governos Estaduais, mediante convênio celebrado com a Caixa Econômica Federal.

§ 3º A alienação do veículo antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos, acarretará o pagamento, pelo alienante, da importância correspondente à diferença da alíquota aplicável à operação e a de que trata este artigo, calculada sobre o valor do financiamento, sem prejuízo da incidência dos demais encargos previstos na legislação tributária.

Art. 73. O artigo 2º da Lei n. 8.033, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 2º

VII - não incidirá relativamente a ações nas seguintes hipóteses:

- a) transmissão "causa mortis" e adiantamento da legítima;
- b) sucessão decorrente de fusão, cisão ou incorporação;
- c) transferência das ações para sociedade controlada.

§ 4º Nas hipóteses do inciso VII, o imposto incidirá na ulterior transmissão das ações pelos herdeiros, legatários, donatários, sucessores e cessionários."

Art. 74. Integrarão a remuneração dos beneficiários:

I - a contraprestação de arrendamento mercantil ou o aluguel ou, quando for o caso, os respectivos encargos de depreciação, atualizados monetariamente até a data do balanço:

- a) de veículo utilizado no transporte de administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros em relação à pessoa jurídica;
- b) de imóvel cedido para uso de qualquer pessoa dentre as referidas na alínea precedente;

II - as despesas com benefícios e vantagens concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, pagos diretamente ou através da contratação de terceiros, tais como:

- a) a aquisição de alimentos ou quaisquer outros bens para utilização pelo beneficiário fora do estabelecimento da empresa;
- b) os pagamentos relativos a clubes e assemelhados;
- c) o salário e respectivos encargos sociais de empregados postos à disposição ou cedidos, pela empresa, a administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros;
- d) a conservação, o custeio e a manutenção dos bens referidos no item I.

§ 1º A empresa identificará os beneficiários das despesas e adicionará aos respectivos salários os valores a elas correspondentes.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo implicará a tributação dos respectivos valores, exclusivamente na fonte, à alíquota de trinta e três por cento.

Art. 75. Sobre os lucros apurados a partir de 1º de janeiro de 1993 não incidirá o Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido, de que trata o artigo 35 da Lei n. 7.713, de 1988, permanecendo em vigor a não-incidência do imposto sobre o que for distribuído a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 76. Não mais será exigido o imposto suplementar de renda de que trata o artigo 43 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.073⁽²⁰⁾, de 20 de junho de 1983, relativamente aos triênios encerrados posteriormente a 31 de dezembro de 1991.

Art. 77. A partir de 1º de janeiro de 1993, a alíquota do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre lucros e dividendos de que trata o artigo 97 do Decreto-Lei n. 5.844⁽³⁰⁾, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passará a ser de quinze por cento.

Art. 78. Relativamente ao exercício financeiro de 1992, ano-base de 1991, o saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, apurado pelas pessoas físicas de acordo com a Lei n. 8.134, de 1990, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º O saldo do imposto devido será pago nos prazos e condições fixados na legislação vigente.

§ 2º Os valores em cruzeiros do imposto ou de quota deste, bem assim o do saldo a ser restituído serão determinados mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no mês de pagamento.

Art. 79. O valor do Imposto sobre a Renda incidente sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), relativos ao exercício financeiro de 1992, período-base de 1991, será convertido em quantidade de UFIR diária, segundo o valor desta no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. Os impostos e a contribuição social, bem como cada duodécimo ou quota destes, serão reconvertidos em cruzeiros mediante a multiplicação da quantidade de UFIR diária pelo valor dela na data do pagamento.

Art. 80. Fica autorizada a compensação do valor pago ou recolhido a título de encargo à Taxa Referencial Diária - TRD acumulada entre a data da ocorrência do fato gerador e a do vencimento dos tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, pagos ou recolhidos a partir de 4 de fevereiro de 1991.

Art. 81. A compensação dos valores de que trata o artigo precedente, pagos pelas pessoas jurídicas, dar-se-á na forma a seguir:

I - os valores referentes à TRD pagos em relação a parcelas do Imposto sobre a Renda e a pessoas jurídicas, Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), bem como correspondentes a recolhimento do imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos de qualquer espécie poderão ser compensados com impostos da mesma espécie ou entre si, dentre os referidos neste inciso, inclusive com os valores a recolher a título de parcela estimada do Imposto sobre a Renda;

II - os valores referentes à TRD pagos em relação às parcelas da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), do FINSOCIAL e do PIS/PASEP, somente poderão ser compensados com as parcelas a pagar de contribuições da mesma espécie;

III - os valores referentes à TRD recolhidos em relação a parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e os pagos em relação às parcelas dos demais tributos ou contribuições somente poderão ser compensados com parcelas de tributos e contribuições da mesma espécie.

Art. 82. Fica a pessoa física autorizada a compensar os valores referentes à TRD, pagos sobre as parcelas de Imposto sobre a Renda por ela devidas, relacionadas a seguir:

- I - quotas do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas;
- II - parcelas devidas a título de "carnê-leão";
- III - Imposto sobre a Renda sobre ganho de capital na alienação de bens móveis ou imóveis;
- IV - Imposto sobre a Renda sobre ganhos líquidos apurados no mercado de renda variável.

Art. 83. Na impossibilidade da compensação total ou parcial dos valores referentes à TRD, o saldo não compensado terá o tratamento de crédito de Imposto sobre a Renda, que poderá ser compensado com o imposto na declaração de ajuste anual da pessoa jurídica ou física, a ser apresentada a partir do exercício financeiro de 1992.

Art. 84. Alternativamente ao procedimento autorizado no artigo anterior, o contribuinte poderá pleitear a restituição do valor referente à TRD mediante processo regular apresentado na repartição do Departamento da Receita Federal do seu domicílio fiscal, observando as exigências de comprovação do valor a ser restituído.

Art. 85. Ficam convalidados os procedimentos de compensação de valores referentes à TRD pagos ou recolhidos e efetuados antes da vigência desta Lei, desde que tenham sido observadas as normas e condições da mesma.

Art. 86. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 2.354⁽³¹⁾, de 24 de agosto de 1987, deverão pagar o Imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

- I - o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991:
 - a) nos meses de janeiro a março, em duodécimos mensais, na forma do referido decreto-lei;
 - b) nos meses de abril a junho, em quotas mensais, iguais e sucessivas vencendo-se cada uma no último dia útil dos mesmos meses.

II - o dos meses do ano-calendário de 1992, em nove parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de julho, observado o seguinte:

- a) em julho de 1992, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em agosto de 1992, o referente aos meses de março e abril;
- c) em setembro de 1992, o referente aos meses de maio e junho;
- d) em outubro de 1992, o referente ao mês de julho;
- e) em novembro de 1992, o referente ao mês de agosto;
- f) em dezembro de 1992, o referente ao mês de setembro;
- g) em janeiro de 1993, o referente ao mês de outubro;
- h) em fevereiro de 1993, o referente ao mês de novembro; e,
- i) em março de 1993, o referente ao mês de dezembro.

III - o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de abril, observado o seguinte:

- a) em abril de 1993, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em maio de 1993, o referente aos meses de março e abril;
- c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 2º, as pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1992, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

b) nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992.

§ 2º No ano-calendário de 1992, não poderá optar pelo pagamento do imposto calculado por estimativa a pessoa jurídica que, no exercício de 1992, período-base de 1991, apresentou prejuízo fiscal.

§ 3º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de abril e maio de 1993, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

b) nos meses de junho a setembro de 1993, no último dia útil de cada um, um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

c) nos meses de outubro de 1993 a janeiro de 1994, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1993.

§ 4º As pessoas jurídicas que exercerem a opção prevista nos parágrafos anteriores deverão observar o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 39.

§ 5º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao ano-calendário de 1992.

§ 6º O Imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 7º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 8º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 87. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, não submetidas ao disposto no artigo anterior, deverão pagar o imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

I – o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991, em seis quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos meses de abril a setembro de 1992;

II – o dos meses do ano-calendário de 1992, em seis quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de outubro de 1992, observado o seguinte:

- a) em outubro de 1992, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em novembro de 1992, o imposto referente aos meses de março e abril;
- c) em dezembro de 1992, o imposto referente aos meses de maio e junho;
- d) em janeiro de 1993, o imposto referente aos meses de julho e agosto;
- e) em fevereiro de 1993, o imposto referente aos meses de setembro e outubro;
- f) em março de 1993, o imposto referente aos meses de novembro e dezembro.

III – o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de abril de 1993, observado o seguinte:

- a) em abril de 1993, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em maio de 1993, o imposto referente aos meses de março e abril;
- c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

I – o relativo ao ano-calendário de 1992, nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, dois sextos do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992;

II – o relativo ao ano-calendário de 1993, na forma do § 3º do artigo 85.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao ano-calendário de 1992 e 1993, estendendo-se o mesmo regime ao imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), enquanto este vigorar.

§ 3º O imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 4º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 5º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 88. O disposto no artigo 39 aplica-se, no que couber, ao pagamento do imposto calculado por estimativa previsto nos artigos 85 e 86.

Art. 89. As empresas que optarem pela tributação com base no lucro presumido deverão pagar o imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988):

I – relativos ao período-base de 1991, nos prazos fixados na legislação em vigor, sem as modificações introduzidas por esta Lei;

II – a partir do ano-calendário de 1992, segundo o disposto no artigo 40.

Art. 90. A pessoa jurídica que, no ano-calendário de 1991, tiver auferido receita bruta total igual ou inferior a um bilhão de cruzeiros poderá optar pela tributação com base no lucro presumido no ano-calendário de 1992.

Art. 91. As parcelas de antecipação do imposto sobre a Renda e da contribuição social sobre o lucro, relativas ao exercício financeiro de 1992, pagas no ano de 1991, serão corrigidas monetariamente com base na variação acumulada do INPC desde o mês do pagamento até dezembro de 1991.

Parágrafo único. A contrapartida do registro da correção monetária referida neste artigo será escriturada como variação monetária ativa, na data do balanço.

Art. 92. Fica reduzida para zero a alíquota do imposto sobre a Renda na fonte sobre valores remetidos a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, destinados ao pagamento de comissões e despesas, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, incorridas nas operações de colocação, no exterior de ações de companhias abertas domiciliadas no Brasil.

Art. 93. O artigo 1º e o artigo 2º do Decreto-Lei n. 1.804⁽³²⁾, de 3 de setembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 1º

§ 3º O regime de que trata este artigo somente se aplica a remessas de valor até quinhentos dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas.

Art. 2º

II – dispor sobre a isenção do imposto sobre a Importação dos bens contidos em remessas de valor até cem dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas.

Art. 94. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento expedirá os atos necessários à execução do disposto nesta Lei, observados os princípios e as diretrizes nela estabelecidos, objetivando, especialmente, a simplificação e a desburocratização dos procedimentos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento fica autorizado, inclusive, a permitir a substituição da consolidação dos resultados mensais da pessoa jurídica pelo cálculo do imposto mediante levantamento direto de balanço trimestral, semestral ou anual.

Art. 95. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá em 1992 e 1993, alongar o prazo de pagamento dos impostos e da contribuição social sobre o lucro, se a conjuntura econômica assim o exigir.

Art. 96. No exercício financeiro de 1992, ano-calendário de 1991, o contribuinte apresentará declaração de bens na qual os bens e direitos serão individualmente avaliados a valor de mercado no dia 31 de dezembro de 1991, e convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º A diferença entre o valor de mercado referido neste artigo e o constante de declarações de exercícios anteriores será considerada rendimento isento.

§ 2º A apresentação da declaração de bens como estes avaliados em valores de mercado não exime os declarantes de manter e apresentar elementos que permitam a identificação de seus custos de aquisição.

§ 3º A autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor informado, sempre que este não mereça fé, por notoriamente diferente do de mercado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória administrativa ou judicial.

§ 4º Todos e quaisquer bens e direitos adquiridos, a partir de 1º de janeiro de 1992, serão informados, nas declarações de bens de exercícios posteriores, pelos respectivos valores em UFIR, convertidos com base no valor desta no mês de aquisição.

§ 5º Na apuração de ganhos de capital na alienação dos bens e direitos de que trata este artigo será considerado custo de aquisição o valor em UFIR:

a) constante da declaração relativa ao exercício financeiro de 1992, relativamente aos bens e direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1991;

b) determinado na forma do parágrafo anterior, relativamente aos bens e direitos adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 6º A conversão, em quantidade de UFIR, das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de renda variável, bem como em ouro ou certificados representativos de ouro, ativo financeiro, será realizada adotando-se o maior dentre os seguintes valores:

a) de aquisição, acrescido da correção monetária e da variação da Taxa Referencial Diária – TRD até 31 de dezembro de 1991, nos termos admitidos em lei;

b) de mercado, assim entendido o preço médio ponderado das negociações do ativo, ocorridos na última quinzena do mês de dezembro de 1991, em bolsas do País, desde que reflitam condições regulares de oferta e procura, ou o valor da quota resultante da avaliação da carteira do fundo mútuo de ações ou clube de investimento, exceto Plano de Poupança e Investimento – PAIT, em 31 de dezembro de 1991, mediante aplicação dos preços médios ponderados.

§ 7º Excluem-se do disposto neste artigo os direitos ou créditos relativos a operações financeiras de renda fixa, que serão informados pelos valores de aquisição ou aplicação, em cruzeiros.

§ 8º A isenção de que trata o § 1º não alcança:

a) os direitos ou créditos de que trata o parágrafo precedente;

b) os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1990, não relacionados na declaração de bens relativa ao exercício de 1991.

§ 9º Os bens adquiridos no ano-calendário de 1991 serão declarados em moeda corrente nacional, pelo valor de aquisição, e em UFIR, pelo valor de mercado em 31 de dezembro de 1991.

§ 10. O Poder Executivo fica autorizado a baixar as instruções necessárias à aplicação deste artigo, bem como a estabelecer critério alternativo para determinação do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, se não ocorrerem negociações nos termos do § 6º.

Art. 97. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 98. Revogam-se o artigo 44 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, os §§ 1º e 2º do artigo 11 da Lei n. 4.357⁽³³⁾, de 16 de julho de 1964, o artigo 2º da Lei n. 4.729⁽³⁴⁾, de 14 de julho de 1965, o artigo 5º do Decreto-Lei n. 1.060⁽³⁵⁾, de 21 de outubro de 1969, os artigos 13 e 14 da Lei n. 7.713, de 1988, os incisos III e IV e os §§ 1º e 2º do artigo 7º e o artigo 10 da Lei n. 8.023, de 1990, o inciso III e parágrafo único do artigo 11 da Lei n. 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e o artigo 14 da Lei n. 8.137⁽³⁶⁾, de 27 de dezembro de 1990.

Fernando Collor – Presidente da República.

Marcílio Marques Moreira.

ANEXO I À LEI N. 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Artigo 68:

| Carreira Auditoria do Tesouro Nacional | | | |
|---|----------|---------|------------|
| Denominação | Classe | Padrão | Quantidade |
| Auditor Fiscal do Tesouro Nacional (Nível Superior) | Especial | I a III | 1.500 |
| | 1ª | I a IV | 3.000 |
| | 2ª | I a IV | 4.500 |
| | 3ª | I a IV | 6.000 |
| Técnico do Tesouro Nacional (Nível Médio) | Especial | I a III | 1.800 |
| | 1ª | I a IV | 3.600 |
| | 2ª | I a IV | 5.400 |
| | 3ª | I a IV | 7.200 |

Art. 68. Parágrafo único:

| Carreira Procurador da Fazenda Nacional | | |
|---|--------------|------------|
| Denominação | Classe | Quantidade |
| Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional | | 40 |
| Procurador da Fazenda Nacional | 1ª Categoria | 255 |
| Procurador da Fazenda Nacional | 2ª Categoria | 305 |

LEI N. 8.987 - DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do artigo 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender às peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

CAPÍTULO II

Do Serviço Adequado

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 7º Sem prejuízo do disposto na Lei n. 8.078¹¹, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;
- IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO IV

Da Política Tarifária

Art. 8º (Vetado).

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a Renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Art. 10 Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 11 No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no artigo 17 desta Lei.

Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

CAPÍTULO V

Da Licitação

Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

- I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;
- II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga de concessão;
- III - a combinação dos critérios referidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e formulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º O poder concedente recusará propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 3º Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

Art. 16. A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o artigo 5º desta Lei.

Art. 17. Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Parágrafo único. Considerar-se-á, também, desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente:

- I — o objeto, metas e prazo da concessão;
- II — a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III — os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
- IV — prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;
- V — os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- VI — as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;
- VII — os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;
- VIII — os critérios de reajuste e revisão da tarifa;
- IX — os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;
- X — a indicação dos bens reversíveis;
- XI — as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;
- XII — a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de serviço administrativo;
- XIII — as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;
- XIV — nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no artigo 23 desta Lei, quando aplicáveis;
- XV — nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização; e
- XVI — nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado.

Art. 19. Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- I — comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, assinado pelas consorciadas;
- II — indicação da empresa responsável pelo consórcio;
- III — apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;
- IV — impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º. A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Art. 20. É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

Art. 21. Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 22. É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

CAPÍTULO VI

Do Contrato de Concessão

Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I — ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II — ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III — aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV — ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
- V — aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive em relação às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI — aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VII — à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos

e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

- VIII — às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX — aos casos de extinção da concessão;
- X — aos bens reversíveis;
- XI — aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XII — às condições para prorrogação do contrato;
- XIII — à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV — à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV — ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Parágrafo único. Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

- I — estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão; e
- II — exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

Art. 24. (retido).

Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

§ 1º. Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º. Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

§ 3º. A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§ 1º. A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§ 2º. O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o "caput" deste artigo o pretendente deverá:

- I — atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- II — comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 28. Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

Parágrafo único. Nos casos em que o organismo financiador for instituição financeira pública, deverão ser exigidas outras garantias da concessionária para viabilização do financiamento.

CAPÍTULO VII

Dos Encargos do Poder Concedente

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

- I — regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II — aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- III — intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- IV — extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;
- V — homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
- VI — cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- VII — zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- VIII — declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes a concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- IX — declarar de necessidade ou utilidade pública, para os fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes a concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- X — estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
- XI — incentivar a competitividade; e
- XII — estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

CAPÍTULO VIII

Dos Encargos da Concessionária

Art. 31. Incumbe à concessionária:

- I — prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- II — manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- III — prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
- IV — cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- V — permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI — promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII — zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII — captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

CAPÍTULO IX

Da Intervenção

Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º. O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 34. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO X

Da Extinção da Concessão

Art. 35. Extingue-se a concessão por:

- I — advento do termo contratual;
- II — encampação;
- III — caducidade;
- IV — rescisão;
- V — anulação; e
- VI — falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º. Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º. A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º. Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta Lei.

Art. 36. A reversão do advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do artigo 27, e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I — o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II — a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III — a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV — a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V — a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI — a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII — a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2º. A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurando o direito de ampla defesa.

§ 3º. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§ 5º. A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do artigo 36 desta Lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º. Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 39. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no "caput" deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

CAPÍTULO XI

Das Permissões

Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Parágrafo único. Aplica-se às permissões o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO XII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 41. O disposto nesta Lei não se aplica à concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no artigo 43 desta Lei.

§ 1º. Vencido o prazo da concessão, o poder concedente procederá a sua licitação, nos termos desta Lei.

§ 2º. As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 43. Ficam extintas todas as concessões de serviços públicos outorgadas sem licitação na vigência da Constituição de 1988.

Parágrafo único. Ficam também extintas todas as concessões outorgadas sem licitação anteriormente à Constituição de 1988, cujas obras ou serviços não tenham sido iniciados ou que se encontrem paralisados quando da entrada em vigor desta Lei.

Art. 44. As concessionárias que tiverem obras que se encontrem atrasadas, na data da publicação desta Lei, apresentarão ao poder concedente, dentro de cento e oitenta dias, plano efetivo de conclusão das obras.

Parágrafo único. Caso a concessionária não apresente o plano a que se refere este artigo ou se este plano não oferecer condições efetivas para o término da obra, o poder concedente poderá declarar extinta a concessão, relativa a essa obra.

Art. 45. Nas hipóteses de que tratam os artigos 43 e 44 desta Lei, o poder concedente indenizará as obras e serviços realizados somente no caso e com os recursos da nova licitação.

Parágrafo único. A licitação de que trata o "caput" deste artigo deverá obrigatoriamente, levar em conta, para fins de avaliação, o estágio das obras paralisadas ou atrasadas, de modo a permitir a utilização do critério de julgamento estabelecido no inciso III do artigo 15 desta Lei.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Fernando Henrique Cardoso — Presidente da República.

Nelson Jobim.

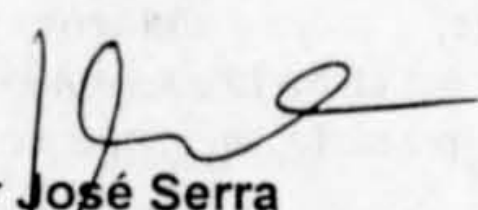
OF./CAE/023/96

Brasília, 06 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V.Exa. que esta Comissão decidiu pelo arquivamento do PLS Nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin que "acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que "Estabelece normas para as microempresas - ME, e empresas de pequeno porte - EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativos, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal)" e dá outras providências acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente,


Senador José Serra
Presidente

PARECER Nº 237, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que "dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos".

RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES

I - RELATÓRIO

O ilustre Senador Sérgio Machado submete a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996, vedando "aos bancos recusarem, até a data do vencimento, o recebimento de cheque de emitente devidamente identificado, para pagamento de ficha de compensação bancária, de tributos

ou de contas referentes a tarifas de serviços públicos, mesmo que o sacado, o sujeito passivo da obrigação tributária ou o portador da conta não seja seu correntista".

Nos termos da proposição, "a quitação da obrigação só se dará após a compensação do cheque", e "na hipótese de devolução do cheque, por qualquer motivo, o banco restituirá o título ao credor da obrigação, acompanhado do cheque".

Na justificação do projeto, seu autor alude à necessidade de simplificação dos pagamentos efetuados pelo cidadão, a ser promovida sem prejuízo para a rede bancária, "desonerando-a de qualquer responsabilidade no tocante a irregularidades no pagamento".

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para decisão terminativa, e, em seguida, foi encaminhado a nós para relatá-lo.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - DA CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE

O inciso IV do artigo 192 da Constituição Federal estabelece:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, **será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:**

I -

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

(grifamos)

A matéria objeto do projeto diz respeito ao funcionamento dos bancos, que, nos termos constitucionais, só pode ser tratada em lei complementar.

Já a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências", recepcionada pela Constituição Federal com força da lei complementar a que se refere seu artigo 192, estabelece:

"Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

I -

VIII - Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas.

Tendo em vista o exposto, entendemos que o projeto é inconstitucional, a despeito de ter sido elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

A matéria nele tratada somente pode ser objeto de lei complementar ou resolução do Conselho Monetário Nacional, a quem a lei complementar em vigor atribui competência.

III - VOTO

Ainda que superado o aludido vício de inconstitucionalidade, entendemos que a proposição não deve prosperar.

Embora a Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 – Lei do Cheque – não o tenha definido, o cheque é conceituado pela doutrina como uma **ordem de pagamento à vista**. É também um título de crédito impróprio, classificando-se assim por conter as características da cambial (cartularidade, autonomia e literalidade).

A despeito de sua destacada função econômica, substituindo a moeda nas transações e facilitando a realização dos negócios – funcionando, na prática, mais como instrumento de pagamento do que de crédito, no qual se transforma somente quando não pago pelo banco sacado –, não tem curso forçado, como a moeda.

“O cheque não tem o poder liberatório da moeda. Ninguém é obrigado a receber cheque em pagamento, pois só a moeda tem curso forçado. O uso de cheque se explica pela facilidade com que mobiliza os valores monetários” (in Rubens Requião, Curso de Direito Comercial, 2º volume, Editora Saraiva, 18ª edição, 1992, pág. 619).

Nem mesmo os bancos são obrigados a aceitar cheque como meio de pagamento, a não ser na condição de sacado, tendo em vista que **o cheque é uma ordem de pagamento e não propriamente pagamento**, sendo recebido com efeito *pro solvendo* e não *pro soluto*, ou seja, a quitação somente se consuma após o pagamento pelo sacado.

A emissão de cheque pressupõe a existência de recursos disponíveis na conta bancária do sacador (emitente) junto ao banco sacado. O § 1º do artigo 4º da Lei do Cheque determina que seu emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado (banco) no momento de sua apresentação para pagamento.

A despeito da norma legal, as estatísticas mostram que no Brasil é muito freqüente a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado. Nessa hipótese, resta ao portador promover sua execução contra o emitente e, se for o caso, seus avalistas (artigo 47 da Lei do Cheque), o que retarda, em muito, seu pagamento, trazendo prejuízos ao portador.

Acrescente-se a isso o fato de que *“a prática de emitir, impunemente, cheque sem provisão de fundos desmoralizou esse título, tornando-o inseguro e suspeito, como meio de pagamento”* (Rubens Requião, obra citada, pág. 401) (grifo nosso). Embora o Código Penal enquadre como estelionato a fraude no pagamento por meio de cheque, a jurisprudência tem sido condescendente, considerando descaracterizado o crime se o emitente resgata o cheque antes da denúncia ou quando não comprovada a intenção de fraudar.

São esses os motivos que têm desacreditado o cheque, fazendo com que diversos estabelecimentos não o aceitem como meio de pagamento.

O recebimento de cheque emitido contra outro sacado para os diversos pagamentos efetuados junto aos bancos tem sido a regra, quando o emitente é seu correntista. É que, nesse caso, o banco tem uma relação contratual com o emitente que facilita o entendimento entre as partes na hipótese de o banco sacado recusar o pagamento do cheque.

Não se pode dizer o mesmo quando o emitente não é correntista do banco onde se efetua o pagamento. É que, quando o pagamento é feito através de um banco, este autentica o “título” apresentado para pagamento, dando-lhe quitação. Na hipótese de o pagamento ser efetuado mediante cheque de outra instituição, o banco recebedor o apresentará à câmara de compensação, que equivale à apresentação para pagamento, nos termos do artigo 34 da Lei do Cheque. Dessa forma, a recusa do sacado em pagar o cheque traz prejuízo ao banco recebedor, que, já tendo dado quitação do título apresentado para pagamento, terá que se valer da ação executiva para receber o valor do cheque. O banco recebedor, mero intermediário da transação, acaba arcando com o prejuízo da operação.

Dai os bancos exigirem o pagamento em moeda ou mediante cheque do emitente contra o próprio banco, pois nesse caso efetua-se de imediato o recebimento do numerário correspondente, livrando-o dos riscos incorridos no recebimento através de cheque.

A proposição intenta obrigar os bancos a receberem cheque

para pagamento de fichas de compensação bancária, tributos e contas referentes a tarifas de serviços públicos, mesmo que o emitente do cheque não seja seu correntista.

Abre, assim, o projeto três exceções à não-obrigatoriedade de aceitação de cheques pela rede bancária, que ocorrerão na hipótese de serem emitidos para pagamento de:

- a) fichas de compensação bancária;
- b) tributos;
- c) contas referentes a tarifas de serviços públicos.

Com vistas a resguardar a posição do banco recebedor, que atua como mero intermediário, o projeto estabelece que a devolução do cheque implicará sua remessa, juntamente com o título, ao credor da obrigação, a quem caberá valer-se dos instrumentos legais necessários para receber seu crédito.

Para resguardar o credor, a proposição estabelece que a quitação da obrigação somente se dará após a compensação do cheque. Dessa forma, o credor teria duas alternativas para o recebimento de seu crédito: exigir o cumprimento da obrigação ou executar o cheque.

Como já salientamos, ninguém é obrigado a receber pagamento em cheque. Se o pagamento for efetuado diretamente ao credor, poderá ele aceitar ou não o cheque do devedor.

O projeto cria uma situação peculiar, instituindo o curso forçado do cheque. Se o pagamento for efetuado através da rede bancária, o recebimento do cheque pelo credor será obrigatório, já que a proposição isenta o banco de riscos, transferindo-os para o credor da obrigação. Parece-nos um contra-senso o credor poder recusar cheque se o pagamento lhe for feito diretamente, sendo-lhe defeso não aceitá-lo se o pagamento for efetuado através da rede bancária.

Para facilitar os pagamentos efetuados pelos cidadãos, o projeto transfere os riscos assumidos pela rede bancária, ao receber cheques de outras instituições, para os credores dos pagamentos. A facilidade oferecida ao devedor é obtida em troca de um risco imposto ao credor, independentemente de sua manifestação de vontade.

Ao dispor que a quitação da obrigação somente se dará após a compensação do cheque, o projeto não reduz em nada o risco imposto ao credor. Na realidade, o projeto não inova nesse particular. Já expusemos que o cheque é aceito com efeito *pro solvendo* e não *pro soluto*, consumando-se a quitação da dívida que pretendeu extinguir apenas após o seu resgate.

Entendemos que, como o banco está recebendo valores pertencentes a terceiros, cabe a ele exigir o pagamento em espécie ou assumir o risco decorrente da aceitação do pagamento através de cheque, salvo no caso em que o credor, mediante acordo com a rede bancária, autoriza esta a receber cheques, assumindo os riscos, como ocorre, por exemplo, em relação aos tributos arrecadados pela Receita Federal.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela inconstitucionalidade do projeto, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em 6 de maio de 1997

JOSÉ SERRA, Presidente
JEFFERSON PERES, Relator
COUTINHO JORGE
NEY SUASSUNA
ESPERIDIÃO AMIN
EDUARDO SUPLICY
BELLO PARGA
FREITAS NETO
WALDECK ORNELAS
VALMIR CAMPELO
LÚCIO ALCÂNTARA
JONAS PINHEIRO
BENI VERAS
OSMAR DIAS
ADEMIR ANDRADE

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PL 5 207/96

| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| FRANCELINO PEREIRA | | | | ROMERO JUCA | | | |
| VILSON KLEINÜBING | | | | HUGO NAPOLEÃO | | | |
| GILBERTO MIRANDA | | | | JOSÉ BIANCO | | | |
| BELLO PARGA | X | | | ELCIO ALVARES | | | |
| FREITAS NETO | X | | | EDISON LOBÃO | | | |
| JONAS PINHEIRO | X | | | JOSAPHAT MARINHO | | | |
| ODACIR SOARES | | | | JOEL DE HOLLANDA | | | |
| WALDECK ORNELAS | X | | | JÚLIO CAMPOS | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| GILVAN BORGES | | | | JADER BARBALHO | | | |
| FERNANDO BEZERRA | | | | MARLUCE PINTO | | | |
| NEY SUASSUNA | | | | MAURO MIRANDA | | | |
| ONOFRE QUINAN | | | | ROBERTO REQUIÃO | | | |
| CARLOS BEZERRA | | | | PEDRO SIMON | | | |
| RAMEZ TEBET | | | | CASILDO MALDANER | | | |
| VAGO | | | | GERSON CAMATA | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | | TEOTÔNIO VILELA FILHO | X | | |
| COUTINHO JORGE | X | | | BENI VERAS | X | | |
| JEFFERSON PERES | X | | | LÚCIO ALCÂNTARA | | | |
| JOSÉ SERRA | | | | LÚDIO COELHO | | | |
| OSMAR DIAS | X | | | SÉRGIO MACHADO | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| EDUARDO SUPLEY - PT | X | | | JOSÉ EDUARDO DUTRA-PT | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | X | | | SEBASTIÃO ROCHA - PDT | | | |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | X | | | ROBERTO FREIRE - PPS | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB | | | | ABDIAS NASCIMENTO - PDT | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ESPERIDIÃO AMIN | X | | | EPITÁCIO CAFETEIRA | | | |
| LEVY DIAS | | | | LEOMAR QUINTANILHA | | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ EDUARDO VIEIRA | | | | VALMIR CAMPELO | X | | |

TOTAL 14 SIM 14 NÃO - ABS -

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 105 197

Senador José Serra
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 (*)

Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.



República Federativa do Brasil
Constituição

1988

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

*Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

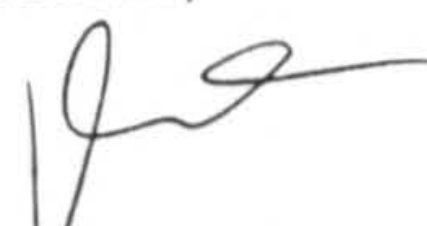
OF./CAE/022/97

Brasília, 6 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V.Exa. que esta Comissão rejeitou o PLS Nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado que "dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente,


 Senador José Serra
 Presidente

PARECER Nº 238, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996, de autoria do Senador Lúdio Coelho, que "dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências".

RELATOR: Senador OSMAR DIAS

I - RELATÓRIO

O ilustre Senador Lúdio Coelho submete a esta Casa o Projeto de Lei nº 219, de 1996, dispondo sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, sejam eles amadores ou profissionais.

Rodeio, para efeitos do projeto, é todo e qualquer espetáculo público de competição, em que sejam utilizados bovinos e eqüinos, com demonstração, pelos competidores, de força, coragem ou perícia, não alcançando os espetáculos circenses e as corridas de distância ou de superação de obstáculos.

Nos termos da proposição, a realização de rodeios dependerá de prévia contratação, pelos organizadores e promotores do evento, de seguro pessoal contra a invalidez permanente e morte dos participantes e competidores, que deverá ser comprovada mediante apresentação da respectiva apólice à autoridade competente.

A contratação terá como indenização mínima a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo como beneficiários a vítima, seus dependentes ou outras pessoas indicadas.

O pagamento da indenização não exclui a responsabilidade dos organizadores e promotores pelas despesas médico-hospitalares decorrentes de acidentes ocorridos durante o evento.

O Poder Executivo deverá regulamentar a lei oriunda do projeto no prazo de noventa dias contados de sua publicação.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa, onde não recebeu emendas no prazo regimental, tendo este relator sido designado para emitir parecer.

É o relatório.

II - DA CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE

A matéria está compreendida na competência legislativa da União, tendo em vista o disposto no artigo 22 da Constituição Federal; é atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, conforme estabelece o artigo 48 da Carta Magna; e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do artigo 61 da Lei Maior.

Não há, de outra parte, vícios de técnica legislativa incidentes sobre a proposição.

III - VOTO

Os rodeios têm como principal atrativo para o público as exhibições proporcionadas pelos peões que, ao lado dos demais participantes, expõem-se, de forma corajosa, a frequentes acidentes, cujas consequências são de proporções variadas, podendo, em casos extremos, provocar sua invalidez permanente ou até mesmo sua morte.

Embora sejam os principais responsáveis pelos lucros auferidos nos rodeios, a participação dos competidores na renda desses espetáculos limita-se a uma módica remuneração ou à premiação oferecida, sendo que nessa última hipótese somente alguns dos participantes são contemplados.

No entanto, a necessidade de recursos financeiros que lhes garantam o sustento leva essas pessoas, invariavelmente de origem rural e pouca condição financeira, a correr os riscos inerentes aos rodeios.

Como a maior parte dos lucros proporcionados pelo evento é carregada para seus promotores, nada mais justo do que estabelecer a obrigatoriedade de que assegurem às verdadeiras estrelas do *show*, através da contratação de seguro, "uma existência digna na eventualidade de acidentes causadores de invalidez permanente e uma compensação para a família do peão, em caso de morte deste" - como salienta o autor do projeto em sua justificativa.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação do projeto.

Sala da Comissão, 30 de abril de 1997.

- 01 - ADEMIR ANDRADE - PRESIDENTE
- 02 - OSMAR DIAS - RELATOR
- 03 - JOÃO FRANÇA
- 04 - LEOMAR QUINTANILHA
- 05 - JOSÉ ALVES
- 06 - SEBASTIÃO ROCHA
- 07 - VALMIR CAMPELO
- 08 - WALDECK ORNELAS
- 09 - ABDIAS NASCIMENTO
- 10 - CASILDO MALDANER
- 11 - MARLUCE PINTO
- 12 - JONAS PINHEIRO
- 13 - JOSÉ EDUARDO DUTRA
- 14 - LÚCIO ALCÂNTARA
- 15 - ERNANDES AMORIM

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL / PLS Nº 213/96

| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| ROMERO JUCA | | | | GUILHERME PALMEIRA | | | |
| JONAS PINHEIRO | ✓ | | | JOSÉ BIANCO | | | |
| JOSÉ ALVES | ✓ | | | FREITAS NETO | | | |
| BELLO PARGA | | | | JULIO CAMPOS | | | |
| WALDECK ORNELAS | ✓ | | | JOSÉ AGRIPIO | | | |
| EDISON LOBÃO | | | | BERNARDO CABRAL | | | |
| ODACIR SOARES | | | | ROMEU TUMA | | | |
| VAGO | | | | JOÃO ROCHA | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CARLOS BEZERRA | | | | JOSÉ FOGAÇA | | | |
| GILVAM BORGES | | | | VAGO | | | |
| JOÃO FRANÇA | ✓ | | | ONOFRE QUINAN | | | |
| CASILDO MALDANER | ✓ | | | JOSÉ SARNEY | | | |
| MAURO MIRANDA | | | | RENAN CALHEIROS | | | |
| NABOR JÚNIOR | | | | VAGO | | | |
| MARLUCE PINTO | ✓ | | | VAGO | | | |
| VAGO | | | | VAGO | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÚCIO ALCÂNTARA | ✓ | | | ARTUR DA TÁVOLA | | | |
| OSMAR DIAS | ✓ | | | BENI VERAS | | | |
| LÚDIO COELHO | | | | SÉRGIO MACHADO | | | |
| CARLOS WILSON | | | | COUTINHO JORGE | | | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | | JEFFERSON PERES | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| BENEDITA DA SILVA-PT | | | | JOSÉ EDUARDO DUTRA-PT | ✓ | | |
| MARINA SILVA-PT | | | | LAURO CAMPOS-PT | | | |
| ADEMIR ANDRADE-PSB | | | | ABDIAS NASCIMENTO-PDT | ✓ | | |
| SEBASTIÃO ROCHA-PDT | ✓ | | | ROBERTO FREIRE-PPS | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE-PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ERNANDES AMORIM | ✓ | | | EPITÁCIO CAFETEIRA | | | |
| LEOMAR QUINTANILHA | ✓ | | | ESPIRIDÃO AMIN | | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| VALMIR CAMPELO | ✓ | | | EMÍLIA FERNANDES | | | |

TOTAL 14 SIM 14 NÃO - ABS -

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/04/97

COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO COMPLETOU-SE O QUORUM PARA DELIBERAÇÃO.

Senador
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício nº 20/97-CAS

Brasília, 7 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o **Projeto de Lei do Senado nº 219 de 1996**, que "DISPÕE SOBRE O SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS, A CARGO DOS PROMOTORES E ORGANIZADORES DE RODEIOS, EM BENEFÍCIO DOS PARTICIPANTES DESSES EVENTOS, AMADORES OU PROFISSIONAIS, E DOS SEUS DEPENDENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", em reunião de 30 de abril de 1997.

Atenciosamente,

Senador ADEMIR ANDRADE
Presidente

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 138, DE 1997

Requeiro, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em virtude de encontrar-se com prazo esgotado na Comissão de Assuntos Sociais, a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996, que "Dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências".

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1997.

Senador Lúdio Coelho

OF. SF/249 197

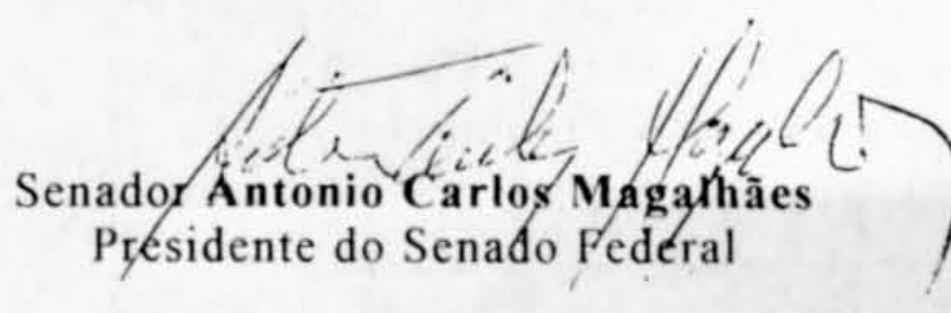
Em 19 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi apresentado o Requerimento nº 138, de 1997, através do qual o Senador Lúdio Coelho solicita, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996.

Outrossim, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno, solicito a manifestação dessa Presidência sobre a providência requerida.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.


Senador Antônio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

PARECER Nº 239, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que "acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

RELATOR: Senador LAURO CAMPOS

I - RELATÓRIO

Em caráter terminativo, deve esta Comissão de Assuntos Econômicos apreciar o epígrafado projeto de lei, pelo qual se pretende tornar isentos do imposto de renda os rendimentos provenientes de aluguel residencial recebidos por pessoas físicas.

Na sua justificação, o ilustre autor do projeto esclarece que o objetivo é o de aumentar a oferta de imóveis disponíveis, não apenas estimulando os atuais proprietários a colocarem no mercado seus imóveis desocupados, como também induzindo a construção de unidades destinadas exclusivamente a locação. Assim, seria amenizado o crônico problema de falta de moradia enfrentado pelo País.

Refere-se ele, ainda, à situação paradoxal que registra, simultaneamente, um déficit de cinco milhões e seiscentas mil moradias e um número ao redor de três milhões de imóveis desocupados. Isso teria sido causado pelas distorções introduzidas na relação locador/locatário, durante o longo período inflacionário que precedeu ao Plano Real.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas.

II - VOTO

O disposto no projeto não enfrenta óbice de natureza constitucional, no que respeita aos aspectos de competência e de iniciativa. Com efeito, trata-se de legislar sobre imposto de competência da União (C.F. art. 153, III), estando a iniciativa aberta a qualquer membro do Congresso Nacional (C.F. art. 61).

Ainda que, no caso, não se configure inconstitucionalidade, releva, entretanto, atentar que a propositura de isenção deve sempre ser confrontada com o princípio da isonomia fiscal, que flui do art. 150 da Constituição:

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Essa é, na realidade, a especificação, no campo tributário, do princípio geral de isonomia já consagrado no texto constitucional como o primeiro dos direitos individuais. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer espécie (art. 5º).

O poder de tributar envolve o poder de isentar e ambos devem se submeter jungidos aos princípios da igualdade, da generalidade e da capacidade contributiva. O legislador deve estar atento e vigilante para que as isenções não beneficiem pessoas ou grupos sociais senão a partir de rigorosos critérios de justiça fiscal, bem assim de ordem social ou econômica.

No que depende de legislação, alguns fatores estruturais que conturbavam o relacionamento entre proprietários e locatários já se atenuaram com a vigência da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. Se essa lei ainda não é satisfatória, e se persistem ainda fatores estruturais a corrigir, isso é discussão que não cabe nesse momento, mas que, de qualquer forma, deve ser tratada no contexto próprio. Não como se pretende, isto é, mediante a intervenção do instrumental tributário, medida que nos parece equivocada.

A pretendida isenção tem como consequência natural a tendência à concentração de renda em nosso País, que já ocupa vergonhosa posição no *ranking* mundial quanto a esse indicador econômico, por apresentar índices ainda muito elevados.

Tipicamente, a propriedade imobiliária destinada ao aluguel tende a ser preponderante entre os contribuintes de mais alta faixa de renda. Trata-se de pessoas que, por sua capacidade de auferir rendas mais altas, têm capacidade de poupança e de investimento nesse ramo – ou, de qualquer forma, também pela mesma razão, têm acesso aos mecanismos de financiamento imobiliário (os quais, cabe salientar, são na maioria oficiais e subsidiados pelo poder público).

A isenção proposta viria a funcionar como mais um subsídio implícito a esses cidadãos, agravando a concentração de renda. Não seria inoportuno lembrar que o Brasil é o país mais economicamente desigual do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos equivale a 32 vezes a renda dos 20% mais pobres.

Além disso, funcionaria contra o mandamento constitucional da progressividade, que deve informar o imposto de renda (C.F., art. 153, § 2º, I), na medida em que favorecerá basicamente os contribuintes de alíquota mais alta. Sob esse aspecto, portanto, mais justo e mais consentâneo com o princípio da progressividade, seria a instituição de isenção (sob a forma de dedução da despesa respectiva) para o locatário, pois esse, preponderantemente, se situa entre as faixas de renda mais baixas.

Segundo o Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 43, I), o imposto de renda incide sobre a "renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos."

É de notório conhecimento que, por peculiaridades da geração de cada um dos tipos de renda, as rendas de salários são as que realmente

suportam a arrecadação do imposto, considerando que o trabalhador, simplesmente, não tem chances de fugir à tributação, enquanto que os auferidores de rendas de capitais se valem de inúmeros artifícios legais (ou ilegais) para escapar ao ônus.

Sendo as rendas provenientes de aluguéis tecnicamente classificáveis como rendas patrimoniais, ou seja, rendas de capital, sua isenção viria ainda mais aumentar o desequilíbrio de justiça social implícito nesse quadro.

Pelas razões expostas, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996.

Sala da Comissão, 6 de maio de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente
LAURO CAMPOS, Relator

EDUARDO SUPLICY
FREITAS NETO
WALDECK ORNELAS
VALMIR CAMPELO
BENI VERAS
BELLO PARGA
OSMAR DIAS
ESPERIDIÃO AMIN
LÚCIO ALCÂNTARA (sem voto)
ADEMIR ANDRADE
COUTINHO JORGE
JONAS PINHEIRO
JEFFERSON PERES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 237/96

| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----------|----------|-----------|---|-----|-----|-----------|
| FRANCELINO PEREIRA | | | | ROMERO JUCA | | | |
| VILSON KLEINÜBING | | | | HUGO NAPOLEÃO | | | |
| GILBERTO MIRANDA | | | | JOSÉ BIANCO | | | |
| BELLO PARGA | X | | | ELCIO ALVARES | | | |
| FREITAS NETO | X | | | EDISON LOBÃO | | | |
| JONAS PINHEIRO | X | | | JOSAPHAT MARINHO | | | |
| ODACIR SOARES | | | | JOEL DE HOLLANDA | | | |
| WALDECK ORNELAS | X | | | JÚLIO CAMPOS | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| GILVAN BORGES | | | | JADER BARBALHO | | | |
| FERNANDO BEZERRA | | | | MARLUCE PINTO | | | |
| NEY SUASSUNA | | | | MAURO MIRANDA | | | |
| ONOFRE QUINAN | | | | ROBERTO REQUIÃO | | | |
| CARLOS BEZERRA | | | | PEDRO SIMON | | | |
| RAMEZ TEBET | | | | CASILDO MALDANER | | | |
| VAGO | | | | GERSON CAMATA | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | | TEOTÔNIO VILELA FILHO | | | |
| COUTINHO JORGE | X | | | BENI VERAS | X | | |
| JEFFERSON PERES | X | | | LÚCIO ALCÂNTARA | | | |
| JOSÉ SERRA | | | | LÚDIO COELHO | | | |
| OSMAR DIAS | X | | | SERGIO MACHADO | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (P/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (P/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| EDUARDO SUPLICY - PT | X | | | JOSÉ EDUARDO DUTRA-PT | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | X | | | SEBASTIÃO ROCHA - PDT | | | |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | X | | | ROBERTO FREIRE - PPS | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB | | | | ABDIAS NASCIMENTO - PDT | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ESPERIDIÃO AMIN | X | | | EPITÁCIO CAFETEIRA | | | |
| LEVY DIAS | | | | LEOMAR QUINTANILHA | | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JOSÉ EDUARDO VIEIRA | | | | VALMIR CAMPELO | X | | |
| TOTAL | 13 | 0 | 0 | | | | |

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 05 / 1997

Senador José Serra
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N. 8.245 - DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes

LEI N. 5.172 - DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios

SEÇÃO IV

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

Art. 45. Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade a que se re-

fere o artigo 43, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

Parágrafo único. A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

Constituição da República Federativa do Brasil

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabi-

lidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

SEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

SEÇÃO III

DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF./CAE/020/96

Brasília, 06 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V.Exa. que esta Comissão rejeitou o PLS Nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos que “acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências”, em reunião realizada na presente data

Atenciosamente,

Senador José Serra
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos, pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes

OFÍCIO Nº 2/97-CI

Brasília, 7 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do que dispõe o § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão aprovou em Turno Suplementar o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996, que "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências", em reunião de 6 de maio de 1997.

Atenciosamente, – Senador **Iris Rezende**, Presidente da Comissão.

OFÍCIO Nº 20/97 – CAS

Brasília, 7 de maio de 1997

Senhor Presidente.

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 219 de 1996, que "dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos Promotores e Organizadores de Rodeios, em Benefício dos Participantes desses eventos, Amadores ou Profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências", em reunião de 30 de abril de 1997.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

OF./CAE/020/97

Brasília, 6 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª. que esta Comissão rejeitou o PLS nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que "acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, Senador **José Serra**, Presidente.

OF./CAE/022/97

Brasília, 6 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão rejei-

tou o PLS Nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que "dispõe sobre o pagamento por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, Senador **José Serra**, Presidente.

OF./CAE/023/97

Brasília, 6 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão decidiu pelo arquivamento do PLS Nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin que "acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de maio de 1994, que "Estabelece normas para as microempresas – ME, e empresas de pequeno porte EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativos, fiscal previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal)" dá outras providências em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, Senador **José Serra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 34, 150, 207, 219, 237, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 346, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal e do Art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e do

Abastecimento Arlindo Porto, as seguintes informações:

a) Qual o total pago com a hospedagem dos integrantes do Seminário para treinamento de dirigentes técnicos e associados de organizações cooperativistas patrocinado pelo convênio celebrado entre a Secretaria Estadual de Agricultura do Governo de Roraima e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e realizado em Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, nos dias 17 e 18 de 1996?

b) Cópia do convênio e dos valores repassados, bem como da prestação de contas das despesas decorrentes;

c) Relacionar o nome dos integrantes do referido Seminário que ficaram hospedados em hotéis.

Justificação

O **Jornal do Brasil**, edição do dia 10 deste mês denuncia uma série de irregularidades no Convênio celebrado entre a Secretaria Estadual de Agricultura do Governo de Roraima e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento para a realização de um Seminário para Treinamento de dirigentes, técnicos e associados de cooperativas, em Boa Vista, Capital do Estado.

Eis o que informa o autor da matéria, jornalista Cristiano Romero:

"No convênio que financiou o treinamento, Roraima, de 132 técnicos e dirigentes ligados à área de extensão rural, outro festival de irregularidades. O convênio foi assinado com a Secretaria Estadual de Agricultura do governo de Roraima e custou aos cofres públicos R\$107.899,96. Outros R\$46.242,84, foram desembolsados pelo governo do estado.

Fiscalizado pelo delegado federal de controle do Amazonas Júlio Mendonça de Sá, o treinamento foi realizado nos dias 17 e 18 de outubro. Um dos fatos apurados foi a farra das hospedagens. Para o seminário realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 1996, na capital do estado, com a participação de 132 pessoas, foram pagas 300 diárias, diz o relatório oficial.

Além disso, não foram relacionadas os nomes dos hóspedes. O governo não foi beneficiado pelo desconto de 10% previsto para pagamento à vista dos hotéis."

Tendo em vista a gravidade da denúncia é que formulamos o presente requerimento para que o Se-

nado tenha inteiro conhecimento dos fatos e possa exercer sua função fiscalizadora.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1997 – Senador **Romero Jucá**.

À Mesa para decisão:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 347, DE 1997

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro das Comunicações, Sr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, para prestar, pessoalmente, esclarecimentos perante o Plenário desta Casa sobre as denúncias recentemente veiculadas na imprensa sobre a existência de um esquema de compra de votos em favor da aprovação Proposta de Emenda à Constituição que versa sobre reeleição de ocupantes de cargos do Poder Executivo.

Justificação

Este requerimento deve-se ao fato de o Sr. Ministro de Estado Sérgio Motta – a despeito da gravidade das denúncias apresentadas pelo jornal **Folha de S. Paulo** –, sendo convidado a prestar depoimentos junto à Comissão de Sindicância instalada na Câmara dos Deputados, ter se limitado a enviar ofício contendo sua versão dos fatos.

Consideramos da maior gravidade as denúncias levantadas pelo jornal citado, que chegam mesmo, em nosso entender, a colocar sob suspeição a lisura de todo o processo de votação da emenda à Constituição em questão. Desta forma, tendo sido o Sr. Ministro Sérgio Motta citado nas degravações apresentadas pelo jornal como intermediário do Governo Federal na compra de votos de deputados – havendo inclusive a denúncia de que a concessão de uma repetidora de TV teria sido facilitada pelo Ministro como parte da barganha – e considerando que Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem declarado publicamente sua disposição em ver avançar as investigações até as últimas consequências, esperamos contar com o empenho pessoal do Sr. Ministro no sentido de contribuir com o esclarecimento dos fatos. É o que espera a Nação, nas atuais circunstâncias, de um alta autoridade do Governo Federal.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1997. – Senador **Lauro Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento será publicado e incluído, oportunamente, em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 2, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "e", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 2, DE 1997

Nos termos do art. 254 do Regimento Interno, solicito que Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1995, que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, seja submetido à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1997. – **José Eduardo Dutra – Abdias Nascimento – Marina Silva – Lauro Campos – Eduardo Suplicy – Ademir Andrade – Pedro Simon – Sebastião Rocha – Romeu Tuma.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (BLOCO/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ao contrário do que seria de se esperar, S. Ex^a, o Ministro Sérgio Motta, conhecido como Serjão, negou-se a comparecer perante a Comissão da Câmara dos Deputados que pretende esclarecer episódios muito suspeitos, de suma gravidade, que teriam envolvido a compra dos votos de cinco Deputados Federais. Ora, de início, eram dois; agora são cinco.

Nesses dias, eu estive tentando compreender o que se passa. Há muitas coisas estranhas que talvez só inteligências superiores como aquela que julga o Sr. Sérgio Motta possuir podem entender. Ele, que se auto-intitula Maquiavel, talvez se tenha esquecido de que Nicolau Maquiavel, nascido em

1468, e que tantos serviços prestou a César Borja, príncipe de Florença, filho de Alexandre VI, o Papa, é tão antigo que a modernidade de hoje não deveria tomar como modelo. Mas Sérgio Motta afirma ser o novo Maquiavel, e isso S. Ex^a me disse em resposta a uma pergunta dirigida que lhe fiz na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Quid bonus (a quem serve) se, quando se trata de um crime passional, a pergunta clássica é: **cherchez la femme**, ou seja, procurem a mulher causadora do crime passional. Aqui, quando se trata desse tipo de crime, pergunto: a quem serve, a quem beneficia os R\$200 mil que cada um dos Deputados teria levado?

Confessaram o seu crime. Confessaram que receberam R\$200 mil para votar favoravelmente à reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se nesse momento inicial, em que estão dando o chute na bola para começar esse jogo suspeito da reeleição, já aparecem corruptos e corruptores – e, muito estranho, depois de colocar R\$200 mil no bolso e ter recebido, um deles, no ano passado, a concessão de uma estação de televisão -, parece que querem matar a galinha dos ovos de ouro, porque S. Ex^{as} sabem que a sua confissão representa a perda de seu mandato. Portanto, estão sacrificando o mandato de Deputado Federal, cada um deles, uma vez que não há dúvida alguma de que a corrupção passiva de que S. Ex^{as} se auto-incriminam não poderá ter outra consequência senão a perda dos seus mandatos. E tão clara e transparente foi a sua ação criminosa, e tão firme e detalhada a sua confissão, que o PFL, o Partido a que a que pertencem, sem maiores delongas como é tão freqüente nesta Casa quando se trata de investigar a vida, o comportamento, a ética de nossos companheiros, em vinte e quatro horas já os expulsou, como a parte inicial do preço que vão pagar. É muito estranho tudo isso!

O Ministro Sérgio Motta, que afirmou, entre outras coisas, que com Deputado só conversa na sauna, disse que não foram cinco, que foram apenas dois. Ora, duas andorinhas não fazem verão, dois votos de Deputados não ganham reeleição. Se o processo foi bem conduzido pela inteligência superior do Ministro Sérgio Motta, com as suas espertezas maquiavélicas, obviamente tem mais gente metida nessa embrulhada.

O interessante é que o Ministro Sérgio Motta, Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e até a Primeira-Dama usaram a mesma expressão, que está nos jornais de ontem: "esse fisiologismo é coisa antiga, é coisa da República ve-

lha. Os neo não usam desses expedientes espúrios e condenáveis, não compram consciências, não compram votos".

Em uníssono, a declaração foi a mesma.

Fiz um discurso, desta tribuna, no ano passado, em que salientei a declaração do Governo de que havia parado com a compra de votos, parado com o fisiologismo. Quando se pára alguma coisa é porque essa coisa estava em movimento. Portanto, não é tão antiga a prática fisiológica neste País, o quanto agora S. Ex^{as} pretendem afirmar.

Até às vésperas, até no início e no meio do processo das reformas constitucionais, que servem a este Governo, obviamente houve recurso. Sempre que julgaram periclitir o apoio da maioria, o uso da máquina, o uso de favores, e, agora, o uso do dinheiro para conseguir, de qualquer forma, a maioria necessária.

Portanto, não seriam apenas as duas, ou mesmo as cinco "andorinhas" que seriam capazes de mudar o resultado pretendido pelo Governo, no que diz respeito à reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É preciso investigar mais profundamente esse assunto. E, para evitar que uma Comissão Parlamentar de Inquérito viesse com os seus poderes, capaz de penetrar até as bases e as raízes dessa podridão, os Partidos que apóiam o Governo, mais do que depressa, criaram uma Comissão que não tem poderes. Uma Comissão que convoca o Ministro Sérgio Motta e S. Ex^a não comparece, porque esta não tem poderes para que o Sr. Sérgio Motta compareça a fim de explicar parte desses problemas em que o nosso "Maquiavel" acabou se metendo.

Pois bem, a quem serve, a quem beneficia, a confissão desses Srs. Deputados? A S. Ex^{as} não, porque perderão os seus mandatos, certamente – já foram expulsos dos seus Partidos. A quem serve essa confusão, essa desmoralização do Legislativo? Talvez, sirva àqueles que querem também desmoralizar o Judiciário, àqueles que querem criar as condições ideais para que, num processo de limpeza, em nome da higiene, em nome da ética e da moral, um novo Fujimori se instale neste País.

Assim, poderíamos entender por que tamanhos despautérios, por que tamanhos ilogismos, por que tamanhas aberrações e declarações que são, realmente, suicidas do ponto de vista político. Qual a lógica que está por trás de tantas incongruências e de tantos atos incompreensíveis?

Ontem, em Minas Gerais, o Presidente Fernando Henrique Cardoso quis atenuar e desqualificar esse acontecimento seriíssimo. Disse Sua Excelên-

cia que isso não passa de "onda" da Oposição. Um Ministro de Estado, acusado por vários Deputados de terem recebido, através de governadores de Estado, R\$200 mil, cada, para apoiar a reeleição pretendida por Sua Excelência. Isso, por acaso, partiu da Oposição? Ou partiu do próprio Governo e dos Partidos que o apóiam? Todos os cinco Deputados pertencem aos Partidos que apóiam o Governo. A onda não veio das oposições. E sobre essas ondas parece, comodamente, surfar Sua Excelência, o Presidente da República, que não leva o acontecimento a sério. Portanto, é preciso se aprofundar no âmago dessa chamada onda e não surfar irresponsavelmente em sua superfície. E se existe um jogo maquiavélico em todo esse processo, é óbvio que esse maquiavelismo parte da suspeita de que a lua cheia está-se transformando em quarto minguante. O Governo já não tem segurança de contar com o seu rolo compressor, com a eficiência de sua vontade soberana. E agora mostra sua fraqueza, comprando cinco Deputados Estaduais. Isso é uma demonstração de fraqueza, revelando também mais um ingrediente que pode nos levar a fortalecer a convicção de que, alguém no Governo, maquiavelicamente, esteja jogando na desmoralização. Duzentos mil reais para comprar apenas esses "votinhos" insignificantes com R\$1 milhão ou, nesse preço, R\$200 mil, está também contratada a confissão por parte daqueles que receberam o dinheiro? A confissão desmoralizante, a confissão desmoralizadora de toda a instituição legislativa, se isso não for devidamente apurado. E mesmo que seja, já é, em si, um ato completamente desmoralizador. Portanto, é preciso aprofundarmos nessa hipótese de que realmente os R\$200 mil e a concessão da retransmissora de canal de televisão não foram apenas para comprar esses votos, que não valem esse preço, mas que neles estava embutido o preço da autodenúncia, da perda de cinco mandatos de Deputados.

Infelizmente, não encontro, partindo do pressuposto da inteligência e da esperteza do Ministro Sérgio Motta, outra explicação para o seu comportamento, a não ser esse maquiavelismo suspeito, que S. Ex^a estaria utilizando para desmoralizar totalmente as instituições no Brasil, entre elas o Legislativo; outra, obviamente, o Judiciário, que há muito tempo é uma das vítimas dessas tendências desmoralizadoras, manipuladas pelo Poder Executivo.

Portanto, o que teríamos de concluir é que, diante de uma possível derrota eleitoral, com o povo fazendo ouvir as vozes roucas nas ruas, com os atos praticados com um nítido caráter anti-social e

antinacional, o Governo estaria diante de um processo de desmoralização.

Mas uma pessoa tem que se salvar, tem que haver alguém incólume, para ser um impositor de uma nova ética, de uma nova moralidade, de uma nova composição dos Poderes. Tem que haver um Fujimori, aparentemente asséptico, para impor a assepsia geral.

Portanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode se imiscuir com o seu cavaleiro e Ministro Sérgio Motta. Sérgio Motta assumirá integralmente a culpa – se o meu raciocínio estiver correto –, porque é óbvio que Maquiavel deve estar disposto a se sacrificar pelo Sr. César Borja, pelo seu príncipe. Isso faz parte das incumbências, do destino, dos compromissos de Maquiavel com os objetivos finais.

Para que o processo chegue até o seu final, é necessário que se crie um círculo de pureza diante da figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso e para que isso se faça é preciso que não apenas cinco confessem a sua desmoralizante descompostura, mas também o Ministro Sérgio Motta, aquele que afirmou que todos nós somos seres dos quais ele não se aproxima senão com os cuidados, ou da nudez, ou da mão no bolso, para não ser assaltado por nós, políticos.

Portanto, as ofensas são espalhadas de uma maneira irresponsável e geral. E são inaceitáveis por parte do Poder Legislativo, que não pode, de forma alguma, se conformar em ser o objeto destas considerações; estas, sim, que representam injúrias, calúnias e difamações lançadas contra o Poder Legislativo.

Logo, é necessário, pelo menos para começar, que o Ministro Sérgio Motta seja convocado a esta Casa para prestar esclarecimentos a respeito do que foi dito e do que foi, talvez, deturpado pela imprensa, pois realmente não acredito que tamanho despautério, tamanho despropósito tenha sido pronunciado **ipsis litteris** por S. Ex^a, o Ministro Sérgio Motta. Seria um descalabro tão grande, seria um absurdo de tamanha dimensão que nem a cabeça maquiavélica de Sérgio Motta poderia elucubrar e enunciar.

Portanto, estou encaminhando requerimento no sentido – desde que S. Ex^a não foi à comissão da Câmara – de que S. Ex^a venha nos esclarecer, porque não acredito que tudo isto possa ter sido cometido por S. Ex^a para garantir a reeleição, esta reeleição que vem sem desincompatibilização, que já começa na corrupção, através de atos de cor-

rupção. Corruptores e corrompidos lutando a mesma luta, a luta que sabemos já existir, confessada também pelo Presidente da Radiobrás, que disse estar movendo uma guerrilha televisiva para a reeleição do Presidente da República. – Quem não tiver competência, que não se estabeleça. Eu tenho 490 emissoras para reeleger Fernando Henrique Cardoso Presidente – declarou tudo isto à revista **IstoÉ**. Assim, é a máquina que está, já há muito tempo, a serviço da reeleição. Os conchavos entre o Presidente da Radiobrás e o Presidente da República se deram antes da eleição anterior, num restaurante de Recife, onde eles se encontraram. E, ali, o servil presidente da Radiobrás sugeriu a reeleição, antes da eleição. Por isso, a ele foi dado esse superpoder. E continua lá; não foi demitido após aquela confissão, porque realmente estão compactuados, tendendo aos mesmos fins, fins que justificam tudo nesta República moderna, neo-qualquer-coisa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo dedo se conhece o gigante. Se o dedo aí está – são cinco Deputados envolvendo R\$1 milhão e a concessão de emissoras de televisão –, se a espartezza aí está e, como diz o ditado mineiro, a espartezza, quando cresce, cria perna e costuma comer o esperto, o maquiavel poderá ser comido por suas espartezas, pelos demônios que ele solta – pequenos alguns deles, como, por exemplo, prometer, diante de duas vagas de ministérios, a quatro ou cinco candidatos, garantir, para ver a casa pegar fogo, para ver a discórdia surgir entre os partidos que pleiteavam esses ministérios, e, finalmente, de uma lista de quatro, saem o quinto e o sexto, que não estavam naquela lista, que não eram cogitados – mas um dedo maquiavélico e conturbador, cujo objetivo não era a estabilidade e a estabilização, mas a conturbação dos próprios partidos que o apóiam.

Espero que nós, do Legislativo, nos coloquemos de pé, reafirmemos nossa dignidade, reafirmemos que não estamos aqui para frequentar saunas com esse Ministro ou com qualquer outro. Até hoje, em minha vida, nunca entrei em sauna alguma, pois prefiro suar no cabo da enxada e em outras práticas esportivas. Esse negócio de sauna é para as práticas do Sr. Sérgio Motta. Ele deve estar acostumado a se precaver, andando desprovido do dinheiro que voa de seu bolso, para comprar consciências e corromper o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Lauro Campos, desculpe-me por interrompê-lo,

mas gostaria de avisar que o tempo de V. Ex^a está esgotado há 8 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex^a e encerro aqui o meu discurso.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LAURO CAMPOS EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Ex^a nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro das Comunicações, Sr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, para prestar, pessoalmente, esclarecimentos perante o Plenário desta Casa sobre as denúncias recentemente veiculadas na imprensa sobre a existência de um esquema de compra de votos em favor da aprovação Proposta de Emenda à Constituição que versa sobre reeleição de ocupantes de cargos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1997.

Justificação

Este requerimento deve-se ao fato de o Sr. Ministro de Estado Sérgio Motta – a despeito da gravidade das denúncias apresentadas pelo jornal **Folha de S.Paulo** –, sendo convidado a prestar depoimentos junto à Comissão de Sindicância instalada na Câmara dos Deputados, ter se limitado a enviar ofício contendo sua versão dos fatos.

Consideramos da maior gravidade as denúncias levantadas pelo jornal citado, que chegam mesmo, em nosso entender, a colocar sob suspeição a lisura de todo o processo de votação da emenda à Constituição em questão. Desta forma, tendo sido o Sr. Ministro Sérgio Motta citado nas degravações apresentadas pelo jornal como intermediário do Governo Federal na compra de votos de deputados – havendo inclusive a denúncia de que a concessão de uma repetidora de TV teria sido facilitada pelo Ministro como parte da barganha – e considerando que Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem declarado publicamente sua disposição em ver avançar as investigações até as últimas consequências, esperamos contar com o empenho pessoal do Sr. Ministro no sentido de contribuir com o esclarecimento dos fatos. É o que espera a Nação, nas atuais circunstâncias, de uma alta autoridade do Governo Federal.

Senador **Lauro Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa agradece a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Bianco. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ BIANCO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontro-me estupefocado com o que vem ocorrendo em meu Estado, culminando, agora, com

o pedido de prisão preventiva de diversas pessoas pelo Ministério Público e, inclusive, na decretação e prisão do proprietário do jornal de maior circulação do Estado de Rondônia, fato que lamento profundamente e de forma muito sincera.

Estou certo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essas ocorrências teriam sido evitadas não fosse a falta de aptidão do Sr. Valdir Raupp para a tarefa de governar.

Se o Sr. Governador, há cerca de um ano, tivesse determinado providências enérgicas, quando se tornaram públicas informações dando conta de corrupção no âmbito da administração de seu Governo, creio que não estaríamos diante dessa triste situação.

Como o Governador não agiu no início, ao contrário, protegeu sob o manto da certeza da impunidade, os descabimentos administrativos só fizeram aumentar, redundando nos atos escabrosos, agora já conhecidos, pelo menos em parte, que traduzem uma verdadeira farra com o dinheiro do povo de Rondônia.

Desde que fui acolhido em Rondônia, Sr. Presidente, sempre me preocupei com os destinos de meu Estado, então Território Federal.

Quando assumi meu primeiro mandato eletivo, redobrei essa preocupação, como são testemunhas todos aqueles que acompanham minha vida pública. Fui austero como Presidente da Assembléia Legislativa. Agi da mesma forma, com rigor, quando Prefeito de Ji-Paraná. Tenho sido diligente no exercício do mandato de Senador.

Sabemos todos nós, rondonienses, que habitamos um Estado estigmatizado nacionalmente, e até em nível internacional, por mazelas ocorridas em passado recente, praticadas por alguns irresponsáveis.

Preocupa-me sobremaneira, neste momento, que Rondônia volte a ocupar significativos espaços na imprensa nacional, denegrindo, mais uma vez, a imagem de nosso Estado.

Minha revolta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, baseia-se no fato de vislumbrar a possibilidade de uma crise institucional, sem precedente na história do Estado de Rondônia.

Há um ano e meio, quando, através de carta aberta, conclamei o Governador Valdir Raupp a reunir as Bancadas federal e estadual, os prefeitos, os vereadores e toda a sociedade civil organizada, para um diagnóstico e enfrentamento conjunto da crise que, já naquela época, nos pri-

meios meses de seu Governo, era perfeitamente viável.

Naquela ocasião, mais exatamente em 31 de outubro de 1995, afirmei:

"Continuo seu adversário político e seguirei fazendo denúncias quando os fatos exigirem. Antes e acima de tudo, porém, sempre fui e continuo sendo um defensor do Estado, capaz e sempre pronto a colocar os interesses maiores de sua gente acima de partidos e ideologias. Tampouco me move qualquer interesse por cargos no seu Governo.

Esses mesmos sentimentos, estou certo, inspiram políticos com ou sem mandato; tocam companheiros e adversários do Governador; estimulam líderes de segmentos organizados da sociedade, na capital e no interior. São perfilados por membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, por prefeitos, empresários, lideranças sindicais, todos interessados em evitar o pior para Rondônia."

O Governador preferiu, naquela oportunidade, ignorar o meu apelo e a minha sugestão. Talvez pela minha condição de seu adversário político.

Reitero, agora, meu apelo ao bom senso do Governador, responsável único por essa inusitada crise, originada em desmandos administrativos, que ronda nosso Estado neste momento, no sentido de envidar esforços para buscar um clima de normalidade e tranquilidade entre os Poderes e instituições, fazendo prevalecer a conciliação, sob pena de levar todo o povo rondoniense a correr o sério risco de trilhar caminhos imprevisíveis.

Não estamos precisando, nem tampouco podemos nos dar ao luxo de nenhum desentendimento maior, pelo contrário, estamos mesmo é necessitando, urgentemente, de recuperar nossas estradas vicinais e coletoras, de reordenar a situação das escolas, de acudir a saúde do povo, de implantar obras nos Municípios e, com isso, gerando empregos, de atualizar os salários dos servidores estaduais, pois já são transcorridos dois anos e meio de Governo e recursos, mais do que suficientes, foram transferidos da União com essas finalidades.

As denúncias, todas, têm que ser apuradas, com firmeza, e punidos os responsáveis, no plano e no limite da determinação da lei. E a imposição da

lei não pode transformar-se em motivo de desarmonia entre os Poderes e as instituições.

Todo governante é responsável por suas ações e por suas omissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL – (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Geraldo Melo; eminente 1º Secretário Senador Carlos Patrocínio; Sr^{as} e Srs. Senadores, lerei um trecho do **Diário do Congresso Nacional – Senado Federal** do discurso por mim pronunciado no dia 06 de novembro, discurso longo no qual o Senado tateava e colocava-se, prudentemente, com a abordagem que eu fazia.

O que poderia, na época, parecer uma simples narrativa de um Senador, hoje transformou-se, na edição de anteontem e de ontem, num dos jornais de maior circulação do País, **O Globo**, numa matéria de quatro páginas.

Vou relembrar o meu pronunciamento do dia 6 de novembro. A certa altura, eu dizia:

Pois, exatamente nessa década, mais precisamente no ano de 1976, madrugada de 14 de abril, ela teve o seu carro "abalroado violentamente e jogado para fora do viaduto na saída do túnel Dois Irmãos, sentido Gávea-São Conrado", no Rio de Janeiro. "Caiu de uma altura de cinco metros. Suspeita-se que não foi um acidente".

E por que a suspeita? Porque, na época, esse tipo de morte era chamado "execução pelo Código 12", que "consistia na eliminação dos inimigos do regime militar por órgãos de segurança, simulando acidentes sem deixar pistas".

E perguntava eu:

A quem quero lembrar agora, 20 anos decorridos da sua morte brutal? E por quê?

Tomo emprestadas as palavras de sua filha: "o que eu quero é identificar a morte de mamãe com seu desespero na denúncia do assassinio do filho".

E eu indagava ao Plenário do Senado:

Como se chama essa Mãe Coragem? Como é seu nome? Zuzu Angel. Como é o nome da filha? Hildegard Angel.

Lembrava, Sr. Presidente, que não vinha à tribuna porque, mal saí da casa dos 30, Deputado Federal, tive o meu mandato de Deputado cassado, suspenso os meus direitos políticos por 10 anos, perdido o meu lugar de Professor na Faculdade de Direito. Portanto, não era em função de uma chamada revanche. Ocupava a tribuna porque, coincidentemente, ontem, exatamente ontem, completaram-se 48 anos que um irmão meu, de 27 anos, foi assinado por órgãos de segurança.

Veja bem, Sr. Presidente, que não quis vir ontem à tribuna abordar esse assunto por causa da data de 15 de maio de 1949. É que eu aprendi, ainda garoto – já que ele era mais velho do que eu 10 anos –, sobre o sofrimento, porque vi o que a minha mãe sofreu com a perda daquele filho brutalmente assassinado com tiros de parábélum. E lembrava o que deveria ser, quando viva, o sofrimento de Zuzu Angel pela morte de seu filho Stuart, que todos anunciavam que tinha sido torturado e morto por agentes que compunham os órgãos de segurança.

Fiz o registro porque, no meu entendimento, Zuzu Angel disse e escreveu verdades sobre a morte do seu filho; verdades sem retoques, sem tintas coloridas. Nunca se viu, em nenhum instante da sua mágoa, nos seus lábios aflorar o sorriso da bajulação. Ela se punha de forma concreta, correta, uma mulher que em vida se comportava como uma espécie de animal sentimental, enjaulada na sua saudade. O sofrimento do filho não fez com que ela dessembarcasse ou colocasse a sua âncora no porto do desânimo.

E eis que agora, Sr. Presidente, tantos anos decorridos, quarta-feira, 14 de maio, chamadas no jornal – quem trabalha em jornal sabe o que se chama manchete de oito colunas: "Novo laudo reforça a tese de que Zuzu Angel foi assassinada". Não bastasse a sua luta em defesa do filho, preferiram levá-la à morte, sem saber que o tempo, que a história um dia se cumpriria e resgataria o que diz o subtítulo: "Reexame de inquérito e exumação contestam versão oficial de que estilista dormiu ao volante". E as páginas 10, 11 e 12, portanto três páginas inteiras, narram a versão oficial, mostram que embalar o filho era uma obsessão da mãe ferida pela dor.

E ontem? Ontem, mais uma vez, com chamada de primeira página, o jornal O Globo traz este título: "Relatório prova que Zuzu era perseguida". E mais, no subtítulo: "Agentes do DOPS tomaram documen-

to de estilista e entregaram a general americano sobre a morte do filho". São os seguintes os títulos: à página 12: "Relatório prova que Zuzu Angel era vigiada pelo DOPS"; à página 13: "General aposta que família será indenizada"; à página 14: "Comissão abre campanha para localizar corpos".

Tudo isso mostra que este Governo, dele podem dizer os inimigos o que bem entenderem, mas não hão de recusar que tem tido uma atitude altamente credenciada pela história, que é apurar a versão verdadeira. Tanto o Presidente da República quanto o Ministro da Justiça, do Ministro Nelson Jobim que hoje está no Supremo até o Ministro Seligman, estão atrás de fazer justiça a uma mãe que desapareceu, mas cujo trabalho, cuja eficiência, cuja dignidade, ninguém conseguiu que deixasse de ser apreciada.

Quero fazer aqui, Sr. Presidente, a leitura de um trecho que merece a observação deste Senado, quando diz: "Peritos desarquivam inquérito e explicam que, se ela tivesse dormido ao volante, teria lesões na região superior da cabeça". O que se fez à época? Se dizia que Zuzu não teve o seu carro abalroado, que dormira ao volante. Com isso, estava, portanto, afastada a suspeita da terrível maldade que sobre ela se abatera.

Leio um trecho do novo laudo:

"Pela análise da distribuição dos ferimentos, podemos admitir que Zuleika Angel Jones não poderia estar dormindo quando sofreu os impactos fatais, e, caso estivesse, possivelmente, teria despertado após o primeiro impacto contra o obstáculo fixo (meio-fio esquerdo), que, inquestionavelmente, não produziu as lesões fatais."

Com esse laudo, Sr. Presidente, se restabelece uma verdade histórica. Não há como deixar de pensar que o passado há de ser sempre um ponto de partida para o futuro. Não importa o que fique pelo meio. Um dia, sem dúvida alguma, se chegará à análise, à observação, à concretização do que se passou. Ninguém foge. Há uma teia como que tecida por mãos invisíveis que, um dia, faz afastar aquele manto que encobria o chamado "manto da impunidade". Não importa se quem cometeu o crime já tenha desaparecido. Importa uma frase de Hildegard Angel, no jornal **O Globo**, do último dia 14 de maio: "Filha disse que lavou a alma após 21 anos".

Sr. Presidente, foi preciso esperar uma maioria civil para que se lavasse a mancha que este País teve na perseguição a quem lutava para resgatar a história do seu filho.

Não se pode aqui tratar como se isso fosse um caso de política partidária, como se fosse um ato de revanchismo, como se alguém pudesse querer apontar caminhos, indicar soluções desfavoráveis, quando o que a mãe queria era resgatar a honra daquele filho que ela julgava estar defendendo, apenas, um ideal.

Hoje, ainda bem que estamos vivos, os que fomos protagonistas da história de anteontem e não meros leitores dela, para podermos ocupar esta tribuna. Eu sei o que foi o sofrimento dos que tiveram o seu lado de idealismo apagado, cassado, roubado, preso, mas não posso calcular, dimensionar o que deve ter sido o sofrimento de uma mãe como Zuzu Angel, que lutou para educar os filhos e neles via apenas a chama ardente do idealismo.

Por isso, Sr. Presidente, não me furto – não poderia fazê-lo – de registrar trechos da entrevista da jornalista Hildegard Angel, que conheço pessoalmente e com quem minha mulher, Zuleide, e eu temos laços de amizade, acompanhamos o seu sofrimento. Assistimos à inauguração do museu que leva o nome de sua mãe, em uma parceria, devo registrar, com uma outra grande mulher chamada Heloísa Aleixo Lustosa, cujo pai um dia conheci, mal chegando aqui na casa dos 30, presidindo o Congresso Nacional, o grande Pedro Aleixo. Heloísa Aleixo Lustosa, diretora do Museu Nacional de Belas Artes, abriu as portas para a sua amiga Hildegard Angel, para que esse museu se transformasse em uma realidade na América Latina.

Portanto, Sr. Presidente, merece que fique registrado nos Anais do Senado esta declaração. Abre a matéria o seguinte texto:

"Entrevista de Hildegard Angel

Foram necessários 21 anos para que a jornalista Hildegard Angel conseguisse sentir um pouco o sabor da Justiça.

- "Lavei a alma" – afirmou ontem a jornalista, no escritório do seu advogado, Luiz Roberto Nascimento Silva, segurando o novo laudo sobre o acidente no qual a sua mãe, a estilista Zuzu Angel, morreu em 1976.

Na opinião de Hildegard, a versão do inquérito policial, considerada mentirosa pela família de Zuzu, foi sepultada de vez."

A entrevista é longa, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a vai determinar a transcrição nos Anais, porque, afinal, eu requererei. Mas quero fazer desta frase o fecho para o meu discurso: "Foi sepultada de vez".

A frase é popular, a sabedoria do povo tem embutida qualquer coisa que é assim imortal. Diz o povo que "mentira tem pernas curtas". Aqui ela está sendo sepultada de vez. Aquela mãe que ontem sorria, que passou dissabores, que foi perseguida, que foi morta, brutalmente assassinada, sua luta – que depois continuou na filha – tem hoje um emblema: a mentira foi sepultada de vez.

O que quero resgatar, no final deste discurso, Sr. Presidente? Por mais que os detentores do Poder, aqueles que o empalmam, por maior que seja a fortuna que o cidadão consiga amearhar, o homem público só vale por aquilo que faz em defesa da sociedade brasileira. Aqueles que ontem mataram, assassinaram, torturaram, espalderaram e que mentiram, hoje estão sendo descobertos pela História, porque a sua mentira está sepultada e a verdade está brotando.

Quero, Sr. Presidente, em meu nome pessoal, dizer que valeu a pena Zuzu Angel não arquivar as suas esperanças, porque elas brotaram como aqueles pedaços de raízes que são podados e vêm e rebrotam, com uma força intensa, no trabalho da sua filha Hildegard.

E esse trabalho e essa luta merecem o reconhecimento do Senado. E o reconhecimento é o requerimento que faço a V. Ex^a para que determine a transcrição das duas matérias publicadas, anteontem e ontem, no jornal **O Globo**, como fecho do meu discurso.

Conheço V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, sei o que foi o governo democrático que V. Ex^a desempenhou no Rio Grande do Norte, sei o quanto isso deve tocar-lhe na alma e, por isso, sei também, por antecipação, que deferirá meu requerimento e determinará a publicação deste discurso e dessas matérias aqui trazidas no **Diário do Congresso Nacional**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
BERNARDO CABRAL EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

EM BUSCA DA VERDADE: Segundo deputado Nilmário Miranda, laudo comprova o que se suspeitava: Zuzu foi perseguida

Para família, laudo é reviravolta técnica

Na opinião de perito que fez o novo laudo, o inquérito policial da época tem várias lacunas

TRECHOS DO NOVO LAUDO SOBRE A MORTE DE ZUZU

• **NÃO DORMIA:** "Pela análise da distribuição dos ferimentos, podemos admitir que Zuleika Angel Jones não poderia estar dormindo quando sofreu os impactos fatais, e caso estivesse, possivelmente, teria despertado após o primeiro impacto contra o obstáculo fixo (meio-fio esquerdo), que inquestionavelmente, não produziu as lesões fatais".

• **REAÇÃO DE DEFESA:** "Pelo exposto, o desvio de direção à esquerda, pode constituir-se em uma manobra voluntária em uma reação de autodefesa, diante de um perigo iminente (caso em que o motorista é surpreendido por obstáculo móvel ou por súbita interceptação de trajetória (fechada de outro veículo, sem contato físico), o qual não se logrou êxito em determinar materialmente esta ameaça".

• **SEM CONTATO** "...Não podendo excluir a entrada inopinada de pedestres, animais e outros objetos móveis, como também a interceptação da trajetória (sem contato) do veículo acidentado (fechada)".

• **LAUDO ANTIGO:** "Considerando que o laudo havia excluído, inadequadamente, as hipóteses em que o mo-

torista é surpreendido por obstáculo móvel ou por súbita interceptação de trajetória (fechada de outro veículo) e havia concluído por 'a causa determinante do evento foi a total privação dos reflexos de defesa, por parte do condutor do veículo', as investigações aparentemente restringiram-se à tese da sonolência"

• **O QUE OCORRERIA:** "Embora esta hipótese de estado de sonolência não possa ser afastada, ela obriga que o condutor do veículo, dormindo ou em estado de sonolência, tenha efetuado o desvio à esquerda, uma vez que a tendência normal, considerando o carro devidamente alinhado, e em condições normais do veículo e da via, apresentando a via uma curva à esquerda, sem a influência do motorista, provavelmente iria apresentar o primeiro impacto no meio-fio do lado direito. Como dito, embora seja possível que o motorista efetuasse o desvio, nos parece plausível que o tenha feito como uma reação de autodefesa, face a uma situação real ou imaginária, o que talvez uma investigação à época do fato, de caráter mais abrangente pudesse ter esclarecido".

• **BRASÍLIA E RIO.** O deputado Nilmário Miranda, representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara na comissão, acredita que o novo parecer criminalístico significa uma virada no caso:

— O laudo comprova o que sempre suspeitamos: que era coincidência demais a morte de Zuzu no momento em que ela denunciava ao mundo a morte do filho Stuart. Ela foi perseguida, tentou fugir e foi alcançada na saída do túnel, onde capotou. Foi um atentado. Mais evidências do que isso impossível — diz.

Já o advogado Luiz Roberto Nascimento e Silva admite que o novo laudo não prova que Zuzu foi morta pela repressão. Mas, na opinião dele, significa, no mínimo, uma "reviravolta técnica":

— O laudo deixa claro que o inquérito partiu de premissas falsas para chegar a conclusões falsas — observa — Ninguém tem dúvidas de que a Zuzu vinha sendo intimidada. O parecer cria esse vínculo com a responsabilidade do Estado — acrescenta.

Pela falta de testemunhas oculares e provas conclusivas, Nascimento e Silva admite que a decisão da comissão se-á polêmica. Mas se declara otimista:

— O caso é complicado, mas meu sentimento é que a comissão vai deferir o nosso pedido.

Perito aponta falhas no inquérito policial da época

O perito criminal Celso Nenevê, autor do novo parecer, considera como maior falha no inquérito, o abandono de hipóteses importantes, como a possibilidade de o carro de Zuzu ter sido fechado na saída do Túnel Dois Irmãos e o fato de os policiais terem se prendido a uma premissa muito improvável — a de que a estilista tenha cochilado ao volante.

— As chances de que ela tenha dormido no volante são mínimas, remotas. Mas as investigações restringiram-se a uma única versão: a tese da sonolência. O resto foi abandonado — diz ele.

Há dez anos na Polícia Civil de Brasília, Celso, 41 anos, assessor da comissão especial, já fez o laudo pericial de casos polêmicos, como o de Carlos Lamarca, ajudando a provar que o líder guerrilheiro fora emboscado e morreu sem chance de defesa.

No caso de Zuzu, Nenevê afirma que o inquérito policial tem "várias lacunas" e que, desde o início, a investigação se direcionava a provar que a estilista dormia ao volante. Mas ele diz não ter condições de provar que Zuzu foi perseguida por outro carro.

— Posso dizer apenas que existe a hipótese de perseguição. O inquérito exclui qualquer amassado na lataria, provocada por uma fechada de outro carro. Mas esquece que um carro pode ser fechado sem que os veículos se toquem. Esse é um dado que na época eu teria examinado.

Filha diz que lavou a alma após 21 anos

Jornalista acha que versão de acidente do inquérito policial foi sepultada de vez

• Foram necessários 21 anos para que a jornalista Hildegard Angel conseguisse sentir um pouco o sabor da Justiça.

— Lavei a alma — afirmou ontem a jornalista, no escritório do seu advogado, Luiz Roberto Nascimento Silva, segurando o novo laudo sobre o acidente no qual sua mãe, a estilista Zuzu Angel, morreu em 1976.

Na opinião de Hildegard, a versão do inquérito policial, considerada mentirosa pela família de Zuzu, foi sepultada de vez.

Carter Anderson

O GLOBO: As conclusões do novo laudo a surpreenderam?

HILDEGARDE ANGEL: Não. Este laudo confirma uma convicção generalizada de que Zuzu foi assassinada. Quando ela morreu, as condolências que recebemos foram pelo seu assassinato.

• Como foi a investigação policial na época?

HILDEGARDE: Aconteceram muitas coisas estranhas. Diziam que o carro da mamãe estava com problemas e nós temos o depoimento dos donos da oficina da Supergasbrás afirmando que o carro estava em condições perfeitas. O delegado disse que havia no porta-luvas uma garrafinha de uísque. É mentira, não tinha. O

próprio exame feito na época diz que mamãe não estava alcoolizada. E aconteceram outras coisas: a mala do carro da mamãe estava cheia de livros do Hélio Silva sobre os governos militares, uma edição que foi apreendida porque trazia a descrição da morte de Stuart. Sumiram todos.

• A sua família ainda tinha esperança de que pudesse desmentir a versão do inquérito policial?

HILDEGARDE: Na verdade, depois da Lei de Anistia, pensei que este caso nunca fosse esclarecido. Lavei minha alma com este novo laudo. Minha mãe morreu porque se insurgiu bravamente contra a repressão. Ela não tinha medo e levantou sua voz até o último minuto. A gente não pode negar a nossa história, o heroísmo dela e de todas as mães que trabalharam com ela e que procuraram por seus filhos, lutando, questionando e se arriscando. Esta é uma dívida que o Brasil tem com todas essas mães.

• Você acredita que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos vai incluir sua mãe na lista de vítimas da repressão?

HILDEGARDE: Eu acredito na comissão. Mas, se os seus membros não reconhecerem o caso da mi-

nha mãe, eu já lavei minha alma, como disse.

• Vocês tinham medo de que ela morresse por protestar tanto?

HILDEGARDE: Eu sabia que aquilo ia acabar acontecendo. Estava em São Paulo quando ligaram para mim e disseram que ela estava no hospital. Na hora pensei: mamãe morreu. Ela era um incômodo contra o qual era difícil de se lutar. Eles iriam atirar nela? Prender uma mãe desesperada e sobretudo uma mãe com projeção internacional, que era figurinista da Joan Crawford, da Kim Novak, da Liza Minelli?

• As perseguições nunca intimidaram sua mãe?

HILDEGARDE: Ela sabia que era seguida e dizia para os seus perseguidores: "Não precisa se esconder, você que está me seguindo". No telefone grampeado dizia: "Você que está gravando minha conversa, eu estou dizendo isto mesmo, não tem problema". Intimidação com ela não funcionava. Pelo contrário, era um alimento para sua luta.

• Quando ela passou a incomodar tanto o regime?

HILDEGARDE: Ela recebeu um telefonema dizendo que meu i-

mão tinha caído, sido seqüestrado, no dia 14 de maio de 1971. Ele morreu no dia 15, mas só no dia 3 de agosto ela teve a informação de que ele estava morto. Recebeu a confirmação de um advogado de que Stuart estava morto. Quando teve convicção da morte do meu irmão, a sua luta se tiplicou. O desfile que ela realizou no exterior foi veiculado pela imprensa internacional. Foi o primeiro desfile de protesto político.

da história da moda. Ela virou a música de Chico Buarque. E o fato de ter conseguido penetrar no esquema de segurança do regime também irritou. Ela conseguiu chegar a Henry Kissinger, em uma visita dele ao Brasil, e entregar um dossiê completo sobre a morte do Stuart. Em Washington, ela contactou nove senadores, trocou correspondência com eles que acabaram pedindo satisfações ao Governo brasileiro.

• *Você acha que um dia ela pararia de protestar?*

HILDEGARDE: A luta dela não ia ter fim. Era uma luta contra aquilo tudo, contra a ditadura, contra a proibição, contra o medo. Ela queria o corpo do filho, mesmo sabendo que ele tinha sido jogado no mar. Zuzu queria que o Governo reconhecesse a morte dele e que não matasse mais. ■

EM BUSCA DA VERDADE: Novo parecer reforça tese de que estilista, que denunciava morte do filho na ditadura, foi vítima de atentado.

Laudo contesta a versão oficial da morte de Zuzu

Peritos desarquivam inquérito e explicam que, se ela tivesse dormido ao volante, teria lesões na região superior da cabeça

• **BRASÍLIA.** Um novo laudo, entregue ontem aos sete integrantes da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, pode mudar os rumos do processo que avalia o pedido de indenização da família da estilista Zuleika Angel Jones, a Zuzu Angel. O documento contesta a versão oficial da morte de Zuzu, que sustenta que ela dormiu ao volante, e reforça a tese da família da estilista de que ela foi vítima de um atentado. Mas o laudo é cauteloso: indica que Zuzu muito provavelmente estava acordada, mas não aponta o que teria provocado o acidente. Zuzu Angel morreu na madrugada de 14 de abril de 1976, num acidente de carro na auto-estrada Lagoa-Barra.

O pedido poderá ser analisado amanhã pela comissão mas, para a família, o novo parecer não deixa dúvidas de que a estilista foi assassinada, por causa de sua campanha para denunciar a morte de seu filho Stuart Angel Jones, nos porões do regime militar.

— Nunca duvidei de que minha mãe foi assassinada — diz Hildegarda Angel, filha de Zuzu.

Inquérito fora arquivado em 76, um mês depois do acidente

Atendendo pedido da comissão, o perito Celso Nanevê, do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Brasília — com a co-

laboração dos legistas Nelson Massini e Luiz Fondebrider — fez nova análise do inquérito 118/76, da polícia carioca, arquivado em 25 de maio de 76. Num parecer de 15 páginas, 31 fotos e um croqui que servirá de base ao voto de Luiz Francisco Carvalho Filho, relator do caso, Nanevê contesta as 87 páginas do inquérito policial.

Com base no auto de exame cadavérico e no laudo de acidente de trânsito, os peritos explicam que Zuzu dirigia a mais de 80 km/h, na pista da esquerda, e no momento do impacto fatal estava com o rosto na posição ereta e voltado para a direita — as lesões no crânio e na face concentraram-se em seu lado esquerdo. Segundo os peritos, se Zuzu Angel estivesse dormindo teria apresentado lesões na parte superior da cabeça.

O inquérito também não levou em conta as leis da dinâmica. Considerando o local do acidente — o fim de uma curva acentuada logo após o túnel — o carro deveria ter seguido desgovernado para a direita. Ao contrário, foi projetado para a esquerda, com uma forte guinada. A partir daí, o carro percorreu 28 metros, bateu no meio-fio, voou nove metros para a direita, trombou contra a mureta de proteção, capotou e, por fim, rolou viaduto abaixo. “Pela análise da distribuição dos feri-

mentos, podemos constatar que a senhora Zuleika Jones não poderia estar dormindo quando sofreu os impactos fatais, e caso estivesse, teria despertado após o primeiro impacto contra o meio-fio, que não produziu lesões fatais”, diz o documento, divulgado ao GLOBO pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG), representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara na comissão dos desaparecidos.

Para advogado, Zuzu só pode ter levado uma fechada brusca

Em suas alegações finais, Luiz Roberto Nascimento Silva, advogado da família Angel, não tem dúvidas: “O local onde iniciou-se o acidente é quase uma reta e apenas uma fechada brusca por outro veículo vindo da esquerda para a direita explicaria a reação brusca da vítima”. Nanevê também considerou inadequado que o inquérito tenha sido arquivado, excluindo as hipóteses de que o motorista tenha sido surpreendido por outro carro ou por “súbita interceptação de trajetória (fechada de outro veículo)”.

No relatório, o perito acrescenta: “Embora seja possível que o motorista em estado de sonolência efetuasse o desvio (à esquerda), nos parece mais plausível que o tenha feito como uma reação de autodefesa, face a uma situação real ou imaginária”. ■

Análise do inquérito revela um acidente diferente

Hipótese de fechada jamais foi investigada e Karman-Ghia de Zuzu teria que estar a 177 km/h

Otávio Magalhães/14-4-76

● BRASÍLIA. O novo parecer, que incluiu uma nova exumação do corpo de Zuzu Angel, em janeiro deste ano, narra um acidente automobilístico bem diferente do descrito no inquérito policial, assinado pelo delegado Gustavo Félix Pinto da Rocha. Segundo o parecer, a causa determinante do acidente foi o desvio de direção para a esquerda, o que levou o veículo a bater no meio-fio do canteiro central da pista e, em seguida, derrapando, ser jogado contra a mureta de concreto existente do lado direito do viaduto.

O documento diz que o desvio de direção à esquerda pode se constituir numa "reação de auto-defesa (grifado) diante de um perigo iminente, caso em que o motorista é surpreendido por obstáculo móvel ou por súbita interceptação de trajetória — fechada de outro veículo". Essa hipótese nunca foi investigada. O laudo oficial conclui ainda que o fato de Zuzu dirigir a mais de 80 km/h contribuiu para o agravamento do acidente.

Maiores lesões foram no segundo choque, contra mureta

A partir do laudo necrológico, o parecer lista as 16 diferentes lesões sofridas por Zuzu no acidente. "Pelo resultado médico-legal, podemos notar que as lesões do crânio e da face se concentram mais do lado esquerdo e se distri-

buem por toda a face, evidenciando que a vítima estava com o rosto na posição ereta e voltado para a direita quando (...) foi lançada possivelmente sobre o pára-brisa dianteiro".

As maiores lesões ocorreram no segundo choque, contra a mureta, quando houve fraturas de pernas e braços e na base do crânio. O resultado negativo de dosagem etílica, realizado pelo Instituto Médico-Legal na época, descarta que o acidente tenha sido provocado por influência do álcool. Também não foi encontrada qualquer "alteração de natureza patológica", como um infarto, que justificasse o acidente. Zuzu, conforme depoimentos e exames médicos, gozava de boa saúde.

A análise de outra peça do inquérito, o laudo de exame de local de acidente de trânsito, do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, do Rio, revela outra contradição. Estudos internacionais in-

dicam que o tempo máximo entre a percepção de um obstáculo à frente e a reação de defesa varia de três quartos de segundo a 1,5 segundo. Como o Karman-Ghia percorreu 37 metros até parar, Zuzu precisaria estar a 177,5 km/h — velocidade impossível para o carro que dirigia.

O croqui do laudo mostra que, por algum motivo, o carro de Zuzu trafegava pela faixa esquerda

quando alcançou sua maior velocidade a uma perigosa distância do meio-fio (a faixa de rolamento mede 3,5 metros de largura). O novo parecer indica ser "impossível que um desvio, independentemente do que o motivou, produza um ângulo entre o eixo longitudinal do veículo e o meio-fio de grande amplitude, por absoluta falta de espaço entre a lateral esquerda do veículo e o meio-fio".

No inquérito policial, que incluiu 15 depoimentos, foram convocadas apenas as pessoas que haviam estado com a estilista horas antes de sua morte, sem a preocupação de checar as informações de que ela sofria ameaças e era seguida. Além disso, as testemunhas foram instadas a declarar que Zuzu trabalhava demais e

que se queixara de estar cansada, reforçando a idéia de que poderia ter dormido dirigindo.

Pelo documento oficial, não é possível sequer precisar a hora da morte de Zuzu: o delegado que registrou o caso, Jorge de Paiva, afirma, na abertura do inquérito, que ela falecera às 3h. Mas o tenente-bombeiro Antônio Carlos do Valle Timponi declarou ter sido chamado pela polícia às 2h20m e que, ao chegar ao local do acidente, às 2h30m, encontrou "uma patrulha do 2º BPM (Botafogo) e uma ambulância do Hospital Miguel Couto". ■

EM BUSCA DA VERDADE: Documento já foi entregue ao relator do pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado

Relatório prova que Zuzu Angel era vigiada pelo Dops

Agente descreve encontro da estilista com general americano, a quem entregou foto do filho Stuart e descreveu sua morte

• BRASÍLIA. A estilista Zuzu Angel, que morreu em 14 de abril de 1976, num acidente de carro, vinha sendo seguida por arapongas dos serviços de informação do Governo pelo menos há um ano. Relatórios confidenciais da Seção de Buscas Especiais da Divisão de Operações do Dops no Rio mostram que a rotina de Zuzu era acompanhada por agentes, que se referiam a ela como perigosa e "mãe do subversivo Stuart Angel Jones, desaparecido". Stuart, militante do MR-8, havia sido torturado e morto cinco anos antes, em 15 de maio de 1971, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa).

Zuzu é tratada no relatório como um caso de alta importância, já que vinha, "em viagens ao exterior externando revolta quanto à alegação de seu filho ter sido assassinado pelos órgãos de segurança" — referência aos encontros de Zuzu com o então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, e com o senador americano Edward Kennedy, entre outras autoridades americanas.

Relatórios serão anexados ao processo de indenização

Os relatórios já foram entregues ao advogado Luiz Francisco Carvalho Filho, relator do caso na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, e poderá influir em seu voto, no pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte e de indenização para a família.

— Ela era um estorvo para a ditadura, que controlava seus telefones. Ela sofria ameaças frequentes — afirmou Nilmário Miranda (PT-MG), representante da

Comissão de Direitos Humanos da Câmara na comissão.

Num dos relatórios, o 011, de 7 de maio de 1975, o agente Deuteronômio Rocha dos Santos conta que recebeu telefonema de um segurança do Rio-Sheraton Hotel, "veterano colaborador deste departamento", informando a presença de uma mulher — depois identificada como Zuzu — no hotel. Segundo o relato, minucioso, Zuzu havia se encontrado com Mary, mulher do general Mark Clark, altamente influente no Governo americano. Ambos estavam hospedados no hotel. Conversaram em inglês e Zuzu, vestida de preto, entregou à mulher do general "um envelope pardo".

Envelope tinha foto do filho e relato sobre seu assassinato

Depois que Zuzu foi embora, relata, os agentes do Dops requisitaram o envelope, imediatamente entregue por Mary. No apartamento 1027, reservado pelos segurança do general, o envelope foi aberto. Encontraram uma caixa com um lenço de mulher. Embaixo da caixa, uma fotografia de Stuart, tamanho 18 x 24, recortes de jornais, cartas com pedidos de ajuda e um manuscrito com a assinatura de Alex Polari de Alverga (militante que testemunhou a tortura de Stuart). De acordo com o relato do espião, o manuscrito continha "acusações gravíssimas às autoridades militares". Eles tentaram deter Zuzu, mas era tarde. "O fato é de suma gravidade", diz o relato, concluindo com um alerta inusitado sobre Zuzu. "Dada a facilidade com que avistou-se com a sra. Mary Clark, poderia nessa oportunidade

atentar contra sua vida e a de quantos ali se encontravam".

Um dia depois, outro relatório, assinado pelo chefe da Seção de Proteção e Segurança da Secretaria de Segurança, José Augusto Gomes Alves, informava aos superiores o incidente no hotel. A fotografia de Stuart nunca foi devolvida a Mary e acabou nos arquivos do Dops. No verso da foto, em inglês, um SOS de Zuzu, relatando a morte do filho. "Stuart Edgar Angel Jones, meu filho único, torturado e assassinado PELO GOVERNO MILITAR BRASILEIRO (sic). Stuart foi preso e levado para o Cisa da Aeronáutica no Galeão, onde sofreu toda espécie de torturas. Seus torturadores, entre os quais oficiais e praças, após lhe haverem infligido todo tipo de tortura, o amarraram a um jipe com a boca quase colada à descarga, e acelerando o veículo o fizeram inalar o gás venenoso continuamente. Esta operação de martírio durou um dia inteiro, de manhã à noite. Quando meu amado filho pedia em sua agonia: "Água, estou morrendo", seus torturadores e assassinos riam e debochavam dele como fizeram com Jesus na cruz. Seu corpo nunca foi entregue a mim, sua mãe. Sinto uma grande e enorme dor. Ele era filho de um cidadão americano, Norman Jones, meu marido. Assinado: Zuleika Angel Jones — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1975".

O documento descreve outra foto, na qual aparecem, em Nova York, além de Zuzu, sua filha Ana Cristina (que deixou o Brasil após o assassinato do irmão), então com 26 anos, e Kathy Lindsay, filha de John Lindsay, então prefei-

to de Nova York. Na foto, o endereço de Ana Cristina. Entre os documentos apreendidos, duas cartas, uma dirigida ao general Clark e outra a sua mulher, com um lembrete: "Estou anexando a foto de um anjo, meu filho Stuart".

Na carta ao general, classificada pelo Dops como documento 03, Zuzu diz que o nome de seu filho assassinado se tornou "uma lenda no Brasil" e pede desculpas por "levar uma tragédia tão terrível ao seu conhecimento em sua visita a meu país". No documento 04, a carta a Mary, Zuzu sugere um encontro das duas, em sua lo-

ja no Leblon, e explica o lenço enviado entre os papéis: "É um presente de meu filho, um anjo".

Outro documento, uma cópia da carta de Alex a Zuzu, também foi anexado ao dossiê. Zuzu explica que a carta chegou a suas mãos em 27 de março de 1975, por meio da mãe de Alex. Até então, tinha dúvidas sobre a morte do filho. Ela conta que em novembro de 1971, seis meses depois da morte de Stuart, foi procurada por Lídia Tedesco, mulher do brigadeiro Tedesco, que confirmou a tortura e morte de um rapaz amarrado a um jipe no pátio do Galeão, mas negou que fosse seu

filho. "Todos nós somos criados com a idéia de associar a morte a cadáver, funeral etc. e acho que por não ter visto o meu filho morto minha mente se recusava a aceitá-lo", contou. Para mostrar o "cinismo das autoridades brasileiras", Zuzu lembrou que em outubro de 1971 foram espalhados cartazes em aeroportos e estações com o retrato de Stuart e o letreiro "Procurado". "As pessoas costumavam escrever no retrato do meu filho: já foi assassinado", conta. E encerra: "Sinto-me aliviada e em paz". A carta nunca foi lida pelos destinatários. ■

TRECHOS DE UM RELATÓRIO DO DOPS SOBRE ZUZU ANGEL

| DIVISÃO DE OPERAÇÕES | | SERVICO DE BUSCAS | |
|------------------------|--------------|-----------------------------------|--|
| RIO-SHERATON HOTEL | | SEÇÃO DE BUSCAS ESPECIAIS | |
| REF. ELEMENTO SUSPEITO | | | |
| DCPS | N.º 2863 | RELATÓRIO N.º 011 - Em, 7.05.1975 | |
| GAB | DATA: 9.5.75 | Sr. Chefe do S.B. | |
| CONF. | <i>Jno</i> | | |

Cerca das 19:55 hs, recebi uma comunicação telefônica procedente do Rio-Sheraton Hotel, da parte de um Oficial de Segurança desse hotel - veterano colaborador deste Departamento - dando-me ciência que momentos antes, uma mulher, trajando-se de preto, procurou avistar-se com a esposa do General Mark Clark, ali hospedados, a quem pretendia fazer entrega de um envelope contendo uma carta e um anjo. Apenas um deles.

O fato é de suma gravidade, pois, ZULEIKA ANGEL JONES, é mãe do subversivo STUART ANGEL JONES que encontra-se desaparecido. Tendo em suas viagens ao exterior externado sua revolta, quanto a alegação de seu filho "ter sido assassinado pelos órgãos de segurança". Dado a facilidade com que avistou-se com a Sr. Mary Clark, poderia nessa oportunidade atentar contra a vida de sua mulher.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido, Senador Bernardo Cabral, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fizemos, recentemente, algumas ponderações a respeito do sistema penitenciário brasileiro. Ressaltamos a realidade epidemiológica das doenças transmissíveis e a infecção pelo vírus HIV nos presídios brasileiros. Alertamos que o índice de 80% de reincidência e que o aumento da violência sexual associada a outros crimes indicam a disseminação dessa doença, além dos muros das prisões. Informamos que 45% dos presos em nosso País se concentram no Estado de São Paulo.

Tínhamos o intuito, naquele momento, de discorrer sobre a importância do trabalho do apenado e sobre a necessidade de ressarcimento pelo preso das despesas com a respectiva manutenção efetuada pelo Estado.

Assim sendo, postergamos, propositadamente, outro aspecto da questão penitenciária que também merece a nossa atenção. Por que, nobres colegas, São Paulo é o pólo de atração dos criminosos? E podemos afirmar que, pelos mesmos motivos, os marginais cariocas inventaram os tristemente famosos "arrastões". Essas razões são as mesmas que os especialistas, as autoridades e os meios de comunicação nos apresentam: fome, miséria e desemprego.

Preocupados com a violência crescente, aceitamos essas explicações simplistas, sem atinar com a causa primeira, a verdadeira origem desse mal do fim do século. Acredito que muitos dos nobres colegas tenham lido na **Folha de S.Paulo** do dia 4 de março que, desde o início de fevereiro, foram registrados mais de 40 assassinatos na capital paulista em todos os fins de semana. O primeiro final de semana de março, dias 1º e 2, foi o mais violento dos últimos oito meses naquela cidade, quando morreram 57 pessoas vítimas de homicídio.

O ilustre Desembargador Federal Ney Moreira da Fonseca, em agosto do ano passado, resumiu claramente o problema em um artigo intitulado "O Sistema Penitenciário do Brasil".

As causas são conhecidas. É urgente e fundamental que se estanque e reverta (...) o ciclo migratório do interior para a cidade, sob pena de riscos seriíssimos de toda ordem, inclusive os da segurança pública.

Tal afirmativa se comprova ao sabermos que mais de 80% da população brasileira é encontrada nas regiões metropolitanas, produzindo o fenômeno da conurbação, isto é, a exagerada concentração urbana.

Com efeito, nobres Colegas, os cinturões de pobreza que envolvem os grandes centros, a vida subumana dos habitantes das periferias, dos morros e das favelas, a fome, a miséria e o desemprego desembocam, inapelavelmente, nos percentuais dos censos penitenciários:

- alto índice de delinquência anual, com um milhão de crimes;

- 72% dos crimes cometidos são roubos e furtos (**fast foods**, supermercados, etc);

- 95% da massa carcerária é absolutamente pobre;

- 76% da massa carcerária é analfabeta ou semi-analfabeta;

- 68% dos presos têm menos de 25 anos.

E isto é muito grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O perfil do sentenciado revela, portanto, um brasileiro jovem, em idade de trabalhar, sem instrução, sem a menor qualificação profissional, inadaptado à vida urbana, desempregado e faminto – um homem desesperado, portanto.

Por estas razões, ao constatar as falhas do Governo e do Poder Judiciário na tarefa de ressocializar os presos do País, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – adotou, como tema da Campanha da Fraternidade de 1997, o problema penitenciário.

As capitais e as cidades de maior porte não têm como absorver esse indivíduo, que precisa e deve trabalhar para se manter. Em um mundo cada vez mais dominado pela especialização, ele só poderá encontrar ocupação no setor primário da economia – agropecuária e extrativismo –, portanto, nas lides do campo, já que a construção civil, nas cidades, não mais consegue ocupar essa mão-de-obra despreparada.

A interiorização do desenvolvimento é, pois, a solução para a fixação do homem ao campo, pois lhe oferece, a partir do emprego, condições de vida satisfatória: moradia, escola para os filhos, atendimento à saúde, meios para escoamento da produção, etc.

É indispensável, porém, uma forte motivação para que se inverta o fluxo migratório; para que os contingentes populacionais que se deslocaram, principalmente para o Sudeste, reiniciem a caminhada

para outras regiões. A construção de Brasília, no final dos anos 50, foi um desses faróis, atraindo para o Distrito Federal milhares de trabalhadores e respectivas famílias. Juntamente com a Capital, desenvolveram-se cidades e municípios próximos, em Goiás e em Minas Gerais.

Saúdo, portanto, a figura do "presidente tocador de obras". A transformação do Brasil em um verdadeiro canteiro de obras, com a execução dos 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação, poderá ser o ponto de partida para a conquista do interior. As obras de grande porte, além de ocuparem mão-de-obra pouco qualificada, geram, desde antes de sua conclusão, novos núcleos urbanos; revitalizam Municípios com economia estacionária; atraem novos investimentos; multiplicam e disseminam os benefícios iniciais.

Nesse auspicioso contexto se insere a Hidrovia Tocantins-Araguaia, fundamentada no objetivo governamental de incrementar a produção de grãos no Centro-Oeste e no Maranhão. Outras hidrovias estão contempladas pelo Programa Brasil em Ação, como as dos Rios Madeira, São Francisco e Tietê-Paraná, além de ferrovias e rodovias. Esses corredores intermodais, integrando as três modalidades de transporte – rodoviário, ferroviário e hidroviário –, deverão atender às peculiaridades de cada região, facilitando o escoamento da produção, barateando os fretes e, automaticamente, reduzindo os preços.

No caso específico da Hidrovia Tocantins-Araguaia, a área agrícola atendida pelo corredor é de um milhão de hectares de terras. Com a mecanização da agricultura, poderá atingir até dois milhões de toneladas de grãos, anualmente.

Artigo do Dr. Antônio Lício, publicado na **Revista de Política Agrícola** de outubro/novembro/dezembro de 1995, informa que o Corredor Centro-Norte é, talvez, o de maior importância para o desenvolvimento futuro da agricultura brasileira. Abrange uma região de cerrados, compreendendo o Estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí, Pará, Goiás e Mato Grosso, ao longo da hidrovia, e articulando-se com as Ferrovias Carajás e Norte-Sul.

Aos exportadores de grãos, esse corredor permitirá o embarque pelo Porto de Itaqui/Ponta da Madeira, no Maranhão, bem mais próximo da Europa e dos Estados Unidos. Além de reduzir em 5 mil quilômetros a viagem dos graneleiros, aliviará a demanda dos portos do Sul e do Sudeste, já sobrecarregados. Reduzindo-se o custo do frete, os grãos brasileiros se tornarão mais atraentes no mercado internacional. Um bom exemplo é a soja, cujo preço médio de

exportação para a Europa é de US\$67, enquanto a soja americana custa US\$17.

A redução do frete acarreta o aumento da produção de grãos. Assim ocorreu com a produção de soja nos municípios de Açailândia e Imperatriz, no Maranhão. Com o início da operação da Ferrovia Norte-Sul naquele trecho, a produção saltou de 8 mil para 200 mil toneladas anuais. A causa foi a redução do custo do frete em 30%.

Para o Dr. Lício, à época Diretor de Planejamento da Secretaria Nacional de Política Agrícola, são duas as vantagens da região, no plantio de grãos, sobre as tradicionais regiões produtoras do País: clima e escoamento. O clima se caracteriza por regularidade e quantidade de chuvas, temperatura e luminosidade, levando a notáveis recordes de produtividade.

Quanto à questão do escoamento, segundo aquele técnico do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o transporte multimodal hidrovia-ferrovia-porto poderá propiciar uma redução de até 75% nos custos atuais arcados pelo produtor. Observe-se, também, que o Porto de Ponta da Madeira é o único no mundo, juntamente com o de Roterdã, na Holanda, a receber e despachar navios de 360 mil toneladas, totalmente automatizado e com as menores tarifas – e sabe-se, Sr. Presidente, que os custos se reduzem progressivamente à medida que aumenta a tonelagem do navio.

Acrescente-se a essas vantagens o fato de que a Hidrovia Tocantins-Araguaia tem mais de dois mil quilômetros que requerem pouquíssimos investimentos em dragagens, derrocamentos e sinalizações para tornarem-se plenamente navegáveis durante, pelo menos, oito meses por ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores afirmam os especialistas que sempre que é implantada uma hidrovia rapidamente floresce às suas margens um grande número de pólos industriais, agrícolas, extrativos e turísticos. Criam-se empregos; surgem oportunidades econômicas; ampliam-se os benefícios sociais que são revertidos à população e ao desenvolvimento regional.

Também o Governo é recompensado pelos investimentos. O retorno financeiro concretiza-se no recolhimento do Imposto de Renda advindo dos novos empregos; das taxas sobre a valorização da terra; dos impostos sobre a produção; no incremento das exportações etc. Observem, nobres Colegas, que cada 400 toneladas de carga transportadas por hidrovia correspondem à geração de um emprego direto e de 10 a 12 empregos indiretos; e que a valori-

zação das terras marginais permitirá retorno direto às administrações municipais, sob a forma de impostos.

Toda aquela imensa área deverá ser bafejada pelo progresso. Esperamos que, em breve, seja atendida a reivindicação do Estado do Pará, com a conclusão das eclusas de Tucuruí, de modo a permitir uma ligação direta até o estuário do rio Amazonas. Essa obra, bastante complexa, possibilitará a conexão da hidrovia com o porto de Belém, ampliando ainda mais o rol das vantagens socioeconômicas advindas da implantação do projeto.

Recentemente, o Ministro dos Transportes, Alcides Saldanha – que ainda permanece na Pasta, apesar de já haver sido anunciado o nome do novo Ministro –, em entrevista ao **Correio dos Estados e Municípios**, enfatizou a importância da multimodalidade, ressaltando que é preciso vencer o preconceito dos administradores brasileiros contra a hidrovia. Hoje, apenas 2% da carga é transportada por rios, o que revela um atraso na cultura econômica brasileira, se comparada aos países desenvolvidos, que despacham, por via fluvial, de 10% a 20% das cargas.

Observou, outrossim, S. Ex^a que, se na construção de Itaipu tivesse sido prevista uma eclusa, iria custar um pouco mais e teríamos navegabilidade direta do rio Tietê ao rio da Prata. Hoje, o custo das eclusas de Itaipu se torna enorme.

Objetivando prevenir situações como a de Tucuruí e a de Itaipu, bem como o conseqüente impacto ambiental dessas construções tardias, achamos por bem apresentar à Casa o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1996. Essa proposição estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens.

Consideramos que, no Brasil, a visão setorial das questões não nos tem permitido um aproveitamento racional dos recursos hídricos sem prejuízos para o meio ambiente. Observamos ainda que alguns dos grandes rios nacionais, a exemplo da bacia Araguaia-Tocantins, atravessam regiões muito férteis, mas de baixa densidade populacional. Tal fato nos assegura que os investimentos necessários a transformá-los em hidrovias teriam um rápido retorno, inclusive social.

É certo, Sr. Presidente, que, ao longo das ferrovias, as paradas ou estações propiciam o surgimento de vilarejos. Da mesma forma, os portos fluviais dão origem a pequenas cidades que, além de

gerarem empregos, atraem e fixam famílias antes residentes nas periferias dos grandes centros urbanos.

Assim, nobres Colegas, estamos prestes a presenciar uma revalorização dos rios brasileiros na conquista do interior. Ao implantar e implementar as vias fluviais, estará o Governo Federal criando condições indispensáveis à reversão do fluxo migratório.

Temos a certeza de que, atraídas pela possibilidade de emprego, milhares de famílias humildes se encaminharão para o interior do País; ocuparão os espaços, cultivarão o solo, criarão os filhos em ambientes mais saudáveis que as ruas e as periferias das grandes cidades. Inevitavelmente, os assustadores índices de violência urbana tenderão a decrescer.

Assim, esperamos, Sr. Presidente, que seja o Brasil do século XXI.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, congratular-me com o jornal **Folha de S. Paulo**. Finalmente, vemos um jornal de coragem neste País, que tem força de vontade para mostrar à opinião pública as coisas erradas que acontecem no Brasil, mesmo que estas se tornem do interesse do próprio Governo.

Quero lamentar também, profundamente, as afirmações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao lançar à opinião pública brasileira, tentando enganá-la, que essas denúncias constituem-se numa onda da Oposição.

É lastimável que um Chefe de Estado, sabendo que um problema dessa natureza nasceu das suas hostes, da sua base de sustentação, agora queira passar à opinião pública que esses fatos são nada mais, nada menos do que uma onda da Oposição, como se fosse uma mentira ou uma invenção da mesma. Na verdade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sido o primeiro a se levantar, a questionar a tramitação da emenda da reeleição e suspendê-la ou solicitar ao Congresso que o fizesse, para que essa questão fosse devidamente apurada e os culpados, punidos. Em vez disso, Sua Excelência se omite em meio a esse escândalo e tenta passar à sociedade que isso é uma criação da Oposição, que falcatrias não existem. Ora, como não existem falcatrias, se o próprio PFL, Partido de

base de sustentação do Governo, já expulsou dois Deputados envolvidos com esse escândalo nacional?!

Portanto, quero aqui, em nome do meu Partido, reafirmar, mais uma vez, o nosso entendimento a esse respeito, e a opinião pública brasileira já se manifestou nesse sentido.

Hoje, novamente a **Folha de S. Paulo** publicou que 91% do povo brasileiro quer a suspensão da tramitação da emenda da reeleição. É um desejo do povo brasileiro, e o Governo Fernando Henrique não pode se envolver, manchar-se, sujar-se, fazendo de conta que nada está acontecendo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em vez de assumir esse problema para si e de não macular o seu mandato, tenta enganar a Nação, manifestando-se como se todo esse escândalo fosse uma onda da Oposição.

Lamento profundamente esse fato e mantenho a nossa posição. A Oposição quer a paralisação desta emenda, no Senado da República, e quer que seja formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias. Infelizmente, o Presidente está tentando, por todos os meios e por todas as formas, evitar que a referida comissão se instale no Congresso Nacional, assim como não permitiu a Comissão Parlamentar de Inquérito do sistema financeiro, referente aos rombos do Banco Nacional e do Banco Econômico. Agora não quer permitir a CPI da reeleição, porque sabe, tem consciência de que isso vai atingi-lo; tem consciência de que as trocas de cargos e de favores que foram feitas em troca de votos pela reeleição irão conseqüentemente atingi-lo. Por isso, não deseja que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada.

Nós, da Oposição, continuaremos lutando para que isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra como Líder, por 3 minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, é importante, depois de um pronunciamento tão enfático quanto o do Senador Ademar Andrade – que, aliás, está conduzindo a Comissão de Assuntos Sociais com dinamismo, com eficiência e com paixão, que é a característica do seu comportamento parlamentar -, é preciso dizer que todos nós, do PSDB, da base de sustentação política do Governo, desejamos – e até o PFL já o de-

monstrou – que esses fatos graves sejam investigados com urgência e com seriedade.

Sr. Presidente, quero ainda registrar que o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, se houve com presteza e rapidez nesse episódio, nomeando uma comissão de sindicância com o prazo exíguo de sete dias para ouvir as gravações, ouvir os acusados – como deve ser em um regime democrático – e deliberar sobre o assunto.

No jogo de futebol -apenas para fazer uma comparação-, se um determinado jogador comete uma falta grave e é expulso de campo, isso não deve parar o jogo. Claro que um ou outro jogador, de qualquer das equipes, não necessariamente do time pelo qual torcemos, pode, por comportamento inadequado, ser excluído da partida. Mas isso não deve fazer com que a partida seja interrompida, fazer com que a partida não tenha prosseguimento.

O que o País não deseja, até porque está escaudado, é que o jogo democrático, a partida que jogamos contra o atraso seja interrompida.

O Congresso tem de ter – e o Presidente Antonio Carlos Magalhães já foi muito firme nessa postura – instrumentos mais ágeis de averiguação, de sindicância e de punição de Parlamentares que eventualmente se envolvam em qualquer prática que os desabone. Isso é um aspecto. Outro aspecto é o fato de que o trabalho parlamentar deve ter continuidade. No desempenho dessa atividade, devem ser ouvidas todas as posições e deve prevalecer o voto da maioria.

Uma minoria, usando um episódio que está sendo investigado – é grave e tem de ser investigado – deseja não só expulsar um jogador de campo, mas paralisar a partida, deve merecer discordância em relação a essa atitude. Nós, brasileiros, quando acompanhamos a nossa seleção de futebol nos campeonatos mundiais e nos campeonatos sul-americanos, já sabemos como é isto: muitas vezes o time está ganhando, jogando bem e, no final do jogo, os adversários distribuem cotoveladas, querem paralisar a partida usando artifícios que não são os do jogo democrático.

Todos nós, Parlamentares, devemos exigir o que a Câmara está fazendo: que a Comissão de Sindicância trabalhe com presteza para que rapidamente a sociedade brasileira e a opinião pública tenham respostas para os graves episódios que foram colocados a público. No entanto, o trabalho dos Parlamentares deve ter continuidade.

Da mesma forma que evoluímos no campo econômico, com o Plano Real, que promoveu a esta-

bilidade econômica sem confiscar dinheiro da poupança de ninguém, sem aplicar nenhum choque heterodoxo, como era a História recente deste País; da mesma forma que estamos alavancando investimentos internacionais de US\$12 bilhões ao ano, que geram o modelo de desenvolvimento novo para este País, que geram emprego, que mudam a imagem do País no cenário econômico internacional; da mesma forma que mudamos o quadro econômico, temos que evoluir politicamente, fazendo com que o cidadão brasileiro – e ninguém mais do que ele – decida nas urnas qual o prefeito, qual o governador e qual o Presidente que deve ou não ser reeleito. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Eduardo Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy – Era comunicação inadiável? Pensei tratar-se de comunicação de liderança, com direito a 15 ou 20 minutos. Não é o caso. Daqui a pouco voltaremos ao tema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente o Senador Arruda já saiu do plenário. Não entendo muito de futebol, mas S. Ex^a falou que, quando comete um erro, o jogador é expulso do campo, e o jogo não pára por isso. Coincidentemente há uma CPI que está investigando a existência de corrupção na arbitragem. E, nesse caso, os jogadores – cabe muito bem a comparação com os jogadores do interesse público – estão denunciando que há corrupção envolvendo alguns árbitros dessa partida. Estão envolvidos dois Governadores de Estado; estão inclusive mencionando nome de Ministros. Isso precisa ser investigado.

Então, não se trata de um jogador indisciplinado que apenas cometeu uma infração dentro do campo; trata-se de jogadores que estão cometendo gravíssimos problemas a esta Nação e que estão, ao admitirem sua culpa, delatando outros.

A Folha de S. Paulo foi muito feliz quando fez a seguinte reflexão: se o Governo diz que as denúncias são muito graves e precisam ser investigadas com todo rigor; diz também que, se o PFL – e está de parabéns por isto – reconheceu que essas denúncias são verdadeiras, tanto que já expulsou os

dois Deputados das fileiras do Partido; portanto, se há crédito para punir aqueles que assumem a culpa, por que não há crédito para investigar aqueles que foram citados pelos culpados?

Então, Senador Roberto Arruda, discordo da comparação que foi feita por V. Ex^a, a meu ver, um pouco infeliz, porque o problema dos jogos de futebol está sendo investigado por essa CPI que está a denunciar problemas de corrupção, da mesma forma em que lamentavelmente está envolvido o Congresso Nacional e setores do Governo – foram citadas pessoas ligadas ao Governo e dois governadores.

Eu ia falar exatamente sobre esse tema, mas, dada a comparação do Senador Arruda, eu, mesmo não sendo entendida em futebol, resolvi fazer essa observação, porque achei que S. Ex^a não foi feliz nessa comparação.

O Sr. José Roberto Arruda – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Marina Silva?

A SR^a MARINA SILVA – Com muito prazer.

O Sr. José Roberto Arruda – Senadora, o importante é que todos, independentemente de partidos políticos, de projeto de país que tenhamos, temos algo em comum: a importância da continuidade do processo democrático. O processo democrático tem, por definição, etapas de atuação. O Presidente da Câmara dos Deputados, no momento em que foi confrontado com um grave episódio, tomou a decisão imediata de nomear uma Comissão de Sindicância para apurar os fatos e, se for o caso, sugerir as punições que essa Casa deve imputar. Em relação ao que ocorreu – e é bom que ocorra, e é fundamental que ocorra –, o que pondero, Senadora, é que todos devemos continuar os nossos trabalhos legislativos sobre qualquer assunto, porque o seu voto, o meu voto e o voto da grande maioria dos Parlamentares não está sendo questionado. Não podemos sobrestar o exercício do nosso mandato porque algum parlamentar eventualmente – até que termine o resultado da sindicância devemos colocar o senão – não honrou o seu mandato popular. Devemos continuar a exercitar o nosso: V. Ex^a com suas convicções, cada um de nós com a própria convicção, mas devemos exercitar o nosso mandato. O que não devemos é entrar no jogo de, a cada episódio desses, tentar usá-lo para tentar paralisar a partida. E quando digo partida, refiro-me à partida do jogo democrático, que, sem nenhum susto, sem nenhum artifício, trouxe a estabilidade econômica a este País, que indicou um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e, mais do que isso, inscreveu a todos nós em um período da História brasileira onde há li-

berdade, democracia, estabilidade econômica, onde pode haver desenvolvimento e, mais do que isso, evolução política. E quando defendo reeleição, Senadora Marina, não a defendo apenas para o Presidente da República, que é do meu Partido; defendo também para o Governador de Brasília, que é do meu Partido. Não faço separações. Penso que a regra do jogo político tem que valer para todos os partidos, tem que valer em todos os níveis da Administração Pública brasileira. Eram esses os comentários que gostaria de aduzir ao seu pronunciamento. Muito obrigado.

A SRª MARINA SILVA – Concordo, em parte, com o aparte de V. Exª, principalmente quando diz que os nossos trabalhos não podem ser paralisados. Mas faz parte dos nossos trabalhos o processo de investigação. A prática das CPIs tem, inclusive, mostrado ao País que existem momentos em que os nossos trabalhos são eficientes e eficazes, quando se debruçam sobre assuntos dessa natureza para darem as respostas que o País necessita. Nós não estamos paralisados em função da CPI dos Precatórios, não paralisamos o País durante o processo de **impeachment** do Presidente Collor e nem da CPI do Orçamento. Penso que o Congresso Nacional não pode se apressar em dar uma resposta, punindo um, dois ou três, quando, na verdade, sabemos que essa é apenas a ponta de um **iceberg** que precisa ser investigado.

Sr. Presidente, por eu ser do Estado do Acre, vejo com tristeza que cinco Parlamentares acreanos estão envolvidos nesse lamentável episódio, e quero historiar um pouco a respeito desses acontecimentos envolvendo o meu Estado. A população do Estado do Acre não merece esse tipo de achincalhamento e vergonha por que vem passando ano após ano. Em quase todos os grandes escândalos da história recente deste País, há alguém do Estado do Acre envolvido lamentavelmente. No caso do escândalo envolvendo o Ministro Rogério Magri, em que foi também gravada uma fita, ali estavam envolvidas pessoas do Acre, episódio que inclusive terminou com o assassinato do Governador Edmundo Pinto, que até hoje não foi esclarecido de forma satisfatória para a opinião pública, pelo menos no caso do Estado do Acre. Tivemos também – e este episódio é recente – a denúncia de que o Governador estaria envolvido em contrabando, inclusive tendo vários CPFs, cinco, parece-me, e uma série de outros problemas que estão na Procuradoria da República. E agora temos, nesse lamentável episódio, cinco Deputados do meu Estado envolvidos na venda do voto. Esses episódios, de alguma forma, fazem com que a auto-estima do povo acreano fique abalada.

Sr. Presidente, faço questão de ressaltar desta tribuna que o povo acreano é honesto e trabalhador, mas que, lamentavelmente, em função da grande miséria e, muitas vezes, do analfabetismo, de problemas estruturais e de responsabilidade do País, pessoas são manipuladas pela compra do voto, muitas vezes, elegendo pessoas que não merecem o respeito do Brasil nem do povo acreano.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao observar o que está acontecendo neste País, tenho a impressão de estar assistindo a um velho filme. Recordo-me do escândalo do Ministro Magri, quando o governo de então se apressou em afastar o Ministro, para impedir que se tirasse a sujeira que estava embaixo do tapete.

Neste episódio, de forma semelhante, observo que há uma pressa muito grande, inclusive utilizando-se um instrumento inadequado, que é a Comissão de Sindicância, muito embora os Deputados e a própria Presidência da Casa estejam fazendo um esforço no sentido de tentar dar alguma resposta. Mas essa Comissão não tem poderes para quebrar o sigilo bancário, telefônico e nem tampouco fazer as investigações necessárias para que esse episódio lamentável seja esclarecido.

Neste sentido, Sr. Presidente, a forma mais adequada e a postura correta tanto dos governistas quanto da Oposição seria exatamente aquela de darmos cabo a um processo de CPI, para que o Congresso Nacional não permaneça com a imagem que tem frente à opinião pública. Hoje, contamos apenas 17% de credibilidade. **A Folha de S. Paulo** diz que 75% da população nos olha com desconfiança. E por que nos olha com desconfiança, Sr. Presidente? Eu, que sou acreana e que ganhei este mandato pelo respeito da população do meu Estado, não gostaria de ver o meu nome na vala comum juntamente com o daqueles que praticam esses tipos de irregularidades como se fôssemos todos iguais. Não somos iguais. Mas, lamentavelmente, pelo que se repete nesta Casa, pelo que tem acontecido historicamente, envolvendo o Poder Executivo, é como se isso fosse uma prática comum, e as pessoas nos chamam a todos de "os políticos". E ser chamado de "os políticos" significa aqueles que querem tirar proveito próprio de determinadas circunstâncias. Não são pessoas que estão aqui pelo interesse público, não seriam pessoas que chegaram aqui pelos seus méritos, mas seriam pessoas que se aproveitaram da oportunidade que tiveram para aqui chegar e tirar algum proveito.

No meu Estado, muitas vezes, as pessoas indagam por que será que alguns políticos fazem in-

vestimentos tão astronômicos em suas campanhas eleitorais. Existem pessoas que gastam em suas campanhas eleitorais somas de dinheiro que, nem que passassem o resto da vida como Senadores, Deputados ou Governadores, jamais teriam condições de reaver em termos de vantagens financeiras. É estranho! Então, quando as pessoas vêem que alguns venderam seu voto por R\$100.000,00 ou por R\$200.000,00 em apenas uma votação, sabe-se lá o que aconteceu em outras? Aí as pessoas começam a entender por que esses investimentos tão altos são realizados. Não se trata de idealismo: de pagar para trabalhar, de pagar para servir ao público. Trata-se de pagar alguma coisa para tirar do público o seu mesquinho interesse privado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado esse episódio recente de troca de votos, onde é citado o Ministro das Comunicações, que é muito ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Penso que o Presidente deveria ser o primeiro a defender uma CPI para que tudo fique esclarecido, a fim de que não paire nenhuma dúvida em relação à sua participação nesse episódio lamentável ou à de pessoas próximas a Sua Excelência. Até porque as pessoas mencionadas na fita – e questionam-se a credibilidade e a forma como fizeram essas acusações – estão sendo punidas pelo crime que cometeram. Mas elas citam outras pessoas, e penso que essas pessoas deveriam ser as primeiras a querer que esse fato ficasse devidamente esclarecido.

Observo também que estamos num processo onde cabe uma reflexão tanto nossa, da Oposição, quanto da Situação. Do ponto de vista da Oposição, a busca de uma CPI não deve ser para podermos aumentar o problema e tirarmos apenas vantagem política, mostrando para a opinião pública as chagas do Governo ou de quem quer que seja. Deve ser para denunciar o fato à opinião pública, mas acima de tudo para, num processo cirúrgico, resolver o problema. O nosso propósito deve ser o de resolver o problema e não apenas o de puxar esse novelo como se fosse mais um episódio de onde se pode tirar vantagens políticas.

Lamentavelmente, o Governo está passando essa idéia para a opinião pública, ou seja, de que não quer investigar o fato, a fim de continuar tirando vantagens políticas da situação que tem em relação ao processo de reeleição, às reformas e a uma série de acontecimentos. O Governo acha que está na ofensiva e que, por isso, não pode ser paralisado.

Sr. Presidente, a opinião pública deve se perguntar: para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer mais quatro anos de mandato? Para

continuar com essa postura? Toda vez que se tenta investigar, então não há fato determinado? Não é suficiente? Na CPI dos Bancos não havia fato determinado. Para o Governo, no caso da compra de votos, o envolvimento de cinco Deputados Federais e dois Governadores e a citação de pessoas ligadas ao Governo, nada disso é suficiente para que se estabeleça uma CPI e que isso é "onda da Oposição".

Ora, não foi a Oposição que fez essa denúncia. Pelo que sei, foram os políticos ligados à base de sustentação do Governo. Não foi a Oposição que fez as gravações. Foram os próprios amigos desses políticos. O que a Oposição está fazendo é buscar investigar esses acontecimentos à luz do interesse da sociedade brasileira, que não mais suporta esse tipo de complacência com aqueles que fazem o que bem querem da função pública, a fim de prejudicar o interesse público.

Um outro aspecto que gostaria de ressaltar no meu pronunciamento é o fato de que, no Brasil, lamentavelmente, estamos acostumando a sociedade brasileira à frase, da qual discordo totalmente de que "tudo acaba em pizza". Não deveria ser assim. Mas, lamentavelmente, a frase parece que é repetida pela sociedade, pelos políticos e por aqueles que têm interesse que acabe em pizza. No Brasil, eu diria, deveríamos acabar, utilizando uma expressão dos nordestinos, em "pisa", que significa muita peia, muita responsabilidade a ser chamada por essas pessoas que fazem o que bem entendem com a certeza da impunidade.

Por que Parlamentares do Acre, mais uma vez, foram envolvidos nesse lamentável episódio? Porque é do Acre o exemplo da primeira conta fantasma, que não foi investigada, que não foi punida. É porque no Acre temos um Governador que tem cinco CPFs e que está envolvido num contrabando de avião e de mercadoria irregular, tendo um processo na Procuradoria da República que não anda. É porque, lamentavelmente, foi no Estado do Acre que o Governador foi assassinado, por corrupção, na questão do Canal da Maternidade, com obras superfaturadas, e sequer o seu crime foi esclarecido. É por isso que algumas pessoas se dão ao direito de vender o seu voto por trinta dinheiros e ainda confessar isso, em meio à risadagem, a supostos amigos que estão gravando as conversas, e achar que nada vai acontecer porque têm um mandato de Deputado, de Governador ou, sei lá, de Senador, não para cuidar do interesse público, mas do interesse pessoal. É por isso que as pessoas continuam fazendo isso, mesmo após a CPI que afastou um Presidente, mesmo após a CPI do Orçamento, que afastou vários Deputados corruptos.

Se houvesse alguma punição naquele Estado, com certeza esses episódios não estariam se repetindo. Discordo da utilização da expressão de que "tudo deve acabar em pizza"; deve acabar, no mínimo, em justiça, justiça social. Temos um Estado onde, em algumas regiões, o índice de analfabetismo é de quase 90%, onde existem pessoas que nunca viram um médico e, no entanto, ouvem, através do rádio, porque graças a Deus o rádio chega até lá, que existem Deputados que venderam seus votos por trinta dinheiros, que significam R\$200 mil.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que estamos trabalhando uma forma de fazer política no Brasil, o que, em muitos casos, tem levado a opinião pública a ter dúvidas sobre a grandeza de nossos propósitos. Nesse sentido, não adianta eu ficar feliz, porque foram Deputados de Oposição que cometeram o delito; lamentavelmente, quando essas coisas acontecem, todas as pessoas acabam pagando um preço muito alto por esses acontecimentos.

Fui vítima de uma campanha de difamação em todos os meios de comunicação. Graças a Deus, tenho certeza de que o meu nome jamais seria envolvido em episódios de corrupção, mas em mentiras, como dizer que a Senadora Marina Silva é quem estava por trás daquele processo de denúncias contra o Governador Orleir Cameli. Imaginem V. Ex^{as}! A frágil Senadora Marina Silva, apenas uma professora secundária, orquestrando aquelas denúncias com emissoras de comunicação deste País, muito poderosas. Não tem cabimento. Mas foi assim a versão que foi passada no meu Estado, de que se tratava de uma campanha de difamação do Governo do Estado do Acre.

Hoje, Sr. Presidente, essas informações só estão chegando com a devida clareza, dentro do Estado do Acre, porque, graças a Deus, os meios de comunicação nacionais, mais uma vez, estão dando conhecimento do que está acontecendo, senão muitos acreanos ainda poderiam pensar que se tratava novamente de campanha de difamação contra "homens de bem" — e nós estamos vendo que não o são.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional precisa recuperar a sua credibilidade. Isso não é esforço de uma legislatura ou de duas, é o esforço de uma vida toda. E, para que isso aconteça, é fundamental que episódios dessa natureza sejam devidamente investigados e que não se coloquem panos quentes, como se diz no linguajar popular, sobre as feridas daqueles que agora estão sangrando na própria pele pelos erros e delitos que cometeram.

Relembro aqui algo que me entristece sobremaneira, quando acontecem determinados episódios que precisam de decisões importantes no Congresso Nacional: a linguagem mercadológica. Todos nós a assistimos durante o processo de votação da reeleição na Câmara dos Deputados, ou seja, "toma lá, dá cá", "é dando que se recebe" e assim por diante. Essa linguagem parecia apenas uma figuração de linguagem, num processo de discussão em que as pessoas achavam que estavam fazendo de brincadeira. Lamentavelmente, estamos descobrindo que a linguagem mercadológica fazia parte de uma prática concreta de compra de votos em troca do apoio à reeleição.

Quero aqui protestar sobre o uso inadequado do termo. A frase mais bonita que já ouvi, em termos religiosos, a de São Francisco, "É dando que se recebe", que tem um sentido espiritual altamente elevado, no Brasil foi amesquinhada pelos políticos ao utilizarem-na em ocasiões em que está envolvida a troca de alguma coisa.

Alerto a todos aqueles que estão buscando mais quatro anos para o seu mandato e aqueles que estão buscando os primeiros quatro anos que, no Brasil, já que se deturpou algo com um sentido espiritual tão elevado, que pelo menos se pense naquela outra frase, que diz: "De que adianta ganhar o mundo, se perdemos a nossa alma?" No Brasil, as pessoas estão se acostumando a ganhar o mundo, a trocar coisas por coisas, perdendo a sua própria alma, a sua dignidade. Não há mais limite ético para a ação das pessoas. Trocar um voto, que não é um direito seu — porque o cidadão, o povo acreano que elegeu essas pessoas não lhes delegou o poder de vender o seu voto no Congresso Nacional; muito pelo contrário —, é vender a própria alma.

Nesse sentido, Sr. Presidente, só posso dizer que o Senado deveria imediatamente buscar assinar, junto com a Oposição, o pedido de CPI, para que esse episódio seja esclarecido, para que se tenha uma resposta à altura daquilo que a sociedade brasileira está esperando. Não me conformo em pensar que esse episódio também acontece em outros Estados da Federação. Para mim, isso não é motivo de consolo, e sim que pudéssemos esclarecer esse fato e que a Oposição, os homens e mulheres de bem deste País, dentro do Congresso Nacional, pudesse dar uma resposta à altura daquilo que a sociedade brasileira espera de nós; que a prática do mercado, do interesse público trocado, aviltado, amesquinhado pelos interesses particulares de uma minoria — espero seja minoria — não permaneça e

não desqualifique a nossa democracia, como tem feito. Inclusive, fazendo com que comentários perigosos comecem a acontecer, de que no tempo da ditadura essas coisas não aconteciam.

Eu prefiro a democracia, que é sempre melhor do que qualquer saída ditatorial, porque pelo menos nela a imprensa pode mostrar quem são aqueles que se vendem e, lamentavelmente, também quem são aqueles que compram, podendo mostrar quem são aqueles que, nesse momento, estão interessados em investigar até as últimas consequências e os que querem permanecer com o lixo embaixo do tapete, incomodando o bem público e o Brasil com as práticas inescrupulosas que estão ocorrendo.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Marina Silva?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa gostaria de informar a V. Ex^a, Senadora Marina Silva, que o seu tempo já se esgotou há cinco minutos.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço apenas para conceder o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Gostaria de expressar o quão feliz deve estar o povo do Acre por ter V. Ex^a como representante daquele Estado. V. Ex^a tem demonstrado, desde o início de sua carreira política, ao longo de sua vida, mas sobretudo desde os seus primeiros dias no Senado, a correção com que procura agir e a maneira com que sempre aponta o que considera aviltante, o que considera uma ofensa à dignidade de todos aqueles que estão em organismos públicos, seja no Executivo ou no Legislativo. Em diversas ocasiões, V. Ex^a teve a coragem de dizer a verdade e de procurar saber o que é verdade, mas, sobretudo, por suas atitudes, conquistou o respeito e o apoio de todos os Senadores, inclusive daqueles que são adversários do Partido dos Trabalhadores. No próprio Executivo, tem tido V. Ex^a inúmeras demonstrações desse respeito e desse apoio, até mesmo por parte do Presidente da República, com vistas àquilo que tem sido objeto de seu interesse: a busca da justiça, a melhoria do meio ambiente, a preservação da Floresta Amazônica, a possibilidade de estarem as populações da floresta a desenvolver as suas possibilidades de exploração dos recursos naturais, dos recursos da floresta, dos recursos minerais e o trabalho na agricultura. Tem V. Ex^a estimulado as formas cooperativas de trabalho, enfim, sempre defendendo o interesse público. Por vezes, aqueles que detêm o controle dos meios de comunicação no Estado do Acre têm realizado campanhas contra V. Ex^a, exatamente por causa de sua postura.

Muitas vezes, como V. Ex^a mencionou, atribuindo-lhe o motivo de denúncia sobre fatos graves que ocorrem com pessoas na vida política. Agora, com nitidez, é um dos principais órgãos de imprensa, o jornal **Folha de S. Paulo**, que, com coragem e determinação, publicou, em suas primeiras e principais páginas, denúncia envolvendo nomes importantes da vida política do Amazonas e de alguns Deputados Federais do Acre. É muito importante que sejam os próprios órgãos de imprensa do Acre que venham colaborar com a **Folha de S. Paulo** no sentido de desvendar a fundo todos os fatos que estão ocorrendo. É também importantíssimo que o Presidente Fernando Henrique e os seus Ministros, a começar pelo Ministro Sérgio Motta, sejam os primeiros a apoiar o processo de investigação adequado que precisa ser realizado, com o instrumento mais eficaz: a Comissão Parlamentar de Inquérito. Considero que o Presidente Fernando Henrique está numa posição de extrema fraqueza quando ordena aos líderes de sua base de apoio a darem ordem aos Parlamentares, seja do PSDB, do PFL, do PTB e, agora, do PMDB – quando, neste dia, anunciam-se dois Ministros, Eli-seu Padilha e Iris Rezende -, enfim, dos partidos que o apóiam. Parece que quer o Governo que tais Partidos sejam dóceis, no sentido de não permitirem que os seus Parlamentares estejam a assinar pedido de comissão parlamentar de inquérito. Senadora Marina Silva, no meu pronunciamento, prosseguirei nesse tema, mas considero da maior importância o que V. Ex^a está a alertar às autoridades do Governo Federal, ao Presidente da República e, sobretudo, aos líderes da base do Governo, inclusive ao próprio Senador José Roberto Arruda, que fez um paralelo desse fato com o jogo de futebol. A expulsão de dois jogadores do campo, obviamente, significa que o jogo deve prosseguir. Mas, quando se sabe, com clareza, que houve atos graves de outros jogadores que continuam em campo, quando se sabe que houve elementos externos que invadiram o campo para atrapalhar as regras do jogo, então é preciso que providências sejam tomadas, é preciso que aqueles que estejam atrapalhando o jogo sejam também excluídos, que o juiz tome a providência de tirar do meio do campo aqueles que vieram atrapalhar as regras do jogo.

A SR^a MARINA SILVA – Agradeço a V. Ex^a o aparte e as palavras carinhosas e respeitadas. Gostaria de dizer que o Estado do Acre sempre teve, na ação de V. Ex^a, um grande aliado nas grandes causas. Inclusive, neste momento, o Projeto de Renda Mínima de V. Ex^a é motivo de ação por parte do

Conselho Nacional dos Seringueiros, no sentido de implementá-lo em socorro dos seringueiros e dos extrativistas, abandonados à própria sorte.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a um pouco mais de tolerância para que eu possa concluir.

Gostaria de colocar algumas questões fundamentais. Para o povo brasileiro, o que é um deputado, um senador, um governador ou, até mesmo, o Presidente da República? Com todos esses acontecimentos que citei e outros que porventura tenha me esquecido, é no mínimo uma pessoa suspeita de estar cometendo, diariamente, atos ilícitos. Nosso povo não considera que as autoridades exerçam suas funções públicas por méritos, mas, sim, por terem sido espertos e conseguido, de alguma forma, aproveitar a oportunidade que lhes apareceu diante da vida.

Na política, diferentemente de outras profissões, em que o trabalho gera amor e respeito por parte da população – como, muitas vezes, temos por médicos, por professores e por pessoas de renome, como é o caso de alguns arquitetos muito bem conhecidos por nós -, o respeito e o carinho são muito difíceis de serem conquistados. Na política, lamentavelmente, as pessoas identificam aqueles que a praticam como alguém que está esperando a oportunidade de lesar o interesse público.

Está sendo dito que a não instalação da CPI seria uma vitória do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Lamento essa vitória. Seria uma triste vitória; a vitória de que o lixo iria continuar embaixo do tapete; a vitória de que a verdade não seria esclarecida, de que a impunidade continuaria, porque, do lado dos corruptores, nada seria feito para parar esse processo insano de corrupção no Brasil.

Por outro lado, Sr. Presidente, é preciso que fique bem claro para a opinião pública nacional que, da parte da Oposição, o interesse é de investigar os fatos, de buscar resolvê-los – como já falei anteriormente -, para que não fique a idéia de que se trata apenas de fazer política para barganharmos vantagens e a simpatia da opinião pública. A simpatia e o respeito da opinião pública acontecerão quanto mais formos capazes de dar as respostas adequadas para os problemas que estamos enfrentando.

Afinal de contas, a violência policial, o analfabetismo, a doença, que muitas vezes mata pela ausência de um simples remédio para diarreia, não têm como esperar por tempo algum. O tempo é agora!

Gostaria de encerrar o meu pronunciamento dizendo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, como sociólogo, como pessoa que entende o que está acontecendo neste País, se não age é por-

que teme que algum de seus Ministros seja encontrado na sauna ou porque quer ser conivente com esse tipo de atitude.

Ainda sou daquelas que acredita que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, por compreender o Brasil, deve ser capaz de dar a resposta que o Brasil precisa. E o Brasil não precisa de meias verdades, o Brasil precisa da verdade por inteiro, verdade essa que, nesse episódio lamentável, se chama CPI. Só ela poderá investigar esse caso para que, mais uma vez, as coisas não acabem em **pizza**, como muito bem é colocado pelos meios de comunicação.

Portanto, da parte de alguns Parlamentares, de políticos, de homens e mulheres de bem do Acre, é isso que esperamos; da parte de muitas pessoas do Congresso Nacional, é isso que deve ser feito; e, da parte do Governo, é isso que a sociedade brasileira espera, até para que se justifique o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso querer mais quatro anos de governo. Que não seja para continuar o lixo embaixo do tapete.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento, mais uma vez, vir a esta tribuna para tratar de dificuldades do meu Estado, que não são poucas, não só em relação à sua administração, mas principalmente com relação à sua economia.

São conhecidas em todo o País, particularmente nesta Casa, as dificuldades por que passa o Estado de Alagoas, premido entre uma crise do setor público e uma angustiante fragilidade do setor privado. Aos lances dramáticos que ultimamente nos tem atingido, junta-se a precária situação da Bacia Leiteira da região de Batalha, que é uma tradicional atividade do setor primário alagoano.

A produtividade média da população em meu Estado é duas vezes e meia superior à média brasileira, mas, a despeito dessa conquista, não temos condições de competir com os índices de nossos vi-

zinhos do Mercosul, especialmente a Argentina, que são três vezes superiores aos nossos. O Ministério da Fazenda, atendendo a essa realidade, já aumentou para 24% a alíquota de importação de derivados do leite, desde novembro de 1995. Restam, no entanto, duas graves questões não resolvidas. A primeira é a da iníqua tributação interna de 32% sobre os produtos industrializados no Brasil, contra tarifas vigentes na Europa, por exemplo, que são isentos na Grã-Bretanha, de 5,5% na França, de 6% na Espanha e na Holanda, e de 7% na Alemanha.

A segunda questão, Sr. Presidente, é a do financiamento adequado, uma vez que os produtores, no ano passado, tiveram sensivelmente diminuída sua produção, em decorrência de, só nessa região, terem sido vendidas para os Estados da Bahia e do Ceará nada menos de cinco mil matrizes, com forma de cobrir os custos crescentes de matéria-prima, de 45,8%, contra um aumento do leite *in natura* de apenas um centavo de real por litro.

Ninguém tem dúvidas dos benefícios da estabilidade de preços, que é essencial para o programa de estabilização econômica. Mas também sabemos que a maior quota de sacrifícios tem recaído sobre as atividades do setor primário, notadamente a agricultura e a pecuária, que são as bases da economia de Alagoas. Com a desarticulação da agroindústria do açúcar, que é notória em todo o Nordeste, principalmente em meu Estado; com as dificuldades enfrentadas pelo setor fumageiro de Arapiraca; e com a crise por que vem passando a Bacia Leiteira, as consequências sociais tornam-se dramáticas, no que diz respeito à capacidade de absorção da mão-de-obra não-qualificada.

Na última semana, os produtores de Batalha, atualmente com um débito acumulado de R\$2,5 milhões, foram surpreendidos com a suspensão de seu crédito, sob a alegação de inadimplência, que é notória, em face da enorme e insuperável diferença entre aumentos de custos desde o início do Plano Real e o preço do leite *in natura*. No primeiro caso, a incidência foi de 45,5%, enquanto que nas indústrias que consomem o produto, nesse mesmo período, foi de 4,1%.

Para demonstrar a situação de penúria em que se encontram, os produtores locais fizeram uma demonstração na agência local do Banco do Brasil e distribuíram 30 mil litros de leite à população. Sem ter mais a quem recorrer, preconizam apenas o refinanciamento de suas dívidas, como, por sinal, já foi feito em outras ocasiões, para outros produtores rurais, em todo o País.

É nesse sentido que faço daqui, Sr. Presidente, um apelo ao nosso Colega, o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, para que interfira no sentido de obter do Banco do Brasil o refinanciamento pleiteado, com prazo de cinco anos, e dois de carência, condições sem as quais não teremos condições de competir e manter o nível de atividade econômica de que dependem, direta ou indiretamente, cerca de 300 mil pessoas. Pode parecer, Sr. Presidente, que esse número seja inexpressivo em São Paulo, em Minas, no Rio Grande do Sul, em face do desemprego decorrente da reconversão industrial. Mas, em nosso Estado, ele representa uma parcela ponderável da população economicamente ativa no setor primário, já de si tão castigado pelas condições adversas que estamos vivendo.

Estou certo de que a iniciativa do Ministério da Agricultura e da alta direção do Banco do Brasil constitui, hoje, a única esperança de sobrevivência com que pode contar a região de Batalha, que já foi um dos pólos mais dinâmicos de nossa produção. Este não é apenas um pedido de ajuda, mas, sobretudo, um apelo em favor da solidariedade, indispensável para a manutenção do frágil equilíbrio brasileiro de que Alagoas é, sem dúvida, o melhor exemplo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO-PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso agiu como alguém que não quer ver as coisas. Disse que tudo não passa de onda, onda da Oposição. Quero até ler exatamente as palavras do Presidente porque me impressionou a sua atitude. Realmente, não estou reconhecendo no Presidente Fernando Henrique Cardoso aquela pessoa que ajudou a construir o processo de democratização, fazendo com que, ao participar de toda a campanha pela anistia, contra o regime militar, pelas "Diretas Já" e, depois, nas campanhas da Ética na Política, para que nós aqui tivéssemos a CPI sobre o caso Paulo César Farias com muita energia e a CPI sobre o Orçamento, também com muita energia.

Agora, estranho a atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao lançar essa operação "abafa". A declaração do Presidente Fernando Henrique é reveladora: "Se o povo olhar com atenção, é onda. É compreensível a onda, pois temos adversá-

rios políticos sem muitas possibilidades de, no voto, ganhar e eles querem ganhar no tapetão. Não há perigo, o Governo está tranquilo". Ora, será que quem está querendo alcançar o direito de reeleição não está usando, exatamente, os procedimentos do tapetão?

Agiria de maneira diferente quem está preocupado com as gravações do Deputado Ronivon Santiago com o Sr. "X" e que levaram o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães, a perguntar na reunião da Executiva Nacional do Partido: "Alguém aqui duvida da autenticidade do que está nessas fitas?" Um dos parlamentares de maior importância como esteio ao Governo usou o argumento da autenticidade da fita para expulsar dois companheiros das fileiras do PFL. Isso não é onda, Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estranhei também a atitude do Ministro Sérgio Motta – a quem conheço há tantos anos e de quem admiro a coragem, franqueza e determinação – de não ter, de pronto, comparecido à Comissão de Sindicância, convidado que foi, para ali expor com franqueza tudo o que aconteceu e, assim, esclarecer qualquer dúvida.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, se o Deputado Luís Eduardo Magalhães se convenceu de que a fita é autêntica, se o argumento foi utilizado sem contestação na Executiva Nacional do PFL para expulsar os Deputados Ronivon Santiago e João Maia – algo da maior gravidade – então, como dizer que tudo isso é onda?

Se houve menção ao nome do Ministro Sérgio Motta no episódio de envolvimento dos Deputados na forma como consentiram votar em favor da emenda da reeleição, era mais do que natural que S. Ex^a aceitasse, de pronto, ir à Comissão de Sindicância para expor, com muita franqueza, o seu ponto de vista e esclarecer os fatos. Deveria até mesmo estar apoiando a constituição da CPI. Mas não foi essa a atitude do Ministro Sérgio Motta.

Sr. Presidente, Carlos Patrocínio, gostaria de relembrar um episódio importante que não dista muito na nossa história. Durante a CPI do Orçamento, em certo momento, houve menção, por parte de Parlamentares, diante do que a Comissão observava, do nome do então Ministro Henrique Hargreaves, da Casa Civil do Governo Itamar Franco. Estávamos em 1993. A atitude do Ministro foi dirigir-se ao Presidente Itamar Franco e dizer que, como não queria prejudicar o Governo, pedia licença do cargo e compareceria à Comissão. O Presidente achou que se tratava de uma atitude digna.

O Ministro compareceu à CPI, onde falou com muita franqueza, respondeu às perguntas de todos

os Deputados e Senadores, inclusive as minhas. E, em verdade, verificou-se que a sua responsabilidade não era de modo a se condenar por atitude que tinha então cometido. E, concluída a CPI, não havendo no relatório qualquer menção que pudesse condenar seu comportamento, o Presidente Itamar Franco o convidou a reassumir o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Assim, ele voltou ao Governo.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será que não deveria o Ministro Sérgio Motta refletir um pouco melhor e perceber que está colocando o Presidente Fernando Henrique Cardoso em situação difícil. Sua Excelência começa a ter dificuldades até de andar nas ruas de seu País. Ontem, em Belo Horizonte, conforme registra o Jornalista Clóvis Rossi, tamanha foi a segurança montada para o Presidente da República, com inúmeros helicópteros, viaturas e policiais, que populares começaram a parar para observar o que estaria acontecendo, **office boys** se aglomeravam, o povo queria saber por que o Presidente da República estava com tanta segurança, por que o Presidente da República estava com medo de andar pelas ruas de uma cidade como Belo Horizonte, por que tinha dificuldades de chegar ao hotel.

Preocupa-me o caminho por onde está indo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E tudo começou porque Sua Excelência avaliou que precisava de mais quatro anos. Não ouviu as recomendações de Nelson Mandela que, como já registrei, mesmo tendo direito de reeleição previsto na Constituição, anunciou que não vai concorrer e disse a seus amigos – com os quais conversei em visita à África do Sul – que havia observado como outros chefes de Estados se desgastavam fazendo tudo para continuarem no Poder.

A Sr^a Marina Silva - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLCY - Um instante, nobre Senadora Marina Silva, já concederei o aparte a V. Ex^a.

Mas, nobre Senadora Marina Silva, preocupa-me que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha dado ouvidos mais ao Presidente Alberto Fujimori e ao Presidente Carlos Menem, nessa insistência em conquistar o direito de reeleição, do que a um estadista como Nelson Mandela. E quem é que tanto o estimulou, tanto argumentou de que era necessário permanecer não apenas quatro anos, quebrando a tradição republicana e insistindo tanto no direito de reeleição? O seu maior porta-voz e aliado, Ministro Sérgio Motta.

O Ministro precisa ser o primeiro, agora – se quiser efetivamente defender o Presidente Fernando

Henrique Cardoso, colocar Sua Excelência numa situação que seja adequada, eticamente irrepreensível -, a refletir sobre aquilo que fez o Ministro Henrique Hargreaves quando disse ao Presidente Itamar Franco que era melhor então ele comparecer à CPI, para esclarecer os fatos e não deixar em situação difícil o Governo Itamar Franco. Isto aconteceu no final de 1993, portanto há três anos e pouco.

Concedo o aparte à Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva - Parabenizo V. Exª pela abordagem e pela forma como está conduzindo o seu pronunciamento, que me parece ser a prática de V. Exª nessa tribuna. Também tenho seguido esse caminho. Escuto muitas pessoas falarem uma frase que é atribuída ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que Sua Excelência pediu que esquecêssemos o que escreveu. Eu diria que é impossível esquecermos o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu, porque foi muito importante para a democracia deste País, para os homens e mulheres de bem deste País, que querem construir este País pelo caminho correto. Não sou daqueles que torcem para que o Presidente Fernando Henrique tenha dito essa frase; e nem sou daqueles que torcem para que Sua Excelência esqueça, ele mesmo, o que escreveu. Pelo contrário, estou aqui, e parece-me que V. Exª também, para lembrar não só o que ele escreveu mas o que fez quando, como Senador, teve participação importante em vários episódios da história política do Brasil. Então, a frase do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem, de que o que está havendo é apenas onda da Oposição, que está querendo se utilizar desse episódio para ganhar as eleições no tapetão, não é apenas uma frase infeliz, mas uma avaliação, um procedimento infeliz de um homem que, como já falei, conhece os problemas do Brasil, que já deu e pode dar uma grande contribuição a este País. Uma coisa que me preocupa, Senador Suplicy, é as pessoas começarem a avaliar que são imprescindíveis. Quando alguém começa a avaliar que não há ninguém capaz de fazer o que ele está fazendo, e que, por isso, ele é necessário, fundamental, e começa a justificar as suas ações quase como acontecia antigamente, no período feudal, com a realeza, com a nobreza - quando eram atribuídos a essas pessoas poderes quase divinos, superiores, e elas eram insubstituíveis -, quando alguém começa a pensar dessa forma, os fins justificam lançar mão de todos os meios. Lamento que, neste momento, o Governo, no afã de aprovar a reeleição e por avaliar que um único homem deve subordinar o talento de milhões de brasileiros, esteja trilhando um

caminho muito perigoso. E o meu alerta é para que sejam ouvidos mais aqueles que têm exemplo a dar ao mundo, como é o caso de Mandela, do que aqueles que dão exemplos muitos duvidosos para a democracia e a construção de uma sociedade mais justa, como é o caso de Fujimori e do Presidente da Argentina. Gostaria de parabenizar V. Exª pelas observações que está fazendo, V. Exª que, mesmo como um dos principais articuladores da Oposição no Senado da República, tem sempre um procedimento adequado, pautado, acima de tudo, pelo interesse público. Faço questão de lembrar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu coisas que são fundamentais para qualquer Presidente colocar em prática, quanto mais sendo ele próprio quem as escreveu e sendo ele próprio o Presidente da República. Não deve Sua Excelência pensar que é imprescindível e que, por isso, pode lançar mão de tudo para continuar na Presidência da República. Não são permitidos todos os meios para se chegar a um fim, senão o fim alcançado não terá a nobreza de propósito com que foi proposto no início. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço à Senadora Marina Silva.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, inúmeras vezes, conforme lembrou V. Exª, escreveu artigos importantes, de alerta sobre a prática de procedimentos incorretos.

Um artigo de Sua Excelência na **Folha de S.Paulo**, quando era Senador, ao tempo da Constituinte, denominado "É Dando que se Recebe", fazia uma crítica contundente aos procedimentos do Poder Executivo, que estava - segundo o noticiário - a oferecer a concessão de canais de televisão para convencer Parlamentares a se definirem, se não por seis, pelo menos por cinco anos para o mandato presidencial.

Ora, Senadora Marina Silva, observo que o Ministro Sérgio Motta preferiu apenas enviar uma nota à Comissão de Sindicância em vez de a ela comparecer e esclarecer todas as dúvidas.

Com respeito à questão da televisão, que teria sido objeto da barganha com o Deputado Ronivon Santiago, o Ministro contestou a denúncia de que teria entregue uma retransmissora de TV àquele Deputado acreano, dizendo que:

"A transcrição das conversas publicadas não contém nenhum fato real ou acusação concreta. Os fatos citados são absurdos, mentirosos e, diria, surrealistas."

O Ministro criticou a manchete da **Folha** (...), chamando-a de "enganosa, caluniosa e tendenciosa, com nítidas e estranhas intenções políticas."

Diz o jornal que:

A informação sobre a retransmissora consta de conversa entre Ronivon e um interlocutor que prefere não ser identificado, a quem a **Folha** chama de "Senhor X".

O diálogo de Ronivon Santiago é:

"Tive lá com o Sérgio Motta. Tu tá sabendo que eu tô com a... levando uma televisão, o canal 40, né? De Quinari", afirma Ronivon.

Quinari é o nome da região em que fica a cidade de Senador Guiomard, onde está instalada a retransmissora.

Sobre este ponto, diz a nota de Sérgio Motta a respeito da RTV em Senador Guiomard:

Com base no artigo 10 do Regulamento de Serviços Especiais de Repetição e Retransmissão de Televisão (RTV), aprovado pelo Decreto nº 81.600, de 25.04.78, foi outorgada Permissão por meio de Portaria 355 de 09.05.96, publicada no D.O.U. de 16/05/96, à V&N Imagem e Som Ltda, para executar os serviços especiais de repetição e de retransmissão de televisão, em UHF, na cidade de Senador Guiomard, no Estado do Acre, através do canal 40, utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando retransmitir os sinais gerados pela Rádio e Televisão OM Ltda., concessionária/executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A Permissão foi outorgada em função do que consta no Processo 53.609.000027/95, de 04.04.95, sendo cotistas Valcy de Souza Campos, com 18.000 cotas, e Nilza Maria Freitas Campos, com 2.000 cotas."

E ainda prossegue:

"Em 30 de maio de 1996 por meio da Portaria 011, publicada no D.O.U. de 25.06.96, o delegado do Ministério das Comunicações no Estado do Acre, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo já mencionado, autorizou a instalação das estações e utilização dos equipamentos da V&N Imagem e Som

Ltda, desde que observadas as condições técnicas previstas no Plano Básico de Retransmissão de Televisão (PBRTV) e na potência de 0,1 (zero vírgula um) quilowatts. Determinou, ainda, que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 25-6-96, a entidade efetivasse a instalação e requeresse a necessária vistoria para fins de licenciamento.

A V&N Imagem e Som Ltda., de acordo com o regulamento, comunicou a conclusão da instalação em 25/03/97, requerendo vistoria e iniciando ativação experimental em 26-3-97. A não-operação nas condições da permissão poderá gerar uma ocorrência de lacração, assim como a posse por outra pessoa que não a outorgada pelo Ministério das Comunicações."

Agora, vou ler um trecho do jornal **Folha de S.Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa apenas alerta V. Ex^a de que o seu tempo já se esgotou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vou concluir, Sr. Presidente.

Como, anteontem, o Ministro apareceu, em foto, lendo um artigo da **Folha de S. Paulo** e, ontem, de **O Estado de S.Paulo**, vou ler um breve trecho desse último, que diz:

"Permissão para TV Coincidiu com Votação.

Concessão foi feita a Campos na mesma semana da aprovação do projeto de telefonia Celular.

Segundo os jornalistas João Domingos e Ricardo Amaral:

O motorista de táxi Valcy de Souza Campos, que foi cabo eleitoral do Deputado Ronivon Santiago – sem Partido-AC -, recebeu permissão do Ministério das Comunicações para operar uma retransmissora de televisão – RTV – na mesma semana em que foi aprovado, na Câmara, o projeto sobre a exploração de telefonia celular e comunicações por satélite.

Santiago, suspeito de ter recebido R\$200 mil para votar a favor da reeleição, foi um dos quatro Deputados da Bancada do Acre que aprovaram a lei dos celulares.

Em conversa gravada e divulgada ontem, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, Santiago

disse ter ganho do Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, uma Televisão no Município de Senador Guimard (AC), que estaria registrada em nome de "um amigo". A distância de nove meses entre a data da outorga e a votação da emenda da reeleição, em fevereiro, foi usada como argumento por Motta e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para negar qualquer relação entre a RTV e uma suposta compra de votos."

Conclui, Sr. Presidente:

"O exame das datas demonstra a coincidência entre a permissão dada a Campos e o apoio a outro projeto importante do Governo. A portaria que concedeu a emissora é do dia 9 e foi publicada no **Diário Oficial** do dia 16 de maio de 1996. No dia 14, a Câmara aprovou os celulares."

Ora, Sr. Presidente, é necessário que o Ministro Sérgio Motta compareça ao Congresso Nacional, que S. Ex^a aceite o convite da Comissão de Sindicância. Eu até diria que ele deveria ter sido o primeiro a dizer: "Vou comparecer, sim, e apóio a formação da CPI. Vou comparecer para prestar todos os esclarecimentos". Quem sabe possa ele seguir o exemplo do Ministro Hargreaves, que procurou deixar na melhor situação o seu amigo e então Presidente Itamar Franco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

Brasília, 15 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a V. Ex^a o meu próprio nome e o do nobre Senador Ernandes Amorim, como Titular e Suplente, respectivamente, para comporem a Comissão Temporária destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País (req. nº 470/95, aprovado em 18-4-95), em substituição aos nobres Senadores Antônio Carlos Valadares e João França, anteriormente indicados.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de estima e consideração. Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPB.

Brasília, 15 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o o cordialmente, indico a V. Ex^a os nomes dos nobres Senadores Levy Dias e

Fernandes Amorin como Titular e Suplente, respectivamente, para comporem a Comissão Temporária destinada a elaborar e apresentar Projeto de Resolução reformando o Regimento Interno (Requerimento nº 201/95, aprovado em 7-3-95), em substituição aos nobres Senadores José Roberto Arruda e Osmar Dias, anteriormente indicados.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de estima e consideração.

Senador Epitácio Cafeteira, Líder do PPB.

Brasília, 15 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a V. Ex^a o nome do nobre Senador Levy Dias, como Suplente para compor a Comissão Temporária destinada a estudar a reforma político-partidária (Requerimento nº 518/95, aprovado em 19-4-95), em substituição ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares, anteriormente indicado.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de estima e consideração. – Senador Epitácio Cafeteira, Líder do PPB.

Brasília 15 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a V. Ex^a, os nomes dos nobres Senadores Ernandes Amorim e Levy Dias, como Titular e Suplente, respectivamente, para comporem a Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118 de 1984, que "institui o Código Civil", em substituição aos nobres Senadores Bernardo Cabral e Antônio Carlos Valadares, anteriormente indicados.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de estima e consideração. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência recebeu o Aviso nº 288, de 1997, de 15 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 262, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 14 de maio do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, em atendimento à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecno-

lógico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil. (Diversos nº 27, de 1997)

O expediente será anexado ao processado do Requerimento nº 493, de 1991-CN, e vai, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas aos Projeto de Resolução nº 58, de 1997, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o *Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 66, de 1995, que trata da reforma do Regimento Interno, de conformidade com a decisão tomada em Sessão de 10 de março de 1995.

Concedo a palavra ao eminente Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadores, esta Casa tem demonstrado sua preocupação e discutido, em diversas ocasiões, questões relacionadas com os desequilíbrios regionais.

Não faz muito tempo, uma Comissão Mista, integrada por membros desta Casa e da Câmara dos Deputados, visitou diversos Estados deste País e constatou *in loco* as mais diversas formas de injustiça social e econômica que encontramos neste Brasil das contradições. A referida Comissão relatou, de maneira brilhante, através do nobre Senador Beni Veras, num trabalho abrangente, profundo e que chamava a atenção das autoridades brasileiras para essa situação, que, no meu entendimento e pelas constatações dos dados, não sofreu qualquer alteração.

Ora, Sr. Presidente, quando se fala em desequilíbrios regionais, entende-se que se trata das diferenças existentes entre as regiões pobres e as regiões ricas, entre as regiões desenvolvidas e as regiões mais atrasadas e subdesenvolvidas e, por consequência, da situação em que vivem as populações dessas regiões.

E como V. Ex^a, Sr. Presidente Carlos Patrocínio, também represento um Estado que integra a parte punida desse cenário nacional, que significa a parte pobre, a parte excluída, a parte despojada dos meios e das condições infra-estruturais necessárias a oferecer uma condição condigna a nossa gente.

Representamos, sim, nesse quadro injusto das desigualdades regionais, a parte em que se ressaltam as formas mais diversas de injustiça imposta ao nosso povo: a mortalidade infantil, o índice elevado de desemprego, o índice elevado de analfabetismo, as consequências nefastas da inexistência de uma estrutura que permita a essas regiões atrasadas ou subdesenvolvidas organizarem a sua economia; promoverem um processo de geração de renda e empregos que permita à população, irmãos nossos que vivem nesses Estados, ter uma vida digna, uma vida comparável àquela que já se observa nos Estados mais desenvolvidos.

Mas é preocupante notar que já no limiar do terceiro milênio, o Brasil dos contrastes, o Brasil das contradições, o Brasil das injustiças ainda continua a afrontar a dignidade do ser humano, ainda continua a afrontar a competência e a decisão das autoridades deste País, em razão de não termos encontrado ainda uma maneira eficaz para a solução desses problemas que se destacam com esses desequilíbrios, com essas desigualdades regionais.

Sr. Presidente, comungo o espírito privatista, entendo que o processo de desenvolvimento não se faz com uma mão só. É preciso que as instituições públicas tenham como parceiros a comunidade e, particularmente, a iniciativa privada. Mas não temos como obrigar as empresas, principal fator gerador de riquezas e de empregos, a instalarem-se nas regiões pobres, que oferecem condições adversas, precárias, como a inexistência de infra-estrutura, de estradas, de comunicação, de energia elétrica que lhes possibilitem desenvolver com vantagens os seus empreendimentos.

Aí, sim, mesmo não defendendo – como não defendo – o Estado empreendedor, é compreensível que nessas circunstâncias o Estado faça sua parte; é compreensível que busque promover uma distribuição mais equilibrada das receitas, do bolo que se recolhe neste País. E pode o Estado, Sr. Presidente, utilizar o arsenal de instrumentos que tem – subsídios, incentivos, orientação, facilidades – para que os parceiros mencionados por mim, principalmente a iniciativa privada, possam contribuir de forma decisiva para se estabelecer um processo de desenvolvimento nas regiões mais pobres deste País, notadamente as Regiões que representamos: o Norte e o Nordeste.

Constato com muita tristeza e com muita preocupação que um estudo recente feito pelo IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e pela Fundação Getúlio Vargas revela que o próprio Go-

verno, que deveria tomar a principal iniciativa ou ser o carro-chefe das iniciativas que viriam corrigir esses desequilíbrios regionais, continua alocando um volume maior de recursos para as regiões mais ricas.

Veja bem, Sr. Presidente: segundo matéria publicada pelo **Jornal de Brasília** do dia 12 deste mês, os investidores ignoram as regiões pobres. Na luta que travamos para atrair investidores e investimentos para as regiões mais pobres, verificamos que os grandes investidores preferem as regiões ricas, que é um mercado demograficamente mais denso, com mão-de-obra mais qualificada, infra-estrutura pronta, enfim, com as condições adequadas para instalar seus empreendimentos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, devido à inexistência dessas condições é que Estados como Tocantins, como os que integram as Regiões Norte e Nordeste continuam penalizados. O próprio BNDES, instrumento de fomento do Governo, deveria tomar a iniciativa de criar condições para que nas regiões pobres existissem investimentos efetivos que mudassem a face dessa situação que afronta a todos nós.

Aloca-se maior volume de recursos na Região Sul e na Região Sudeste, segundo dados que o IPEA nos apresenta. Segundo estudo realizado por esse instituto, a retomada dos investimentos do País, com a globalização da economia, pode piorar a concentração de renda e os desequilíbrios regionais, aumentando a distância entre os dois brasis: o pobre do Nordeste – e aqui não menciona, talvez por um lapso, a Região Norte – e o rico do Sul.

Estudos preliminares do IPEA apontam para uma concentração de novos investimentos no Centro-Sul do País e alertam para o fato de que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, passou a privilegiar os investimentos no Sul e Sudeste.

Ora, Sr. Presidente, o quadro ainda traz dados que relatam um histórico da transferência de 1987 a 1995, quando o setor privado transferiu para a Região Norte 4% dos seus recursos; para a Região Nordeste, 3,4%; para a Região Sudeste, 89,1%; para a Região Sul, 2,2%.

Há previsão para o período compreendido entre 1995 e 2000: Região Norte, 7%; Nordeste, 17% – um pequeno incremento; e mais ainda para a Região Sudeste, numa forma concentradora, 64,3% dos seus recursos; Região Sul, quase 10% desses recursos. Falo do setor privado. Vejam, Srs Senadores: o BNDES, que em 1991 investiu 7% e em 1995 3% na Região Norte, na Região Nordeste 24% em 1991 e 15% em 1995, investiu na Região Sudeste

42% em 1991 e 49% em 1995 e na Região Sul 23% em 1991 e 25% em 1995. Os desembolsos de 1991 a 1995, pelo BNDES, ainda refletem essas concentrações exorbitantes de recursos nas Regiões Sul e Sudeste, em desvantagem às regiões hoje mais pobres e mais necessitadas deste País. Não conseguimos entender e não poderemos concordar que situações dessa natureza se repitam.

É importante tanto o alerta feito pelo Senador Beni Veras, em 1993, quanto o que trazemos hoje a esta Casa chame a atenção dos nobres Pares, representantes das Regiões Norte e Nordeste para essa situação aviltante, com a qual não podemos, definitivamente, concordar, para que possamos inverter o fluxo desses investimentos, a fim de oferecermos às regiões mais pobres, que têm certamente maiores dificuldades em organizar sua economia, os meios necessários para fazê-lo e, com isso, resgataremos a dignidade dos brasileiros que têm os mesmos direitos daqueles que vivem nas regiões mais desenvolvidas deste País.

Sr. Presidente, espero que possamos, a partir desta Casa, alertar a equipe econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso para que o seu Plano de Governo seja reexaminado e essa situação definitivamente alterada, acabando assim com essa situação de excluídos, descamisados, despossuídos, dos sofridos e, conseqüentemente, promover um verdadeiro equilíbrio, que é o que bem recomenda a convivência harmônica entre os brasileiros de qualquer região deste País.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply para uma breve comunicação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (BLOCO-SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço esta breve comunicação para retificar, historicamente, o que há pouco disse.

Sr. Presidente, quero esclarecer que o Ministro Henrique Hargreaves, após se licenciar do cargo para prestar esclarecimentos à CPI do Orçamento, retornou à Casa Civil, e não à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como havia dito. Posteriormente, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, S. Ex^a, por algum tempo, presidiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sr. Presidente, quero ainda fazer o registro de uma carta que encaminhei ao Ministro do Exército, Exm^o Sr. Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, juntamente com cartas que recebi do Jornalista Henri-

que Poloponsky, onde ele observa que foi um dos proponentes, senão o primeiro proponente, da mudança do nome do antigo Ministério da Guerra para Ministério do Exército, e pede o reconhecimento como o autor da idéia ainda em vida, uma vez que fez 74 anos no último dia 18 de abril.

A proposta da mudança do nome do Ministério, feita pelo jornalista, acabou acontecendo por sugestões enviadas à imprensa na época.

O Sr. Henrique Poloponsky enviou-me um artigo assinado por ele, datado de 1962, publicado no **Diário Fluminense**, que se denomina "Ministério da Guerra Deve Ser Denominado Ministério do Exército". Através de uma série de considerandos, esse jornalista sugere que o Ministério da Guerra seja modificado para Ministério do Exército, explicando que os demais Ministérios das Forças Armadas se chamam Marinha e Aeronáutica, não havendo motivo para manter-se o nome de Guerra no outro Ministério. E aludiu também a abolição da palavra "guerra" do dicionário por ser uma palavra indesejável, perturbadora da paz social e, sobretudo, dizendo que o Brasil, que manifestava o desejo de coexistência pacífica com todos os povos, não deveria ter um Ministério da Guerra, mas sim o do Exército.

Sr. Presidente, ao fazer o levantamento do histórico, detectei que, em 1964, o Senador Vasconcellos Torres, já falecido, e também o Deputado Emanuel Waismann apresentaram projetos para a mudança do nome do Ministério da Guerra para Ministério do Exército. Mas, ambas as iniciativas acabaram sendo rejeitadas e arquivadas, uma vez que isso só poderia acontecer, constitucionalmente, por proposta do Executivo.

A troca de nomes aconteceu em 1967, por ocasião da promulgação do Decreto-lei nº 200.

Ao enviar essa carta ao Ministro Zenildo Zoroastro de Lucena, sugiro que S. Ex^a encaminhe uma carta ao Jornalista Henrique Poloponsky agradecendo-lhe e reconhecendo o seu mérito pela sugestão que acabou sendo acatada. Segundo informação dada pelas cartas desse jornalista, não houve o reconhecimento, à época, de que a idéia havia surgido de sua iniciativa. E ele gostaria de, ainda em vida, ver o registro – e aqui o faço – de que, em 1962, já havia proposto publicamente essa idéia, que foi acatada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retor-

no ao tema da educação, uma vez mais, por seu intrínseco significado e por estar convencido de que ao Parlamento não é lícito omitir-se em assunto de tamanha importância para o País.

Desta feita, desejo focalizar uma decisão tomada pelo Ministério da Educação e do Desporto logo nos primeiros meses do atual Governo, implementada experimentalmente no segundo semestre do ano passado e cujos resultados foram há pouco anunciados. Trata-se do Exame Nacional dos Cursos, popularizado pelo nome de "Provão".

A fim de que não pare qualquer tipo de dúvida, faço questão de, liminarmente, externar o meu ponto de vista francamente favorável à avaliação do sistema educacional. Não acredito – e nisso não faço outra coisa senão acompanhar a esmagadora maioria dos que atuam na área – numa educação de qualidade que cumpra a sua função precípua de formadora de cidadãos preparados para compreender, refletir e agir no mundo em que vivem, sem a utilização de mecanismo adequado de avaliação de seu desempenho.

Também estou entre aqueles que sabem ser a avaliação um tema recorrente nos estudos e debates que profissionais interessados na educação vêm fazendo, no Brasil, nas últimas décadas. É importante ressaltar esse aspecto para que não caiamos na tentação – que desgraçadamente tem atingido alguns de seus dirigentes – de imaginar que o tema somente agora tem vindo à baila. Não, definitivamente não! Por mais que isso possa incomodar a alguns, a verdade é que temos uma história, e muito do que hoje pode estar sendo realizado é fruto do tempo, muitas vezes de longa e difícil maturação.

Faço essas observações preliminares, Sr. Presidente, exatamente para ressaltar a minha posição de defesa intransigente de uma educação de qualidade, em todos os níveis e graus, que, aberta a todos, não admita qualquer forma de exclusão. Para tanto, repito, nada mais útil e indispensável para o sistema do que contar com instrumentos ágeis e adequados de avaliação, interna e externamente, identificando os pontos positivos – para serem mantidos e estimulados – e os negativos – para uma óbvia correção de rumos.

Infelizmente, o "Provão", tal como proposto e, principalmente, da forma como foram apregoados seus primeiros resultados, está longe, muito longe, do que se imagina ser uma avaliação correta e confiável.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Exame Nacional de Cursos padece de um erro de origem, cuja gravidade se acentua por tratar-se de um tema polêmico: não houve o salutar

debate que pudesse orientar a formulação da proposta. Como bem salientou a Educadora Vanilda Paiva, em artigo publicado no jornal **O Globo**, edição de 10 de abril de 1995, "se a avaliação é sempre um assunto polêmico, sua discussão pública torna-se um saudável indicador de maturidade democrática". Ora, isso não se deu no caso em questão.

Anunciado com a clara intenção de provocar impacto, ganhando manchetes e generosos espaços nos meios de comunicação, o Provão deu a impressão de ser uma medida fadada a medir a capacidade de nossas instituições de ensino superior, tendo condições de identificar os pontos fracos do sistema. Para muitos, especialmente para aqueles que atuam nas universidades públicas, ficou a incômoda sensação de algo montado não para averiguar seu desempenho mas, prioritariamente, para puni-las por eventuais desacertos.

Em texto escrito para a **Folha de S. Paulo**, em 24 de março de 1995, o Professor José Arthur Giansanti foi enfático: "A medida não foi bem estudada e até agora não estou convencido de que logrará os efeitos desejados. Se os cursos universitários precisam ser melhorados, não creio que essa nota final possa avaliar a instituição".

Há, ademais, outro aspecto que não pode ser olvidado. A página de opinião do **Correio Brasileiro** acolheu, no último dia 6 de maio, artigo assinado pelo Presidente da União Nacional dos Estudantes, Orlando Silva Júnior, no qual é citado o Presidente da Universidade Harvard, Derek Bok: "Uma forte ênfase em testes uniformes ameaça trivializar o ensino preparatório e privá-lo de diversidade, ao orientar a instrução um tanto exageradamente na direção de um meio simples e imperfeito de aferição. Tal política não há de interessar ao corpo docente, muito menos aos estudantes mais capazes, por não encorajar um esforço de base ampla para realçar a qualidade da educação".

O mais grave, no entanto, é a denúncia feita pelo Presidente da UNE de que instituições de reconhecida deficiência acadêmica obtiveram bom conceito no Provão em função de terem submetido seus alunos a testes simulados, enfim, a uma preparação intensiva e exclusiva para o exame do MEC. Para quem tem memória, há que se recordar a fantástica expansão de empresas educacionais que, nos anos 70, se especializaram na preparação de alunos aptos a enfrentar os testes objetivos que, àquela época, proliferavam nos exames vestibulares. Assim, a "eficácia" dos resultados sobrepuja-se aos valores maiores e definidores de uma educação qualificada.

Quanto aos jovens, doravante, não se sentirão atraídos pela falsa noção de competência de uma instituição de ensino superior, cujo mérito reside no desenvolvimento das habilidades de seus formandos em responderem bem a um teste de fim de curso? Quantas mazelas não poderão ser encobertas em instituições dessa natureza, muito mais preocupadas em adestrar seus alunos que formar cidadãos competentes?

São questões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rigorosamente pertinentes e que precisam ser enfrentadas. Mesmo porque, em que pese a insistência do Sr. Ministro da Educação e do Desporto em afirmar que o Provão é o primeiro passo para a avaliação da educação superior, concretamente nada além dele foi proposto até o momento. A esse respeito, deploro a decisão da atual gestão do MEC de, na prática, ter abandonado a feliz iniciativa do Governo Itamar Franco de promover avaliação institucional da universidade brasileira. Sob a liderança do Professor Murílio Hingel, então Ministro da Educação, foi lançado um programa – o PAIUB – que, centrado nos cursos de graduação, envolvia, sucessivamente, a auto-avaliação, avaliação externa e a execução das medidas necessárias à melhoria dos cursos.

Optou-se, infelizmente, pelo caminho mais simples e, ao mesmo tempo, de fortíssimo apelo publicitário. Temo que, seguindo esse diapasão, o Ministro Paulo Renato acabe por permitir que suas grandes realizações possam ser diminuídas ou confundidas com jogadas de **marketing**, o que não é bom para sua biografia e péssimo para a Educação brasileira.

Espero, sinceramente, que se abra um franco debate sobre o Exame Nacional de Cursos, discutindo-se a metodologia empregada, o alcance de suas metas, a possível utilização de seus resultados. Afinal, a arrogância nunca foi a melhor conselheira.

Sr. Presidente, é claro que há necessidade de se corrigirem distorções, de melhorarem várias universidades, vários cursos espalhados pelo Brasil afora, para que, na verdade, eles tenham qualidade e possam transferir conhecimentos profundos aos nossos estudantes, sem nenhuma dúvida. Mas não se vender a idéia de que vários cursos superiores receberam nota A na qualificação do Provão, usando isso como **marketing**, usando os meios de comunicação, as televisões etc e dizer: A nossa é qualificada, a nossa tem a letra A; as outras, com as notas B, C, D, estão desqualificadas. E aí começa a haver uma discriminação muito forte entre os estudantes: – E agora, como vai ser? Como vou ficar? Estou sendo diferenciado do meu colega que estuda numa universidade que recebeu a qualificação da letra A, ou coisa que o valha.

Essa exploração de **marketing** que está ocorrendo em vários pontos do País, por várias universidades, por vários cursos superiores que receberam essa qualificação, em detrimento dos outros, não sei se vai levar a bom termo.

É necessário, sim, procurar as deficiências e corrigi-las, mas sem extravasar, sem fazer esse espalhamento publicitário, em detrimento de estudantes, de outros cursos, de professores. Temos que encontrar os meios e os mecanismos de melhorá-los, de fazer com que haja uma eficiência mais ou menos generalizada, uma isonomia de padrão das nossas universidades no País inteiro.

Sr. Presidente e nobres Colegas, eram essas as considerações que eu desejava trazer, no dia de hoje, em relação ao Provão, como é conhecido no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Artur da Távola e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto do art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem é a favor das privatizações precisa estar mais alerta do que quem é a elas contrário.

O êxito do processo de privatização deriva de um pressuposto: o da maior eficiência da empresa privada. E do rigoroso cumprimento das cláusulas de responsabilidade com os serviços públicos contratados.

No Brasil, se o Estado se tem revelado mau administrador, igualmente jamais se mostrou bom fiscal. Aí estão os serviços de ônibus urbanos e alguns meios de comunicação, rádio e TV, desabusados na linguagem chula, nos programas de baixo calão, onde até homens seminus de cuecas com a efígie de Nossa Senhora são apresentados e onde cenas grotescas de prostitutas em posições (além do mais horrendas) oferecem seus serviços pelo telefone. O que faz o poder concedente? Nada.

Nessa linha, trago-lhes hoje a preocupação pelos cortes de luz no Rio de Janeiro e nem me refiro aos da área da Cerj, porque ali estava um caos que levará pelo menos um ano para ser ordenado, mas aos da Light.

As interrupções têm causado prejuízos ao comércio, queimas de equipamentos tanto domésticos como públicos, como ocorreu no caso de bombas da Cedae. Além de desconforto, gente presa nos elevadores, um transtorno.

Sim, é cedo para cobrar e pode ser que depois melhore.

Há, porém, algumas questões que o consórcio vencedor tem que resolver. Ele é acusado de haver errado em alguns passos iniciais. Diga o que disser,

os cortes de luz aí estão para atestar o erro. E antes não existiam na quantidade atual.

Eis o que gente do ramo afirma:

1) Houve redução drástica de mão-de-obra (critério puramente econômico) sem avaliação criteriosa.

2) Fecharam-se mais de quatro mil postos de trabalho.

3) O corpo técnico foi desmontado.

4) Não vieram investimentos necessários.

Empresas ora privatizadas vinham carregadas de enxúndia funcional, vícios corporativos, influências políticas, muitas delas vivendo mais para seu funcionalismo que para o serviço. Verdade. Mas verdade também que eram possuidoras de quadros capacitados, que associavam um certo sentido social inerente a necessidades específicas de setores carentes da sociedade e isso que se transformava em defeito econômico muitas vezes compensava-se com a regularidade dos serviços e suas compensações sociais. Com a Cedae, por exemplo, tal se dá.

Ainda assim, a privatização é preferível. Não, porém, sem fiscalização e sem controle, como no caso dos ônibus e dos canais de rádio e TV. A privatização deve ser um aperfeiçoamento, jamais a entrega apenas de bons negócios a grupos vorazes. Não digo que seja o caso da Light atual. É cedo para afirmar. Não é cedo, todavia, para começar a cobrar da agência formada quando da privatização e do Dinai do Ministério das Minas e Energia o respeito absoluto aos compromissos com a eficácia e com a qualidade dos serviços. Este começo não está bom e as rédeas parecem soltas por um certo deslumbramento paralisante que o País vive nessa fase de lua de mel com as privatizações. Elas são necessárias, sim, porém os grupos empresariais nacionais e internacionais que se apresentam, não obstante sua idoneidade, não são compostos de santinhos nem de gênios infalíveis.

A Assembléia Legislativa do Rio já criou uma Comissão Especial para saber a razão de tantos "apagões" e para fiscalizar a rígida execução dos compromissos. No Senado tenho cobrado o mesmo e o faço deste artigo, igualmente.

Vamos ver se tudo se acerta. Nada será pior para o necessário processo de privatização, revolução pela qual passa o País, do que ineficiência e o império da lucratividade a qualquer preço. Ou tarifa...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que merecidamente, o **Correio Braziliense**, o jornal que nasceu aqui em Brasília, por ocasião da inauguração da Capital da República, na memorável festa de 21 de abril de 1960, vem de ser laureado com o XXX Prêmio Colunista, uma das mais destacadas premiações da imprensa brasileira.

Minha presença nesta tribuna, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nesta oportunidade tem no seu determinismo formal e nas suas

causas maiores, uma profunda vinculação com a minha vida profissional, cuja maturação tem vínculos indissolúveis com o **Correio Braziliense**, marcando um período de invulgar dimensão humana, uma época de extraordinária riqueza afetiva e de valores éticos, onde, o jornalista e o cidadão ingressaram de mentes e de mãos dadas nas fronteiras da liberdade de informar responsabilmente, ciente e consciente da abrangência, em extensão e profundidade, do processo crítico nas relações sociais, onde o Jornalismo para ser legítimo em seu ofício, necessariamente tem que ser exercido, com responsabilidade e transparência, com absoluto respeito pelos valores permanentes da cidadania.

Com raízes históricas, o **Correio Braziliense** vivenciou os seus primeiros anos de existência na Inglaterra, sob a responsabilidade de Hipólito da Costa, voltando a circular, como órgão integrante dos Diários Associados, sob o comando de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, com seu primeiro número, nesta nova fase, com data de rosto de 21 de abril de 1960.

Desde então, inicialmente com Edilson Cid Varela em sua direção maior, secundado pelo jornalista Ary Cunha, o **Correio Braziliense** integrou-se ao cotidiano da Capital da República, e aos usos e costumes da cidade, num raro fenômeno de simbiose cultural, identificando-se com seus milhares de leitores, hoje indubitavelmente consolidando uma invejável carteira de assinantes e uma qualificada legião de leitores. Na atualidade, Senhor Presidente, o **Correio Braziliense** inscreve-se entre os referenciais de maior destaque na mídia impressa do Brasil, onde conquistou, por qualificação crescente de seu projeto editorial, de elaborada e moderna feitura gráfica, uma posição de modelo de jornal.

A propósito, Sr. Presidente, o jornalista Gilberto Amaral, um dos profissionais de imprensa que enriquece os quadros do **Correio Braziliense** e titular de uma das mais respeitáveis páginas daquele matutino, divulga uma nota, dando conta da premiação sob o título "prêmio Colunista: o Êxito de Uma Equipe", cujo inteiro teor me permito transcrever nos anais desta casa, à conta de sua relevância cultural mais que oportuna e do destaque nacional que projeta a imprensa de Brasília.

Diz Gilberto Amaral:

"Prêmio Colunista: êxito de uma equipe".

"Mexe com a gente a escolha do nosso **Correio Braziliense** como o veículo do ano, do XXX Prêmio Colunistas Brasil, que é promovido pela Associação Brasileira de Colunistas de Marketing e Propaganda. Mexe com a gente, que somos uma pequena parcela dessa engenhosa engrenagem, montada na nossa Brasília. Mexe com a gente, principalmente por sabermos que muitas etapas ainda terão que ser vencidas ao longo dos anos. O nosso **Correio** teve tudo

de positivo para ganhar esse prêmio. Desde o seu crescimento como jornal à sua reformulação gráfica. Desde a sua venda avulsa, ao número de assinantes, até o salto ao mercado publicitário. E principalmente, a proximidade do jornal com o leitor, através de uma série de campanhas visando sempre o bem estar da população, como a "Paz no Trânsito" e outras de combate às drogas e eventos esportivos.

Em todos os setores, o nosso **Correio** está presente, dando orgulho a seus funcionários e dirigentes, principalmente à população da cidade. É bom sabermos que estamos cumprindo com a nossa tarefa. A conquista desse XXX Prêmio Colunistas Brasil, em âmbito nacional, nos dá um novo alento para prosseguirmos num trabalho sério, dedicado e sempre voltado para uma comunidade que nunca nos negou apoio".

Tais palavras, Sr. Presidente, penetram fundo em nossa sensibilidade e acredito que todos nós, testemunhas permanentes dos eventos que dão vida e substância aos acontecimentos nacionais e mundiais, tão bem refletidos nas páginas do **Correio**, fazemos eco às emoções que mexem com a equipe de jornalistas que diariamente nos proporcionam a leitura desse veículo.

Dessa tribuna, faço ressoar as palavras de Gilberto Amaral. Igualmente àqueles que hoje editam aquele jornal, nós, em tempos recentes, também participamos das lutas e dos esforços para ajudar no crescimento do CORREIO, em parceria com nomes inesquecíveis, a exemplo de Assis Chateaubriand, Paulo Cabral de Araújo, Wolney Milhomen, Regina Stella, José Helder de Souza, Expedito Quintas, Talita Aparecida de Abreu, Gueguê, Oliveira Bastos, Américo Fernandes de Souza Neto, Alfredo Obliziner, Wagner Teixeira, Luiz Adolfo Pinheiro, Octacílio Lopes, Benedito Coutinho e Mario Eugênio, de forma útil e prestante. Cada qual com marcas duradouras no grande complexo de indústria gráfica, um dos orgulhos afirmativos e consagradores da competência e da capacidade empresarial dos brasilienses e que acaba de ser reconhecida e proclamada.

Um registro especial para os nomes de Paulo Cabral de Araújo, Ary Cunha, Ricardo Noblat, Evaristo de Oliveira, João Augusto Cabral, Paulo de César Marques, Osvaldo Abílio Braga e Cláudio Renato Bastos, que respondem pelo quadro de dirigentes do **Correio Braziliense**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h08min.)

(OS Nº 12684/97)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 58ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE
MAIO DE 1997
(Publicada no DSF, de 14 de maio de 1997)

RETIFICAÇÕES

À página nº 09560, 1ª coluna,

Onde se lê:

.....
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 1997
.....

Leia-se:

.....
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 1997
.....
.....

À página nº 09579, 1ª coluna, no Parecer nº 214, de 1997,

Onde se lê:

“Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1995, de autoria do
Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico a
digitalização de documentos e dá outras providências.”

Leia-se:

“Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do
Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico a
digitalização de documentos e dá outras providências.”
.....
.....

**ATA DA 59ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE
MAIO DE 1997
(Publicada no DSF, de 15 de maio de 1997)**

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página nº 09641, 2ª coluna, no item 2.3.3 - Fala da Presidência (Presidente Antonio Carlos Magalhães),

Onde se lê:

Assunto objeto do pronunciamento do Sr. Elcio Alvares, conclamando a adoração pelos Três Poderes da República, de medidas legais que agilizem o combate à impunidade. Ressalta, ainda, a luta de S. Exa, como Presidente do Congresso Nacional, por uma gestão mais moralizadora e pela transformação dos métodos legislativos, em atendimento às expectativas da sociedade brasileira.

Leia-se:

Assunto objeto do pronunciamento do Sr. Elcio Alvares, conclamando a adoção pelos Três Poderes da República, de medidas legais que agilizem o combate à impunidade. Ressalta, ainda, a luta de S. Exa, como Presidente do Congresso Nacional, por uma gestão mais moralizadora e pela transformação dos métodos legislativos, em atendimento às expectativas da sociedade brasileira.

.....

À página nº 09713, após as assinaturas do Parecer nº 228, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas de plenário nºs 1 a 4, oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1997 (nº 1/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14, ao **caput** do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao **caput** do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal, incluía-se, por lapso, o seguinte quadro da votação nominal do parecer:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PARCELA
PEC 04/97

| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| HUGO NAPOLEÃO | | | | ELCIO ALVARES | / | | |
| EDISON LOBÃO | | | | ROMERO JUCÁ | | | |
| JOSÉ BIANCO | / | | | JOSÉ AGRIPIANO | | | |
| BERNARDO CABRAL | | | | GUILHERME PALMEIRA | | | |
| FRANCELINO PEREIRA | / | | | FREITAS NETO | | | |
| JOSAPHAT MARINHO | | / | | BELLO PARGA | | | |
| ROMEU TUMA | / | | | ODACIR SOARES | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ÍRIS REZENDE | / | | | JADER BARBALHO | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | | | | NEY SUASSUNA | | | |
| ROBERTO REQUIÃO | | | | CARLOS BEZERRA | | | |
| RAMEZ TEBET | | | | CASILDO MALDANER | | | |
| PEDRO SIMON | | / | | FERNANDO BEZERRA | | | |
| RENAN CALHEIROS | | | | GILVAN BORGES | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JEFFERSON PÉRES | | | | SÉRGIO MACHADO | / | | |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | / | | | JOSÉ SERRA | | | |
| LÚCIO ALCÂNTARA | | | | JOSÉ ROBERTO ARRUDA | | | |
| BENI VERAS | / | | | ARTHUR DA TÁVOLA | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB) | | | | ADEMIR ANDRADE (PSB) | | | |
| ROBERTO FREIRE (PPS) | | | | SEBASTIÃO ROCHA (PDT) | | | |
| JOSE EDUARDO DUTRA (PT) | | | | MARINA SILVA (PT) | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE-PPB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ESPERIDIÃO AMIN | | | | LEVY DIAS | / | | |
| EPITÁCIO CAFETEIRA | | | | LEOMAR QUINTANILHA | | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| REGINA ASSUMPÇÃO | / | | | VALMIR CAMPELO | | | |

TOTAL 12 SIM 10 NÃO 02 ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 14. 10.5 1977

[Assinatura]
Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 1997, às 12h18min.

Às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de abril de mil novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Serra e com a Presença dos Senadores Francelino Pereira, Vilson Kleinübing, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Ademir Andrade, Esperidião Amin, Edison Lobão, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Lúcio Alcântara e Valmir Campelo. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Miranda, Bello Parga, Freitas Neto, Odacir Soares, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Carlos Bezerra, José Roberto Arruda, Coutinho Jorge, Jefferson Péres, Lauro Campos, Antônio Carlos Valadares, Levy Dias e José Eduardo Vieira. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação da seguinte pauta: **Item 1** – OFS nº 29/97 do "Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para a emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas a rolagem da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997". Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado. **Item 2** – Ofício "S" nº 29, de 1997 (Ofício PRESI-97/505, de 5-3-97, na origem) que "encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$7.385.936,96 (sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos), cujos recursos serão destinados à execução de obras de drenagem urbana e extensões de redes de águas pluviais". Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado – **Item 3** – Mensagem nº 73, de 1997 (Mensagem nº 291, de 11-3-97, na origem) "do senhor Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$42,000,000,00 de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes

no Estado do Ceará – PROARES". Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **José Serra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está aberta a reunião.

Vamos iniciar a discussão até alcançarmos o **quorum**.

Nesta semana não teríamos reunião, mas, tendo em vista algumas questões urgentes, convoquei uma extraordinária.

Item exclusivo da pauta: Autorização para emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas à rolagem da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997.

Incluiremos na pauta mais dois projetos: a operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Ceará e o Banco Interamericano; o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes – Proares -, cujo Relator é o Senador Lúcio Alcântara, e o projeto referente à Prefeitura Municipal de Uberlândia, para contratar operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, de R\$7.385,00, para obras de drenagem urbana e extensão de águas pluviais. Acredito que esse projeto esteja incluído no programa de pró-saneamento.

Com relação à matéria referente a Santa Catarina, é Relator o Senador Esperidião Amin, a quem peço que apresente o seu parecer a fim de ganharmos tempo na discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço licença aos nossos nobres Pares para ler o parecer, em função de duas circunstâncias que externarei posteriormente.

(Leitura de parecer.)

Finalmente, Sr. Presidente, a informação adicional que desejo prestar é que, para não prejudicar os interesses do Estado de Santa Catarina num processo de rolagem que não envolve precatório, fiz uma diligência, que pretendo que prossiga, porque, mesmo não cumprida – essa foi apenas parcialmente cumprida pela gerência da dívida pública do Estado de Santa Catarina, que me entregou este documento, e vou cedê-lo à Comissão para fazer parte

do processo, pedindo que depois me seja devolvido -, pedi a série histórica das Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, que é o demonstrativo de lançamento das letras financeiras ao longo da história das Letras do Estado de Santa Catarina.

Dizer que o Estado é bom pagador, que o Estado honra o título, que todo mundo compra por isso, é uma grande bazófia. O que o Estado faz é rolar o título.

Tenho os números para oferecer, por período de governo.

Quando falo em emissão, falo em emissão bruta, ou seja, uma parte disso foi usada para pagar o que foi emitido no próprio período. Por exemplo, o primeiro lançamento de Santa Catarina ocorreu no dia 19 de novembro de 76, quando era Governador do Estado Antonio Carlos Konder Reis, e essa primeira parcela venceu no dia 1º de novembro de 78, quando Antonio Carlos Konder Reis ainda era governador do Estado, ou seja, ele próprio pagou, emitindo nova parcela – o que vou falar aqui é o valor bruto, não o valor líquido que ingressou no Estado.

É flagrante que alguns governos emitiram mais do que venciam e outros emitiram menos do que venciam no seu período. Confesso que fiquei surpreso, porque acho que fui enganado.

O valor ingressado em dólar, o valor bruto que ingressou por período de governo, conforme dados fornecidos agora pelo Dr. Marco Aurélio, que esteve aqui – e, aliás, esteve várias vezes em meu gabinete e, a partir do gabinete do Senador Casildo Maldaner, fez várias ligações para o meu gabinete – e é o coordenador da dívida pública, valor ingressado em dólar nominal no Estado de Santa Catarina, por emissão de Letras do Tesouro, no período 75/79, Governo Antonio Carlos Konder Reis: US\$29,304,589.02; segundo período, correspondente ao Governo Jorge Bornhausen: US\$322,291,465.88; terceiro período, Governo Esperidião Amin: US\$98,453,315.54. Período de Governo de Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner: US\$572,133,659.93. Período de Governo do Senador Vilson Kleinübing e Antonio Carlos Konder Reis: US\$178,869,113.75.

Repetindo, emissão bruta; praticamente tudo foi usado para se pagar o que rolava e ainda se teve que colocar algum dinheiro a mais. Eu não sabia que tinha colocado tanto. A minha frustração é que eu não sabia que tinha pago tanto.

O sexto período, que é o atual, em dois anos: US\$331,076,806.67, fora os precatórios e fora o ano de 1997. Isso mostra o mapa das emissões de letras por período de governo, segundo dados, repito, passados pelo Dr. Marco Aurélio.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, isso se refere à emissão bruta.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, o ano anterior foi pago com outros recursos. Isso se refere ao valor bruto do lançamento, seja para pagar os anteriores, seja para pagar os seus próprios, que vençam no seu período. Isso é o valor bruto. Eu não consegui o valor líquido. A diligência não foi respondida completamente, porque eu queria saber o valor líquido, quanto sobrou por período de governo.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sim, por exemplo, o Senador Kleinübing certamente não conseguiu com dinheiro de emissão sequer pagar o que venceu no seu período. O ingresso líquido de recursos de letras no período do Senador Kleinübing foi, obviamente, negativo.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só dois anos, com um detalhe: no início do atual governo, o montante líquido de letras navegando no mercado era de US\$437 milhões. Foram emitidos US\$331 milhões, teoricamente para pagar os US\$437 milhões que existiam no início do governo. Mas não venciam todos no início do governo, venciam ao longo de quatro anos.

Eu queria que a minha diligência, Sr. Presidente, que foi respondida parcialmente ... Algumas coisas são óbvias. Por exemplo, no período do Senador Kleinübing, o estoque da dívida era, certamente, inferior a US\$178 milhões, e ele emitiu menos que o estoque da dívida. O atual governo emitiu, nos dois primeiros anos, 70% do estoque da dívida que recebeu, que era US\$437 milhões e mais US\$604 milhões, que estão **sub judice**, que são os precatórios.

O SR. CASILDO MALDANER – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, é o total circulando no mercado. É o estoque da dívida mobiliária. É isso que eu queria saber; ou seja, a origem desses títulos. Eu recebi esse levantamento muito incompleto. Recebi, Sr. Presidente, um levantamento do Banco Central, que chega apenas até 92. Eu não fiz a diligência ao Governo do Estado de Santa Catarina, fiz ao Banco Central. O Banco Central que

vá buscar. Ele me informou parcialmente, e o coordenador da dívida, diga-se de passagem, pelo menos tomou a iniciativa de trazer...

O SR. VILSON KLEINÜBING – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Houve a diligência, o dado é esse, mas gostaria de dizer que está incompleto. Eu pretendo, não só no caso de Santa Catarina, mas acho que devemos fazer isso em todos os casos de letras mobiliárias, Sr. Presidente, porque isso vai mostrar que nenhum Estado, nenhum município está honrando suas Letras. O Estado de São Paulo, que é o mais rico do Brasil, também não está honrando seus compromissos.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Ninguém honrou nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Governo Federal também não está honrando.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não, o caso do Governo Federal é diferente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Com exceção ...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – A dívida mobiliária serve a quem joga para cima, a quem emite; os outros pagam a conta. É por isso que Estados não devem ter a faculdade de emitir títulos que se constituam em dívida mobiliária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Presidente, eu queria chegar a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Os Estados devem se endividar com o BID, Banco Mundial, Caixa Econômica, porque são projetos; podem fazer o que quiserem com o dinheiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a chegou ao ponto que eu desejava chegar: temos que extirpar do mercado esse procedimento, que é predatório. Quem vai pedir dinheiro para pagar, para honrar dívidas, tem que pagar um juro que é incrementado por títulos que coloca no mercado, sabendo que não vai poder pagar.

Era para esse ponto que eu queria chamar a atenção. Não se trata de fazer propaganda, trata-se de prestar contas e dizer afinal: apresentei o relatório, Sr. Presidente, no dia 22 de abril, para que não houvesse prejuízo para o meu Estado, independentemente de questões de natureza política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Em primeiro lugar, gostaria de dizer, Srs. Senadores, que acabei

de ouvir do Senador Esperidião Amin um dos relatórios mais lúcidos e mais completos sobre endividamento público, principalmente sobre endividamento via títulos públicos.

Em segundo lugar, concordo com a tese de que a Comissão tem de negociar com o Governo Federal aqueles acordos que estão chegando aqui para, a partir deles, proibir a emissão de títulos públicos. É preciso que haja justiça em relação aos Estados que emitem e em relação aos Estados que não emitem títulos públicos. No pagamento da dívida, estamos injustificando os Estados que não emitiram títulos públicos. Por isso, sou amplamente favorável a um diálogo com a Receita Federal. E vou além: na CPI dos Títulos Públicos, pretendo recomendar que o Departamento da Dívida Pública do Banco Central deixe de controlar isso. Quem tem de controlar é a Secretaria do Tesouro Nacional. Ela é que tem o controle de toda a dívida pública dos Estados e Municípios. Temos de proibir a emissão de títulos públicos por Estados e Municípios a partir desses acordos.

Em terceiro lugar, uma observação rápida sobre a operação anterior, que relatei. O Estado não vendeu no mercado; quem fez a operação foi o Banco do Estado de Santa Catarina. Portanto, não pagou um tostão para o Banco Vetor ou seus similares e não deu um tostão de deságio, vendeu ao par.

O SR. SENADOR – Como faz o Rio Grande do Sul.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não somos contra Santa Catarina, pelo contrário, somos a favor de Santa Catarina, mas queremos que esse dinheiro pare de ir para essas pessoas, se a estrutura pode fazer. Está aqui a demonstração: quando eles foram obrigados a fazer pelo Senado, fizeram corretamente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Aí não é colocação final.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Aí não é colocação final.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas ele vai ter de fazer a colocação final, porque não vai ter mercado; vai ter de fazer a colocação final, porque não está demonstrado aqui que houve leilão público. Está faltando essa questão.

Vamos aprovar hoje a segunda parcela de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Isso que houve aí foram operações compromissadas.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sim, mas a nossa Resolução exigiu leilão público com três dias de antecedência de sua publicação. De qualquer

maneira, esses valores podem perfeitamente ser absorvidos pelo Banco do Estado, e o Banco do Estado pode fazer a operação sem pagar comissão.

Eram esses os comentários que queria fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Gostaria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de agradecer a compreensão de V. Ex^a num momento em que já se avançou muito no horário regimental. Os membros desta Comissão também merecem os meus cumprimentos e os meus agradecimentos. Cumprimento ainda o Relator, Senador Esperidião Amin, pela diligência que fez. Na verdade, o Banco Central é que tinha que responder. Mas, como o Senador Esperidião Amin tinha me entregado uma cópia, fiz chegar o seu conteúdo ao Diretor da dívida pública de Santa Catarina, e ele veio a Brasília. Na verdade, quem tinha de responder oficialmente era o Banco Central.

Quero agradecer a compreensão do Senador Vilson Kleinübing e dizer-lhe que é um dado de rolagem corriqueira. Na verdade, não é uma venda, é uma consequência da rolagem de títulos que só vai acontecer aqui no Senado.

Eu pediria ainda a compreensão dos colegas, como vence no dia primeiro, quinta-feira, poderíamos encontrar uma maneira legal de hoje, em plenário, sob pena de incorrerem em um problema sério, fazemos uma análise corriqueira. Então, peço a compreensão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tão logo votado o projeto de urgência do Paraná...

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, eu apenas queria dizer que é um dos relatórios mais "trocado em miúdo" que já vi nesta Comissão. Sinto-me esclarecido, porém temo a urgência. Temo. Sou até favorável que se faça, mas, salvo engano, houve um acordo de cavalheiros para não haja mais urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mesmo quando passa pela Comissão?

O SR. CASILDO MALDANER – V. Ex^a me permite um aparte?

Defendo que a Comissão sempre examine; fico triste quando isso não ocorre. Agora, depois que a Comissão examina a matéria, a urgência no plenário é homologatória.

O SR. NEY SUASSUNA – Se isso for possível, Presidente, estou de acordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E até porque, Senador Ney Suassuna – um aparte -, o art. 172 do Regimento facilita que um Senador – não precisa

nem ser Líder – requeira ao Presidente, informalmente, que acione a letra d do art. 172 para que a matéria, nos últimos dez dias de seu prazo... E esta tem prazo: mandei-a no dia 22, e o prazo terminava dia 2 de maio, ou seja, dez dias, e apresentei dentro do prazo para não incorrer em inadimplemento. Basta um ofício de um Senador – não poderia ser eu – por exemplo, poderia ser do Senador Casildo Maldaner, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com base no art. 172.

Só para terminar, quero dizer que isso foi feito em relação ao Município de São Paulo, na sua primeira parcela, que vencia dia 1º de março, e eu não podia assinar porque era o Relator, mas o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Serra, que ainda não era Presidente da Comissão, o Senador Romeu Tuma, enfim, os Senadores de São Paulo poderiam assinar.

Penso que agora, o Senador Kleinübing, Relator da primeira parte, e eu, relator da segunda, não podemos assinar.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, sinto-me esclarecido e também vou ser favorável à urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Como não estamos com número ainda, vou passar ao segundo item, que é financiamento da Caixa Econômica Federal à Prefeitura Municipal de Uberlândia, no valor de sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e novecentos e trinta e seis reais.

O Senador Vilson Kleinübing é o Relator. Eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy que ficasse ligado nesse assunto em virtude de ser Relator de um projeto que trata de outro Município com caso semelhante.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou ler o parecer porque, na verdade, ele contém procedimentos tradicionais nesse tipo de operação.

Em primeiro lugar, é uma operação de crédito de longo prazo, de cento e oitenta meses, da Caixa Econômica Federal, que financia o Município de Uberlândia em sete milhões e trezentos mil reais em um programa de infra-estrutura urbana, na área de drenagem urbana e rede de águas pluviais.

E tem um outro projeto com financiamento. É aquilo de que falávamos antes. Não é uma operação de ARO, não é uma operação de dívida mobiliária; é um programa de obras que tem financiamento oficial da Caixa Econômica Federal em cento e oitenta meses, com prazo de carência, e juros de 7,2% ao ano.

A Prefeitura está absolutamente adimplente, segundo o Banco Central, tendo cumprido uma série de requisitos e está dentro dos limites previstos do seu endividamento. Portanto, não está com sua capacidade de endividamento esgotada; está exatamente dentro dos limites previstos de capacidade de endividamento, autorizado pela Câmara de Vereadores.

Havia dois documentos faltantes no processo, e acertei com a Prefeitura no sentido de que me entregassem as duas certidões do Tribunal de Contas, quais sejam a competência da execução orçamentária e sobre questão de salário de Vereador. Os Srs. Senadores sabem que o Prefeito pouca influência tem sobre isso. Mas as certidões foram corrigidas pelo Tribunal de Contas porque as contas do ano anterior foram entregues àquele Tribunal, mas não foram examinadas ainda. Então, nem o tribunal pode dizer nesse momento que a Prefeitura não está cumprindo com essas duas partes.

Estou anexando as certidões ao meu parecer as certidões definitivas do Tribunal de Contas da União, o que é uma formalidade, pois o essencial está cumprido.

Por isso, o meu parecer é favorável, na forma proposta pelo Banco Central, para que se autorize a Prefeitura a contratar essa operação. Nada foi deixado de fora formalmente para que a operação pudessem ser feita.

O meu parecer é favorável a essa operação de sete milhões...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador Kleinübing, vejo no ofício do Banco Central que o município não está atendendo ao estabelecido no art. 13, VII, de uma Resolução do Senado Federal, que diz respeito...

O SR. VILSON KLEINÜBING – É a 69/95.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Depois disso, verifico que, ao invés de comprovar que esse aspecto foi obedecido, temos é uma declaração do Tribunal de Contas, dizendo que ainda não julgou o feito. De forma alguma isso estabelece que essa limitação dos salários da Câmara Municipal em 75%, dos Deputados Estaduais, tenha sido cumprida.

É simplesmente uma manobra diversionista. O Tribunal ainda não julgou. Não se trata de julgar ou não; tem-se o Orçamento, têm-se os salários dos Deputados Estaduais, e, se esses ultrapassarem 85, não é necessário julgamento do Tribunal de Contas da União. Basta uma simples verificação até do próprio Relator e desta Comissão. Então, sob esse aspecto, o pedido não está instruído.

Tenho outras dúvidas gerais, que pretendo levantar em todos os processos. A Lei Rita Camata está sendo cumprida pela Prefeitura de Uberlândia? A folha está abaixo dos 65%, pendendo para 60%, em 1988, ou não foi feito esse exame?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Foi feito. Está em torno dos 60%.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sessenta por cento hoje.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E o Prefeito está tentando reduzir, os prefeitos são novos, mas estão fazendo esforço para reduzir. Está com 60%. Isso, inclusive, já veio do Banco Central.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Em que ano?

O SR. VILSON KLEINÜBING – No ano passado.

O SR. WALDECK ORNELAS – Além disso, a reforma administrativa ainda não foi aprovada pelo Congresso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É o ano de 1996?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não se trata de reforma administrativa.

O SR. WALDECK ORNELAS – Para reduzir pessoal, sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não é reduzir pessoal, é ...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Senador Roberto Requião, ela está atendendo à Lei Rita Camata. Está dentro dos 60%.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Está dentro dos 60%. Mas para esclarecer: não se trata de reduzir pessoal, trata-se de não conceder empréstimo ao Município que não possa pagar e a Estado que não possa também resolvê-lo posteriormente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, só para complementar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E a questão da Câmara Municipal com os 75%?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, gostaria de complementar as informações. Se a Prefeitura e o Estado estão com a sua capacidade de endividamento intocadas, vamos dizer assim, há uma capacidade, há um limite previsto para o seu endividamento. O Banco Central examina isso. Isso é um ponto fundamental do Banco Central.

O Banco Central coloca-nos sempre que está excedida a capacidade de endividamento. Não é o caso. Ele tem capacidade de endividamento, portanto, ele tem capacidade de pagamento, mesmo que

não estivesse cumprindo a Lei Rita Camata, e tomei o cuidado de verificar, mas está sendo cumprida.

Na questão da Câmara, a Prefeitura pouca influência tem na redução destes percentuais.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Qual é o não-cumprimento com relação à questão da remuneração dos vereadores?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Alguém me traz agora a informação, com relação à questão do pessoal.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Eles estão acima.

O SR. VILSON KLEINÜBING – dispêndio total com a folha de pagamento é de 43.47, de acordo com certidão do Tribunal de Contas, em relação ao ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Em que ano? Em 1995 ou 1996?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Em 1995.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Mas 1995 não é ano-base para julgar um processo agora.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador Roberto Requião, em relação a 1996, o Tribunal de Contas não fornece, porque ainda não examinou as Contas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mas não se trata disso.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Tomei o cuidado, Sr. Senador, apesar de o Tribunal de Contas não ter nos dado a certidão, de verificar se estava no ano de 1996 cumprindo com os 60%. Está cumprindo. A Lei Rita Camata está sendo cumprida.

Agora, a questão dos salários dos vereadores depende mais de nós que do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) Por quê?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Porque ele não pode reduzir o salário do vereador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Então, o município não pode tomar empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não, não. De toda maneira, a responsabilidade é do município como um todo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não se pode dividir o município entre vereadores e Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Agora, o que eu queria saber...

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, se isso for levado agora, teremos que rejeitar todas as operações de empréstimos que esta Comissão conceder.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Vamos fazer isso até que eles se adaptem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Para municípios?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para municípios. Eu acho perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está estabelecido que o salário dos Vereadores é equivalente a 75%, não podendo ultrapassar o dos Deputados Estaduais. No caso de Uberlândia, ultrapassa.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Ultrapassou, em 1995. Não sabemos em 1996, porque as contas deste ano não foram ainda examinadas pelo Tribunal de Contas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Resultado: pára tudo? Em 1995, ultrapassou; em 1996, não veio ainda a certidão, porque não está pronta. O Tribunal de Contas não examinou as contas de Uberlândia, porque há muitos municípios em Minas Gerais para examinar. As contas de Uberlândia foram entregues em março ao Tribunal de Contas.

Então, a única documentação que poderia examinar... Sobre se documentação tinha ou não a informação correta sobre a questão dos vereadores. Em 1996, não tem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

Se nós já erramos tanto não examinando documentos, pela ordem, proponho que esse processo seja convertido em diligência e que a Comissão encaminhe um requerimento à Câmara Municipal e à Prefeitura para estabelecer a verdade sobre esses dados. Não é possível que continuemos votando com base em informações que não são verdadeiras. Então, não se tem a documentação de 1996, esquece-se a legislação e vote-se sobre a de 1995.

A responsabilidade do município é inteira. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal vai votar sobre a regularidade da situação do município, e o município é composto do Poder Legislativo e do Poder Executivo. A Câmara Municipal tem que tomar providências para se adequar a disposições constitucionais.

Eu, para não declarar simplesmente um voto contra, estou requerendo que se converta em diligência, para que os dados de 1996 sejam enviados com a maior correção e brevidade à Comissão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, não gostaria que o meu amigo, Senador Roberto Re-

quião, me tomasse essa bandeira na Comissão. Esta bandeira de disciplinar esse endividamento é minha, Senador Roberto Requião, desde que aqui cheguei. Por favor, não a tome de mim. Os meus colegas que aqui estão sabem que luto por isto desde que aqui cheguei.

Agora, estou verificando sobre a Prefeitura de Uberlândia que estamos fazendo determinadas exigências que não têm nada a ver. A operação de crédito é uma operação de crédito, e precisamos saber se o município pode ou não pagar. Se ele tem direito ou não a essa operação.

Por que a minha pressa, Senador Roberto Requião?

Esta linha de crédito, que é decente – esta é decente -, é um título público, infelizmente, acaba no dia 15 de maio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Deveria ter chegado antes, então, junto com o balanço do Orçamento da Prefeitura, de 1996, examinada ou não pelo Tribunal.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Deixe-me completar, Senador Roberto Requião. Em primeiro lugar, se por acaso, o Tribunal de Contas nos colocar que passou de 75%, o Prefeito não tem como alterar isso no curto prazo, e estamos decretando que ele não pode pegar esse dinheiro, que é um dinheiro decente, bom.

E já passou por esta Comissão coisas semelhantes em relação a outros municípios. Preste atenção no seguinte: estou sendo Relator de um município que não é nem do meu Estado; não tenho nada a ver com um município de Minas Gerais, nem com a cidade de Uberlândia. Mas este é um caso justo. Temos que brigar contra coisas injustas concedidas por esta Comissão. Acho absolutamente justa a formalidade de se corrigirem as despesas com pessoal. Nós, que já fomos governadores, sabemos quantos instrumentos tínhamos nas mãos para fazer isso.

Que instrumentos temos, se são estáveis, se não se pode reduzir salário, porque há a lei de irredutibilidade do salário e muitos outros instrumentos? O que se pode fazer? O que, no meu caso, condicionaria a isto, se além desse fato, a Prefeitura não tivesse capacidade de endividamento ou capacidade de pagamento. Mas ela tem a capacidade de endividamento e de pagamento.

É uma operação de financiamento, para um programa específico. Entendo que são operações que deveríamos autorizar sempre que possível, sempre que cumpridos determinados preceitos.

Como é que ele vai corrigir a questão da Câmara? Não sei se a conta de 1996...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Mas não é como ele vai. O município é uma coisa só. Ou o município se adapta, ou o município não tem condição de tomar empréstimo.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Senador, deixe-me completar. Como Relator, não tenho a informação de que se, em 1996, atingiu ou não 75%.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Então, convertemos em diligência.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Então, vamos perder a operação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Por isso, mantenho o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Senador Francelino Pereira pediu a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É exatamente o que diria o Paulo Afonso sobre o empréstimo de Santa Catarina.

O SR. VILSON KLEINÜBING – (*Inaudível. Fora do microfone.*) ... nós aprovamos a operação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Por isso, hoje, tem uma CPI instalada.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Roberto Requião, um momento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, estou sendo surpreendido hoje com a colocação desse projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, venho acompanhando essa operação de Uberlândia, não porque seja do meu Estado. O Prefeito de Uberlândia está presente, é um cidadão probo, correto, honesto que acompanha atentamente essa operação, cujo prazo está se esgotando, sob pena de o Município perder o pagamento correspondente à importância aqui descrita.

Tudo foi superado, o processo foi distribuído ao Senador Vilson Kleinübing que o recebeu muito bem – ninguém aqui é suspeito, mas se eu pudesse escolher um para colocar acima de qualquer suspeição eu escolheria exatamente o Senador Vilson Kleinübing. Se o processo veio à discussão foi exatamente por uma convicção de S. Ex^a, de todos nós, de que ele poderia ser votado. Nossa recomendação é no sentido de que esse processo não fosse colocado em discussão, a menos que as dúvidas fossem afas-

tadas e o processo pudesse ser votado. Até para o efeito de benefício a um dos Municípios mais importantes de Minas Gerais e do Brasil.

De modo que eu pediria que votássemos o processo hoje aqui. Está comprovado que está atendida a Lei Camata, embora o Tribunal de Contas ainda não tenha concluído seu parecer. É claro que o Município é um só, como diz o Senador Roberto Requião. Mas a verdade é que qualquer esclarecimento que se precisar, o Prefeito, que está presente, poderá dar.

Não há nenhuma quebra de Regimento para um trabalho dedicado, porque o Prefeito está aqui presente. O que peço é que o processo seja votado hoje, porque senão perderemos a oportunidade de obter esses recursos, e o Município terá que entrar imediatamente com outro tipo de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Ney Suassuna, eu estava querendo interromper para voltarmos aos dois primeiros itens da pauta.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, minha afirmação é a seguinte: ou somos oito, ou oitenta. Acho que a regra, até agora, era dessa forma. Vamos tomar a decisão de daqui para diante também pedir esse item. Comunica-se, mas não se muda a regra do jogo no meio do jogo. É uma injustiça, vai custar um empréstimo que já está com tudo acertado, que está dentro das regras, e que o Município tem capacidade de pagar. Acho que baixaríamos essa norma daqui para diante. E votaríamos agora o primeiro e o segundo itens.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É. Mas, eu...

Senador Eduardo Suplicy, é sobre o tema?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sou Relator de projeto de natureza semelhante: concessão de autorização para contratar operações de crédito interno junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro de R\$400 mil para execução de intervenções urbanas e rurais, saneamento básico e assim por diante.

Trata-se de situação semelhante para o Município de Cordeiro, e o meu parecer, em virtude de não estar havendo o cumprimento do que refere o art. 29, incisos VI e VII da Constituição – é de pleno exercício e competência tributária -, porque verificou-se que houve recebimento a maior pelos Vereadores, a título de subsídios e verba de representação, e também a freqüente prescrição da dívida ativa sem as devidas providências a serem adotadas pela Administração do exame da indenização das perdas, foi contrário.

Em função, disso, Sr. Presidente, e porque o ofício emitido pela Prefeitura, que encaminha o pleito

de autorização, não esclarece quais são os esforços para modificar isso, acabei dando um parecer contrário. Então, coerentemente, nesse caso, precisaria também votar contrariamente. Gostaria de salientar isto, porque o meu voto será contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está bem. Mas vou interromper a discussão e votar o primeiro item, porque já demos por encerrada a discussão.

Senador Esperidião Amin.

Senador Casildo Maldaner, V. Ex^a anda angustiado esses dias todos. Estou querendo voltar ao primeiro item, sobre Santa Catarina, porque nós temos número.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pelo que entendi o Senador Ney Suassuna está propondo que o segundo item seja votado em seguida. Como há um terceiro item, de interesse do Estado do Ceará, o meu receio é que, votados os dois primeiros itens, não tenhamos mais **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Fique tranquilo. O que estou querendo é votar o primeiro item e, em seguida, olharemos o segundo.

Projeto de Emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinada a rolagem da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997.

O relator, Senador Esperidião Amin, deu parecer favorável na forma do projeto de resolução.

O Senador já apresentou os seus pontos de vista, já fizemos a discussão.

Colocarei em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Esperidião Amin queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero agradecer o nobre Senador Ney Suassuna e aos outros Srs. Senadores que registraram que se tratava de um parecer bem lançado, com todos os detalhes, transfiro os méritos à consultora que me ajudou, Consultora Margarida, pela precisão do parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Se os Srs. Senadores me permitem, vamos analisar o Item nº 3 da pauta, para depois voltarmos ao Item nº 2. Isso é o que eu proponho.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É um pedido de empréstimo do Estado do Ceará, no valor de US\$42

milhões, a ser contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Lúcio Alcântara, estou propondo a comissão essa inversão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Desculpe-me. Achei que a proposta de V. Ex^a havia sido

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Senador Esperidião Amin não concorda com a tese que basta a minha proposta, ele crê que a comissão deve se manifestar.

Se estiverem de acordo, passaremos ao item 3.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É um pedido de empréstimo do Governo do Estado do Ceará, de US\$42 milhões, contraído junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento -, destinado ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará, Proares.

Aqui estão descritos todas as condições de empréstimo, todo o parecer tanto do Banco Central quanto da Secretaria do Tesouro Nacional, especificamente em relação a esses assuntos que foram levantados agora. O Governo do Estado apresentou certidão do Tribunal de Contas, em cumprimento da Lei nº 82/95, está adimplente. Todas as suas certidões negativas se encontram integrando o processo.

Com isso, o nosso parecer é favorável, nos termos do projeto de resolução que apresenta, lembrando ainda que envolve os municípios, e o Governo do Estado assumiu a participação dos municípios. Portanto, nós colocamos também no projeto de resolução que o Governo do Estado, previamente, na assinatura do contrato, deverá cumprir as condições estipuladas na Cláusula nº 302, do instrumento do empréstimo.

Trata justamente da necessidade de comprovar esses convênios entre os Estados e os municípios para efeito do desembolso.

Estou a disposição para algum esclarecimento que se faça necessário.

Os pareceres são favoráveis, nos termos da capacidade de endividamento, e assim por diante.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, queria pedir a atenção especial do Senador Roberto Requião para o que vou dizer agora.

É evidente que se pedimos um atestado da remuneração dos Deputados Estaduais do Ceará, de qualquer Estado brasileiro, todos ganham mais de 75% do que ganha um Deputado Federal.

Eles têm outras formas de remuneração. Eles burlam o processo de uma outra maneira.

Segundo lugar, se não autorizarmos aquilo que nós consideramos decente, correto, nós vamos empurrar o prefeito para o aro. Aro não precisa passar por aqui.

Precisamos rever essas coisas. A comissão precisa rever, por isso acho interessante a proposta que foi feita aqui pelo Senador Ney Suassuna. Essa regra está em andamento, vamos seccioná-la num determinado momento e estabelecer regras para o futuro, Senador Suplicy.

Agora, o Prefeito pode ir amanhã em qualquer banco, pagar juros extorsivos, fazer uma antecipação de ARO, renovar essa operação em todo o seu mandato, fazer aquilo que o Município quer fazer e não precisa passar por aqui. Ele está dentro do seu limite de endividamento, que vai ser autorizado pelo Banco Central, sem passar pelo Senado. É essa questão que desejo diferenciar.

Se for para rejeitar, ninguém rejeitou mais do que eu aqui. Essa CPI nasceu por briga minha. Agora, estou fazendo a colocação em caráter geral, por senão sou obrigado a pedir um atestado de quanto é que ganha, efetivamente, um Deputado – uma coisa é o contracheque, outra coisa é o segundo contracheque, que são as indenizações. Eles não confessam, criam mecanismos para descumprir o Prefeito. É uma questão que a Comissão precisa examinar, senão vou pedir vista desse processo, paralisando todas as operações, porque ninguém cumpre isso.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, esse é mais um projeto daqueles que têm o objetivo determinado, específico e que devemos aprovar. Por essa razão, também manifesto-me favoravelmente, assim como em relação à Prefeitura de Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Esse projeto, tenho inclusive a satisfação de ter encaminhado quando estava no Ministério do Planejamento. Creio que temos aqui um acordo de que os empréstimos contratuais têm que ser vistos pelo ângulo de empréstimos para projeto, porque tem que ter a elaboração de projeto: começo, meio e fim. Agora, isso não prescinde, de toda maneira, do exame dos crité-

rios fixados em nossas próprias resoluções, o que, no caso, foi feito. Só o mérito ou as condições boas para o financiamento não bastariam. Mas, nesse aspecto relatado pelo Senador Lúcio Alcântara, as condições estão cumpridas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Inclusive, Sr. Presidente, quero dizer que o projeto – não sei dizer exatamente a data – deve estar comigo há um mês, aguardando documentos do Banco Central, porque só emiti parecer depois que essa documentação foi remetida ao Senado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Como estamos fazendo uma discussão genérica sobre a (?) de projetos, vou discutir genericamente também o projeto do...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador, se me permite, como vamos voltar ao Item nº 2 ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mas é o princípio geral que ilumina a decisão dos dois projetos.

Em primeiro lugar, não votamos conforme o critério de qualidade que possamos dar a uma ou outra operação. Votamos segundo a lei, senão podemos abolir todas as resoluções, e esta Comissão tomará as decisões conforme a média da vontade dos Senadores, do seu humor, em determinados momentos.

Mas penso que poderíamos estabelecer um princípio. Poderíamos aceitar, por exemplo, a questão do excesso de salário no Ceará, ou em Uberlândia, ou qualquer outro Município com uma cláusula resolutiva. A autorização só se confirma e se completa no momento em que o Prefeito fizer uma representação criminal ao Ministério Público em relação à Câmara Municipal; senão estamos estabelecendo a complacência absoluta em todos os casos. Esse é um princípio geral que viabiliza até que um Prefeito condenado por um Tribunal de Contas possa disputar uma eleição, desde que recorra do processo ou acione o Prefeito anterior.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, quero dizer que, particularmente em relação ao caso do Ceará, não tenho nenhum elemento para dizer que passa...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Vou voltar à questão do relatório do Senador Alcântara, que está em discussão agora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA ... ou não passa, que o Deputado recebe mais a título disso ou daquilo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Algum Senador ainda deseja se manifestar sobre o relatório do Senador Alcântara que está em discussão? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação. Primeiro gostaria de dizer ao meu querido amigo Dirceu que o processo de Uberlândia está acompanhado do parecer do Banco Central, e o processo do Ceará, por isonomia, não está; quer dizer, o avulso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O avulso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Está na minha mão agora, então vim aqui lê-lo. O exame do Banco Central, no caso do Ceará, não chega a esse detalhe de saber se foram cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mas o empréstimo, no caso, é para o Governo do Ceará e não para os Municípios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que estou lendo aqui não é isso.

O SR. VILSON KLEINÜBING – É o salário do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É o salário do Deputado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Isso não está dito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O que não está dito, Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Na minha mão está o parecer do Firce, sobre o registro, e do Dedip, feito pelo Sr. Jairo Cruz Ferreira, que diz o seguinte:

"7 de janeiro.

A propósito, cumpre-nos informar que a operação pretendida se enquadra nos limites fixados nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 69, do Senado.

Por oportuno, esclarecemos que o envio de parecer ao Senado Federal, com a manifestação deste Dedip, a respeito do pedido, está na dependência de credenciamento da operação por parte do Departamento de Capitais Estrangeiros – Firce, credenciamento esse que está sujeito à prévia manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional."

Então, foi para o Tesouro e, em seguida, para o Firce; não localizei para onde foi depois disso.

O SR. NEY SUASSUNA - Na página 4, Item nº 2, está dito...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Nas páginas dois e três está escrito:

"A operação foi credenciada pelo Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil por meio da Carta Firce/?? 97.031, de 3 de fevereiro de 1997.

Consta ainda do processo sob exame parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, de 25 de fevereiro de 1997, informando que a previsão do projeto no Orçamento do Estado (...)."

O SR. NEY SUASSUNA - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Exatamente. Mas isso em relação ao Banco Central.

Leio: "Em 4/4/97:

A operação pleiteada enquadra-se no limite de endividamento do Estado do Ceará, à luz dos parâmetros estabelecidos pela Resolução acima referida."

Trata-se da Resolução nº 69/95, do Senado.

"O Governo do Estado do Ceará apresentou certidão do Tribunal de Contas atestando o cumprimento do disposto nos arts. 27 e 212 da Constituição Federal, bem como quanto ao estabelecido no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei nº 82/95 e ao pleno exercício da competência tributária relativamente ao exercício de 95."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nada disso é o art. 29. Está tudo respondido sobre todos os outros itens, menos o da remuneração de Deputado. Só não está respondido o item de que falei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O art. 13?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, o art. 29.

O parecer do Banco Central Firce/Secretaria do Tesouro esgota todos os assuntos, menos o da remuneração de Deputado. Esgota todos os outros: competência tributária, capacidade de pagamento, credenciamento da operação, qualificação. Tudo está certo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - O Item nº 2, na página 4, diz o seguinte:

"O Governo do Ceará apresentou certidão do Tribunal de Contas, atestando o cumprimento (...)."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Arts. 27 e 212. Para fazer a operação tem de entrar na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - (Fazendo soar a campainha) Está dito:

"O Governo do Estado do Ceará apresentou certidão do Tribunal de Contas, atestando o cumprimento do disposto no art. 27 da Constituição (...)."

Esse artigo trata da remuneração dos Deputados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E o art. 29?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - É o art. 212.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O art. 29 é o dos Municípios. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Esse é um empréstimo para o Estado. Na verdade, isso está contido.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Mas, Srs. Senadores, farei uma observação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Senador Vilson Kleinübing, eu gostaria de encerrar esse tópico, para votarmos isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu retifico: o parecer do Banco Central aborda também a questão da remuneração.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Volto à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos ao Item nº 2 da pauta, referente à questão de Uberlândia.

Peço à Assessoria a Resolução nº 69.

A Resolução nº 69 é clara quanto a isso:

"A comprovação do cumprimento no art. 27, § 2º (...)."

O SR. VILSON KLEINÜBING - O que estabelece o § 2º do art. 27?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O art. 27 é para Deputado.

O art. 27, § 2º, é o seguinte:

"A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada" (...)

Esse foi o meu engano.

O inciso VI diz:

"A remuneração dos Vereadores corresponderá, no máximo, a 75% daquela estabelecida em espécie para os Deputados

Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, inciso XI".

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Reporta-se ao art. 13 da Resolução nº 69.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O inciso XI diz:

"A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados..."

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Porque, inclusive, o inciso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a referiu-se a dois incisos: VI e VII do art. 29.

O inciso diz:

"O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita..."

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - A questão é a seguinte.

A Resolução nº 69, para efeito de maior controle de despesas de diferentes Poderes estabeleceu isso. Essa redação, na minha opinião, é ambígua porque o Município pode ter cumprido em 1996 e ter havido um reajuste em 1997, em janeiro, que inviabilize o cumprimento em 1997, mas o ano não se encerrou. Ela pode acabar sendo ineficaz, mas está estabelecida. Ela foi aprovada.

O problema que temos é que isso está estabelecido. Portanto, temos que mudar a Resolução nº 69.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Há muita coisa para mudarmos na Resolução nº 69.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Há muita coisa. Essa é uma delas. Se não houver a projeção para o ano não vale. Basta mudar o Governo que os Governadores reajustam seus próprios vencimentos em dezembro, e ficamos sem uma maneira de controlar isso.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

Sabemos que os Deputados Estaduais ganham mais que 75% do que ganhamos. Se olharmos o contracheque... Eles vão pôr lá aquilo que está colocado ali.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Vilson Kleinübing, o problema está na Resolução.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, deixe-me terminar de falar.

O que estou querendo dizer é que se formos usar as letras da Resolução... É a "Lei de Murphy"; ou seja, o assunto toma mais tempo das pessoas na hora

de decidir quanto menos relevância tiver. Dentro das questões de relevância vamos tomar três horas...

O SR. NEY SUASSUNA - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. VILSON KLEINÜBING - Essa é a observação que quero deixar clara. No caso de Deputado Estadual, é salutar o que estamos debatendo.

No caso das Prefeituras é simples: o Prefeito, para exercer o cumprimento da Resolução, entra na justiça...

Não sei se é essa a solução, mas alguma coisa temos de fazer.

No caso dos Deputados, é frio esse documento. Não há uma Assembléia Legislativa que não gaste mais que 75%, mas eles têm outras formas de remunerar. Então, pune-se a Prefeitura baseado na letra da Resolução porque ela não tem alternativas – lá aparece claramente – e não pune o Estado do Ceará ou qualquer outro Estado, quando sabemos que eles têm outras formas de remunerar os Deputados para burlar o dispositivo da Resolução.

Isso é que estou querendo deixar claro. Estamos punindo quem não merece ser punido ou criando uma solução inadequada para o processo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Francelino Pereira, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Peço vista do processo porque a proposta feita pelo Senador Roberto Requião tem sua lógica e a compreendo, mas ainda dependemos de uma informação, de uma certidão final, conclusiva, do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Chamo a atenção para esse aspecto, porque a solução sugerida pelo Senador Roberto Requião obrigaria o Município a criar um conflito com a Câmara Municipal quando talvez esse conflito nem exista e somente podemos saber a partir do momento em que o Tribunal de Contas entregar a certidão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, sei que o assunto está regimentalmente concluído, mas gostaria de trazer uma contribuição para esse debate, que julgo importante.

Há a necessidade de os Tribunais de Contas dos Municípios ou dos Estados, conforme seja em cada Estado, elucidarem essa questão dos Municípios. Vejam bem o que ocorre em relação aos 5%: algumas Câmaras Municipais atribuíram representação a outros membros da Mesa e não só ao Sr. Presidente; atribuíram a outros membros da Mesa também – repito. Então, em pequenos Municí-

pios, o subsídio dos Vereadores e mais essas representações extrapolam os 5% permitidos.

Há uma demanda perante os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios para esclarecer se há um extrateto ou se essa representação deve ser computada no total dos pagamentos feitos aos Vereadores. Então, é preciso esclarecer isso, para que realmente se examine se o pagamento dos subsídios está dentro dos 5%, ou se é admissível, por exemplo, a representação só para o Presidente. Algumas Câmaras estão abusando; estão dando representação para três, quatro, cinco membros da Mesa. Aí, extrapolam os 5%.

Essa é uma questão que ainda não está bem equacionada; por isso, os Tribunais vão ter que se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Houve pedido de vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta. O pedido de vista foi feito pelo Senador Francelino Pereira, que gostaria de ter aprovado o projeto.

Entendo que há dois componentes políticos que deveríamos aqui levar em conta. Primeiro: pedir vista certamente não ajuda o administrador, que está com pressa de fazer a operação, mas ajuda o Senado, que quer se resguardar. E há um detalhe: tanto em 1995 quanto em 1996, a administração era outra, e os mandatos dos Vereadores também eram outros. Quando recebermos a prestação de contas de 1996, estaremos falando de Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos de outro período; ou seja, o nosso ganho de tempo, que significa perda de tempo para a Prefeitura... Não estou querendo aprovar pura e simplesmente; estou querendo estabelecer um critério político para "não punir" a atual administração.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Estou de pleno acordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vejam bem: os Vereadores eram outros, os Prefeitos e os Vice-prefeitos eram outros. Para concluir, quem fixa a remuneração dos atuais Vereadores é a legislatura anterior. Geralmente, é um dos últimos atos da legislatura, tanto no Congresso como na Assembleia e na Câmara Municipal. Isso é feito observados os limites constitucionais. Certamente foi aprovado no limite constitucional.

Então, a minha sugestão se coaduna com o que o Senador Roberto Requião disse no início. S. Ex^a fez uma proposta disciplinadora. E digo mais: temível. O Prefeito pode assinar, desde que representante ao Ministério Público, para que o Ministério

Público investigue a remuneração da Câmara anterior e da atual.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mas isso envolveria alterar a Resolução nº 69.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não. Vou explicar por que não é preciso mudar a Resolução nº 69.

A Resolução nº 69 diz que a comprovação do cumprimento do art. 27, § 2º, que se refere à Assembleia Legislativa – fiz confusão ainda há pouco e me penitencio -, do art. 29, incisos VI e VII, do art. 32, do art. 212, que é o referente à educação, e da Lei Complementar assim como do exercício...

Essa competência de comprovação é do Tribunal de Contas, conforme a própria Constituição.

A Resolução diz também que a comprovação de que trata o inciso VII – a comprovação de todos esses itens – será atestada em certidão expedida pelos Tribunais de Contas a que estão jurisdicionados os tomadores, referente ao último exercício, que é o que quer o Senador Roberto Requião, ou, caso não disponível, referente ao imediatamente anterior.

Isso é o que diz a Resolução do Senado. Quer dizer, o Senado consente, por escrito, que, na falta de uma certidão sobre o ano de 1996, seja apresentada uma certidão de 1995. Sabemos que isso tem de ser alterado.

Nós impusemos isso, e essa decisão é desta Legislatura: de dezembro de 1995. Essa é uma falha que estamos constatando agora ao reexaminar toda essa questão.

A postura do Senado, que antes era permissiva, hoje é de autocrítica também, é de cobrança, porque essa dívida não pode crescer dessa maneira incontrolável.

Esta é uma Casa política. Como vamos conciliar o desejo de austeridade com uma falha que está em vigor com essa emenda? A resolução que o Senador Vilson Kleinübing está propondo para Uberlândia vai valer para os outros.

A assinatura do contrato na Caixa Econômica Federal fica condicionada à apresentação pelo Prefeito, com cópia para o Senado, de representação ao Ministério Público, não para acusar, mas para investigar a remuneração; ou seja, o cumprimento do art. 29, § 2º.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – A declaração que faço...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Senador Francelino Pereira não é de Uberlândia.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Como não? Tenho 52 anos de Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Parece-me que Uberlândia fica mal nessa estória.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não fica, não.

Havia conversado com o Senador Vilson Klei-nübing e com o nosso Presidente, Senador José Serra, para que esse processo não entrasse em julgamento, porque a cidade é muito ciosa do seu nome, do seu charme, da sua dimensão, da sua grandeza e da absoluta regularidade da sua atuação. Basta dizer que o Prefeito atual foi eleito pela quarta vez. Isso demonstra que efetivamente é uma liderança que tem o respeito de uma comunidade de mais de 250 mil eleitores. Em Uberlândia há segundo turno, e o Prefeito foi eleito no turno.

A minha indagação é a seguinte: é claro que é penoso para o Prefeito – sou político, todos nós somos políticos e sabemos disso – fazer uma demanda dessa natureza. Precisamos acertar o seguinte: feita a representação, com a comprovação da representação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estamos de acordo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Senador Eduardo Suplicy está de acordo? Somente podemos votar se houver consenso.

Senador Eduardo Suplicy, vamos falar com toda a clareza: talvez seja essa a grande oportunidade nesse trabalho que estamos desenvolvendo para tentar regularizar essa relação de salários – União, Estados e Municípios -, em que há coisas que não podem nem ser divulgadas.

Esse talvez seja o primeiro passo. No momento em que a Prefeitura de Uberlândia penosamente ingressar contra a sua Câmara Municipal, onde o Prefeito tem absoluta maioria – a quase totalidade dela ...

Se houver o compromisso desta Comissão de somente assinar o contrato mediante a comprovação do ingresso em juízo, tudo bem. Todavia, se formos esperar pelo resultado da apuração, não será possível porque no dia 15 próximo a Caixa Econômica Federal encerra a sua operação, e ele perde o seu financiamento. E o mais grave é que a obra está praticamente concluída e o Município está devendo aos empreiteiros – tem de partir para um ARO -; os juros estão correndo, a obra está praticamente paralisada. A obra está realizada, a obra está concluída – eu a

conheço – e o Município está devendo aos empreiteiros. Uma dívida com empreiteiros deixa sempre a situação muito difícil.

Por isso não queria expor o Município a uma situação dessas. Uma vez que o problema foi colocado em pauta, vamos abrir o jogo: a obra está concluída, deu muito trabalho, foi necessário muita diligência, muito contato de nossa parte. Pela primeira vez na minha vida, fui duas vezes à Caixa Econômica acompanhar esse processo. Fui porque sei do meu caráter, da minha compostura, e os mineiros sabem disso. Senão, não teria ido.

Entendo também que essa é uma situação difícil. Repito: a obra está concluída, o Prefeito está devendo, está pagando juros aos empreiteiros, e a obra é regular. O Prefeito concorda, nós concordamos que o projeto seja aprovado desse jeito, desde que acordado que, mediante a propositura da ação para instaurar o processo, isso seja resolvido.

Entendo, Senador Eduardo Suplicy que essa é a grande oportunidade, o primeiro grande passo que estamos dando para encontrar uma solução para esse problema muito grave que existe na questão salarial entre União, Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Permita-me, Senador, só para efeito de poder completar mais a proposta. Pedi ao Senador Espiridião Amin que redigisse, Senador Eduardo Suplicy. Seria introduzir um parágrafo único, no art. 1º, que diz o seguinte:

"A contratação a que se refere o **caput** deste artigo, fica condicionado ao oferecimento da Prefeitura Municipal, comprovar a diferença, através da Caixa Econômica Federal e a Comissão de Assuntos Econômicos, da representação ao Ministério Público estadual, para que seja investigado o cumprimento do art. 29, VI e VII, da Constituição Federal."

O que lhe parece, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Avalio o seguinte. Primeiro, acho que é importante a revelação que o Senador Francelino Pereira faz aqui. Não é o procedimento que eu imaginaria ser o mais adequado, ou seja, imagino, que quando se solicita um empréstimo para financiar um projeto, que vai se ter o projeto aprovado e daí realizar a obra.

Compreendo que na Administração Pública, muitas vezes, a situação se inverte, como neste caso parece ter ocorrido. É possível que em outras situações, como a de Cordeiro, onde sou o Relator,

acabei dando um parecer contrário em circunstância muito semelhante à examinada pelo Senador Vilson Kleinübing, haja uma situação semelhante.

Caso se venha a aprovar esta situação, será coerente da minha parte modificar o meu parecer.

O SR. FRANCELINO PEREIRA O Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY -- O que estou considerando na proposta do Senador Roberto Requião, é que vai ser uma proposta para levar ao Município a corrigir aquilo que está generalizado de forma indevida. E assim, considerando, estarei de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) -- O Senador Espiridião Amin está completando a redação.

O SR. VILSON KLEINÜBING -- Para ganhar tempo, V. Ex^a me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) -- Pois não, Senador Vilson Kleinübing, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VILSON KLEINÜBING -- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas:

Vejam, como é importante o debate quando ele não vem pura e simplesmente, com negativas. Agora, o Senador Roberto Requião propõe alguma coisa, que uma alternativa para corrigir uma exigência, que está feita em nossa Resolução, que é difícil de cumprir.

Agora, Srs. Senadores, se exigirmos a remuneração dos Deputados, nenhum Estado cumpre. Agora, se todos nós colocarmos esse mesmo dispositivo, o assunto está resolvido e independe de nós, depende do Governador tomar providências.

Era isto que eu queria dizer. Portanto, com toda paciência, agora estou satisfeito, também.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) -- Perfeito. Permita-me, Senador Vilson Kleinübing, a questão básica é que temos que alterar isso, porque, realmente não faz sentido uma prestação de contas, do ano anterior, nem sequer, é do mês de janeiro, fevereiro ou março. Deve haver a projeção para o ano. Não vejo como se possa colocar isso numa resolução, porque trata-se de algo de natureza subjetiva. Temos que pensar numa forma. A intenção é a melhor possível, é forçar o cumprimento da Constituição.

O SR. VILSON KLEINÜBING -- Também temos que ter a capacidade de examinar processos aqui. Também temos que ter condições de deliberar em conjunto por aquilo que seja um bom ou um mal projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) -- As Secretarias de Finanças municipais realmente têm a projeção para o ano.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA -- Sr. Presidente, o que o Senador Vilson Kleinübing quer com relação aos Estados é evidente que só pode ser exigido se vier um documento do Tribunal de Contas dizendo que se está extrapolando os 75% da remuneração do Deputado Federal. Fora isso, não há como se exigir formalmente.

O SR. VILSON KLEINÜBING -- Mas posso, como Relator, pedir, Senador.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA -- Como?

O SR. VILSON KLEINÜBING -- Porque sei que no meu Estado paga mais.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA -- Veja bem, Senador, o que estou dizendo. No caso de Uberlândia, há um documento formal dizendo que a remuneração do Vereador está extrapolando os 75%.

O SR. VILSON KLEINÜBING -- É a mesma história dos precatórios. Declaro que os precatórios estão corretos.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) -- Solicito ao Senador Esperidião Amin que leia a proposta final sobre o parágrafo único.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN -- Vou ler o que seria o parágrafo único, que sofreu uma pequena alteração a pedido de uma colocação muito prudente e judiciosa do Senador Waldeck Ornelas. Não podemos partir para suposição de irregularidade. Ele me alertou, e acatei. O parágrafo único teria a seguinte redação: "A contratação a que se refere este artigo fica condicionada à comprovação do cumprimento do art. 29, incisos VI e VII". Por quê? Porque nada impede que o Tribunal de Contas expeça uma declaração até o dia 15 de maio. Continuo "art. 29, incisos VI e VII, da Constituição Federal, ou oferecimento de representação pela Prefeitura Municipal -- comprovada perante a Caixa Econômica Federal e a CAE -- ao Ministério Público, para que sejam cumpridos os citados dispositivos constitucionais".

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA -- Veja bem, Senador Amin, aqui não está pendente do Tribunal, que diz que não cumpriu, que descumpriu.

O SR. WALDECK ORNELAS -- Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que esse assunto só emergiu agora, no caso de Uberlândia, porque o Banco Central detectou que, nesse caso, havia sido ultrapassado o limite. Ou seja, o parecer só salientou a questão porque isso foi observado. O fato de outros pareceres não terem abordado o assunto foi porque nada foi encontrado. Creio que a solução adotada é muito boa para resolução do problema.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Apenas, Sr. Presidente, coerentemente com esse voto, no caso de Cordeiro, que é semelhante a esse, vou modificar o parecer, que estará pronto na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero fazer uma pequena alteração regimental, a última, para que seja investigado o cumprimento dos citados dispositivos constitucionais. Não podemos mandar cumprir.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Seria dessa forma "para que sejam investigados".

(Discussões fora do microfone.)

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h54min)

9ª Reunião da Comissão de assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 6 de maio, de 1997, às 10:40 horas.

Às dez horas e quarenta minutos do dia seis de maio de mil novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Serra e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Valmir Campelo, Lauro Campos, Waldeck Ornelas, Gilvan Borges, Beni Veras, Vilson Kleinübing, Onofre Quinan, Edison Lobão, José Fogaça, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, Esperidião Amin, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Coutinho Jorge, Jonas Pinheiro, Levy Dias, José Roberto Arruda, Ney Suassuna, Lúcio Alcântara, Bello Parga e Freitas Neto. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Miranda, Odacir Soares, Fernando Bezerra, Carlos Bezerra, Ramez Tebet e José Eduardo Vieira. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação da seguinte pauta: **Item 1** – Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1996, que Altera a Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, estendendo benefícios fiscais para a área educacional. Autoria: Senador Júlio Campos. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Item 2** – Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1996, que Altera a Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real e dá outras providências. Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relator: Senador Lauro Campos. Parecer: Por Audiência à CCJ. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1996 – terminativo – que Altera o limite para dedução, da base de cálculo do imposto de renda pessoa física, de despesas com educação, a que se refere a alínea b do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Autoria: Senador Hugo Napoleão. Relator: Senador Lauro Campos. Parecer: Pela Rejeição. Resultado: Vista ao Senador Waldeck Ornelas. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996 – Terminativo – que Acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1.988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Autoria: Senador Júlio Campos. Relator: Senador Lauro Campos. Parecer: Contrário. Resultado: Rejeitado o Projeto. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996 – Terminativo – que Dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos. Autoria: Senador Sérgio Machado. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Contrário. Resultado: Rejeitado o Projeto. **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1995 – Terminativo – que Escalona o prazo para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências. Autoria: Senador Ernandes Amorim. Relator: Senador Carlos Bezerra. Parecer: Contrário. Resultado: Rejeitado o projeto. **Item 07** – Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1996 – Terminativo – que Acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que Estabelece normas para as microempresas – ME, e empresas de pequeno porte – EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativos, fiscal, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal) e dá outras providências. Autoria: Senador Esperidião Amin. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Pelo Arquivamento. Resultado: A Comissão decide pelo Arquivamento do Projeto. **Pauta Extra – Item 1** – Mensagem nº 84, de 1997. (Mensagem nº 360, de 20.03.97, na origem), Do Presidente da República solicitando seja autorizada proposta de prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, autorizado pela Resolução nº 87, de 1994, substituída pela Resolução nº 57, de 1995, ambas do Senado Federal. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Vista ao Senador Lauro Campos. **Item 2** – Requerimento nº 5/97-CAE. Senhor Presidente, na condição de relator do Projeto de interesse do governo do Estado do Paraná a respeito de contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvol-

vimento – BID, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares americanos), cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio – PROEM, requeiro a esta Comissão de Assunto Econômico seja encaminhado ao Banco Central do Brasil solicitação da análise financeira de avaliação do limite de endividamento do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1996, para contratação de operação de crédito. Autoria: Senador Osmar Dias. Resultado: Aprovado. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **José Serra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está aberta a reunião.

Passa-se ao item 1 da pauta.

Trata-se de Projeto de Lei do Senado não-terminativo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, recentemente, o Governo baixou uma medida provisória referente ao parcelamento de débito dos Municípios.

Sou o Relator de um Projeto de Lei da Câmara, do Deputado Luiz Carlos Hauly, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Sistema de Previdência. Fui informado de que a não aprovação desse projeto de lei está dificultando o cumprimento dessa medida provisória por parte dos Municípios.

Dessa forma, sugiro a V. Ex^a ou requereria a inclusão extrapauta ou, ainda, que fosse incluído na próxima reunião o PLC nº 16/96.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – A minha idéia seria encaminhar esse projeto ao Senador Beni Veras, porquanto o projeto tem a ver com o de Reforma da Previdência. Nós poderemos entrar numa discussão infinita e, ao mesmo tempo, nos defrontarmos com uma emenda constitucional que alteraria novamente isso.

Então, nos parece prudente aguardar que o projeto em que o Senador é Relator viesse ao plenário. Apenas isso; que ele entrasse em fase de discussão. Inclusive, dentro do Governo, há sinais de que, evidentemente, não têm nada a ver com o nosso trabalho, embora haja interpretações contraditórias sobre a urgência ou não. A Secretaria do Minis-

tério da Previdência, por exemplo, entende que o projeto deveria aguardar essa providência.

Parece-me que para entrar num tema dessa natureza e que tem uma implicação financeira imensa – conheço esse projeto desde a época da Câmara -, nas circunstâncias em que vamos tomar conhecimento do projeto de emenda constitucional, relatado pelo Senador, poderia ser um desgaste desnecessário, até porque o projeto do Senador pode acolher isso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – A solução desse problema está dificultando o andamento desse projeto.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALDECK ORNELAS – Na verdade, temos uma situação bastante peculiar. A Constituição estabeleceu Regime Jurídico Único. Os Estados em geral e uma certa porcentagem dos Municípios – creio que não todos – implantaram o Regime Jurídico Único.

Quando ocorre isso, funcionários que eram empregados, contratados, celetistas e que contribuíram 28, 29 anos, passam agora a se aposentar integralmente pelos Tesouros Estaduais. Isso cria uma situação, a meu ver, profundamente prejudicial porque os Estados são, de um lado, chamados a renegociar suas dívidas com a Previdência; dívidas essas que correspondem a recolhimentos e contribuições desses funcionários, desses empregados ao INSS.

De outro lado, ele arca integralmente com a aposentadoria desse mesmo pessoal. Ora, na ocasião em que estamos, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, discutindo e aplicando a medida provisória de ajuste fiscal dos Estados, parece-me profundamente pertinente que se discutisse esse projeto, porque ele tem a ver com essa questão no seu todo. Isso deixa um passivo em aberto para os Estados que podem colocar por terra o esforço que a própria União vem promovendo neste momento para fazer o ajuste fiscal dos Estados. Ou, então, que se ouvisse na Comissão as autoridades do Governo Federal; que essas se posicionem a respeito, já que V. Ex^a diz, informalmente, que há discordâncias quanto à urgência ou não dessa questão no âmbito do Governo Federal.

Entendo que, do ponto de vista dos Estados e do equilíbrio federativo, é fundamental que se resolvesse isso, sob pena de tapar o buraco agora e deixar um esqueleto no armário para ser tirado logo mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Vou conversar com o Senador Beni Veras e tratar imediatamente de fazer essa questão ser mais debatida na Comissão, trazendo-a novamente para cá. Inclusive, reconheço que o problema é importante; evidentemente, os Estados agora querem jogar a perda para o Governo Federal. Na verdade, o que se aprovou foi absurdo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, pela ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, na última quarta-feira, chegou ao Senado a autorização do Banco Central para a rolagem da dívida pública mobiliária estadual do Rio Grande do Sul. Como ela chegou na quarta-feira e esta é a primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, evidentemente a matéria não está incluída na pauta. Eu solicitaria a V. Ex^a que, se possível, a incluísse na pauta de hoje, ou então nos liberasse para que requerêsemos urgência, uma vez que o leilão dos títulos vai se dar na próxima quinta-feira; ou seja, dentro de pouco mais de uma semana.

Como sabe V. Ex^a, isso implica uma necessidade de desembolso por parte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, uma situação que não é compatível com a atual realidade.

De modo que eu pediria essa providência a V. Ex^a para que pudéssemos conferir uma celeridade especial à tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Designei Relator o Senador Pedro Simon. Temos uma reunião regular na terça-feira que vem, a menos que marquemos uma extraordinária esta semana. Se não marcarmos, examinaremos a rolagem da dívida do Rio Grande do Sul na reunião normal de terça-feira, e aí se procederá ao pedido de urgência, para que ela seja votada até quinta-feira.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Se a reunião da Comissão for na terça-feira, e o leilão for na quinta-feira, o prazo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, o importante é a Comissão de Assuntos Econômicos apreciar a matéria. O Senador José Fogaça pode requerer hoje a sua inclusão na Ordem do Dia, porque se trata de matéria com prazo (art. 172 do Regimento).

Nos dez dias que antecedem o prazo fatal, pode-se requerer – é um princípio que a Casa aceita, é a aplicação do Regimento a uma matéria que tem prazo. É como se fosse um projeto de lei com prazo para entrar em vigor.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Veja bem, a matéria está no prazo. A Comissão não está atrasada mas sim a liberação pelo Banco Central.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, isso já aconteceu aqui. Quero apenas colaborar. O que considero grave seria nós pedirmos que a Comissão de Assuntos Econômicos não apreciasse. Ela pode apreciar em reunião extraordinária...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Esse é um procedimento que não vamos adotar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não estou solicitando isso. Apenas estou solicitando um mecanismo pelo qual...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O mecanismo é o art. 172, § 2º, que socorreu, inclusive, o Estado de Santa Catarina na semana passada. Ele já socorreu outras Unidades da Federação, socorreu Santa Catarina na semana passada, por requerimento do Senador Casildo Maldaner, sem objeção de quem quer que seja, porque é regimental.

Agora, alguém tem que pedir. Não é preciso nem que seja a liderança. Basta que alguém solicite ao Presidente, que, até de ofício, pode fazer a inclusão. Mas o Presidente sempre pede que alguém solicite. Para São Paulo, o que ele pediu? Pediu que os três Senadores por São Paulo assinassem. Como é uma matéria com prazo, o art. 172 socorreria, no caso, o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Se a examinássemos na terça-feira, ela seria votada na quarta-feira.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Basta suprimir o interstício.

O SR. WALDECK ORNELAS – O procedimento no plenário está incluindo a publicação. Então, a matéria tem que ser lida num dia, publicada no outro, e aí dá para votar no dia seguinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Foi o que aconteceu na semana passada. A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira, publicada e, na quarta-feira, o Plenário votou.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Ela seria lida na terça-feira à tarde.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Publica-se os avulsos para que no dia seguinte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A Comissão de Assuntos Econômicos apreciaria na terça-feira que vem. Na terça-feira à tarde ela seria publicada e, na quarta-feira, votada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Designei Relator o Senador Pedro Simon, que é suplente. Pensei em designar V. Ex^a, mas V. Ex^a não é, infelizmente...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Infelizmente, no momento, não ...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Eu pediria a V. Ex^a que entrasse em contato com o Relator para que o parecer fosse apresentado o mais depressa possível, pois teremos de encaminhar os avulsos para os membros da Comissão.

Item nº 1 da pauta:

Trata-se de alteração da Lei nº 7.505, de 2 junho de 1986. Estende benefícios fiscais para a área educacional. Autoria do Senador Júlio Campos e Relator o Senador Ney Suassuna, que não está presente.

Eu pediria ao Senador Vilson Kleinübing que proferisse o parecer do Senador Ney Suassuna.

O SR. VILSON KLEINÜBING (Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

(Leitura do parecer)

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu farei apenas dois comentários: como a decisão da matéria foi pela rejeição e como vou acompanhar o voto do Relator, eu gostaria que V. Ex^a incluísse na agenda – tenho certeza de que a sua presença na Presidência desta Comissão vai ensejar isso – projetos que vão além dos que estão aqui.

Considero que nesta agenda seria cabível incluir, primeiro, uma avaliação da prioridade e, segundo, da conveniência de se discutir, aqui, algo que já tive a oportunidade de apresentar sob a forma de projeto de lei complementar na Legislatura anterior, o qual eu poderia reapresentar, porque a matéria não foi esgotada; é uma avaliação do volume de isenções ou renúncias fiscais que nós temos. Estou convencido de que toda a renúncia e receita, em princípio, é bem-intencionada. Não conheço nenhuma renúncia de receita – eu e o Senador Beni Veras discutimos isso muitas vezes – que não tenha uma excelente razão, um destinatário legítimo, um fundamento social patriótico. Só que nós estamos com o Estado depauperado, a União se apropriando de re-

ursos de Municípios e de Estados, sistematicamente, através do Fundo de Estabilização Financeira, e nenhuma renúncia de receita, até hoje, foi revista. A primeira que eu conheço é de 1967 – não conheço nenhuma que tenha sido revista. A primeira, na verdade, é o salário-educação, que é de 1962 e está vigorando ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não. A primeira é do Imposto de Renda, já nos anos 50.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas está vigorando?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está vigorando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Então, V. Ex^a confirma o que eu disse: fazer uma avaliação de quais renúncias de receitas são inquestionáveis e quais são questionáveis. Ainda acho que seria melhor o Estado ter um pouco mais de dinheiro e nós diligenciarmos para que o Estado aplique bem do que ficarmos nos conformando com a sentença já transitada em julgado de que o Estado não tem recurso e está acabado.

Então, acompanho o Relator, até porque eu também entendo que o projeto carece de constitucionalidade, apesar de ter um bom sentido social. Sugiro que essa questão das renúncias de receita seja, eventualmente, agendada para uma discussão mais ampla no âmbito desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Lembraria ao Sr. Senador Esperidião Amin de que há um dispositivo constitucional, inclusive de minha autoria na época da elaboração da Constituição, que extinguiu todos os incentivos fiscais, a menos que fossem renovados num prazo de 2 anos. O que aconteceu foi que nenhum foi renovado e um mês antes ou logo a **posteriori** foram todos renovados automaticamente. Mas o propósito era exatamente o de que aquilo que não for confirmado está rejeitado, o que obrigaria a revisão em cada caso. Mas, infelizmente, esse propósito foi frustrado e V. Ex^a entende as razões políticas, pois detrás de cada incentivo há uma intenção generosa e um setor político que respalda.

Com a palavra o nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, o sentido geral é de que se torna possível não apenas reduzir o volume de incentivos praticados no País, o que ajudaria a resolver o déficit fiscal, como também é possível reorientá-lo para uma aplicação....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nobre Senador Waldeck Ornelas, eu não estou me referindo só a in-

centivos fiscais, mas a todas as formas de renúncia: incentivo, subsídio... Tudo é incentivo.

O SR. WALDECK ORNELAS – Tudo isso, genericamente. De modo que, talvez, a proposta do nobre Senador Esperidião Amin, que é muito oportuna e que fala, sobretudo, dos problemas fiscais que a União enfrenta, pudesse ser objeto ou de estudo preliminar pela Assessoria Técnica ou pela formação de uma subcomissão que pudesse, especificamente, estudar esse assunto e apresentar propostas.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Nós poderíamos pedir à consultoria para que fizesse um relatório preliminar, até porque sempre há um problema de medição. V. Ex^a estava aqui no Senado quando, nessa oportunidade, nós conversamos sobre a estimativa de renúncia fiscal que tem de acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária e, naquela oportunidade, de formas incluídas na estimativa (porque tudo é um problema de definição), inclusive isenção de bagagem de passageiros de avião, o que dá uma idéia completamente distorcida do que é incentivo, além da distribuição regional desses incentivos, porque, no País, há dois ou três aeroportos que concentram o movimento.

Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna, que, finalmente, nos honra com a sua presença – S. Ex^a foi substituído, à altura, creio, pelo Senador Vilson Kleinübing, na leitura de seu prolífico relatório. (Pausa.)

O Senador Esperidião Amin levantou uma questão que, na verdade, não é do parecer do relator. O parecer do relator não alega inconstitucionalidade.

O Senador Esperidião Amin alegou inconstitucionalidade e não deu o motivo.

Eu gostaria que S. Ex^a desse o motivo, para efeito da nossa reflexão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A matéria é de iniciativa tributária.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – E de criação de despesas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Iniciativa tributária é matéria de competência do Presidente, do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – De toda maneira, o Parecer do nobre Senador Ney Suassuna não se detém na questão da constitucionalidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Porque não é o nosso ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Continua em discussão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, creio que, se há essa dúvida, deveria ser solicitada a au-

diência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – No parecer do Senador Ney Suassuna não se alega inconstitucionalidade.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, pelo mérito, já seria indeferido o projeto, e não é competência nossa verificar a inconstitucionalidade. Ela seria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por isso, pelo mérito, nós já dissemos não.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Vou, então, colocar em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Parecer do Senador Ney Suassuna, pela rejeição, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi rejeitado.

Requerimento do Senador Osmar Dias.

Na condição de Relator de projeto de interesse do Governo do Estado do Paraná a respeito de contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil junto ao BID, no valor de 100 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do projeto, expansão, melhoria e inovação do ensino médio, requeiro a esta Comissão seja encaminhada ao Banco Central solicitação da análise financeira de avaliação do limite de endividamento do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1996, para contratação da operação de crédito.

Em discussão.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Quero apenas fazer uma justificativa.

O Banco Central me encaminhou o parecer baseado nas contas de 1995. Os balanços de 1996 já foram publicados, portanto eu não posso dar um parecer baseado nas contas de 1995, porque a realidade do Estado, em 1996, pelo que tenho conhecimento, é extremamente diferente da de 1995. Eu espero, portanto, que o Banco Central faça esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Governador é o novo correligionário de V. Ex^a?

O SR. OSMAR DIAS – Não é e nem será.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Isto não está na pauta.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Peço ao Senador Osmar Dias que faça gestões diretas – além do ofício – junto ao Banco Central, para que isso seja resolvido com rapidez.

Item 2:

Projeto de Lei do Senador Casildo Maldaner que altera a Lei nº 9.069, de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real e o Sistema Monetário Nacional e estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real e dá outras providências. O Relator é o Senador Lauro Campos.

Tem a palavra o nobre Senador Lauro Campos, Relator.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, o Projeto de Lei epigrafado, de autoria do nobre Senador por Santa Catarina, Casildo Maldaner, pretende introduzir várias modificações...

(leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Lauro Campos sobre o projeto do Senador Casildo Maldaner, que, na verdade, refaz o Conselho Monetário como era antigamente, com uma ou outra alteração.

O parecer do Senador é pelo envio do projeto para audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, face a dispositivos constitucionais que obrigariam a que um projeto dessa natureza pertencesse a uma lei complementar geral sobre o sistema financeiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, concordo com a proposta do Senador Lauro Campos, até porque, também nesse caso, temos uma questão constitucional, bem lembrada pelo Relator. Gostemos ou não está no art. 61 da Constituição que a iniciativa para esse tipo de matéria é do Presidente da República. E apenas tomo o tempo de V. Ex^a e dos companheiros porque sou Relator de um projeto de igual finalidade, que pretende extinguir o Conselho Monetário Nacional e atribuir à Comissão Mista de Orçamento as atribuições do Conselho Monetário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Ex^a é o autor desse projeto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, V. Ex^a, ao espirrar, não conseguiu me ouvir, porque é uma in-

flexão que confunde ótica e audição com laringologia e com rinite. Mas o projeto não é da minha autoria, eu apenas evitei dar o nome do autor para não causar embaraço, sou o Relator. Entendo que a matéria poderia ser apensada, já ofereci o meu parecer. É um projeto de lei que propõe a extinção do Conselho e a transferência das suas missões à Comissão Mista de Planos e Orçamento.

O SR. SENADOR – Senador Esperidião Amin, não sei quem propôs esse projeto, mas talvez não conheça o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, seus objetivos e finalidade. Acredito que há um equívoco muito sério. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Lauro Campos, que hoje é o Relator, permaneçam sentados. (Pausa)

Rejeitado.

Aprovado o parecer.

Proponho a V. Ex^{as} a inclusão e a inversão da pauta, caso seja aprovado, em caráter extraordinário, de um projeto que examina a Mensagem nº 84/97, do Presidente da República, solicitando seja autorizada Proposta de Prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, autorizado pela Resolução nº 87/94 e substituída pela Resolução nº 57/95, ambas do Senado Federal.

O Relator da matéria é o Senador Jefferson Péres.

O conteúdo, que está exposto na ementa, digamos, é o Prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro no Exterior, segundo Exposição de Motivos, de 07 de março de 1997.

Gostaria de propor a inclusão desta matéria na pauta, em termos extraordinários.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Proponho também a alteração da Ordem do Dia no sentido de que, em seguida, possamos examinar esse projeto.

Há um problema de **quorum**, já que ele não é terminativo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O Presidente da República solicita, por intermédio da Mensagem nº 84, de 1997, seja autorizada Proposta de Prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, autorizado pela Resolução nº 87/94 e substituída pela Resolução nº 57/95, ambas do Senado Federal.

(Leitura do parecer)

Parece-me assim altamente vantajosa para o País a continuidade da execução do Programa, razão por que me manifesto favoravelmente a que se eleve para US\$10 bilhões norte-americanos o valor a que se refere os arts. 1º e 2º, alínea a, da Resolução 57, nos termos do seguinte projeto de resolução, que me dispenso de ler, Sr. Presidente.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão. (Pausa)

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Tendo em vista o esclarecedor parecer que acaba de proferir o Senador Jefferson Péres e tendo também que levar em conta o fato de que essa questão é, do meu ponto de vista, de altíssima relevância, não preciso justificar o fato de que desejo estudar com mais profundidade o assunto e, por isso, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Vista concedida pelo prazo máximo de cinco dias.

Item 3:

Projeto do Senador Hugo Napoleão, que altera o limite para a dedução da base do cálculo do Imposto de Renda da pessoa física de despesas da Educação, a que se refere a alínea b do inciso II do art. 8º da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Relator: Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, Projeto de Lei de autoria do Senador Hugo Napoleão, mediante o qual pretende o eminente Parlamentar elevar de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), para R\$4.000,00 (Quatro mil reais), o limite individual de de-

dução dos gastos com educação, efetuados no período-base de apuração do Imposto de Renda, pessoa física, pelo contribuinte e seus dependentes.

Justificando a iniciativa, seu ilustre autor alega que a Educação, possuindo elevado valor estratégico para o desenvolvimento nacional, infelizmente não vem sendo provida com sucesso pelo poder público, em razão da carência de recursos para o setor e dos erros e problemas acumulados durante décadas.

Ressalta nesse propósito que a Educação é um bem semipúblico e que a demanda pelo ensino pode e deve ser suprida também pela iniciativa privada, conforme garantido na Constituição.

Agrega que o atual estágio de desenvolvimento da indústria exige esmerada educação, formação profissional e capacidade intelectual de toda a força de trabalho, e que o Brasil não pode assistir passivamente ao desenvolvimento de outras nações, mas, ao contrário, deve lutar para participar, em igualdade de condições, da emergente economia globalizada.

Estou lutando aqui para ver se consigo fazer emergir a minha voz do murmurinho que está aqui por perto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Exª tem razão.

O SR. LAURO CAMPOS - Em igualdade de condições da emergente economia globalizada, fazendo-se presente nos mais diversos mercados mundiais, com produtos de primeira qualidade, oferecidos a preços competitivos.

(Leitura do parecer)

À vista dos argumentos acima expendidos, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 137 de 1995. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Lauro Campos.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, gostaria de discutir e examinar esse projeto sob um outro ponto de vista. Recentemente, houve pendência judicial com relação ao limite legal desse desconto. Isso levou a Receita a manifestar-se. Assim, por exemplo, o Dr. Paulo Baltazar, Secretário-Adjunto da Receita, diz: "vamos seguir a determinação da Justiça. O contribuinte não precisa preocupar-se; se perder, faremos todos os ajustes internamente", referindo-se à confusão criada depois da liminar concedida às vésperas do prazo final de entrega da declaração do imposto de renda, no último dia 30.

A verdade é que, embora o Plano Real tenha estabilizado a nossa economia, o setor de serviços tem tido o valor das suas prestações elevado algu-

mas vezes mais que a variação média dos preços na economia. Como o próprio Relator observa, a legislação do imposto de renda permite a dedução em níveis compatíveis com a média dos valores cobrados pelas escolas particulares. O que se vê é que, como a classe média não tem tido aumento dos seus salários, ela tem sofrido, contudo, aumento dos seus custos. Por essa razão, e para examinar melhor a questão, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Senador Waldeck Omelas pede vista. Prazo regimental de cinco dias úteis. Pediria somente ao Senador Waldeck Omelas a gentileza de ouvir uma observação. Na verdade eu estava examinando com cuidado o parecer, algo que a consultoria precisa começar a levar em conta em seus pareceres a respeito de constitucionalidade. O art. 61 da Constituição Federal diz:

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II- disponham sobre:

a) criação de cargos ... etc.

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração e dos territórios;

Quer dizer, na verdade, a Constituição veda que o Legislativo tome a iniciativa em matéria tributária. E limites de isenção é matéria tributária. Queria chamar a atenção para isso, porque tanto no projeto do Senador Júlio Campos como no projeto do Senador Hugo Napoleão a análise feita pela Consultoria e apresentada pelos Senadores não inclui esse aspecto.

Então, na verdade, alguém poderia dizer: "Bom, mas então por que a LDO contém?" A LDO é redundante nessa matéria, porque, inclusive, no caso da LDO se reforça pela questão de natureza da despesa, ou seja, considera-se também que a renúncia tributária é uma despesa como tal, pelo fato de não ter sido arrecadada. E toda despesa necessita da anulação de outra despesa. Mas esse é um argumento diferente, que é também um requisito constitucional, mas é um argumento diferente. A Constituição proíbe a iniciativa.

Com relação à questão do Imposto de Renda, o Senador Waldeck era Deputado na época e se lembrará: votamos no Congresso, creio que de 1988 para 1989, uma modificação na legislação do Imposto de Renda que reduziu as alíquotas superiores do Imposto de Renda. O Imposto de Renda, na época, chegava a 40%, se não me engano, 40, 45%, e foi

reduzido no máximo para 25%. Com que idéia? A idéia de, reduzindo a alíquota do Imposto de Renda, eliminar todas as deduções. E acabou entrando pela porta dos fundos a da educação. Porque sabemos que a dedução para educação beneficia as pessoas que mandam filhos para as escolas particulares, portanto, que têm um nível de renda maior, é lógico.

Ora, tendo feito uma redução geral do Imposto de Renda era natural que as isenções fossem eliminadas. Isso aconteceu em um primeiro momento – o Senador Lúcio Alcântara também era deputado na época. Acontece que depois, no entanto, as isenções foram voltando e se discute como se nunca tivesse havido uma redução geral da alíquota máxima do Imposto de Renda. O Brasil é um dos países que tem uma das alíquotas do Imposto de Renda mais baixa do mundo. Essa é que é a realidade, mas era a contrapartida, era uma perspectiva até liberal: abaixar o imposto de renda para ter maior eficácia na cobrança, para ter menos sonegação; em compensação, eliminamos isenções. Mas as isenções têm voltado religiosamente.

Lembro-me de que a única que ficou como exceção na época era a isenção referente a dependentes, a única que permaneceu. Não sei se V. Ex^{as} se lembram que havia também dedução para a saúde e para várias outras coisas. Tudo isso foi eliminado. Agora, a não arrecadação do imposto de renda, cada real não arrecadado, implica 18 centavos a menos para a educação pública. É evidente, e implica 47 centavos menos para Estados e Municípios, dos quais 80% Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, 18 mais 47 são 65 de recursos do Imposto de Renda que passam a ter outra destinação, que antes iam para Estados e Municípios ou que iam obrigatoriamente para a educação pública.

Essa é uma consideração de outra natureza, que está por detrás do parecer do Senador Lauro Campos, ao projeto do Senador Júlio Campos, que rejeitamos aqui e que, na verdade, se somam aos argumentos de natureza constitucional. Não estou pedindo, com isso, que o Senador Waldeck renuncie ao seu pedido de vista para que votemos, mas gostaria de fazer essa colocação geral, para que situemos melhor, do ponto de vista histórico, como essa questão tem sido tratada. Devo dizer, francamente, que simpatizo com a conclusão do parecer do relator aqui apresentado.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, embora não seja esta Comissão o fórum apropriado

para discutir questões jurídicas, eu não posso deixar de fazer uma observação sobre a sua manifestação.

Sr. Presidente, a alínea **b** do inciso II do art. 61, na verdade se refere exclusivamente aos territórios federais.

É a organização administrativa e judiciária dos territórios, é o serviço público de pessoal dos territórios, é matéria tributária e orçamentária dos territórios federais.

Não pode ser outro o entendimento, porque, do contrário, não falaria em iniciativa do Presidente em matéria judiciária, até porque a redação teria sido diferente. Teria sido "bem como dos territórios". Mas não, todos os itens da alínea, todos os mencionados nessa alínea **b** se referem aos territórios federais, de forma que parece-me que a iniciativa, em matéria tributária, pode ser do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Ex^a tem razão nessa observação.

No apuro do exame, durante a reunião, não me dei conta. V. Ex^a tem razão.

No caso da constitucionalidade, ficaríamos, então, com o outro argumento, que é o da criação de despesas sem a anulação de receitas correspondentes. De toda maneira, continuaria pertinente neste caso.

Em todo caso, gostaria de solicitar à Consultoria que fizesse um exame melhor desta questão, porque tenho uma impressão difusa de que há inconstitucionalidade inclusive na iniciativa. Pode não ser nesse dispositivo, mas em algum outro.

Em todo caso, é algo que pode ser estudado. V. Ex^a tem razão nessa observação agora feita.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, como o Senador Waldeck Ornelas lembrou a observação do Sr. Baltazar, da Receita Federal, eu queria registrar, porque acho que é relevante para o debate da matéria, que ainda voltará na próxima semana. O Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, foi perguntado a respeito deste assunto na semana passada, no Bom Dia Brasil. Lembro-me de ter ouvido que o seu ponto de vista foi coincidente com o do Relator, Senador Lauro Campos, expressado pelo Presidente. Foi-lhe perguntado diretamente se não acharia justo que pudesse haver desconto maior de despesas com educação de seus filhos, e ele mencionou que avaliava que era importante que a edu-

cação pública no Brasil tivesse mais recursos, e que ele, pessoalmente, achava que não seria justo aumentar o limite de desconto para despesas com educação.

É só um registro que queria, neste caso, fazer, estando de acordo com essa palavra dele.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, no fim do ano passado, votamos aqui a legislação do Imposto de Renda, até com muita discussão.

Não me recordo de cabeça, mas me lembro bem que, por exemplo, a dedução para entidades filantrópicas acabou, extinguiu-se. Na verdade, penso que as deduções hoje são muito limitadas. Não se está reconstituindo aquela situação que V. Ex^a – com toda a razão – teme, porque o projeto foi praticamente aprovado aqui nos termos da mensagem que o Poder Executivo enviou.

Houve, inclusive, muito debate, muita discussão, não tanto sobre deduções, mas sobre outros aspectos do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Houve também divergências no Poder Executivo, internamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Divergências intrínsecas, não é?

Então, era só este lembrete que eu queria fazer.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, como não terei tempo, em cinco dias, para examinar a questão do ponto de vista mais amplo da constitucionalidade, vou apresentar, provavelmente, um voto em separado em relação a essa questão.

Mas gostaria que a Assessoria, ao estudar a questão da constitucionalidade, visse se podemos acabar com as reduções, os incentivos e as renúncias fiscais, porque há pouco discutíamos uma proposta do Senador Esperidião Amin de fazermos uma revisão dessas renúncias fiscais para sermos mais seletivos; de modo que se analisa a competência do Congresso para criá-las e também para extingui-las.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Passa-se ao item 4 da pauta.

Parecer do Senador Lauro Campos. Acresce inciso ao art. 6º da Lei 7763/88, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Relator: Senador Lauro Campos, a quem concedo a palavra para proferir o seu parecer.

O SR. LAURO CAMPOS - (*Leitura do parecer*)

Pelas razões expostas, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, esse é o tipo de projeto cuja simples leitura já causa indignação; imaginem, então, quanto indignação não causaria sua aprovação por esta Casa. Cumprimento o Senador Lauro Campos pelo relatório contrário.

Fico, no entanto, com uma curiosidade: saber quantas casas de aluguel o autor tem, porque não é possível apresentar um projeto desses com o argumento de que isso vai ajudar a resolver o problema da moradia no País. Se estamos retirando do Governo o imposto que pode promover programas de habitação no País, acho que estamos agindo exatamente ao contrário. A dedução devia ser para quem não tem a casa e não para quem tem um imóvel para alugar.

Portanto, um projeto desses causa indignação só pela sua leitura, quanto mais se o Senado o aprovasse!

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, passa-se à votação.

A votação é nominal e, portanto, ouviremos Senador por Senador.

(Procede-se à votação nominal.)

O projeto, portanto, está rejeitado.

Item 5 da pauta.

Dispõe sobre o pagamento por meio de cheque na rede bancária de fichas de compensação de tributos e de tarifas de serviços públicos. Autoria: Senador Sérgio Machado. Relator: Senador Jefferson Péres, contrário.

Com a palavra o relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O ilustre Senador Sérgio Machado submete a esta Casa o Projeto de Lei nº 207, vedando aos bancos recusarem, até a data do vencimento, o recebimento de cheque de emitente devidamente identificado, para pagamento de ficha de compensação bancária de tributos ou de contas referentes a tarifas de serviços públicos, mesmo que o sacado, o sujeito passivo da obrigação tributária ou portador da conta, não seja seu correntista.

(Leitura de parecer)

Em vista do exposto, manifestamos pela inconstitucionalidade do projeto e, no mérito, pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Jefferson Péres ao Projeto de Lei nº 207, do Senado, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária de fichas e compensação de tributos e de tarifas de serviços públicos.

Em discussão.

(Pausa.)

Em votação.

Faremos votação nominal, uma vez que a decisão da Comissão é terminativa.

(procede-se a votação)

Portanto, o projeto está rejeitado.

Passa-se ao item seguinte da pauta.

Trata-se do prazo para pagamento da dívida mobiliária federal e dá outras providências. A autoria é do Senador Ernandes Amorim. O Relator é o Senador Carlos Bezerra, que não está presente. Vou pedir ao Senador Valmir Campelo que leia o Relatório do Senador Carlos Bezerra, que é contrário.

O SR. VALMIR CAMPELO – Projeto de Lei do Senado nº 275, de 27.09.95, de autoria do Senador Ernandes Amorim.

(Leitura de parecer)

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação. Não considero o projeto do Senador Ernandes Amorim destituído de razão de ser, assim como não considerava – e V. Exª também não – o questionamento da dívida externa do Brasil. Hoje, todos nós questionamos a compleição da dívida interna do Brasil.

Entendo que, talvez pela forma simplista do que ele apresentava, uma declaração unilateral, mas, afinal, a Constituição estabeleceu, unilateralmente, juros de 12%, uma revisão da dívida externa por intermédio de uma Comissão designada no ato das Disposições Transitórias.

Reconheço que a forma adotada pelo Senador Ernandes Amorim é, do ponto de vista de parâmetros de administração financeira, de finanças públicas, inaceitável. Mas tão inaceitável quanto a proposta é o absoluto descontrole que existe sobre a dívida mobiliária – interna, portanto. Agora, já temos a externa e estamos aprovando a sua ampliação para 10 bilhões, para substituir a interna.

O SR. SENADOR – Não é só para substituir a interna.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É só para substituir a interna.

O SR. SENADOR – É uma mudança de composição na dívida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Isso não foi aprovado. Eu fui o Relator das duas.

O SR. SENADOR – Refiro-me ao projeto que foi encaminhado hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não. Essa também não permite a alteração da externa para externa. É só elevação para dez.

O Dr. Gustavo Franco defendeu a tese de que se deveria autorizar as duas coisas: substituição de dívida externa, digamos, de pior qualidade, por nova dívida externa. Tive uma longa discussão com ele e com o Senador Vilson Kleinübing.

Vamos manter as duas correntes: uma é a substituição da interna por externa, que é a matéria tratada pelo Senador Jefferson Péres hoje; outra, é a reciclagem da externa, corre de outra forma. Senão, nunca poderíamos avaliar.

A verdade é que temos a dívida mobiliária interna e a mobiliária externa. A mobiliária interna é muito mais danosa, apesar de outros Senadores terem posição diferente, do ponto de vista econômico-financeiro, e pelas consequências que traz para o comércio, para a atividade produtiva no Brasil. Até se poderia dizer que a taxa de juros caiu um pouco. A dívida mobiliária tem sido nociva ao País, cresce sem nenhum controle.

Vamos aprovar daqui a pouco – e quase que fomos dispensados de aprovar – os acordos com os Estados sobre reescalonamento de suas dívidas. Aquilo impõe subsídio. A União vai subsidiar o diferencial de juros de 6% durante os 20 ou 30 anos, e até mais, porque há casos que vão ultrapassar os 30 anos, diferencial esse assegurado pelo acordo com o que o mercado praticar. Quem vai pagar essa diferença? A Letra do Tesouro Nacional ou Nota do Tesouro Nacional, enfim, dívida mobiliária interna emitida sem nenhum controle do Congresso Nacional. O controle é zero.

No começo do Real, a nossa dívida mobiliária interna, a de responsabilidade da União, não passava de 45 bilhões. Talvez, o conjunto 60.

Os últimos dados de que dispomos hoje, que vêm do Banco Central, acusam a cifra de 230 bilhões – dados de fevereiro, se a memória não me falha. Quer dizer, passou de 60 para 230.

Se computarmos a previsão do valor atual – não o valor futuro – das letras que serão emitidas para fins de implementação dos acordos, do escalo-

namento e do diferencial – não falo da aplicação total – do Proer, já estamos com 300 bilhões, porque o saldo líquido negativo da operação do Proer vai ser pago pelo Tesouro. Com o quê? Com Letras do Tesouro. Não há dinheiro! A receita, o superávit corrente é conseguido a duras penas, com grande esforço da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, a verdade é que a nossa dívida mobiliária é absolutamente descontrolada – é aí quero concluir -, e eu a considero tão idônea quanto uma proposta unilateral de fixação do seu vencimento para daqui a 20 anos. Ela é tão idônea quanto.

O Governo Federal não só não tem resgatado letra alguma, como, a cada problema de natureza financeira, tem emitido mais. Repito, não estou falando do volume total do Proer, mas do valor líquido negativo que vai haver e que em alguns casos já existe. Vai ser coberto com o quê? Com Letras do Tesouro. E é em meio a este processo que estamos assistindo a isso.

Pessoalmente, sou absolutamente favorável à conversão da nossa dívida interna e externa, pelo menos no momento. É uma maneira de globalizar a nossa taxa de juros, pelo menos. A nossa taxa de juros é muito brasileira, para desgraça da nossa atividade produtiva.

De forma que, antes de acompanhar o Relator, faço esta advertência: como é que fica? Este projeto vai ser rejeitado; daqui a quatro meses, iremos saber que a dívida mobiliária interna não só passou de 300 como, quem sabe, de 310 bilhões. E o pior de tudo é que ninguém se preocupa com isso. É sempre para rolar, não é para pagar.

Bom, se é não é para pagar, mas para rolar, ela é tão idônea quanto uma proposta de postergação unilateral, heterodoxa, desconforme com as práticas do mercado financeiro e das finanças públicas. Quer dizer, uma é tão inidônea quanto a outra.

Esse era o comentário que eu queria fazer, por achar que a dívida interna está crescendo, ninguém controla, ninguém sabe qual o limite. Não se trata de amarrar o Governo Federal, mas de ter-se algum controle sobre isso, pois, com essa válvula de escape, todos os programas que o Governo quiser ele vai fazer. Ele faz acontecer, cria o caso, edita medida provisória e está encerrado o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Não. Não é assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É assim, Sr. Presidente. No PROER foi assim.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não posso manifestar-me sobre comentários de Senadores,

mas depois pedirei a palavra. Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que pese as considerações corretas, legítimas do Senador Esperidião Amin, estamos julgando um projeto, apresentado pelo Senador, que no seu primeiro artigo diz, simplesmente:

Art. 1º - O prazo para o pagamento do atual montante da dívida pública mobiliária federal fica escalonado em três parcelas iguais para 20 anos, com três anos de carência.

A justificativa do projeto basicamente é a seguinte: visa oferecer o Governo Federal as condições necessárias e suficientes para desestrangular a sua atual incapacidade de investimentos, criando novos rumos para a economia brasileira, na melhor defesa dos interesses da sociedade, de esmagar aquela atual falha na perspectiva de ver atendidos seus direitos fundamentais na área de saúde, educação, agricultura, segurança e emprego, conforme o prometido no "Mãos à obra", do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero dizer que o projeto, como está apresentado e como está dito aqui pelo relator, é inconstitucional, porque contraria o art. 163, II, da Constituição. Uma lei ordinária não pode fixar norma relativa a prazo de pagamento de taxa de juros da dívida pública mobiliária.

Segundo, quanto ao mérito, não tenho dúvida de que é uma imposição unilateral, extemporânea, inconveniente, gerando realmente, sem dúvida, uma profunda desconfiança dos detentores do capital e com isso gerando problemas graves no financiamento do déficit operacional do setor público. Penso que como está aqui, além dos argumentos expendidos pelo relator no que diz respeito à manutenção das taxas de juros - um instrumento de política econômica que o Governo usa -, a forma simplista, unilateral colocada no projeto, e nisso concordo com o Senador Esperidião Amin, mostra que é inconveniente, incorreto, inconstitucional, antieconômico aprovar um projeto como está, proposto pelo Senador Ernandes Amorim.

Portanto, avalio que as argumentações do Senador Esperidião Amin são corretas no sentido de que devemos ter uma preocupação séria, global, definitiva a respeito da dívida mobiliária interna deste País. Mas o projeto, lamentavelmente, é inconstitucional e não atende realmente a essa inquietude, justa, correta, do Senador Esperidião Amin.

Considerando que estamos aprovando o projeto, endosso integralmente o parecer apresentado e lido pelo Senador Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, o Senador Esperidião Amin tem razão na sua manifestação, salvo - permita-me discordar de S. Ex^a, de quem é difícil fazê-lo tamanha a inteligência, clareza de seu argumento - quando ele diz que o projeto é razoável, porque não o é. O projeto é claramente inconstitucional e não apenas por isso, porque seria uma lesão de direitos dos tomadores de títulos públicos, como diz o Senador Coutinho Jorge, uma moratória firmada unilateralmente.

No mérito, Sr. Presidente, é preciso ter desconhecimento de aspectos elementares do mercado financeiro para não saber que a modificação do perfil da dívida pública é uma necessidade imperiosa, está sendo feita paulatinamente, mas só pode ser feita consensual e paulatinamente na medida em que procedamos ao saneamento das contas públicas.

Evidentemente que a transformação em lei deste projeto explodiria o crédito público. Seria impossível rolar a dívida porque ninguém mais seria tomador de títulos públicos. É realmente aberrante o projeto.

Eu não poderia, ao terminar, Sr. Presidente, deixar de dizer que a cultura política brasileira daria um passo gigantesco se toda a classe política - infelizmente é uma só uma parte dela - se convencesse de que um dos maiores, senão o maior, problemas deste País é o da dívida pública e do déficit público - dois problemas intimamente relacionados e imbricados. Imagino que se a classe política toda se convencesse disso daríamos um passo enorme para resolver os problemas do País. Penso que esse problema é o de número um, já que é condicionante de muitos outros. Evidentemente, quem dera que os problemas econômicos fossem resolvidos de maneira simplista como fixar a taxa de juros em até 12%, conforme a Constituição, ou decretar unilateralmente a dilatação desse prazo da dívida pública.

Portanto, rejeito o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Em votação. (Pausa.)

O Senador Ademir de Andrade vota com o Relator.

(*Procede-se à votação*)

Passemos ao último item da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, V. Ex^a recebeu uma comunicação do Executivo relativa ao caso do Banco Bamerindus e à compra pelo Banco Hong Kong and Shanghai Banking Corporation. Penso que seria importante podermos todos examinar o documento. Está previsto para até o dia 14 a presença, em plenário, do Sr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, para o debate sobre este tema.

Seria importante que os Senadores se preparassem para a arguição de S. Ex^a, examinando antes o documento que foi enviado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - O Banco Central, segundo resolução nossa, enviou para a Comissão - e eu enviei a cada Senador - um relatório a respeito da compra do Banco Bamerindus, da aplicação do Proer neste caso.

Seria muito mais útil discutirmos na Comissão, a meu ver, do que no plenário, porque a Comissão é o fórum para isso. Inclusive, porque o debate aqui permite um aprofundamento maior do que no plenário.

Convocar o Ministro para discorrer sobre o mesmo tema parece-me excessivo.

Eu não me recordava de que havia sido convocado a comparecer ao plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se me permite, Sr. Presidente, quando do diálogo com alguns Senadores sobre esse requerimento, considerou-se muito importante o tema. Daí por que mais de dez Senadores assinaram o requerimento e o próprio Presidente Antonio Carlos Magalhães resolveu colocá-lo no dia seguinte para a sua votação. Então, foi votado e encaminhado no dia 14 de abril. O Ministro tem até o dia 14 de maio, semana que vem, para comparecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Perfeito. Inclusive uma advertência é útil para que os Senadores se preparem e até para que a Consultoria prepare apreciações a esse respeito. Presumo que alguns já terão encaminhado questões nesse sentido.

O último item da pauta de hoje é o projeto do Senador Esperidião Amin, tendo como Relator o Senador Bello Parga, que é pelo arquivamento.

O projeto acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de março de 1994, que estabelece normas para as micro-empresas e empresas de pequeno porte, re-

lativas ao tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição), e dá outras providências.

O Senador Bello Parga dá o seu parecer pelo arquivamento. Provavelmente, por redundância.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo apenas explicar que o Projeto do Senador Esperidião Amin alterava a distribuição de recursos a cargo do Sebrae.

E nas tratativas ocorridas aqui, sendo eu Relator, de projetos sobre micro e pequena empresa, e sabedor, por intermédio do Sebrae, da intenção do Senador Esperidião Amin, antecipei-me apresentando, como emenda de Relator, o mesmo texto, o qual foi aprovado por unanimidade por esta Comissão.

De maneira que o cotejo entre a proposta do Senador Esperidião Amin e a que consta da emenda aprovada, mostra a perfeita identidade entre ambas e não deixa margem a qualquer controvérsia quanto à finalidade. Consigno ainda que esta Comissão a aprovou, conforme disse, por unanimidade.

Essa certificação evidencia a prejudicialidade que atinge o Projeto de Lei nº 150, uma vez perdida a oportunidade, conforme preceito contido na alínea "a" do art. 334 do Regimento Interno, que, combinado com o § 4º do art. 34, nos leva a recomendar o arquivamento da matéria relatada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desejo fazer um registro. Longe de manifestar qualquer contrariedade, quero agradecer ao Senador Bello Parga por ter dado à proposta que apresentei o curso adequado, no momento oportuno, tempestivamente, e exitoso.

De forma que considero que a matéria não vai ser arquivada por prejudicialidade e sim por ter sido beneficiada.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Antes de encerrar, quero dizer que vou convocar uma reunião extraordinária para quinta-feira, para continuarmos - chamemos assim - a limpeza da pauta. Temos um estoque de projetos acumulados muito grande. Portanto, vamos convocar reuniões extraordinárias até termos apreciado tudo.

Creio que a reunião pode acontecer depois da sessão do Senado Federal; portanto, às 17 horas.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h32min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF.

Destinada a "Apurar Irregularidades Relacionadas à autorização, emissão e Negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996"

23ª Reunião realizada em 29 de abril de 1997.

Às dezessete horas e vinte e seis minutos dos vinte e nove dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Geraldo Melo (Vice-Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Esperidião Amin, José Agripino, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Carlos Wilson e Ney Suassuna e ainda o Senhor Senador Roberto Freire, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente Reunião destina-se aos depoimentos dos Senhores Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora, Diretores da Arjel. Foram aprovados os requerimentos: requerimento do Senhor Relator, Senador Roberto Requião solicitando a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Senhores Edson Ferreira, Júlio Victor Bittencourt Fabriani e da Empresa Tarimba Assessoria Empresarial S/A Ltda; requerimentos do Senador Romeu Tuma solicitando: 1) que sejam fornecidos extratos bancários dos Fundos de Investimentos mantidos no Banco Dimensão e citados por Paulo Messer. Os citados Worldtrust e MTB Bank/New York referentes ao Anexo 4; 2) que o BCN forneça cópia dos documentos para abertura de conta em nome de Pedro Pablo Velazques Romero, sob suspeita de ter usado documentos falsos; 3) que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das Instituições Financeiras liquidadas pelo Banco Central seja estendida às empresas acionistas das liquidadas, bem como das contratadas por elas. Requer ainda que, em face desta medida, seja considerada válida toda permuta de informações e documentos entre os diversos liquidantes, assim como que sejam os liquidantes oficiados a enviar todo e qualquer documento que julgue útil aos trabalhos da CPI; requerimento do Senador Eduardo Suplicy solicitando ao Banco Central do Brasil informações sobre a exis-

tência da conta-corrente de não residente (CC5), registrada no Banco Brasileiro de Desconto S.A. – Bradesco – agência nº 0468, em nome da empresa Dictum Finance Ltda (conta-corrente nº 14870-7), data de abertura e encerramento (se for o caso, bem como a apresentação de relatório apontando a regularidade da mesma e a observância das normas do Banco Central que regem a matéria; e requerimento da Senadora Emília Fernandes solicitando a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Katsumi Kihara. Usaram da palavra no decorrer dos trabalhos, por ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Vilson Kleinubing, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Emília Fernandes e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 23ª REUNIÃO DE 1997 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF, DESTINADA A "APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À AUTORIZAÇÃO, EMISSÃO E NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996, REALIZADA EM 29/04/97, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**

Vice-presidente: Senador **Geraldo Melo**

Relator: Senador **Roberto Requião**

Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 24 de abril.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, requeiro a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Esperidião Amin solicita a dispensa da leitura da ata. Conseqüentemente, será considerada aprovada.

Comunico que a presente reunião destina-se a tomar os depoimentos dos Srs. Antônio da Cunha Vilas Boas, Diretor da Arjel, e Luiz Antônio Mora, Diretor da mesma empresa.

Informo ao Plenário que o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães comunicou que a Procu-

radoria-Geral da República, em ofício dirigido àquela Presidência, relativo ao processo pelo qual o eminente Senador Roberto Requião pedia que fossem tomadas as providências contra firmas que haviam sido contratadas para obstruir e paralisar os trabalhos da CPI, dá conhecimento de que tais empresas estão sendo devidamente investigadas, inclusive por mais três Procuradores designados para ajudar os trabalhos da Dr^a Denise.

Ainda para conhecimento do Plenário. Peço a atenção do Senador Relator, porque diz de perto com S. Ex^a: O Vice-Presidente do Bradesco encaminha ofício a esta Presidência com o seguinte texto:

"Sr. Senador, tomo a liberdade de comunicar a V. Ex^a, pedindo que transmita a todos os membros da Comissão, meus esclarecimentos sobre a matéria publicada na **Folha de S. Paulo**, edição de sábado, dia 26 de abril, página 9, com o título "Vice do Bradesco diz que Requião mente".

Tal manchete não corresponde à verdade de minhas declarações, que foram as seguintes, conforme consta do texto da própria matéria: "Sobre a operação com a Trader, Ageo Silva afirmou que, infelizmente, o Relator trouxe uma mentira para o Plenário". Essa, Sr. Presidente, é a minha afirmação sobre a mentira não do Relator, mas do Sr. John Albert Spears King. Jamais usaria de expressão descortês com o Senador Requião ou com qualquer outro membro do Senado da República.

Aproveito o ensejo para apresentar os meus votos de estima e apreço."

Está feita a comunicação.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Na verdade, Sr. Presidente, o que o Vice-Presidente do Bradesco está dizendo é que a **Folha de S. Paulo** mentiu na manchete. Essa é uma questão entre ele e a **Folha de S. Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o registro pelo eminente Relator.

Peço à secretária que faça introduzir na sala o Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ainda sobre essa questão da **Folha de S. Paulo**, pareceu-me, quando li o texto, que o Vice-Presidente do Bradesco não tinha dito aquilo que abria a matéria da **Folha de S. Paulo** no título. No meio do texto, sem aspas, no entanto, o repórter que escreveu repete a frase, insinuando que ele a teria dito. Fiquei na dúvi-

da e imaginei que o Vice-Presidente do Bradesco não cometeria o despautério de agredir dessa forma a CPI e o Relator dela. A matéria foi feita com a intenção clara de dizer que o Relator tinha mentido. É um problema de ética jornalística. Não é só um problema entre o Sr. Ageo, do Bradesco, e a **Folha de S. Paulo**. É um problema da **Folha de S. Paulo** com a ética jornalística, que deve ser resolvido internamente. A **Folha** tem, para isso, até um **ombudsman**. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas foi convidado, nos termos do art. 148, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, para prestar esclarecimentos e colaboração a esta CPI.

Vamos proceder à sua qualificação na qualidade de testemunha e conforme o disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Devo dizer-lhe que não se sinta intimidado por nenhuma pergunta. Se notar que está sendo molestado, avise à Presidência, que a pergunta será indeferida se não tiver pertinência com a matéria para a qual V. S^a foi convidado. V. S^a aqui não é nem réu, nem indiciado e será tratado com a cortesia que merece.

Seu nome completo.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Antônio da Cunha Vilas Boas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Idade.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Quarenta e quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estado civil.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Residência.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Rua São Gabriel, 995, Maria da Graça, Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Profissão.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Securitário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – CPF.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Meu CPF é 332.326.447-91.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Local onde exerce atualmente a sua profissão.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Fiquei desempregado depois do dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a é parente de alguma das partes envolvidas nesta Comissão?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal e sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber ou for perguntado?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Convido-o a assinar o termo de compromisso.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, enquanto o depoente assina o termo de compromisso, queria, em meu nome e da Comissão, sem que isso necessite de uma votação, solicitar à Secretaria da Comissão que mande imediatamente, por fax, a cópia desta carta do Sr. Ageo para o **ombudsman da Folha de S.Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a será atendido. Peço a Secretaria para providenciar.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a colocasse essa procuração nos autos, que a juntasse ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente faz um requerimento verbal, pedindo que a Presidência faça juntar aos autos procuração por cujo instrumento constitui os seus bastantes procuradores os advogados Alcino Guedes da Silva, Alcino Júnior de Macedo Guedes, Emanuel Lemos Ferreira e Marcos César Veiga Rios.

A Presidência determina a juntada aos autos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Acompanha o contrato de honorários?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, não acompanha o contrato de honorários. Mas o Dr. Alcino está presente e pode informar a V. Ex^a, em caráter reservado.

Senador Roberto Requião, o depoente está à disposição de V. Ex^a, na condição de Relator. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Antônio Vilas Boas, qual a sua participação acionária na Arjel ou na Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – A Arjel eu não conhecia. Na Paper, entrei junto com o Comandante, quando compramos do Edmundo em fevereiro e trabalhei durante dois meses. Saí da

Paper em abril de 94, como o próprio Comandante declarou aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Foi uma passagem rápida?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Acredito que não fiquei 60 dias. Tenho uma carta dele confirmando isso, ele declarou aqui para os senhores, inclusive. Eu não sei nada. Um dos motivos principais por que não compareci foi esse. O outro motivo foi...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Mas o senhor não sabe qual era a sua participação acionária na Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Eu era diretor. Tinha 10% da empresa. Ele entrou com 90% e eu com 10%. Compramos em fevereiro de 94.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E o que o senhor sabe da Paper? Ou o senhor era só um "laranja" com 10% e não tinha participação nenhuma, caracterizando também a Paper como uma empresa "laranja"?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual era a sua participação, por que o senhor entrou e qual era a sua função?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Porque eu tinha acabado de sair de uma outra empresa, tinha uma boa amizade no mercado e um outro amigo meu que foi junto conosco me convidou, perguntando se eu queria fazer parte da compra de uma empresa. Eu me dava com o filho do Comandante, é um amigo meu, tinha boas relações com ele. Então, ele me colocou junto com o pai dele. Na época tinha acabado de sair, estava desempregado e tinha uma condição boa. Graças a Deus, eu era uma pessoa respeitada no mercado e eles me chamaram.

Eu topei, achei que era um bom negócio. No decorrer do período, pegamos um momento adverso no mercado. O Comandante gostava de pegar tudo para ele, só ele queria dar sempre a palavra final. Houve uma divergência entre mim e ele e saí, mais ou menos em meados de abril de 94. Nesse tempo todo, fiquei em cima dele: Comandante, poxa! Ele ainda está aí, está para o senhor assinar, entendeu? Aí ele pegou uma carta, que tenho guardada, dizendo que a partir de abril de 94 eu não colocaria mais os pés naquela empresa. Nunca mais estive na Paper.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, quero que a testemunha responda como integrali-

zou e se integralizou imediatamente, após a sua entrada, a sua participação de 10% no capital da Paper.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu tinha condição. Eu trabalhei durante alguns anos em empresas boas, tinha um dinheiro bom e comprei os 10%, que na época, se não me falha a memória, custaram 20 ou 25 mil. Na época, a moeda não era o real, o dinheiro com que entrei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Equivalente a US\$25 mil hoje?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, era um automóvel na época.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conheceu, na Paper, o Sr. Edson Ferreira?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Conheci.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual era a função do Sr. Edson Ferreira?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Ele era operador de mesa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - V. S^a tinha consciência de que a Paper era corretora do Bradesco?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Estou falando para V. Ex^a que só fiquei dois meses. Não conheço nada de Paper com Bradesco. Não posso responder a essa pergunta.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Quantas vezes V. S^a foi à Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Fui dois meses.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E nesses dois meses, V. S^a não percebeu nada?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não houve nada. Nesses dois meses, estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço à testemunha que não se exalte. Fique tranquilo.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Desculpe. Não houve nada.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, peça ao depoente que descreva sua atividade na Paper durante esses dois meses.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Fui diretor da Paper, assinava cheques, os **vouchers**, tudo que havia relacionado às operações. E foram poucas. Na época que entramos, foi uma época de abertura de taxas e ninguém faz nada, o mercado pára, não se fazia quase nada. Senti que eu

estava ali e não ia sair nada para mim. Eu não estava conseguindo levar dinheiro nem para casa. O que eu ganhava ali não dava para fazer nada. Então, resolvi sair dali. Fui ao Comandante, conversei com ele e saí da empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - V. S^a já conhecia o Comandante antes de participar da Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu o conhecia de nome apenas. O filho dele é que eu conhecia bem. De vez em quando eu saía com ele. Não muitas vezes, tá? Mas posso dizer que eu conhecia bem. Foi quem me indicou para fazer sociedade com o pai dele.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Por que o filho do Comandante não fazia parte da Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não posso responder. Ele me disse que o pai estava abrindo uma empresa, uma distribuidora e perguntou se eu gostaria de fazer parte. E eu topei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Relator pede que lhe dêem a devida atenção.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Está um interrogatório difícil, não é, Sr. Presidente? A impressão que eu tenho...

Quantas vezes V. S^a foi à Paper durante esses dois meses?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Todos os dias, todos os dias úteis eu fui à Paper. Nunca faltei ao trabalho.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E não tem nenhuma idéia do que acontecia na empresa?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu garanto para V. Ex^a que eu saí da Paper, se não me falha a memória, em 15 de abril de 1994.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - V. S^a passava o dia na Paper? Fazia o expediente inteiro?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu chegava cedo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Fazia o quê? Descreva-me o que fazia na empresa.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Tentando fazer negócio, o que o **broker** faz no mercado, o que o **broker** tentava fazer. Mas como estou falando para V. Ex^a, na época, o mercado, as taxas estavam abrindo e não se conseguia fazer nada. Fiquei lá um período durante o qual ninguém conseguia fazer negócio. Ligávamos para as pessoas ou para as outras instituições financeiras e não fechávamos nada. Não tinha condições. Eu ficava lá o dia inteiro e os telefones nem tocavam.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Haroldo, nesse período, naquela projeção nossa temos alguns fechamentos de negócios da Paper? Não temos? (Pausa.) Só 1995/96.

V. S^a saiu da Paper em que ano?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Em abril de 1994. E tenho um documento assinado pelo Comandante atestando que nunca mais coloquei os pés lá a partir de abril.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E legalmente, quando V. S^a saiu da Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Em 1^o de fevereiro de 1996.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Em 1^o de fevereiro de 1996. Quer dizer que V. S^a era uma espécie de fantasma, sócio fantasma? Não participava mais?

Como posso interpretar a sua situação? Fazia parte da sociedade sem, de fato, fazer parte dela? Quando o Comandante lhe deu essa carta declarando que V. S^a saiu em abril de 1994?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Vou relatar. Eu saí em 1994 e ficava insistindo: Comandante, por favor, tira o meu nome. Ele falava: isso é burocracia do Banco Central, porque precisa sair o primeiro nome para depois entrar você; para retirar você vou colocar outro sócio no seu lugar. Isso levou um ano e pouco, quase dois anos e eu insistindo com ele.

Em fevereiro de 1996, ele me procurou e pediu que eu assinasse alguma coisa referente ao Banco Central. Eu disse que não ia assinar. Ele quis saber o porquê. Eu disse que não ia assinar porque estava pedindo a ele, desde 1994/1995, que retirasse meu nome da empresa. Ele me respondeu que isso era burocracia do Banco Central. Então eu pedi que ele me fizesse uma carta dizendo que não fazia parte da empresa desde 1994 e que a assinaria. Ele foi; o **boy** voltou com a carta; e ele me deu a carta assinada pela Paper, carta que eu achei que estava certa. E assinei a documentação do Banco Central. Foi quando foi para o Banco Central. Mas parece que, pelas leis do Banco Central, você responde o ano. Então, quando houve a intervenção da empresa, fiquei por causa de dias, um ano...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas, devo dizer que o Senador Roberto Requião está tentando ajudar. S. Ex^a detectou quais foram os meses da operação e está vendo que o senhor não estava mais lá. Quando pergunta o que o senhor fazia é exatamente para que o senhor declare o que acaba de dizer. S. Ex^a

tem a carta. A tentativa do Relator é esclarecer quanto à sua participação nela. Quando pergunta o que o senhor fazia, é exatamente para deixar claro que o senhor não tem nenhuma vinculação com essa...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O senhor tem que responder com clareza, sem ficar preocupado.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Se V. Ex^a me permite um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O senhor tem todos os apartes para esclarecer.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - O Comandante disse aqui, para todos ouvirem: "Esse rapaz, desde 1994, não pisa na minha empresa", no dia em que foi solicitado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas o que ele disse aqui não exclui que o Senador Relator lhe faça mais perguntas. E é o que está fazendo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E o Comandante é um homem de palavra firme?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Pelo menos comigo, tenho muito bom...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Quer dizer que todas as declarações...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não tem nada a ver com o fato de eu ter trabalhado com ele só dois meses.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - ... todas as declarações do Comandante devem merecer fé da Comissão?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Aí é uma coisa que a Comissão tem que apurar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Quer dizer que não é tão firme assim?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, não sei. Já fiz minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Quer dizer, que a testemunha...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - É meio firme a palavra do Comandante, na sua opinião?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Pelo que conheço dele, é bem firme mesmo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Meio só, não é completamente?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, bem firme.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O senhor tem idéia do dia exato em que recebeu essa carta?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Acredito que foi entre 1º e 7 de fevereiro.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – De que ano?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Do ano de 1996.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) – Mas se reportando ao ano de 1994?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Mas retroagindo a 94.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor tem uma cópia da carta?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Tenho a original.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Aqui?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Está lá em baixo, em minha pasta.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Estou encerrando minha participação, como Relator, com o senhor. O senhor, provavelmente, será ouvido por alguns outros Senadores e, depois disso, eu gostaria de uma cópia da carta ou da original, se o senhor se dispuser a entregar à Comissão.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Está bem. A original?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Apenas a cópia.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Só a cópia está bom?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Só a cópia.

Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

Senador José Agripino. (Pausa.)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção para o Senador Esperidião Amin, que quer fazer um registro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O registro é de como o Senador Roberto Requião conseguiu terminar com tão bom humor algo que havia iniciado de maneira tão ameaçadora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Por isso a Presidência fez a observação à testemunha de que ficasse tranquilo. É preciso que entendamos que cada um tem um estilo próprio. O estilo do Senador Roberto Requião pode ser diferente dos demais, mas S. Exª tem a alta responsabilidade, como Relator, de colher para o seu relatório dados que sejam substanciais. De modo que é preciso também

dar um crédito e um pouco de compreensão ao nosso Senador Roberto Requião.

Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas, o senhor sempre trabalhou no mercado financeiro?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Desde 1975.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Comprando e vendendo títulos?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – É, comecei em 1975 a trabalhar no banco. E no banco comprávamos mais, porque o banco tinha carteira de clientes. Mas sempre gostei de fazer isso: comprar e vender.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Comprando e vendendo títulos?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – É. Mas títulos só do Governo mesmo, títulos federais.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Títulos federais?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – A maior parte sempre foi federal.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Títulos estaduais o senhor nunca comprou?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Municipais nunca comprou?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não, porque cada operador tem uma área em que atua com mais frequência.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Onde o senhor trabalhou antes da Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Trabalhei no Banco Boa Vista, oito anos no Banco Boa Vista, trabalhei na Supergasbrás uns cinco anos também.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E depois que saiu da Paper?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Depois que saí da Paper trabalhei na Hot(?), passei um período na Hot, e passei um período também na Lobby.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Na Lobby, também trabalhando com títulos?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Sempre tentando...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas a Lobby comprou títulos estaduais?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Mas é o que estou falando para V. Exª. Preste atenção: trabalho com títulos federais. Trabalhei na Lobby

um ano e quatro meses. Eu e um amigo fazíamos títulos federais. Quer dizer, eu não via se tinha títulos...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Como se compra um título federal?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Todo mercado é baseado na lei da procura e da oferta. Quer dizer, o que eu fazia basicamente? Amanhecia o dia, via o mercado de futuros, lia os jornais, para saber se era um mercado de alta ou de baixa, verificava o fechamento e a abertura e entrava nas empresas, como quem não queria nada, oferecendo, indagando: tem alguma coisa para fazer aí? Tem um papel para mostrar? Tem interesse de comprar alguma coisa? Está vendendo alguma coisa? Rondava o mercado inteiro. Eu falava com dez, quinze, vinte instituições e anotava num bloquinho: fulano de tal vende, fulano de tal compra. Quando calhava de casar as operações, íamos lá e ganhávamos o nosso, e fazíamos a brokeragem. É uma coisa normal.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E o que era "ganhar o nosso"?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu comprava a 3,23 e vendia a 3,22, um exemplo. Cinco por cento. O mercado agora está trabalhando assim. Puxa, não está sabendo quase nada. Isso é o que eles dão agora mesmo: 0,1 (Risos.)

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quer dizer que V. S^a não tem a mesma especialidade que tem o Sr. Ibraim Borges Filho, que ganhou...

O SR. SENADOR - Uma daquela da IBF? Uma tacada daquela?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, não tenho essa sorte toda. (Risos.)

O SR. SENADOR – Renê também nunca lhe telefonou?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, nem sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como está vendo, Sr. Antônio Vilas Boas, V. S^a está contando com a simpatia dos membros da CPI.

Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Durante aqueles dois meses que V. S^a esteve na Paper não soube que a Paper naquela época comprou títulos estaduais?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não comprou?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, senhor.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nem da rolagem da dívida?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, Senador, porque fiquei lá dois meses. Que eu me lembre, não tinha rolagem de dívida. Não vi e nem me lembro de nada.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Depois que saiu da Paper, V. S^a não manteve mais contato com eles?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Com a Paper?

O SR. VILSON KLEINÜBING – É. Não sabia que negócio eles faziam?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Não, senhor. Também V. S^a acha que, se tivessem algum negócio com a Paper, alguém iria falar para mim? Acho que não. Se tivessem, ia ficar uma coisa sigilosa.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O mais importante que ele disse a nós, aqui na Comissão, até agora, Sr. Presidente, é que no mercado o normal é 3,22 para 3,23.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Hoje é. E olhe lá!

O SR. VILSON KLEINÜBING – É normal. Agora, 1.098 para 970, isso não existe; isso não é normal no mercado.

É mais um membro do mercado, daqueles que eu sempre disse que era bom a gente ter aqui, para demonstrar que as operações feitas por alguns Estados geraram lucros exorbitantes para intermediar os laranjas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - V. Ex^a me dá licença, só um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Deixe-me pegar a carta para poder prestar atenção no que vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Requião está examinando o documento ao qual se referiu o depoente. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUP LICY - Posso perguntar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a fazer a inqui-

ção, devo comunicar ao Plenário que, por gentileza do Subprocurador-Geral da República, que aqui se encontra, credenciado junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, chegou às mãos da Presidência o parecer do eminente Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, sobre o **habeas corpus** impetrado em favor do paciente Pedro Neiva Filho.

O parecer do eminente Procurador-Geral da República é composto de 18 folhas e, ao final, depois de longa exposição, conclui no sentido do não-conhecimento do pedido de **habeas corpus** e, se por qualquer circunstância for ele conhecido, pelo indeferimento do **habeas corpus**.

A Presidência pede que seja tirada fotocópia e que seja distribuída para conhecimento de cada membro desta Comissão. De modo que o Procurador-Geral da República se põs ao lado da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas, V. S^a mencionou que costuma dizer as coisas com muita franqueza. Quando aqui prestou depoimento, o Comandante Augusto Cesar mencionou que, nas negociações de títulos realizadas pela Paper, normalmente havia um entendimento com as diversas instituições financeiras que participavam da compra e venda de títulos, até o tomador final, que, por vezes, foi o Bradesco e, em outras vezes, os fundos de pensão.

No dia 8 de outubro de 1996, V. S^a trabalhava na Lobby?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Em 1996, com certeza. Foi quando entrei na Lobby.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S^a era acionista da Lobby? Qual era sua função?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Eu era operador autônomo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como operador autônomo na Lobby, V. S^a poderia dizer qual seu conhecimento sobre a operação com os títulos do Estado de Pernambuco, uma vez que em 8 de outubro de 1996, o Bradesco vendeu para a Lobby 7.500 títulos ou letras do Tesouro do Estado de Pernambuco ao preço de R\$1.018,00 unitariamente, com um deságio de 9,76, num valor de R\$7.636.120?

A Lobby, por sua vez, no mesmo dia 8 de outubro, vendeu as 7.500 mil letras para a Astra DTVM num valor de R\$7.650.401 e, assim, obteve um lucro de R\$14.281. Posteriormente, a Astra vendeu para a Olímpia, no mesmo dia, a Olímpia para a IBF Facto-

ring, a IBF Factoring para a Ativação. Nesse momento, nessa transação realizada em 8 de outubro de 1996, a IBF, por exemplo, obteve um lucro de R\$293.335 mil porque, tendo adquirido por R\$7.677 milhões, vendeu por R\$7.971 milhões. Depois, a Ativação vendeu para a Dimarco, e a Dimarco, finalmente, vendeu para o Serpros, Instituto Serpros de Seguridade Social. Portanto, um fundo de pensão no final da linha.

Conforme V. S^a sabe, temos na CPI procurado observar em que medida essas diversas operações de compra e venda de letras estaduais, no caso de Pernambuco ou de outros Estados e Municípios, eram realizadas com um entendimento desde a ponta inicial, passando por instituições, como no caso a Lobby, até a Serpros, nesse caso específico.

O Comandante Augusto Cesar nos explicou que, no caso da Paper, houve de fato essa combinação até com o tomador final, o Bradesco, por exemplo, em algumas operações.

V. S^a poderia esclarecer se, no caso ocorrido com a Lobby - uma vez que V. S^a estava trabalhando naquele dia na Lobby, dia 8 de outubro de 1996 -, houve um entendimento com o Serpros, por exemplo, do Bradesco até o Serpros, passando por todas essas instituições: Lobby, Astra, Olímpia, IBF, Ativação, Dimarco até a Serpros?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Quando se trata de títulos estaduais, por exemplo, eu nunca... Tocava o telefone sim e diziam: Carioca, tem não sei o quê... Estavam falando de estadual. O meu lado já era outro. Eu ficava na ponta direita ali e mandava para o lado de lá. Nunca soube de preços. Se me perguntarem sobre preços de títulos estaduais, não sei informar. Dessa operação, para ser sincero, não me lembro.

Entre em outubro de fato para a Lobby, mas não tenho certeza se entrei na primeira quinzena. Não posso, então, sequer afirmar uma coisa de que também não estou lembrado no momento. Tenho certeza de que entrei para a Lobby em outubro; que seja no dia 6, mas, com certeza...

Dizia-se "estadual" ao lado da linha (?), entendeu?! Uma participação, porque não conheço nada disso. No título estadual, você tem que fazer cálculos de deságio, e eu não sei nada disso. Por isso que nunca procurei mexer com estadual.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Municipal também não?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS - Nada. Não entendo; não sei fazer. Infelizmente, jamais gostei, nunca fui bom matemático. Quanto a tí-

tulo estadual, não conheço, não posso lhe informar; quanto a qualquer outra operação que eu puder ajudar...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas um operador que não gosta de matemática...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não é porque não goste de matemática; é porque tem de fazer uns deságios, com cálculos que não domino.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas com letras federais...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Com letras federais é muito mais fácil.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Com essas não se calcula deságio?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – É muito mais fácil fazer.

Na minha função mesmo, para ser honesto com V. Ex^a, não se calculava nada. O meu negócio era correr atrás de preços. Aí eu passava as boletas para o controle, o qual via se ia dar lucro. Mesmo se desse eu não perguntava para ele, porque eu não perdia nem tempo com isso. Casava uma operação aqui e saía à cata de outra.

Então, repito, sobre título estadual, com certeza, não posso ajudá-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E onde ficava a sede da Lobby?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Na Rua da Assembléia.

O SR. EDUARDO SUPPLY – No Rio de Janeiro?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E a Lobby sofreu liquidação extrajudicial?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Por que então V. S^a foi afastado da empresa dia 22...?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Porque o meu nome ficou aí... Entendeu?!

O SR. EDUARDO SUPPLY – Que dia V. S^a foi afastado? Dia 22 de...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Eu saí da Lobby logo depois da intervenção geral que houve no mercado. O Banco Central interveio em mais de vinte empresas, e logo depois saí de lá.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em que mês?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Final de fevereiro, início de março.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E com respeito àquilo que V. S^a ouviu relatar sobre a Paper e outras intermediárias e estas operações com letras, ora municipais, ora estaduais, que conhecimento V. S^a tem?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Da Paper não tenho nenhum conhecimento. Como já falei antes, só trabalhei lá por dois meses. Estadual eu não conheço nada. Ouvi falar em precatórios agora; nem conhecia essa palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SR^a EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Depoente que prestasse bastante atenção, gostaria de perguntar ao Sr. Antônio da Cunha Vilas Boas se poderia detalhar um pouco mais aquilo que, no início, V. S^a colocou em apenas uma palavra a respeito de ter saído por desentendimento com o Diretor, já que ele centralizava demais.

V. Ex^a poderia explicar mais detalhadamente se houve alguma questão específica que V. S^a se lembra ou como era a forma ou se recebeu alguma recomendação de algum negócio com o qual não tenha concordado?

Só gostaria de verificar...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não; muito pelo contrário. O Comandante sempre foi uma pessoa, comigo, a respeito da qual não tenho nada para falar. Acontece que, quando entrei na sociedade, pegamos um mercado adverso. Como as taxas estão subindo, ninguém faz nada; o mercado fica parado, porque ninguém sabe até aonde vai. O Comandante, por sua vez, centralizava tudo em cima dele. Se eu dizia a ele para comprarmos umas ações na Bolsa ou para fazermos isso ou aquilo, a última palavra era dele: Não! Aí, aquilo... Eu já não ganhava dinheiro; estava lá há quase dois meses e não entrava nada, o Comandante centralizador do jeito que ele era, falei que então era melhor eu sair...

A SR^a EMILIA FERNANDES – Então, na realidade, V. S^a não conseguiu colocar o seu estilo de trabalho; as suas propostas não foram aceitas.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – É mais ou menos por aí. Depois que saí, vi que ele tinha razão.

A SR^a EMILIA FERNANDES – V. S^a trabalhou dois meses na Arjel em 1994.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Na Arjel não, na Paper.

A SRª EMILIA FERNANDES – Sim, na Paper, na época. A mesma, atualmente, é a Arjel. E foi desligado da empresa em 1996. O senhor continuou, nesse período, como sócio, porque tinha os 10% das ações, até por uma exigência do Banco Central. Segundo o que o senhor disse, os sócios permaneciam praticamente dois anos. Portanto, o senhor recebia o correspondente a sua parte, como sócio, de 10% do capital da empresa?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Não, passei a não receber nada. Eu até não recebi nada nem... Por isso que fiquei... foi um dos motivos que saí: quando fiquei não recebi nada e quando saí não recebi mais nada. Mesmo no período em que fiquei fora, se ele ganhou ou não dinheiro, eu estava fora da empresa, dizendo: Comandante, quero tirar o meu nome, nesse período inteiro – e ele pode até afirmar isso.

A SRª EMILIA FERNANDES – Mas, então, o senhor passou o seu percentual de 10% para alguém da própria empresa ou vendeu para outra pessoa? Porque o senhor não podia ficar dois anos fora da empresa se tinha investido um valor, por menor que fosse. O senhor tinha o direito de, no mínimo, continuar recebendo o que lhe era devido e de acordo com o percentual ou então já havia algum entendimento de que o senhor não receberia nada, e alguém estaria recebendo a parte dos 10% que lhe tocava.

Confesso que não estou entendendo como é que o senhor participou, e o seu nome consta até hoje; por isso que o senhor está vindo aqui, porque na empresa, até hoje, consta o seu nome como um dos sócios.

Então, gostaria que o senhor me explicasse se alguém, ou o próprio Comandante ficou com os seus 10% e já recebia, como é que isso aconteceu, porque não está claro em seu depoimento até agora nem em resposta aos outros Senadores.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Vou tentar responder.

O problema é o seguinte: quando saí, ele ficou de me dar os meus 10%, é claro, é óbvio. Mas para quem foram os 10% não sei. Só sei que, nesse período inteiro, ele sempre falou para mim que o meu nome constava lá por morosidade do Banco Central, entendeu? O que mais entramos na empresa, quando nós compramos a empresa do Edmundo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu peço silêncio para que o depoente possa ser ouvido pelo plenário.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Como compramos a empresa do Edmundo, isso leva

um tempo para o Banco Central autorizar. Automaticamente, fechado o negócio, entramos na empresa, correto? Mas a parte burocrática estava correndo, certo? Quando saí da Paper, ainda não tinha sido concluída a parte da compra do Edmundo, entendeu? Porque em dois meses não deu tempo, o Banco Central não aprovou sei lá por quê. Dizem eles, quanto à morosidade do Banco Central, que é uma coisa normal. Então, é esse período todo. O Edmundo saiu, eu entrei, aí tive que entrar com novo contrato para entrar de novo no Banco Central. Por isso é que levou esse tempo todo, foi o que ele ficou me alegando durante esse período. Mas eu não tinha mais nada.

A SRª EMILIA FERNANDES – E o correspondente aos 25 mil mais ou menos que o senhor falou, o senhor recebeu?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Ele me pagou, é claro.

A SRª EMILIA FERNANDES – E eu ainda concluiria, perguntando o seguinte: mesmo estando desligado – não de direito, porque o senhor ainda estava ligado à empresa -, o senhor nunca procurou, nem tomou nenhum conhecimento em relação aos negócios realizados, para saber se os seus 10% estavam rendendo? Como é que o senhor agia?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Essa foi a grande falha minha, porque, se eu tivesse feito isso ou feito uma carta ao Banco Central dizendo que estava fora da empresa a partir de abril de 94, eu não estaria aqui numa hora dessa. Então, quem está pagando sou eu, porque fiquei em cima dele esse período todo, dizendo "Comandante, pelo amor de Deus, eu não assino mais nada." E ele dizia: "Não, Antônio, assina, isso vai sair... É a morosidade do Banco Central, no mês que vem está pronto", e isso foi enrolando até hoje. Ao chegar 1996, falei para ele: não assino mais nada, não vou assinar mais nada nessa empresa. Aí, ele falou assim: "Mas você assina, porque agora está saindo o seu nome mesmo, está entrando aí uma pessoa a quem eu vendi um pedaço e comprou um pedaço seu." Foi o que ele me alegou na época. Aí eu falei: então, o senhor me dá uma carta dizendo que não faço parte dessa empresa desde 1994.

É essa carta que está aqui, entendeu? Quer dizer, ele me deu essa carta. Aí, o rapaz voltou, e eu assinei o que tinha que assinar para o Banco Central. Porque senão não teria assinado.

A SRª EMILIA FERNANDES – Durante esse período, em comparação ao seu investimento para

entrar como sócio, qual o percentual que correspondeu ao rendimento da sua participação na empresa?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Zero, com o que eu entrei, e ele me devolveu.

A SRª EMILIA FERNANDES – Exatamente igual?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Igual.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, foi um péssimo negócio.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Mas foi uma oportunidade que eu tive. Quer dizer, quem não quer crescer na vida? Eu achei que iria crescer, pensei em filhos, botar uma empresa, depois vêm meus filhos, assumem. E foi o que não saiu. Mas a minha idéia era essa, não é?

A SRª EMILIA FERNANDES – E o senhor acha que os seus direitos não poderiam ser garantidos na Justiça? Não vejo negócio algum que se possa fazer ou dívidas que se possa receber dois anos depois sem reajuste. O senhor nunca procurou os seus direitos?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Posso ser sincero, honesto? Já pensei, mas não fiz. Isto já passou pela minha cabeça, mas não fiz.

A SRª EMILIA FERNANDES – Teria algum motivo especial ou...

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Não, porque, primeiro...

A SRª EMILIA FERNANDES – ... ou o senhor acha que não é necessário esse dinheiro?

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS –

Dentro de nosso mercado tenho credibilidade. São coisas que você vai perdendo. Você que trabalha no mercado, que é vendedor, não adianta ser um vendedor; se você perder a credibilidade, perde tudo. Também não quis brigar, não quis nada. Só queria que tirassem o meu nome; mais nada. Essa coisa já veio a minha cabeça. Mas, só queria uma coisa: que tirassem o meu nome, só quero sair desta situação porque não agüento mais.

A minha família foi prejudicada: os meus filhos, a minha senhora, as minhas contas estão bloqueadas, bloquearam as minhas contas. Arrumei um emprego, mas o cidadão já não quis deixar. – Vamos esperar ele esclarecer as coisas. Não posso viver assim. Eu preciso viver. Não tenho nada. Tenho uma casa; não tenho nem carro. A minha casa está caindo aos pedaços e quem quiser pode mandar...

A SRª EMILIA FERNANDES – Estou satisfeita com a resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Exª quer ouvir mais um pouco a testemunha?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A testemunha está dispensada e peço à secretária que faça vir o Sr. Luiz Antônio Mora. Enquanto esta testemunha chega ao plenário, submeto o seguinte pedido aos Srs. Senadores.

"O Procurador-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco...

O depoente quer fazer um agradecimento à Comissão.

O SR. ANTÔNIO DA CUNHA VILAS BOAS – Queria dar parabéns à Comissão e agradecer a forma gentil com que me trataram.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Agradeço em nome da Comissão.

"O Procurador-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco pede a esta Presidência que, tendo em vista a necessidade de instruir o Procedimento de Investigação nº... Pede cópia do relatório elaborado pelo Banco Central sobre a emissão e venda das LTPs."

O eminente Relator Roberto Requião está de acordo com o pedido.

Submeto o pedido à apreciação do Plenário. Se nenhum dos Srs. Senadores manifestar opinião contrária, considero-o aprovado. (Pausa.)

Providencie-se o expediente para chegar às mãos de S. Exª

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, quero, em rápidas palavras, fazer um relato dos contatos que travei com duas empresas nos Estados Unidos sobre a questão de rastreamento de contas bancárias.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quer V. Exª a presença do Relator?

Senador Roberto Requião, o eminente Senador Vilson Kleinübing quer fazer um relato da sua viagem. Como logo após essa oitiva, teremos uma reunião interna de trabalho, talvez fosse melhor que a realizássemos nessa oportunidade.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, para apresentar requerimento também fica...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim, logo após a oitiva da testemunha.

Peço ao Sr. Luiz Antônio Mora que ocupe o seu lugar à mesa.

Sr. Luiz Antônio Mora, o senhor foi convidado nos termos do art. 148, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Como tal, vamos proceder a sua qualificação, tendo em vista o art. 213 do Código de Processo Penal.

Devo dizer ao depoente que não se sinta intimidado com nenhuma pergunta, nem por elas molestado, e não responda sem que a Mesa, pela sua Presidência, autorize porque pode ser que o Presidente queira indeferir a pergunta caso a mesma não tenha pertinência com o assunto que aqui se trata. Dentro dessa circunstância, vamos qualificá-lo.

Nome completo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Luiz Antônio Mora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Luiz DAntonio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Luiz Antônio Mora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Idade.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Quarenta e seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estado civil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Residência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Rua Antônio Basílio, nº 555, ap. 901, Tijuca, Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Profissão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Corretor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – CPF.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – 420.022.908-06.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Local onde exerce atualmente a sua profissão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – No momento, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – No momento, não.

V. Sª é parente, Sr. Mora, de alguma das partes envolvidas nessa CPI?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade que souber ou lhe for perguntado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Solicito a V. Sª que assine o termo de compromisso.

O depoente pede a juntada aos autos da procuração na qual constitui seus bastantes procuradores os advogados Alcino Guedes da Silva, Alcino Júnior de Macedo Guedes, Emanuel Lemos Ferreira e Marcos César Veiga Rios.

Deferida a juntada.

Senador Roberto Requião, tem V. Exª a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, qual era a participação acionária do depoente na Arjel?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Um por cento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Um por cento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Como cotista.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como cotista. Um por cento desde a Paper, ou só na Arjel?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, desde a Paper. Desde 01/02/96.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Gostaria que o depoente descrevesse as suas atividades na Arjel.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Na Arjel? Desde a Paper, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sim, desde a Paper.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Fui, na verdade, chamado para criar o Departamento de Ações e sempre fiz isso.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Departamento de...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - De ações. Eu comprava ações da Telebrás em alguns Estados, como Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e cidades de São Paulo, algumas, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como **broker** de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, como **broker** de ninguém; comprava para a Paper.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Comprava ações da Telebrás, e, geralmente, quem comprava da Paper, uma vez que a Paper não tinha condições de carregar essas ações?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Era pouca coisa, não eram volumes expressivos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Mas isto justificava o seu salário e a sua permanência: volumes inexpressivos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, eu não tinha salário, eu fazia o meu salário. Comprava por 94% e vendia por 96% para a própria Paper.

A Paper, além de ter um pequeno capital, fez um mútuo com a Interunion, de R\$200 mil.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Relator está com a palavra. Peço atenção.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Fez um mútuo com a Interunion?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Interunion, em 1995.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - V. S^a tem idéia do movimento de ações da Telebrás que passaram pela sua mão e da sua mão para a Paper?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Em torno de uns 80 milhões de ações, no período de julho a dezembro de 1995.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - De julho a dezembro de 1995, oitenta milhões de ações ou R\$80 milhões?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, 80 milhões de ações.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - De ações. Em reais, isso daria quanto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Se dividir isso por mês, daria em torno de um milhão/dia, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Um milhão de reais ao dia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, um milhão de ações.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - De ações. E quanto vale uma ação da Telebrás?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Na época, valia em torno de R\$30 ou R\$40, no máximo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Então, 80 milhões daria quanto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Daria R\$30 mil ou R\$40 mil por dia.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Por dia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - É, entre R\$20 e R\$40 valia tudo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E V. S^a tem idéia de quem era o comprador dessas ações?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - A própria Paper.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - A Paper repassava para quem, uma vez que ela não...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Vendia na Bolsa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Como **broker** de alguém ou na Bolsa, diretamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, não, na Bolsa, diretamente. Vendíamos através da Ação e da Teka Corretora.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Eram R\$30 milhões, então, e não R\$30 mil por dia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - É um milhão; é por lote de mil. Trinta reais por lote de mil.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Por lote de mil? Tudo bem.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Como é negociado na Bolsa de Valores.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Como era o seu contato na Paper com o Sr. Edson Ferreira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Quando entrei, em 01/02/95, eu o conhecia dentro da Paper.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Qual era a função do Sr. Edson Ferreira na Paper?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Operador. Eu vi e sentia que era a de operador, ou gerente de operações. Quer dizer...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Gerente de operações... Quem fechava os negócios na Paper, o Sr. Augusto ou o Sr. Edson Ferreira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - O Sr. Edson Ferreira.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Ele fechava os negócios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Ele fechava os negócios na mesa e, depois, de certo, apresentava para o Comandante...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Presidente, por enquanto, são essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pela lista de inscrição, Senador Vilson Kleinübing. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Luiz Antônio Mora, sobre esse período em que... V. S^a pode informar exatamente o período em que entrou e saiu da Arjel e Paper.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Paper e Arjel são a mesma coisa.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Então, portanto, disse Arjel e Paper.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Entrei em 1º de fevereiro de 95 e fui liquidado em 21-2-96...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Em 1997...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Em 97, perdão.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Em 97. V. S^a confirma o entendimento havido antes - e exposto aqui pelo Comandante Augusto César -, da Paper com o Bradesco, nas operações realizadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Para mim, foi uma novidade. Não sabia dessa tratativa que ele tinha. Não tinha conhecimento dos recibos nem sabia que ele fazia qualquer tipo de serviços com a empresa que ele falou aqui - e que eu não tinha conhecimento. Pelo que ele disse, deve ser o que ele falou.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tem V. S^a conhecimento de qualquer relacionamento dessas operações com interesses de financiamento de campanhas eleitorais em qualquer das regiões onde elas se realizaram?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito obrigado. Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de indagar ao depoente e, para abreviar as indagações, quero me reportar ao depoimento do Comandante Augusto, que nos informou que o depoente tinha essa participação de 1% para assegurar-se da possibilidade de agir no seu próprio interesse no mercado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Exatamente, é verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Portanto, ele não tinha propriamente um vínculo empregatício ou funcional com a Paper.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Se eu tive?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E que V. S^a tinha, portanto, pelo que ele nos disse - depois vou lhe pedir para confirmar ou não - uma participação acionária, vamos dizer, simbólica, para poder, em nome próprio, agir no mercado. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Confere.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Mas V. S^a agia em função de uma quota na empresa Paper - que depois se transformou em Arjel. Que notícia V. S^a tinha sobre as atividades da Paper - posteriormente mudada para Arjel - quanto a títulos públicos? Que informação V. S^a tinha? Ela atuava com títulos públicos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Sim, ela atuava com títulos públicos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Estaduais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Estaduais e municipais. E tinha outros títulos também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. S^a sabia que 97% das operações da Paper, com títulos públicos, foram operações em que o comprador final era o Bradesco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Todas as operações eram canalizadas no Edson Ferreira. Se o Edson...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu não falei Edson Ferreira, falei Bradesco.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Eu tenho que falar sobre a Paper, sobre o Bradesco, não posso falar.

Todas as operações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Vou repetir a minha pergunta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O depoente sabia que 97% das operações com títulos da Paper, 97% das transações tinham como comprador final o Bradesco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Eu não sei informar isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador quer saber se o senhor tinha conhecimento disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O senhor tinha conhecimento disso, ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não, não tinha conhecimento; que era para o Bradesco, não.

É até bom explicar melhor: todas as operações eram canalizadas, praticamente, na mesa de operações, mas o responsável maior era o Edson Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - (Fazendo soar a campainha.) Peço silêncio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Agora, para quem ele vendia, não tenho noção; não era minha área.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O depoente não tinha conhecimento, porque, segundo ele, não era da sua área.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E Interunion? O senhor falou que tinha um...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Um mútuo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Um mútuo, ou seja...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Uma conta especial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Uma conta especial com a Interunion.

Interunion foi aquela instituição financeira que teve uma...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Foi liquidada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Foi à falência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – (Fazendo soar a campainha.) Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Uma falência ruinosa. Ela não foi apenas liquidada; teve um processo de insolvência por não ter podido revender os títulos de Alagoas. Não é uma falência qualquer.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não é uma falência qualquer.

O Banco Interunion... É banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Banco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ficou com um documento de Alagoas de compromisso de recompra, que não foi executado, ou seja, a recompra não ocorreu. Os títulos lá ficaram, e por isso o banco ficou insolvente. É o mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – É o mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor poderia, já que tinha um mútuo, nos dar alguma informação a respeito dessa situação que antecedeu esse impasse?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Isso foi no período de julho a dezembro de 1995 – o meu mútuo. A Interunion foi liquidada em novembro ou dezembro de 1996, algo assim. Quer dizer, tivemos mútuo em 1995. Nós utilizávamos os R\$200 mil para comprar ações. Foi só isso.

Mas o Banco Central, numa das visitas ou inspeções que fez na Paper, proibiu que operássemos com ações, porque fazíamos refaturamentos. Eu comprava as ações, vendia à Paper, que as vendia na Bolsa, e nós refaturávamos, porque, junto com a Paper, havias alguns clientes, pessoas físicas e jurídicas, uma minoria. Nessas vendas para a bolsa, eu fazia refaturamento, e o Banco Central proibiu.

O Comandante, automaticamente, eliminou o mútuo; entregou, zerou e, em 28 de dezembro de 1995, encerrou as atividades com relação às ações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A partir daí não houve mais nenhuma operação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Houve. Aí eu comecei a operar por minha conta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor não entendeu: com a Interunion?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É melhor esperar a pergunta inteira, porque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Desculpe-me, Excelência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Pergunto se, depois de dezembro de 95, houve algum outro tipo de operação entre a Paper, o depoente e o Banco Interunion.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Na área de bolsa, não; na área de **open**, não sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O depoente falou que a Paper, que a Arjel realizava operações com títulos estaduais e municipais. Pergunto se também operava com títulos federais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Com títulos federais, só veio a operar com o José Roberto Peçanha, depois da saída do Comandante, depois de novembro de 1996. Posso até melhorar: janeiro de 97.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O senhor informa que, somente em janeiro de 1997, a Paper, ou a Arjel, fez alguma operação com títulos federais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Federais.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Antes não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Que eu saiba, não.

A SRA. EMILIA FERNANDES – V. S^a está na empresa desde fevereiro de 1995?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Desde 1º de fevereiro de 1995.

A SRA. EMILIA FERNANDES – É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Luiz Antônio Mora, V. S^a conheceu Cesar Queiroz Neto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – É o filho do Comandante.

O SR. ROMEU TUMA – V. S^a o conheceu na Paper ou quando ele era proprietário da Padrão DTVM?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA – Conheci Cesar Queiroz na Fórmula DTVM.

O SR. ROMEU TUMA – O que me levou a perguntar foram algumas notas encontradas na Paper.

Não sei se V. S^a pode ajudar-me a esclarecer. São notas da Fórmula Viagem e Turismo, não da Fórmula DTVM. V. S^a conhecia a Fórmula Viagem e Turismo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Usei algumas passagens da Fórmula Turismo. Quando recebia passagens para viajar, pois eu viajava muito...

O SR. ROMEU TUMA - A serviço?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - A serviço. As passagens vinham da Fórmula Turismo.

O SR. ROMEU TUMA - Vou ater-me a uma pergunta. V. S^a chegou a conhecer Rogério Neiva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Rogério Porto Neiva.

O SR. ROMEU TUMA - Quem era Rogério Porto Neiva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Rogério Porto Neiva era um dos donos da Fórmula DTVM.

O SR. ROMEU TUMA - Não é parente de Pedro Neiva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não tem nada a ver.

O SR. ROMEU TUMA - Há notas de passagens expedidas dele e do Cesar para o Rio, para Belo Horizonte.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Era um amigo comum nosso.

O SR. ROMEU TUMA - Era funcionário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não.

O SR. ROMEU TUMA - E não tem nada a ver com Pedro Neiva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Absolutamente.

O SR. ROMEU TUMA - Não era nem um primo de longe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Não sei.

O SR. ROMEU TUMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai dispensar a testemunha, se nenhum dos senhores quiser fazer qualquer outra inquirição.

Sr. Luiz Antônio Mora, V. S^a está dispensado. A CPI agradece a contribuição de V. S^a para com seus trabalhos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MORA - Achei que teria que provar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não há necessidade.

REUNIÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dou início à reunião interna da Comissão com a presença dos Senadores que aqui se encontram.

O Senador Eduardo Suplicy apresenta requerimento à Mesa sobre o qual peço a manifestação do eminente Relator para conhecimento do Plenário.

Peço a atenção do Plenário.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Gostaria que o Senador Eduardo Suplicy explicitasse os motivos pelos quais requer informações sobre a existência de conta corrente CC-5 em nome da empresa Dictun. Não entendi por quê.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, quando da diligência ocorrida no Banco Dimensão em função de definição por órgão da Justiça, presentes o Delegado Dr. Paulo Lacerda e auditores do Banco Central, o Sr. Luiz Messer, um dos proprietários do Banco Dimensão, mencionou que seria importante que essa informação objeto do requerimento fosse averiguada. Portanto, trata-se de uma recomendação do Dr. Luiz Messer.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Houve depoimento do Dr. Luiz Messer?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Houve um diálogo informal. Não foi um depoimento formal, no qual a informação foi prestada...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - A Relatoria está de acordo com o pedido.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Há recomendação também do Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator se põe de acordo tendo em vista as explicações manifestadas pelo Senador Eduardo Suplicy. Se nenhum dos senhores quiser discutir a matéria, passa-se à votação.

Aprovada a matéria, tendo em vista o fato de não haver divergência.

A Presidência comunica ao Plenário que serão ouvidos na Polícia Federal de São Paulo, com a presença dos Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy e assistência do Delegado Paulo Lacerda, inclusive com a acareação requerida pelo eminente Relator, os seguintes cidadãos: Pedro Antônio Mammana Moquedace, Sérgio Chiamarelli Júnior, Anderson Tarcitani da Silva e Dalva Gonçalves de Carvalho.

Serão ouvidos em Recife, com a presença dos Senadores Romeu Tuma e Carlos Wilson, Maria Paula Casé e Roberto Viana Oséas, ambos os locais, São Paulo e...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Vai ser o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em data a ser acertada com os Senadores Carlos Wilson, Vilson Kleinübing e Romeu Tuma.

Lembro que a Assembléia Legislativa de Pernambuco já encaminhou um vasto dossiê, que está nas mãos do eminente Senador Roberto Requião para o respectivo exame.

Afora essa circunstância, a Presidência acertou com o eminente Relator...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Vai ser em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quem foi que requereu em Goiás?

O Senador Romeu Tuma tomará o depoimento, em Goiânia, com a assistência do Delegado, do senhor Cláudio Antônio de Pádua Freitas.

A Presidência estava dizendo que, face a tratativas com o eminente Relator, S. Ex^a está praticamente satisfeito com as oitivas que foram realizadas neste Plenário.

Senador Eduardo Suplicy, pediria a atenção de V. Ex^a, pois esta é uma reunião interna, que não pode ser desperdiçada. A esta altura, o Senador Roberto Requião precisa continuar o esboço que vem fazendo dos seus relatórios que precisam ser discutidos com os Relatores auxiliares e, depois, com os integrantes desta CPI.

Como o árbitro da condução deste depoimento é o eminente Relator, se eventualmente neste meio tempo surgir a necessidade de serem ouvidos, S. Ex^a fará o devido requerimento.

Pergunto ao eminente Senador Roberto Requião se interpretei seu pensamento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Perfeitamente, Sr. Presidente. No entanto, entendo que devemos reiterar ao Banco Central o envio à Comissão de algumas informações pedidas, como, por exemplo, o rastreamento das quinze últimas operações de rolagem de dívida.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pediria aos assessores do Banco Central que fizessem essa anotação para enviá-las em breve.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E uma série de quebras de sigilos bancários e telefônicos que ainda não chegaram em nossas mãos. É isso que, neste momento, provoca atraso na conclusão do relatório.

Como V. Ex^a deixou bem claro, se no tratamento desses dados, na verificação dos documentos, tivermos a nossa atenção chamada para a ocorrência de mais algum depoimento, solicitarei uma reu-

nião da Comissão e a permissão do conjunto dos Senadores para a oitiva de mais alguma testemunha.

Acho que, com esta relação de pessoas que V. Ex^a acaba de enumerar, que serão ouvidas pela Polícia Federal na presença de Senadores, praticamente se encerra no que diz respeito a mim, pelo menos neste momento, a necessidade da oitiva de testemunhas. Todavia, com a ressalva de que, com o exame da documentação que ainda não chegou à CPI, inclusive cruzamento das informações telefônicas, possamos ter mais uma, duas ou três possibilidades ou necessidade de ouvir testemunha.

Neste momento, no entanto, tenho dados complementados com essas entrevistas para concluir o relatório preliminar e, conforme é de consenso da CPI, com a conclusão desse relatório preliminar, daríamos alguns dias para os detentores de mandatos públicos se manifestarem a respeito deles e da possibilidade de virem depor na Comissão porque não existe, regimentalmente, a possibilidade de envio de contestações por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência destaca à assessoria do Banco Central que, independentemente da necessidade de um ofício por escrito, faça sentir junto ao Presidente do Banco, Dr. Gustavo Loyola, a urgência e a necessidade de termos esses dados aqui. A colaboração que tem presidido a Comissão Parlamentar de Inquérito e o Banco Central não pode, neste final, sofrer solução de continuidade, a fim de que não surjam comentários desfavoráveis ao Banco Central em relação a esta CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Presidente, faltam os relatórios do Banco Central de alguns municípios e Estados, mas cabe um destaque neste momento: sem o apoio do Banco Central, esta CPI não teria chegado aonde chegou; o apoio foi fundamental. O trabalho do grupo de fiscais que funciona em São Paulo tem sido excepcional.

Destaco, também, a colaboração que tem dado – colaboração que redundou na viabilização, por exemplo, nos últimos dias, do fechamento do circuito do dinheiro, de entrada e de saída no País – o ex-Delegado da Polícia Federal, Paulo Lacerda, que tem trabalhado com o Senador Romeu Tuma e com o nosso agente Hipólito, no acompanhamento de depoimentos de testemunhas em todo o País. A colaboração de nosso ex-Delegado Paulo Lacerda viabilizou que esta CPI, com a colaboração do Banco Central, da Polícia Federal e do pessoal do Tribunal de Contas, ultrapassasse, em termos de perspectiva

e alcance, os meus mais ambiciosos objetivos como Relator, no início deste processo.

Temos, agora, um bastidor. Nesse bastidor, temos o desenho de todo o processo de negociação, emissão e autorização de títulos. Cabe a nós, agora, o exame do questionário respondido pelos Senadores, da tramitação interna no Senado Federal desses processos, do cumprimento de prazos e a entrega do relatório, para que possamos ouvir as pessoas que se vinculam a mandatos públicos a respeito do relatório preliminar. Preliminar da primeira parte, mesmo assim, preliminar, porque só será definitivo depois da manifestação dos detentores de mandatos eletivos a respeito do seu teor inicial.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ficou bem claro o que quis ressaltar o eminente Relator, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, por um lapso de memória, omiti o trabalho da Receita Federal, que nos colocou à disposição praticamente todos os fiscais no País e tem ajudado muito. Recebi um aviso, aqui, da nossa assessoria: "O senhor esqueceu a Receita, eles vão ficar com ciúmes". Não vão ficar com ciúmes, porque o trabalho é reconhecido, e o relatório final, além de expor toda a tramitação e a ocorrência nesses projetos, vai destacar a participação de cada uma das instituições que nos ajudaram a chegar à conclusão que vamos chegar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência se permite acrescentar, ao que acaba de enumerar o eminente Senador Roberto Requião, a presença dos três subprocuradores-gerais da República. Hoje, contamos com o Dr. Haroldo Nóbrega. Sua presença tem sido de alta valia no acompanhamento de nossos trabalhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, V. Ex^a fez hoje um balanço, que já está aprovado pela CPI, em matéria de oitiva fora daqui, mas anuncia que, com o término do relatório preliminar do nobre Relator, teremos a possibilidade de ouvir os detentores de mandato a respeito dos relatórios das suas respectivas unidades ou entes federativos que dirigem.

Com o critério que tenho procurado seguir de não trazer questões de natureza pessoal para o âmbito da CPI, gostaria de traduzir minha solicitação para que se defina a data em que, numa reunião de serviço, teremos a possibilidade de analisar cada um dos dez processos que fazem parte do nosso plano de trabalho.

Temos dez resoluções que fazem parte do nosso plano de trabalho e aprovamos um questionário, apresentado pelo Senador Roberto Requião, o

qual, pelo que sei, foi distribuído aos Senadores Relatores. Há, também, algumas alusões na imprensa que não vou especificar, porque, repito, não vou trazer questões de natureza pessoal, que deverão ser tratadas lá fora. No entanto, há uma questão institucional: essas resoluções devem ser apreciadas pela nossa assessoria, para sabermos o que elas contêm de equívoco, de erro, de má informação e, eventualmente, de mais do que isso. Não vou me antecipar porque não vi. Posso até ter as minhas conclusões, mas quem vai definir isso é a assessoria.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Permitte-me um aparte, Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Neste aparte, peço uma informação ao Dr. Délio, pois, como Relator, encarreguei-o de um exame preliminar desse material. Eu gostaria de saber do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Dr. Délio.

O SR. DÉLIO CARDOSO - O arquivo nos integrou todos os elementos na sexta-feira passada. Nesta semana, estamos ultimando todas as informações ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer algo em favor do Senado e pela primeira vez vou dizer: ia comentar isso apenas quando se analisasse, com a presença do respectivo Senador, o depoimento de cada um a respeito da resolução.

Especialmente na Legislatura anterior, chegou-se a discutir, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos o seguinte: por que o Senado analisava os pedidos de autorização para emissão de letras para pagar precatórios? Respondíamos, e respondemos hoje, que é por causa da art. 52 da Constituição Federal, que diz que compete ao Senado dispor sobre os limites de endividamento. E havia, como há, uma corrente interpretando esse dispositivo. O art. 33 do Ato das Disposições Transitórias diz que, se é para dispor sobre limite, não precisa passar pelo Senado. O Senador Eduardo Suplicy deve se lembrar disso. Por quê? Porque o art. 33 fixou que ficava fora do limite e autorizava peremptoriamente o financiamento da parcela, desde que o parcelamento fosse feito – o parcelamento é que era sério, tinha de ser feito 180 dias depois da promulgação da Constituição, isso é implacável, o parcelamento era unilateral, feito pelo Chefe do Executivo. Já estava autorizado pelo art. 33. Era uma corrente que não foi vitoriosa e nunca o foi no Senado.

Todos os processos que passaram pelo Senado não foram negados, mas, se tivesse sido – e aí chamo atenção especialmente dos representantes do Ministério Público –, poderia o governante, prefeito ou governador, recorrer ao Supremo para exercer um direito que ele tinha estabelecido no art. 33.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Que é uma regra especial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Que é uma regra especial fora do art. 52, fora do limite, expressa e transitória. Isso vai servir para que, na análise da responsabilidade dos Senadores, estabeleça-se muito claramente que ao Senado incumbia dizer "sim" ou "não", contingenciado a que se dissesse "não" poderia haver uma demanda suprema.

Por exemplo, se o Banco Central dissesse que estava muito difícil colocar título público no mercado, pois o mercado não estava receptivo. Se nós e o Governador disséssemos "não", o Governador ou o Prefeito poderia ir ao Supremo defender – a questão seria polêmica, reconheço. Defender o quê? O exercício de um direito estatuído expressamente no Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

É grave o aspecto institucional de haver o parcelamento feito pelo Chefe do Executivo tempestivamente. É grave e sério saber se existiam precatórios. Existia o que parcelar? E hoje já há processos em que se sabe, com certidão expedida pelo Tribunal de Justiça da unidade da Federação, que não havia. Portanto, está estabelecida a premissa, a ser conferida pelo Relator, de que não havia precatórios, não houve parcelamento e, por não haver o que parcelar, não se poderia financiar o inexistente. Como é que se pode financiar uma parcela de um todo que não existe e não foi parcelado no tempo devido?

Sr. Presidente, considero isso fundamental para que o Relator possa escrever seu relatório. E pretendo apresentar essa tese para demonstrar que os que imaginam que o Senado tem que sair por aí a dar explicações devem-se colocar em termos. Por quê? Repito: se por razões de mercado o Banco Central desaconselhasse, o Senado não poderia dizer "não". É discutível, mas, pelo art. 33, é um direito fazer a emissão do título correspondente à parcela – desde que ela tenha sido parcelada. O que não pode ocorrer é o que ocorreu com algumas unidades da Federação, que não tinham parcelado, não tinham o que parcelar e forjaram, Sr. Presidente, fraudulentamente, com corrupção. Isso tem que ser distinguido.

Os que pretendem colocar tudo no mesmo rolo para se isentarem de responsabilidades, para atemorizarem Senadores, esses têm que ser identifica-

dos no relatório. Ninguém vai ficar intimidado por quem praticou fraude. Quem praticou fraude vai ter a fraude colocada na sua testa. E os que participaram disso também, ou seja, os que ajudaram, os que se fazem de desentendidos e que participaram ativamente da confecção de fraude. Gente que assinou exposição de motivos e que ensejou emissão de ordem de serviço fraudulenta vai ser apontada por mim também, não por meio de matéria paga, porque não tenho o que pagar, não tenho Renê para pagar por mim. Não vou citar o nome agora, mas no momento oportuno e serenamente vou fazê-lo.

Se alguém imagina que vai me atemorizar, publicando matéria injuriosa, bateu na pessoa errada. Peço desculpas se aqui exorbitei. Ontem eu disse: a primeira parte, vou falar no plenário; a segunda, na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência lhe garante a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Especialmente porque circulou no meu Estado que o Partido político presidido pelo Senador Casildo Maldaner ia pedir a minha destituição da CPI. Gostaria que fosse feito o pedido. Eu gostaria que fosse feito o pedido aqui, que alegassem qual é a suspeição que me lançam, porque recaído em matéria paga, repilo. Não aceito que gente afeita à fraude, gente que pagou 33 milhões...

Hoje, estamos brigando para aprovar uma rolagem da dívida de Santa Catarina. Dei parecer favorável. Isso envolve uma quantidade que vale, por exemplo, um vetor. Vetor é a nova unidade monetária criada em Santa Catarina. Vamos supor que um vetor seja equivalente a 33 milhões. Qual foi o deságio? Dois vetores e meio, ou seja, 87 milhões.

Peço desculpas. Esta é a minha tribuna, Sr. Presidente. Não tenho revista, não tenho jornal, não tenho rádio, não tenho televisão e não tenho Renê para pagar **outdoor**, para publicar artigos a pedido de jornais e muito menos para distribuir revista em repartição pública. Não tenho isso e não quero ter. Mas quero ter a liberdade de tomar um pouco da paciência dos meus Pares para dizer que isso não me assusta.

Se alguém, seja quem for, desejar inquirir a minha suspeição nesta Comissão, deve fazê-lo aqui. Eu o respeitarei, eu o ouvirei com muita humildade e colocarei as minhas respostas. Mas não vou admitir que se estabeleça, com a minha omissão, a idéia de que o Esperidião Amin anda sentindo medo. Lá em casa, ninguém vai acreditar nisso e nem vai saber o porquê disso.

Sr. Presidente, para concluir, faço um pedido formal para que, por favor, a CPI aprecie, o mais rápido possível, os 10 processos que são objeto do

nosso plano de trabalho; estou pedindo apenas que seja feita essa apreciação no menor prazo possível. Se disto demandar a apreciação de outros processos, isso deve ser feito, sem nenhum embaraço.

Sr. Presidente, formalmente, venho pedir a V. Ex^a e ao ilustre Relator que aprazem o término da apreciação das resoluções que resultaram dos processos que fazem parte do plano de trabalho. Peço encarecidamente a V. Ex^a que aceite o meu pedido de desculpas, se me exorbitei aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, em primeiro lugar, a Presidência deve dizer a V. Ex^a que não há nenhuma exorbitância de sua parte. Em segundo lugar, V. Ex^a está numa reunião de trabalho e, portanto, fora da chamada inquirição feita pela CPI. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que a Presidência deve dizer, não a V. Ex^a e aos demais Senadores que conhecem a matéria, que V. Ex^a só sairá desta Comissão se assim entender a Liderança do seu Partido, a quem cabe a indicação. De modo que só aqueles que não conhecem como se processa o Regimento do Senado poderiam falar em suspeição de V. Ex^a perante esta Comissão.

V. Ex^a foi citado. Quer usar da palavra? Depois, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Quero comunicar que há três requerimentos sobre a mesa. Antes de V. Ex^a falar, enquanto há **quorum**, vou colocá-los em votação, porque são da maior importância.

O eminente Senador Romeu Tuma requer que o BCN forneça cópia dos documentos para a abertura de conta em nome de Pedro Paulo Velasquez Romero, que está sob suspeita de ter usado documentos falsos. Esse é um dos nomes usados para a circulação de cheque. Isso já justifica o requerimento de V. Ex^a.

Como se manifesta o Relator? V. Ex^a está de acordo?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Romeu Tuma também pede que sejam fornecidos extratos bancários dos Fundos de Investimentos mantidos no Banco Dimensão, citados por Paulo Messer – os Bancos citados são World

Trust e MTB Bank de Nova Iorque -, referentes ao anexo IV. É isso, Senador Romeu Tuma?

Qual é a opinião do eminente Senador Roberto Requião?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Chamo a atenção para o terceiro requerimento, de autoria da Senadora Emilia Fernandes. A Senadora solicita a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Katsumi Kihara, do Bradesco. Justifica o seu pedido à vista da referência do Sr. Augusto Cesar Falcão de Queiroz e Edson Ferreira, da Paper DTVM, sobre a autorização da Paper como intermediária do Bradesco.

Tem a palavra o eminente Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É pertinente esse pedido de quebra de sigilo e deve ser acompanhado com pedido de urgência, porque estamos na fase de complementação da CPI e não podemos mais ficar esperando 60 dias por uma resposta de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É sobre a matéria, Senador Vilson Kleinübing?

O SR. VILSON KLEINÜBING – É sobre o segundo requerimento que V. Ex^a leu, Sr. Presidente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sobre esse requerimento que está sendo lido, eu só acrescentaria que há confirmação do próprio Sr. Edson, em depoimento à Polícia Federal no final de semana, de que ele realizava as operações segundo orientação específica desse Diretor do Bradesco. Portanto, entendemos que precisamos comprovar, de certa forma. Estamos diante de uma negociação de 300 mil títulos, dos quais praticamente 95% foram negociados diretamente entre a Paper e o Bradesco. Penso que é importante que se dê o tratamento que vimos dando em relação à confirmação de contatos e indicações que possam ser úteis ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Algum dos Srs. Senadores deseja discutir o requerimento? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Vilson Kleinübing, o segundo requerimento, sobre o qual V. Ex^a deseja esclarecimentos, é sobre o Banco World Trust?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Por similaridade, eu queria lembrar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Do Sr. Pedro Paulo Velasquez Romero? Do Banco Dimensão, citado por Paulo Messer?

O SR. VILSON KLEINÜBING – V. Ex^a se lembra que, no depoimento do Sr. Fausto Solano Pereira, ele comprometeu-se com esta CPI de comprovar o seu depoimento, demonstrando que tinha U\$1,8 milhão naquela agência bancária nas Ilhas Cayman?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim.

O SR. VILSON KLEINÜBING – V. Ex^a atentou para o fato de que não tivemos sucesso em obter essa comprovação, por meio de uma solicitação ao seu advogado para que nos informasse sobre a questão? Baseado nessa observação feita hoje sobre aquele outro requerimento que V. Ex^a me pediu para aditar, eu gostaria que fosse feito um requerimento igual àquele. E que o Sr. Fausto Solano Pereira nos desse uma procuração junto àquele banco, do qual não me lembro o nome agora, que era aquele que tinha esse U\$1,8 milhão, para que obtivéssemos a informação precisa sobre quem depositou aquele dinheiro e para onde foi transferido, que faz parte do seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Submeto o requerimento do eminente Senador Vilson Kleinübing, nas mesmas condições do requerimento aprovado anteriormente.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É pertinente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito à Secretaria que, em comum acordo com o Senador Vilson Kleinübing, ultime o expediente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, estou formalizando mais um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Em face das citações dos proprietários da Paper DTVM e as

pessoas de Edson Ferreira e Tarimba, estou solicitando a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de Edson Ferreira, Júlio Bitencourt Fabriani e da própria empresa Tarimba.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção para o requerimento, que é de quebra de sigilo.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a justifica em razão dos depoimentos aqui prestados?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o eminente Senador Casildo Maldaner.

Senador Esperidião Amin, peço a atenção de V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, fui citado, e é claro que não poderia deixar passar, até porque há um ditado que diz que quem cala consente. Não há a menor dúvida de que o conteúdo dessa revista de circulação nacional, no último fim de semana, gerou a discussão que está em pauta, gerou divergências ou suscitações das mais diversas, até em função de fatos que muitas pessoas nem tinham conhecimento.

A matéria refere-se diretamente ao meu Estado. Ontem, segunda-feira, reuniões aconteceram e sugestões das mais diversas ocorreram devido a fatos novos. Meu Estado e meu Governador estão em tela. Vários companheiros levantaram hipóteses sobre as mais diversas possibilidades.

Sr. Presidente, quero deixar muito claro perante os colegas que não tem partido deste Parlamentar nenhuma afirmação que iria, nesta noite ou em qualquer momento, suscitar o afastamento de quem quer que seja desta Comissão. Hipóteses têm sido levantadas pela imprensa, mas deste Parlamentar não. Inclusive, uma revista de circulação nacional de domingo vêm trazendo fatos novos.

Esta Comissão foi criada por sugestão do meu Líder, para que se levantassem os títulos emitidos em 95 e 96. Pelos fatos novos, vimos que a origem disso está em 91 e 92, em São Paulo. Descobrimos também, por essa revista nacional, que o disquete, a origem está em São Paulo. Eu não sabia.

Sr. Presidente, questiono-me, neste instante, se o trabalho da Comissão não seria mais completa se retroagisse para buscar a origem, para que, na verdade, este Senado, esta Comissão conclua o trabalho perfeito ou, pelo menos, o melhor possível.

Alguns colegas já conheciam os caminhos, Sr. Presidente. Pelos últimos acontecimentos, há quem já conhecia os caminhos e quem participava dos caminhos. A Comissão está aí para analisar 95 e 96. Não sei se os títulos emitidos anteriormente para pagar precatórios foram cumpridos à risca, se atenderam aos quesitos do art. 33 das Disposições Transitórias. Não sei se esta Comissão vai analisar isso ou não.

Por isso, questiono o meu voto em função dos fatos novos para, quem sabe, isentar e não para condenar ninguém. Suspeição não faz parte dos meus princípios de forma alguma, Sr. Presidente, nobres colegas.

Para que a transparência impere em primeiro lugar, Sr. Presidente, nobre colegas, em nenhum momento, procurei prejudicar quem quer que seja, em nenhum lugar, nem o meu Governador, tampouco outro Governador que esteja arrolado ou qualquer Prefeito que esteja sendo analisado.

Há colegas que já fizeram isso, que têm prejudicado. Tenho procurado ser justo e tenho procurado não me isentar. Sr. Presidente, nobres colegas, em não prejudicando, tenho aguardado os momentos corretos. Penso que temos a obrigação de levantar e aplicar aquilo que é certo. Mas em nenhum momento procurei prejudicar quem quer que seja. Repito isso.

Gostaria, Sr. Presidente, nobres colegas, de dizer ao meu colega Senador Esperidião Amin que na minha casa, no meu rebanho, junto aos meus companheiros, e até com o meu velho pai sempre têm dito: meu filho, não nasceu quem possa lhe assustar. Não tenho medo de debate, Senador. Aqui não podemos ter esse medo. Somos homens públicos. Devemos ser transparentes. Temos que debater todos os assuntos com muita transparência.

Nunca prejudiquei ninguém. Nunca tentei destituir qualquer colega. De jeito nenhum! E não vou aceitar – V. Ex^a entende porque também preside um Partido político – não vou aceitar a pecha de que tenha Renê em um Partido legalmente constituído no País, que é o Partido que presido. Ainda mais hoje que existe um fundo partidário estabelecido pela legislação eleitoral. Não posso aceitar isso! Aquilo que subscreve o Partido do qual sou presidente, aquilo que minha executiva disser que é nosso, não vou aceitar que haja Renê nenhum. Pode haver, poder haver alguma coisa apócrifa, que eu não endossar –

o que já ocorreu. Eu já disse ao Senador Esperidião Amin que aquilo não partiu do PMDB – há documentos que não partiram do PMDB – aquilo que não partiu do nosso Partido não é Renê. E já tenho dito isso a V. Ex^a. Então, não vou aceitar.

Quanto ao arquivo, devo examiná-lo. Tenho de trazer ao Partido, para verificar se é do Partido ou não. Se é do Partido, eu assumo a responsabilidade. Mas não posso levar para casa uma pecha de Renê dentro de um Partido organizadamente preparado, obedecendo aos estatutos de acordo com o fundo partidário permitido no País hoje. É um Partido que presta contas das suas contribuições.

Quero finalizar. Não quero polemizar. Sr. Presidente, nobres colegas...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a, Senador, continua com a palavra assegurada.

O SR. CASILDO MALDANER - Quero, estou muito tranqüilo. Não tinha idéia. Não esperava que o meu colega de Santa Catarina fosse levantar esse particular na tarde de hoje e no início desta noite. Não imaginava. Conversamos hoje na Comissão de Economia do Senado ao meio-dia, quando analisamos uma das rolagens de títulos públicos de Santa Catarina, títulos que não são para pagamentos de precatórios. Estavam presentes os três Senadores de Santa Catarina. Por sinal, o Senador Esperidião é favorável. O Senador Vilson Kleinübing é também favorável. Discutimos isso.

Não se falou sobre o assunto. Nem me passava pela cabeça que esta noite enfrentaríamos este momento aqui na Comissão. Em absoluto!

É verdade que fatos novos surgiram e que me questiono e que o debate, para o bem da transparência, é fundamental. É. Agora, em nenhum momento me passou pela cabeça afastar um colega. E não há Renê no partido político. O debate está colocado. Não podemos fugir dele. Também não quero me isentar em momento algum. Em qualquer momento em que precisar que haja transparência, em que surgir o nome do nosso Estado, ou o nome de qualquer outro governador ou prefeito, quero estar aqui para o debate a qualquer hora.

Sr. Presidente, nobres colegas, digo isso para que não parem dúvidas sobre o que foi falado.

Que foram suscitadas dúvidas e fatos novos, não há dúvida. Não pretendi melindrar quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O direito de resposta de V. Ex^a já foi exercitado. V. Ex^a já mostrou que não prestou nenhuma declaração no sentido de pedir afastamento de ninguém. A situa-

ção está bem esclarecida. Tem V. Ex^a a palavra, Senador Roberto Requião.

Antes de dar a palavra ao Senador Requião, a Presidência pede que transmitam à imprensa que, por gentileza, permaneçam os senhores profissionais que o Senador Roberto Requião, por intimação da Presidência e aceitação de S. Ex^a, vai conceder um **briefing** à imprensa tão logo terminem os nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Casildo, há um nexo de causa e efeito entre os relatórios atuais e a evolução dos relatórios. Supotado nesse nexo de causa e efeito, como Relator, determinei o estudo de todos eles. Vamos estudar todas as resoluções para entender a evolução das Resoluções do Senado Federal.

Foi uma sugestão do Senador Esperidião Amin hoje, mas S. Ex^a já havia conversado comigo antes e eu já havia determinado ao nosso assessor Dr. Délio que iniciasse esse tipo de trabalho. Desde a primeira resolução até a última.

Por outro lado, quero deixar um depoimento pessoal como Relator. Eu e V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, somos do mesmo Partido e tenho certeza de que o nosso mandato de Senador, num caso como o da CPI dos Precatórios está acima dos Partidos. Estamos aqui em busca da verdade.

A nossa intenção é parar uma sangria ao Erário de Municípios e de Estados, denunciar para a população o que ocorre e, na medida do possível, concentrar todos os nossos esforços na mudança da legislação que for da nossa competência para evitar que isso ocorra. Eu poderia dar um testemunho em relação ao nosso comportamento na CPI, mas quero dar um testemunho em relação ao comportamento do Senador Esperidião Amin.

O Senador Esperidião Amin, que é Presidente do PPB, não obstruiu uma única medida proposta por esta Relatoria, que se referisse à quebra de sigilo, à convocação e à investigação em Município governado pelo seu Partido. O comportamento do Senador Esperidião Amin nesta Comissão é exemplar. É o comportamento de um Senador do Brasil, de um Senador do povo de Santa Catarina, muito mais do que um Senador do PPB.

Tenho dito muitas vezes que, acima dos Partidos, está a nossa consciência. Depois da nossa consciência está o interesse nacional. Em terceiro lugar, para nós que fazemos política, pode vir o Partido Político. E, finalmente, Senador Casildo Maldaner, nós que somos do velho MDB de guerra, curti-

dos por meio de longas caminhadas políticas, não podemos aceitar a velha tática da desqualificação dos Senadores que participam de uma CPI por intermédio do sistema antigo de levantar velhas notícias.

No momento, vejo que notícias sobre a CPI surgem velhas notícias e notícias verdadeiras. As velhas notícias não são verdadeiras. Velhas notícias e notícias novas. As velhas notícias não são verdadeiras e as novas notícias também estão carecendo de um suporte mais concreto.

O exame da situação do Governo do Senador Esperidião Amin em Santa Catarina pode e deve ser feito pela Assembléia ou até pelo Congresso Nacional – se alguém propuser uma CPI – mas, no momento em que ele está aqui com um dos juízes na mesma condição de todos os Senadores, a tentativa de desqualificação do Senador Esperidião Amin, por intermédio de notícias vinculadas de forma pesada pela imprensa parece a mim uma tentativa fracassada de realizar a defesa impossível, a defesa pela desqualificação de juízes. Isso não vai dar certo.

Tenho certeza, Senador Maldaner, que V. Ex^a pensa exatamente como eu, mas não vamos admitir que no momento em que estamos aprofundando as investigações que chegam na reta final das conclusões que a tentativa de desqualificação de Senadores coloque uma nuvem que venha a toldar a nossa visão. Eu já fui objeto disso nesta CPI. As acusações que fazem ao Senador Esperidião Amin são pequenas perto das acusações que tentam fazer ao Senador Roberto Requião no meu próprio Estado, Paraná. Mas isso não deve nos intimidar. E o julgamento do comportamento dos Senadores talvez possa ser feito ao fim, quando apresentarmos o relatório e observarmos como vota abertamente, diante das câmeras de televisão, cada um de nós.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Ex^a me permite um aparte, Senador? Apenas um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, V. Ex^a tem a palavra agora. A Presidência lhe assegura a palavra porque foi citado mais uma vez. A Presidência lhe assegura. Espero, tão logo termine, encerrar esta reunião...

O SR. CASILDO MALDANER – Serei breve, Sr. Presidente. Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, use a palavra, de acordo com a sua consciência, sobre o primeiro item citado pelo Senador Roberto Requião. Não tenha a preocupação...

O SR. CASILDO MALDANER – Nem quero tomar o tempo. O que não pode é dar a entender, pelo

que à primeira vista deu para sentir, que o Casildo Maldaner, de um certo modo, é que provocou esse **affair** neste fim de semana. Eu ou meu Partido. Não foi. Meu Partido não. De forma nenhuma. Ainda hoje à tarde, o eminente Senador Relator Roberto Requião disse que havia um mal entendimento entre a **Folha de S. Paulo**, o Vice-Presidente do Bradesco e a pessoa dele, que é assunto meu em relação a ele, que seria entre a **Folha de S. Paulo** e o Vice-Presidente do Bradesco, e que se entendessem.

Creio que o assunto veiculado por um jornal de circulação nacional neste fim de semana nada tem que ver com o PMDB ou com o Casildo. Penso que o assunto é entre o jornal e o... Não posso aceitar, de forma nenhuma, em absoluto. E não tenho levantado... de forma nenhuma. Apenas que alguns fatos foram trazidos e nem... ou coisa parecida. Apenas que, em relação ao que se analisa aqui, são alguns fatos dos quais não tinha conhecimento. Isso sim.

E até trago aqui hoje, e disse antes, que fiquei sabendo por ali, e as pessoas falam, que começaram em 91, 92, quando a Prefeita Luiza Erundina assumiu a Prefeitura de São Paulo. Depois veio o Prefeito Paulo Maluf. Eu não conhecia essa história, quero ser muito sincero. Não conhecia e naturalmente as pessoas começaram... Isso foi ontem. Não fui eu quem suscitou isso e nem meu Partido. E também não posso, enquanto presido uma instituição legalmente constituída, aceitar préstimos de qualquer coisa que..... ou coisa que o valha dentro da instituição. E não admito quanto aos partidos políticos. Não admito. Não posso admitir. Só quero deixar isso muito claro, com muita sinceridade, nessas poucas palavras, Sr. Presidente e nobres Colegas.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra para uma questão de ordem. Em seguida, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A respeito do requerimento que apresentamos e que foi recentemente aprovado, até para que a instrução desse requerimento tenha um encaminhamento necessário para os trabalhos da CPI, gostaria, Sr. Presidente, de registrar que, quanto aos telefones – principalmente os que estão incluídos na questão da quebra de sigilo do Sr. Katsumi Kihara, do Bradesco -, é importante que se encaminhe solicitando os telefones pessoais e os que eram utilizados sob sua responsabilidade no Banco Bradesco. Precisamos dessa informação. Do contrário, teremos parte das informações e certamente as operações, que é o assunto

que nos interessa, tratadas, se é que eram tratadas conforme os depoimentos, como deveriam ser tratadas dentro do local de trabalho.

Que V. Ex^a encaminhe da melhor forma possível, dentro de seu entendimento, a forma como teremos acesso a essas informações, que são importantíssimas e indispensáveis para os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Secretaria dirigirá o expediente ao Presidente do Bradesco solicitando que sejam fornecidos todos os telefones nos quais o Sr. Katsumi atua dentro do Bradesco. V. Ex^a não pediu os telefones particulares, apenas os do Banco.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não, os dois.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E os particulares: residência e celular. A Secretaria anotará. Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, o Senador Casildo Maldaner aqui estava dizendo que conheceu fatos sobre os quais não tinha conhecimento, relativos a 1991 e 1992. Alguns dos fatos relatados pela revista **IstoÉ** contêm erros, e é importante esclarecê-los.

Quero ler a carta que estou encaminhando ao diretor de redação, Hélio Campos Mello, da revista **IstoÉ**, nos seguintes termos:

Na reportagem intitulada "Mapa da Mina", publicada na edição dessa revista do último 30 de abril, há erros factuais.

Ela informa que eu teria tido dois comportamentos diferentes na votação da matéria relativa à autorização para emissão de títulos sobre pagamento de precatórios para a Prefeitura de São Paulo. Um, enquanto ainda disputava a eleição para prefeito, em 1992, e outro, após a eleição.

É preciso deixar claro que 17 de dezembro de 1992 já era o segundo dia após o segundo turno das eleições, dia da votação da matéria. Dia 15, foi a eleição, Sr. Presidente. Dia 16, lembro-me com clareza, dei entrevista à imprensa em São Paulo sobre o transcorrer das eleições. E cheguei aqui dia 17, cedo. A primeira coisa que fiz foi ir à Comissão de Assuntos Econômicos, onde houve uma reunião, e o Senador Mário Covas proferiu um parecer sobre aquela autorização. Não tive tempo de examinar com toda minúcia.

Portanto, não poderia agir na expectativa de ainda poder ganhar o pleito disputado pelo Sr. Paulo Maluf, como diz a revista.

Logo que notei que a certidão negativa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estava ex-

pirada – e isso ocorreu em dezembro -, cumpri com meu dever, pedindo vista para que fosse regularizado.

O outro ponto é que a mesma matéria omite que, na ocasião em que a Prefeita Luiza Erundina encaminhou pedido para que o Senado autorizasse emissão de títulos para pagamento de precatórios, já se estava considerando dentro da legalidade a correção monetária das primeiras parcelas, conforme permitia o art. 33 das Disposições Transitórias da Constituição, o que a matéria não esclarece. Como se tivesse sido um erro de Luiza Erundina. E não é erro.

A diferença entre o procedimento da Prefeita Luiza Erundina e a Administração posterior é que, a cada pedido de autorização ao Senado para emitir tais títulos, Luiza Erundina teve a preocupação de demonstrar que os recursos haviam sido utilizados especificamente para aquela finalidade.

Esse é o termo da minha carta, mas, agora, eu gostaria de esclarecer um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a encaminhe, por gentileza, porque a Presidência vai determinar a juntada aos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Há pouco, o Senador Esperidião Amin estava mencionando os detalhes do art. 33, as parcelas... Há um outro detalhe, que inclusive é de preocupação do Senado como um todo: o art. 33 autoriza que os prefeitos ou os governos estaduais emitam títulos no exato montante – tem essa palavra – dos precatórios a pagar. Então, obviamente, uma das questões que nós estaremos examinando, sobretudo no exame do relatório final, será em que medida foi no exato montante dos precatórios a serem pagos, permitindo o art. 33 que haja correção monetária.

Portanto, uma interpretação incorreta da revista, no meu entender, é que se procurou atribuir, em 1992, ao procedimento da Prefeita Luiza Erundina, como se lá se estivesse agindo de maneira incorreta.

Estava, sim, trabalhando Wagner Baptista Ramos na Prefeitura. Deve ter colaborado, imagino, para que fossem feitos os cálculos de correção monetária. Já o Tribunal de Justiça estava determinando que o pagamento fosse feito com correção monetária. Estávamos vivendo um período de inflação alta. Portanto, não está nisso o erro; o erro veio depois, quando foram feitos cálculos para além dos oito oitavos a serem pagos.

Outra questão importante refere-se à destinação dos recursos, um dos temas que vamos aqui

ainda debater com maior minuciosidade, acredito, inclusive quando da vinda do Prefeito Celso Pitta, do ex-Prefeito Paulo Maluf, de cada um dos Governadores, de cada um dos prefeitos. A questão é exatamente esta: em que medida os recursos utilizados com a finalidade de pagar precatórios foram utilizados para outra finalidade?

Alguns Chefes do Executivo estão dizendo que, desde que isso seja feito a longo prazo, tudo bem. Essa será uma questão que devemos interpretar. Por exemplo, 1993-1996 foi um período em que os recursos emitidos para fins de pagamento de precatórios deveriam ser usados para aquela finalidade, ou valeria que os recursos para pagamento de precatórios, mesmo de títulos emitidos em 1995, em larga quantia pudessem ser utilizados para pagar obras, outras finalidade, e daí, em 1997 e 1998, pagar os precatórios? É isso algo admissível?

Outra questão, Sr. Presidente, que gostaria de deixar aqui para reflexão, inclusive do Sr. Relator: em que medida há responsabilidade do Chefe do Poder Executivo? Houve ato de ofício ou não? Por exemplo, o Chefe do Executivo encaminhou ao Senado o pedido de autorização da emissão de títulos para pagamento de precatórios? Se o Chefe do Executivo encaminhou ou não para a respectiva Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal uma mensagem de ajuste do Orçamento segundo a qual, com os recursos arrecadados para a emissão de títulos para pagar precatórios, estava, com clareza, destinando os recursos para outras finalidades que não o pagamento de precatórios, e assim por diante?

São reflexões importantes para o nosso exame nesta fase final.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem. A Presidência agradece a contribuição.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de dar a palavra a V. Ex^a, gostaria de indagar se todos os eminentes Senadores já receberam cópia do parecer do eminente Procurador-Geral da República.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a recebeu?

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, uma pergunta. Não teríamos o voto do Relator também?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, porque o Relator encaminhou ao Procurador-Geral da República, que manifestou a sua opinião e entregou. E estou informado, inclusive por um dos nossos colegas, de que seria julgado amanhã, mas, à vista da manifestação do Procurador-Geral da República, o Relator deixou para a próxima semana o seu voto.

O SR. PEDRO SIMON - Quanto ao voto do Relator, nós aqui, pelo pensamento do Procurador, adivinhamos o que disse o Relator; mas se tivéssemos o pensamento do Relator...

O SR. SENADOR - Mas foi só uma liminar.

O SR. PEDRO SIMON - Sim, mas a liminar é do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem na liminar. V. Ex^a não tem a liminar?

O SR. PEDRO SIMON - Não tenho a liminar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência pede à Secretaria que faça chegar a liminar às mãos dos eminentes Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de compartilhar da dúvida do Senador Pedro Simon, pelo seguinte: houve uma liminar, essa nós temos. O que não temos - e aí dou razão - é a confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É a confirmação posterior, na qual o Relator diria que, com as minhas informações, se houvesse um fato novo, S. Ex^a voltaria a examinar a liminar.

Houve um fato novo, que foi mostrar que a determinação é do juiz. S. Ex^a, então, preferiu remeter para o Plenário. Ao remeter para o Plenário, nesse despacho, afinal, determinou que o Ministério Público, com a máxima urgência, se manifestasse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É esse o despacho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O segundo despacho, confirmando a liminar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Posterior às razões que V. Ex^a apresentou; esse, nós não temos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Serão distribuídas cópias aos Srs. Senadores.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, gostaria de receber as duas cópias. Quero, também, felicitá-lo pelo trabalho que V. Ex^a, em nosso nome, levou ao Supremo Tribunal. Quero dizer da sua competência, da sua seriedade e do conteúdo do seu trabalho.

Lamento as circunstâncias que levaram ao debate entre o Presidente do Senado e o Presidente do Supremo. Respeito o Presidente do Senado, que preside a nossa instituição, e tenho o maior carinho, o maior respeito e a maior admiração pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Digo a V. Ex^a, com toda a sinceridade, que esse assunto é do maior significado. Com todo o respeito à decisão do Supremo - que devemos cumprir -, estou numa expectativa muito grande. Volto a repetir o que disse anteriormente: nesses últimos

anos, Sr. Presidente, no que tange a combater a impunidade, no que tange a fazer alguma coisa para tentar modificar essa perplexidade da sociedade brasileira, o Congresso Nacional esteve na frente com a CPI que terminou por afastar, democraticamente, o Presidente da República; esteve na frente ao provar os escândalos na Comissão de Orçamento - cortando a própria carne; está na frente, inclusive agora, com V. Ex^a, que realiza esse trabalho delicado. Vimos a atuação de dois ilustres Parlamentares de Santa Catarina, dois Presidentes de Partido que agem com a competência necessária. Veja como o assunto é delicado e difícil. V. Ex^a e o Relator conduzem os trabalhos adequadamente.

Volto a repetir, dirigindo-me aos ilustres membros do STF: aqui estão os representantes da Justiça, da Procuradoria, do Banco Central, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas, que fazem uma mescla em torno de um trabalho... Volto a fazer um apelo a esta Comissão: esse grupo de trabalho não pode ser desfeito com o fim desta CPI. Faço esta proposta: encerrados os trabalhos desta CPI, esse grupo de trabalho deve continuar junto para estudar de que forma levaremos adiante o combate à impunidade e a ação da sociedade brasileira. O que não se pode, com todo o respeito, é repetir o que ocorreu nesta CPI, que se dividiu em duas partes: antes e depois da liminar do Ministro. Antes, as testemunhas vinham com certo receio, com certa preocupação, porque estavam depondo e tinham a preocupação com o que iam dizer; depois, elas vieram para cá com certa ironia. Eu, que participei de várias CPIs, nunca tinha visto uma testemunha, com certa arrogância, olhar para o Parlamentar e dizer: isso pode atingir meus direitos, isso pode me prejudicar, isso pode me incriminar. Essas coisas nunca tinham acontecido na história da CPI. E foi o que resultou da liminar do Sr. Ministro.

Não me parece, Sr. Presidente, em uma hora tão delicada como esta...

O que interessa é que os Três Poderes encontrem uma forma não de auto-afirmação, não de vaidade, não de pretensão... Juro a V. Ex^a que não estou preocupado em saber... Para mim, não há dúvida nenhuma de que a CPI tem o direito de fazer... Mas não é essa a minha preocupação, Sr. Presidente. Juro por Deus que não estou preocupado com a auto-afirmação da vaidade; minha preocupação é no sentido de encontrar uma forma de encaminhamento. Nós não estamos usando isso corretamente. Parece-me que o Supremo, pela vaidade de achar que estamos nos imiscuindo no que não é nosso, está

agindo desse jeito; penso, contrariamente. Apelo para S. Ex^a, como Presidente desta Casa, a fim de que mantenha esse grupo de trabalho. É preciso que venha um representante do Supremo para debatermos o que fazer depois. Espero com a maior tranquilidade um voto do STF no sentido de acatar o seu parecer e suas manifestações.

Digo isso com todo o respeito ao Ministro – decisão de Ministro se cumpre; mas bote infelicidade nessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Senadores, antes de fazer uma apreciação sobre os contatos que mantive, em Nova Iorque, com os escritórios que podem rastrear as contas, os cheques e o dinheiro a pedido da CPI, quero fazer também uma observação, como Senador de Santa Catarina, sobre essa questão que envolveu a revista **IstoÉ** e o Senador Esperidião Amin, neste final de semana. Eu o farei de uma forma rápida, até para que o Presidente e os companheiros da Comissão saibam o que está acontecendo no nosso Estado.

Entre outros assuntos, todas as eleições de Santa Catarina, desde 1986, foram levantadas pela revista, e nunca ninguém criou, em Santa Catarina, uma CPI ou uma denúncia formal na Justiça ou questão parecida, para levar esse caso adiante.

Fiquei chocado, porque a revista publicou a matéria de página; um jornal do nosso Estado, a pedido, publicou, em meia página, um discurso do Governador e, no mesmo jornal, já havia declarações e matérias de algumas autoridades públicas de Santa Catarina sobre a matéria da revista **IstoÉ**. O discurso que está colocado na página inicial do jornal não tem nada a ver com a matéria da revista.

Sistematicamente, em matéria paga, estão dizendo em Santa Catarina que o Senador Vilson Kleinübing e o Senador Esperidião Amin estão traindo o Estado. Estão tentando tirar de nós o direito de fiscalizar Santa Catarina, direito que o povo nos deu por eleição.

Então, quero também deixar registrado o meu protesto sobre isso, até porque eles deveriam tratar isso de outra maneira. Em vez de gastar tanto dinheiro com matéria paga – não estou fazendo nenhuma acusação, mas alguém está gastando dinheiro com matéria paga -, deveriam oferecer as denúncias e encaminhá-las para cá.

Neste final de semana, pode ter sido o Senador Esperidião Amin; no próximo, poderá ser o Senador Vilson Kleinübing; no futuro, em relação a ou-

tro assunto, outra matéria, poderá ser o Senador Casildo Maldaner.

A única forma de isso ficar transparente é a seguinte: encaminhem qualquer tipo de assunto para a CPI examinar.

Tenho de deixar essa solidariedade, Senador Bernardo Cabral, porque não tivemos oportunidade – nem o Senador Esperidião Amin, nem o Senador Vilson Kleinübing – de fazer a defesa de Santa Catarina, quando a matéria foi votada no Senado, porque um estava em licença e o outro, em tratamento de saúde. Agora é nosso direito, nosso dever, nossa obrigação fiscalizar e acompanhar as questões de Santa Catarina.

Com relação ao relatório, queria fazer comentários muito rápidos e mais uma solicitação a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção dos Srs. Senadores, porque o Senador Vilson Kleinübing está fazendo um relato.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Ex^a me permita um aparte, senão terei de pedir para falar depois, já que o Estado está sendo citado. É para não voltarmos ao assunto depois.

Não compreendo por que um jornal de Santa Catarina anunciou antes de a revista circular.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Foi na segunda-feira seguinte.

O SR. CASILDO MALDANER – Na segunda-feira, como?

O SR. VILSON KLEINÜBING – A revista saiu no domingo, e, na segunda-feira, autoridades do Governo já estavam referindo-se à matéria, nos jornais, depois de lerem a revista.

O SR. CASILDO MALDANER – Outra observação: não é possível admitir, por outra situação, que estamos fazendo publicação de algo que não conhecemos. Quero deixar isso muito claro.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nem eu falei sobre isso.

O SR. CASILDO MALDANER – Também quero deixar claro, Senador, que não há como atribuir ao partido que eventualmente presido fatos que a revista está trazendo. Não é possível atribuir isso ao partido.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nem eu fiz isso, Senador Casildo Maldaner.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Tem a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O que deixei claro é que alguém – e não quero saber quem é –

está pagando, a pedido, publicações que estão circulando-pelos jornais da cidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Vilson Kleinübing?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Depois que falei, não quis interferir mais, mas o Senador Casildo Maldaner não entendeu bem o que falei e também não entendeu bem o que V. Ex^a falou. Eu queria sugerir ao Senador Casildo Maldaner que prestasse mais atenção, porque nem um nem outro falamos exatamente aquilo que V. Ex^a respondeu. V. Ex^a chegou a entender que o Senador Vilson Kleinübing tinha dito que o jornal anunciava uma coisa que não tinha sido publicada ainda. Não foi isso que ele falou. Só para V. Ex^a não ficar imaginando que o Senador Vilson Kleinübing e o Senador Esperidião Amin o estão acusando. Não houve nenhuma acusação. V. Ex^a está se defendendo de afirmação que não houve. Faço esse comentário para economia processual.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra, e este assunto está encerrado.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Dois advogados que representavam dois escritórios: um de Miami e um de Nova Iorque. Com o advogado que representa o escritório de Miami, conversei no domingo, assim que cheguei a Nova Iorque. Esse escritório trabalha, já teve que trabalhar situações semelhantes, não iguais à nossa. Fez um contrato com o Governo da Venezuela para procurar e rastrear recursos do narcotráfico, bloqueou as contas e recuperou o dinheiro. Além disso, o escritório também teve a oportunidade de trabalhar para o outro lado. Quer dizer, é um escritório profissional que trabalha com esse assunto. O que sondei? Sondei se é possível se fazer um contrato em que se receberia pelo sucesso e não pela tabela oficial. É possível fazer esse contrato. Há um mínimo necessário para custear despesas, pelo menos as iniciais. É possível encontrar, tendo a colaboração dos documentos da CPI, da Polícia Federal e do próprio Banco Central.

O segundo escritório, Sr. Presidente, já é formalmente contratado do Banco Central. E por ser contratado formalmente do Banco Central, vou dizer o nome do escritório: Arnold & Porter. Trata-se de um escritório que tem uma grande equipe e é contratado do Banco Central para cuidar dos interesses do Banco Central e do Brasil em questões que se referem ao direito americano, às leis americanas, sobre o que o Banco Central tem, normalmente, interesse de ter cobertura jurídica. Esse escritório contratado

do Banco Central está, neste momento, trabalhando duas questões importantes para o Brasil: a primeira foi a questão do INPS. Eles localizaram os recursos, já conseguiram o bloqueio e agora estão requerendo alguns documentos do Governo para fazer com que os recursos voltem para o País. Esse contrato não foi feito com taxa de sucesso, é um contrato normal que os advogados americanos cobram, que é por hora. Além disso, o Banco Central também trata com esse escritório de algumas questões pendentes a respeito do Banco Econômico. Também estão trabalhando nesse aspecto. Na sexta-feira, tivemos oportunidade de fazer um encontro do advogado de Miami com o advogado do escritório contratado do Banco Central. Eles conversaram, viram que poderiam fazer trabalhos complementares, porque precisa haver um processo de investigação e a contratação de investigadores especiais para isso. De tal sorte que assumimos um compromisso com eles. O que gostaria ainda, para completar o meu encargo, para completar o meu trabalho, é ter uma conversa com o próprio Banco Central. Talvez o Banco Central tenha que fazer um contrato independente da CPI em função do relatório Beron. Se for necessário o Banco Central fazer, o próprio contrato que o Banco Central faria para localizar os recursos que foram identificados como evasão de divisas, com algum complemento, pudesse fazer o trabalho de rastreamento dos nossos cheques que são, praticamente, das mesmas empresas citadas no Beron.

Então, peço autorização ao Presidente e ao Relator para conversar com a diretoria do Banco Central. Se essa providência for tomada, o assunto pode ser feito, quase que automaticamente pelo Banco Central, que decide...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Vilson Kleinübing, é evidente que todos nós queremos ir atrás desses recursos roubados dos Estados e dos Municípios. A minha dúvida – peço até a assessoria do Dr. Haroldo da Procuradoria-Geral da República – é quanto à titularidade do dinheiro roubado. Esse dinheiro foi roubado dos Estados e Municípios. Somos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, esse contrato teria de ser feito pela parte legítima – que não somos nós. Somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Creio que o Banco Central tem interesse nisso porque é um crime contra a ordem econômica, mas a titularidade dos recursos surrupiados, roubados, não é nossa. Nós temos que transformar isso numa recomendação. Nada impede que o Senador Vilson Kleinübing e outros comecem a conversar com o

Banco Central, com Estados e Municípios. Só não vejo, do ponto de vista jurídico – por isso apelo ao Dr. Haroldo -, a possibilidade de a Comissão Parlamentar de Inquérito, uma comissão investigatória de atos administrativos, como é da tradição da história da CPI em todos os parlamentos do mundo, ser parte legítima para fazer um contrato de busca de recursos de investigação, sim, mas da busca dos recursos, uma vez que ela não é titular deles. Creio ser complicado.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Vilson Kleinübing, peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos Srs. Senadores que deixem o Senador Vilson Kleinübing concluir seu raciocínio.

O SR. VILSON KLEINÜBING - A observação que o Senador Roberto Requião me fez, também foi feita pelos próprios advogados com quem conversei. Eles têm certeza de que o Senado não é a parte interessada. Agora, para investigar, sim. Para busca e apreensão, não. A busca e apreensão poderia ser feita – por isso quero ir ao Banco Central...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Pela CPI, enquanto ela funcionasse.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Exato. ...com uma recomendação nossa, até porque, fatalmente, quem vai pagar essa conta, durante um certo período, será a União, Senador Roberto Requião. Se os Estados não puderem resgatar os títulos imediatamente, o que irá acontecer? A União terá de financiar isso.

Agora, existe esse relatório e estou procurando encontrar a fórmula para que o Banco Central possa ter, ele mesmo, a condição de fazer os cálculos da emissão.

Concedo o aparte ao Senador Esperidião Amin. Depois, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A seguir, está inscrito para falar sobre a matéria o Senador Geraldo Melo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador Vilson Kleinübing, serei muito conciso, mas quero fazer duas observações.

Considero da maior importância que a CPI recomende, não que ela contrate, e no prazo que ainda temos de funcionamento como CPI, concretamente – não é uma recomendação vaga, uma indicação -, faça as tratativas, recomende e consiga ver ultimado, se possível, durante o período de existência da CPI, o contrato – aí vem uma suposição – entre o Banco Central e um escritório especializado,

para promover a busca desses recursos que, constatamos, foram desviados.

Querendo ou não, chegamos ao mercado financeiro. Não era nem o objetivo da CPI, mas chegamos ao mercado financeiro e constatamos essas fraudes que dizem respeito à sonegação, evasão de divisas e à corrupção que o mercado contem.

Não temos, como Senado, como CPI, a aptidão. A CPI porque é finita, tem um prazo que não pode ser prorrogado; e o Senado porque não é essa a sua função. Não temos aptidão, portanto, para ser a parte que vai contratar. Todavia, fazer essa recomendação – o segundo e último ponto -, com o detalhe que o Senador Vilson Kleinübing já nos traz, é um serviço indispensável que a CPI deve prestar ao País. Por quê? Porque a sociedade já constatou que houve desvio; já constatou que pessoas se locupletaram com dinheiro público; já sabe que dinheiro foi desviado para doleiros e quer saber quem ficou com quanto.

O Senado não tem aptidão para dar essa resposta, mas pode ajudar concretamente que uma entidade credenciada, contratada, a meu ver, pelo Banco Central, faça essa pesquisa exaustivamente. Só para terminar, Sr. Presidente, considero muito boa a sugestão de se remunerar essa entidade com o mínimo fixo e com uma taxa de sucesso pelo êxito que venha a obter. Isso é que é taxa de sucesso; não é aquela outra que nós examinamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a concede um aparte ao Senador Romeu Tuma?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Com muito prazer.

O SR. ROMEU TUMA – Só a título de colaboração, dentro mesmo desse aspecto que o Senador Vilson Kleinübing levanta, qual seja, o da importância de se rastrear os valores depositados no exterior frutos dessas operações, devo dizer que tenho mantido contatos, desde a primeira rogatória que foi feita em relação ao Sr. Wagner Baptista Ramos, com a Embaixada brasileira em Washington. O Conselheiro Antonino, com alguns contatos que fez com esse escritório contratado pelo Governo brasileiro para rastrear e processar a Sr^a Georgina, no caso do desvio do dinheiro da Previdência, tem passado algumas instruções sobre fatores importantes e que dizem respeito ao formalismo da Justiça americana, que é exercida Estado por Estado, funcionando, pois, com independência estadual.

Dessa forma, a própria rogatória que fizemos tem encontrado dificuldades nas providências, em obter respostas da Justiça americana, porque a ro-

gatória atende com presteza a oitiva de pessoas e informações, mas, quanto a bloqueio e devolução do dinheiro, é muito mais complicado, porque necessita de processo elaborado dentro dos Estados Unidos e que venha a comprovar que os valores foram fruto de ilícitos, o que está difícil ainda nesta fase do processo de investigação da CPI.

É importante que se faça esse rastreamento e se force esse escritório, que já está contratado, a que dê prosseguimento aos pedidos iniciais feitos pelo Presidente da CPI, mediante proposta do Senador Vilson Kleinübing e de todos nós. É preciso estimularmos que isso continue a ser feito.

Já, quanto a um novo contrato, não sei se terá um efeito ainda dentro desses trinta ou quarenta dias com respostas à CPI. Se conseguíssemos manter um contato com eles e insistíssemos no sentido de que se casasse esse trabalho que eles já estão fazendo para o Governo brasileiro, que continuasse em razão dessas denúncias que a CPI tem recebido, como é o caso do Beron, poderíamos levar para eles toda essa documentação, já que eles terão que abrir um processo nos Estados Unidos. Não é só com o nosso pedido que eles vão conseguir qualquer tipo de resultado em favor de nossas pretensões.

É isso o que tenho recebido em termos de informações. E a Embaixada tem trabalhado – inclusive desejo elogiar esse trabalho –, porque, sexta-feira, o Embaixador Paulo de Tarso conversou comigo e me enviou um fax, dizendo que deu conhecimento a V. Ex^a das providências que teria tomado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Romeu Tuma, o processo nos Estados Unidos só pode ser aberto depois de haver um processo no Brasil.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, se V. Ex^a me conceder mais uma semana de prazo, conversarei com a Diretoria do Banco Central para ver quais são as alternativas. Traria, daí, uma proposta concreta para a próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a está credenciado pela Presidência...

O SR. ROMEU TUMA – É bom falar também com o Ministério das Relações Exteriores, Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sr. Senador Geraldo Melo, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão e de Vice-Presidente do Senado Federal, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, creio que devo trazer uma informação que complementa outra que dei anteriormente e que se liga inteiramente com essa questão.

Fui informado aqui, hoje, que chegou ao meu gabinete, para que eu relate como membro da Mesa, um processo de interesse de uma empresa desse tipo, a Kroll, que já foi contratada no âmbito de uma CPI para realizar determinada tarefa, o que quer dizer que há uma experiência anterior de contratação, pelo Senado Federal, de uma empresa desse tipo para cumprir tarefas definidas por uma CPI.

O problema é que, infelizmente, a empresa está cobrando parte de honorários não pagos. Há, portanto, uma total conexão entre esse processo que me cumpre relatar e o assunto que está sendo discutido.

Desse modo, achei muito bom que o Senador Kleinübing tenha pedido mais uma semana de prazo, porque acredito que deveríamos reunir às suas informações as que vão resultar da apreciação desse processo, porque podemos tomar uma decisão de pé no chão, com base numa experiência concreta anterior.

Essa será a ocasião de se discutir, inclusive, algumas coisas que estão sendo ditas aqui e sobre as quais eu, pessoalmente, tenho dúvidas.

Na realidade, tenho muito receio de que o Congresso Nacional, por meio de uma CPI, conclua uma tarefa e transfira, por exemplo, para um órgão do Poder Executivo, a responsabilidade de complementar informações dessa natureza, e que fique evidenciado, depois, que a narrativa dessa decisão posteriormente seja a de que nós, no Congresso, resolvemos passar a mão pela cabeça de fulano ou sicrano, e foi preciso que o Poder Executivo viesse e complementasse o nosso trabalho.

Também tenho algumas dúvidas sobre se o Senado Federal deveria considerar adequado utilizar os serviços da mesma empresa que já está trabalhando para o Banco Central, porque, na ocasião em que fomos discutir, acho que se deve ver que, necessariamente, a cobertura dos interesses de uma instituição e de outra não é completa, não há uma inteira superposição aí.

Então, queria propor que a discussão se realizasse no final do prazo que o Senador Kleinübing está pedindo, ocasião em que trarei para a CPI as informações que possa ter sobre a Kroll.

Queria apenas concluir, lembrando que, se viérmos a recomendar contratações, precisamos estar lembrados de que existem normas de seleção de prestadores de serviços a que precisamos obedecer. Acho, por exemplo, que as informações que o Senador Kleinübing está trazendo devem ser consideradas por nós como referências importantes em favor ou contra, dependendo do conteúdo do seu depoi-

mento, da empresa A ou da empresa B, mas não estamos dispensados do cumprimento das demais formalidades no processo de seleção, se isso vier a acontecer.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momento, Senador.

A proposta de V. Ex^a, juntamente com a proposta do Senador Geraldo Melo, creio que interpreta o pensamento do Plenário. Está aprovada.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, antes de encerrar, eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu vou encerrar a reunião por outro motivo, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Era uma proposta, um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É um motivo que me leva a encerrar tão logo V. Ex^a apresente o requerimento. Depois do requerimento de V. Ex^a, a Presidência não colocará em votação mais nenhum requerimento.

O SR. ROMEU TUMA - É só pela urgência. Desculpe, eu sei que o motivo para se encerrar a reunião é nobre. Eu entendo que os trabalhos poderiam ter-se encerrado antes, mas é que alguns liquidantes de empresas que foram acusados e, sob suspeita da CPI, estão sob investigação do Banco Central e em liquidação, têm encontrado dificuldades em reter documentos de empresas contratadas, ou que tenham negociações com essas liquidações, estão sendo ameaçadas de ação policial para devolução desses documentos.

Eu gostaria de estender a quebra de sigilo e a exigência de documentações das empresas já quebradas, por esta CPI, e que fosse extensiva às empresas cuja remessa dos documentos os liquidantes acham importante para exame.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, o eminente Senador Geraldo Melo pede uma justificativa contra essa quebra extensiva de sigilo.

Solicito a audiência do Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se nenhum dos Srs. Senadores se manifestar em contrário, considerarei aprovada.

Meus caros Senadores, quando Ernest Hemingway escreveu a sua célebre obra *Por quem os sinos dobram*, na primeira página, colocou um trecho de um poema do poeta Johnny Bonnie(?), que dizia: "A morte de qualquer ser me diminui porque faz parte do gênero humano."

Por isso, se o eminente Senador Esperidião Amin permitir, vou terminar com uma pergunta que ele fazia: "Não me perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por ti." É o caso, neste instante, desta comunicação. Santa Catarina pede até a Presidência para dar uma notícia que é de profundo pesar.

O eminente Senador Eduardo Suplicy comunica o falecimento de um Deputado que foi um grande companheiro nosso. A Câmara dos Deputados acaba de suspender sua sessão, dado o nome nacional deste colega, que é Eduardo Mascarenhas, psiquiatra, moço, que acaba de falecer.

Por essa razão, suspendo a reunião, imediatamente, e deixo para ser convocada outra numa oportunidade que a Relatoria indicar.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h11min.)

Ata da 24ª reunião realizada em 6 de maio de 1997.

Às dezessete horas e quarenta minutos dos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, José Agripino, José Serra, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Carlos Wilson, Epitácio Cafeteira e Gilberto Miranda e ainda o Senhor Senador Pedro Simon, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar Irregularidades Relacionadas à autorização, emissão e negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente Reunião destina-se à Reunião de Trabalho. Foram aprovados os requerimentos: requerimento do Senhor Relator, Senador Roberto Requião, e do Senador Romeu Tuma solicitando a oitiva dos Senhores Marcos Bassit e Amarildo, operadores da Corretora Split, que foram citados no depoimento do Sr. José Cassio Costa Bariani, Diretor da Ativação; requerimentos dos Senadores Eduardo Suplicy, Vilson Kleinubing e Romeu Tuma: 1) solicitando que sejam novamente intima-

dos para prestar depoimento em doze de maio, a partir das dez horas, na Polícia Federal, as seguintes testemunhas: Sr. Pedro Antonio Mammana Moquedace, Sr. Sérgio Chiamarelli, Sr. Anderson Tarcitani da Silva, Sra. Dalva Gonçalves de Carvalho e Sr. Francisco Carlos Geraldo Calandrini Guimarães, Diretor da Split Corretora de Mercadorias; 2) que seja convocado para prestar depoimento perante a CPI, o Sr. Manoel Moreira Neto, Diretor e acionista da Sabra Factoring, da CMA Plastics e da CMA Importação e Exportação; e requerimentos do Senador Eduardo Suplicy: 1) que seja solicitado ao Banco Central extratos de movimentação bancária das empresas relacionadas, relativos aos períodos especificados, bem como os documentos comprobatórios da origem (guias de depósitos, DOCs, cheques depositados, etc) e destino (cheques compensados, cheques sacados, DOCs, etc) dos créditos e débitos, respectivamente, maiores que R\$ 10.000,00 lançados nas referidas contas correntes: Anacor Agência de Viagens, Ventur Viagens e Turismo, Inter Car Ltda, Itacolomi de Autom. Ltda, Com. de Veículos Divena, Tempo Plan. de Marketing, Dover Viagens e Turismo, Guanauto Veículos, Guanauto Barra, Alo Brasil Veículos, Avenca Agência de Turismo, Auto Global Veículos, Hand Rio Veículos, Technir Veículos; 2) que sejam oficiadas as empresas relacionadas para que justifiquem os depósitos acolhidos em suas contas bancárias nas datas apontadas, e encaminhem a esta CPI a lista de veículos vendidos 5 dias antes e 15 dias depois da data de depósito efetuado, especificando marca, modelo e nome do primeiro proprietário do veículo: Inter Car Ltda, Itacolomi de Autom. Ltda, Com. de Veículos Divena, Guanauto Veículos, Guanauto Barra, Alo Brasil Veículos, Hand Rio Veículos, Technir Veículos; 3) que seja solicitado ao Banco Central o encaminhamento de extratos de movimentação bancária da Split Corretora de Mercadoria Ltda, Split Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Split Corretora de Câmbio; e requerimento do Senador Vilson Kleinubing para que sejam convocados a prestar esclarecimentos junto à Polícia Federal, os diretores/proprietários das empresas relacionadas, sobre suas transações com títulos públicos estaduais e municipais: C&D DTVM Ltda. - Vilson Ronaldo Ribas Deconto, Tibagi DTVM Ltda - Genisvaldo da Hora Brandão, Divalpar DTVM Ltda - Ademir Adur, Astra DTVM Ltda - Olimpio Uchoa Vianna, Bco. Banorte S/A - José Carlos Maia (Ex-Diretor); Aplik S/A DTVM - Jorge Elias Nader Duba e Ruy Barcelos Martins, Factorial CCTVM Ltda - Oranir Pereira da Silva, Konta S/A DTVM - Roberto Zullo e time DTVM Ltda - Remy Schenato. Usaram da palavra no decorrer dos trabalhos os Senhores Senadores: Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Roberto Requião, Epitácio Cafeteira, Vilson Kleinubing, Casildo Maldaner, Esperidião Amin, Gilberto

Miranda e Romeu Tuma. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente comunica que na próxima quarta-feira, dia 14 de maio, às 17:00 horas será ouvido o Sr. Manoel Moreira Neto e no dia 21 de maio, quarta-feira, às 17:00 horas, serão convidados para uma oitiva, a fim de prestar testemunho, os Srs. Senadores Relatores dos processos que deram origem a esta CPI. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 24ª REUNIÃO DE 1997 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF, DESTINADA A "APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À AUTORIZAÇÃO, EMISSÃO E NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996, REALIZADA EM 06/05/97, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**

Vice-presidente: Senador **Geraldo Melo**

Relator: Senador **Roberto Requião**

Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está aberta a presente sessão.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, quero justificar o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senador Suplicy, V. Exª apresentou-o à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Vou lê-lo. Requerimento de autoria dos Senadores Vilson Kkeinübing, Romeu Tuma e Eduardo Suplicy:

Requeremos, nos termos regimentais sejam novamente intimados para prestar depoimento, na próxima segunda-feira, 12-5-97, a partir das 10 horas, na Polícia Federal, as seguintes pessoas:... *(inaudível; fora do microfone)*... que deveriam ter comparecido na última segunda-feira, ontem, quando os Senadores Vilson Kkeinübing e Romeu Tuma e eu estávamos lá para ouvi-los...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Não há som. (Pausa.)

Agora, sim.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - O primeiro requerimento diz o seguinte:

"Requeremos, nos termos regimentais, sejam novamente intimados para prestar depoimento na próxima segunda-feira, 12 de maio de 1997, a partir das 10 horas da manhã, na Polícia Federal, as seguintes testemunhas: Sr. Pedro Antonio Mammana Moquedace, Sr. Sérgio Chiamarelli, Sr. Anderson Tarcitani da Silva, SRA. Dalva Gonçalves de Carvalho e Sr. Francisco Carlos Geraldo Calandri ni Guimarães, Diretor da Split Corretora de Mercadorias, tendo em vista não terem comparecido à convocação de 5/5/1997.

Senadores Vilson Kleinübing, Romeu Tuma e Eduardo Suplicy."

Esse é o primeiro requerimento, Sr. Presidente. Deveriam ter comparecido ontem, mas não estiveram quando os Senadores Vilson Kleinübing, Romeu Tuma e eu estávamos lá para ouvi-los. Também acrescento o Sr. Francisco Carlos Geraldo Calandri ni Guimarães, Diretor da Split Corretora de Mercadorias, para que possam, na próxima segunda-feira estar presentes e ser ouvidos pelos Senadores da CPI que puderem estar em São Paulo, uma vez que não compareceram obedecendo à intimação feita. Esse é o primeiro requerimento, Sr. Presidente.

O segundo requerimento, de autoria dos mesmos três Senadores, é o seguinte:

"Requeremos, nos termos regimentais, seja convocado para prestar depoimento perante esta CPI dos Títulos Públicos o Sr. Manoel Moreira Neto, diretor e acionista da Sabra Factoring, da CMA Plastics e da CMA Importação e Exportação.

As empresas acima citadas foram responsáveis pela movimentação de R\$750 milhões no Banco do Estado de Rondônia - Beron, provenientes, em grande parte, de empresas que estão sendo investigadas por esta CPI, tais como a Split Corretora de Mercadorias (R\$24 milhões), Negocial DTVM (R\$15 milhões) e Perfil CCTVM (R\$5 milhões). Estes cheques foram depositados em contas de bancos paraguaios, como o Corfan Banco (R\$258 milhões), Banco del Paraná (R\$107 milhões), Banco Amambay, (R\$3 milhões) e Banco Integración (R\$3 milhões). No depoimento informal que o Sr. Manoel Moreira Neto prestou aos Senadores que subscrevem este requerimento, em 5 de maio de 1997, ocasião em que também

estiveram presentes os Delegados Paulo Lacerda e Eldo Saraiva Garcia, na Polícia Federal - PF, em São Paulo, pudemos constatar que ele conhece em profundidade os fatos que estão sendo objeto de investigação por esta CPI. Acreditamos que seu depoimento acrescentará relevantes dados além do que já foi revelado na PF".

Assim, Sr. Presidente, encaminho ambos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente Senador Relator que se manifeste sobre os dois requerimentos do eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Vilson Kleinübing apresentam dois requerimentos. Um, para a ouvida do Sr. Manoel Moreira Neto, da Sabra Factoring, na Comissão Parlamentar de Inquérito, e outro, reiterando o pedido de ouvida dos Srs. Pedro Antonio Mammana Moquedace, Sérgio Chiamarelli, Anderson Tarcitani da Silva, SRA. Dalva Gonçalves e Sr. Francisco Carlos Geraldo Calandri ni Guimarães, Diretor da Split Corretora de Mercadorias, na Polícia Federal, para fins de acareação, é o que falta explicitar no requerimento, não é? E repete na anterior: é a ouvida de quem ainda não foi ouvido e a acareação dos outros.

Com esta ressalva, pronuncio-me a favor dos dois requerimentos.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Encaminhe-se o requerimento, Dr. Lustosa, ao eminente Senador...

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer se reportar ao segundo requerimento, referente ao Sr. Manoel Moreira Neto?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Exato. Penso estar certa a comissão em querer ouvir todas as pessoas que possam trazer para esta Comissão, para apuração dos fatos, dados que sejam relevantes. Então, não entendo como se possa votar contra um requerimento. Mas repito, aqui, Sr. Presidente, que fui quase que a parteira no nascimento desta comissão e, tendo assistido a muitas comissões, tenho a dizer que o importante delas tem sido exatamente a apuração dos fatos sem a exploração política de declarações dessas ou daquelas testemunhas.

Entretanto, o que li no jornal, Sr. Presidente, deixou-me estarecido. Li que o nobre Senador

Eduardo Suplicy prestou declarações de que, tendo conversado com o Sr. Manoel Moreira Neto, este teria feito acusações muito sérias ao ex-Prefeito Paulo Maluf e à pessoa de Celso Pitta, ainda avisando claramente que não é nenhuma prova. Então, de repente, o que é que se vê? É que este cidadão desqualificado, hoje acusado pelo próprio Senador Suplicy de ter intermediado a saída de R\$750 milhões, de repente, como politicamente interessa, esse homem é colocado como uma palavra correta, o dono da verdade.

Então, Sr. Presidente, isso me entristece porque, na hora em que é colocado politicamente, gera expectativas políticas que, ao final, não se vão confirmar. O jornalista Boris Casoy todo dia está atrás de um político importante, quando esta Comissão já chegou à conclusão de quem são...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Peço atenção ao Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - ...os fraudadores, de quem são aqueles que levaram o dinheiro. Mas, a cada notícia como esta dada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, as coisas voltam à estaca zero de uma expectativa que, ao final, não vai passar de jogar lama na própria classe política.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ontem assisti a um programa de televisão aqui, em Brasília, que me deixou triste e foi todo ele feito contra o partido do nobre Senador Suplicy. Ao invés de o programa ser feito em benefício do partido que tinha o direito de se apresentar, foi feito exclusivamente contra o Governador do Distrito Federal. Isso não é ético! Pelo menos, ético! E, se existe uma qualidade que o político deve ter, esta é a ética e saber até onde ir.

Tenho, com toda franqueza, amor por esta comissão e aplaudo a luta dos Srs. Membros - e já fui um deles -, a luta do nobre Senador Roberto Requião, a de V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Obrigado a V. Ex^a.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - ...de todos, afinal, mas lamento que aqui esteja a se fornecer um pedaço de filé à imprensa todo dia. Quando não há um problema com a Polícia do Rio ou com a Polícia de São Paulo, a CPI dos Precatórios encontra quem o faça, e, neste ponto, é que discordo do nobre Senador Eduardo Suplicy. Entendo que S. Ex^a busque sempre a verdade, mas foi em busca dessa verdade que o nobre Senador Eduardo Suplicy andou por Nova Iorque com o retrato de uma mulher falecida e enterrada em Brasília. E S. Ex^a jurava que a tinha visto e jurava que ela estava viva e lá em Nova Iorque.

Então, é preciso que nós também respeitemos o decoro do próprio cargo. Um Senador da República não deve ter a sua palavra contestada e não deve ser colocado sob vistas que não seja a de engrandecer o mandato que tem. O nobre Senador Eduardo Suplicy poderia fazer, evidentemente, porque é de foro íntimo aparecer num programa de televisão num enterro de um Senador que nunca existiu, mas eu não faria isto porque senão o meu eleitor não saberia, amanhã, quando eu estava exercendo o meu mandato ou quando eu estava representando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Senador Epitácio Cafeteira, isto é um problema pessoal do nosso Senador.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Eu acho que o nobre Senador Eduardo Suplicy é quem está levando a coisa para o lado pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não é isso, nobre Senador. Eu estou dizendo que é problema pessoal dele, e não de V. Ex^a com ele - de ele ter ido ao enterro.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - O que eu quero apelar a esta Comissão ou pelo menos aos membros desta Comissão é que a busca da verdade é mais importante do que a divulgação de fatos que não têm nenhum embasamento legal, nenhum documento, porque isto só faz diminuir a Comissão e aqueles que fazem a divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Senador Epitácio Cafeteira, talvez a Presidência tenha entendido, mas se não foi esse o entendimento, corrija - V. Ex^a não se opõe ao requerimento, mas pelo menos quer que o que dele resultar seja um resultado ético, a fim de que não sejam exploradas pessoas que, eventualmente, sejam mencionadas ou indicadas no depoimento. Não é isso?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Exato. E eu sei que V. Ex^a e a Comissão haverão de querer isso com relação àqueles que vierem aqui depor, principalmente aos que não têm nenhuma credibilidade; não se pode usar a palavra "réu" de um safado para denegrir a honra de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Claro.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Acredito na Comissão, não tenho nenhuma dúvida e acho que o requerimento está muito bem formulado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência quer dar conhecimento ao Plenário de um ofício enviado pelo Governador Mário Covas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, perdão, mas, tendo sido citado, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência lhe assegura a palavra tão logo dê conhecimento deste documento.

O Governador Mário Covas envia, com data de 5 de maio, o seguinte ofício:

"Sr. Senador Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Senador Bernardo Cabral:

Tenho a honra de cumprimentá-lo e, ao ensejo, em resposta ao Ofício nº 11/97, Circ.-CPI-Título PP16 deste mês, encaminhar a V. Exª a manifestação do Banco do Estado de São Paulo S. A., na qualidade de um único gestor do Fundo da Dívida Pública do Estado de São Paulo, informando o não recebimento, no período de 1995/96 de qualquer solicitação para transferência de propriedade de custódia dos títulos estaduais, atendendo a informação solicitada no referido ofício."

E outro particular é que a Presidência havia solicitado que informasse da existência ou não da transferência de propriedade de custódia dos títulos. O Governador disse que não. Passo os documentos às mãos do eminente Senador Relator para o devido exame.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, louvo a preocupação do nobre Senador Eptacio Cafeteira de que na CPI tenhamos sempre o procedimento mais ético possível de busca da verdade, de respeito a todas as pessoas. Gostaria de lembrar que na história das CPIs em que ambos participávamos, muitas vezes a CPI ouviu testemunhas que, embora tivessem cometido faltas gravíssimas e até mesmo assassinato, a palavra desta pessoa foi de fundamental importância. Cito como exemplo o Sr. José Carlos Alves dos Santos para o desvendar dos fatos relativos a tudo que se passava com o Orçamento da União, sobretudo aqui no Congresso Nacional; ou seja, o fato de uma pessoa ter participado de transações como a de remessa de dólares para o exterior e participar dos mais diversos mecanismos não invalida o que esta pessoa, como testemunha, puder revelar à Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque, Sr. Presidente, se nós só viéssemos a ouvir na CPI as pessoas que não tivessem cometido qualquer ilegalidade, qualquer fato que pudesse es-

tar sendo de interesse da investigação da CPI; então, iremos só ouvir os santos e os anjos. E aí, como iríamos saber das coisas a não ser pelo contraditório, inclusive daquelas pessoas que tivessem cometido faltas graves perante a lei ou perante a ética ou o que quer que seja?

O Sr. Senador Eptacio Cafeteira lembrou que um dia eu fui procurar uma pessoa que ninguém sabia que estava morta - a Srª Elizabete Lofrano dos Santos. É verdade, mas gostaria de lembrar que, naquela época, primeiro, nunca jurei que ela estivesse viva e ali nos Estados Unidos. Só tinha tomado conhecimento de que talvez ela estivesse lá e fui procurá-la; na mesma época, fiz o apelo aqui da tribuna do Senado no sentido de que qualquer pessoa que soubesse de qualquer fato que pudesse ajudar para conhecer o paradeiro dela, que transmitisse isso à CPI. Foi somente depois deste fato e da viagem que realizei, buscando-a, que a ex-companheira de uma das pessoas que colaborou para o assassinato da Srª Elizabete Lofrano dos Santos revelou o assassinato à Polícia Federal, procurando a Polícia de Brasília; só depois de eu ter ido procurar.

Gostaria também de lembrar que não fosse um dia em que resolvi ouvir a Srª Sandra Fernandes de Oliveira, nós não teríamos descoberto na CPI sobre o caso PC-Farias a denominada "Operação Uruguai". Então, se uma pessoa como o Sr. Manoel Moreira Neto, que participou como talvez nenhuma outra pessoa da movimentação de cheques que são do interesse desta CPI, no valor total de US\$750 milhões, se esta pessoa nos revelou ontem, em diálogo com três Senadores da CPI, que conhece em detalhes fatos de grande relevância e em que pese ele mesmo ter reconhecido algumas irregularidades perante o Fisco porque as suas empresas realizavam quase todas as operações naquilo que se denomina de mercado informal, não as registrando, mas são as operações com cheques que nós estamos examinando e essa pessoa demonstrou tamanho conhecimento que, a certa altura do diálogo de mais de duas horas, o Sr. Senador Romeu Tuma, o Sr. Senador Vilson Kleinübing e eu próprio transmitimos a ela que seria importante que ela desse uma colaboração ao País, à Nação. Perguntamos a ele: "Quantos filhos o senhor tem?" Ele nos disse: "Oito filhos". Então, dissemos ao Sr. Manoel Moreira Neto: "Para que o senhor colabore para que a Nação de seus filhos seja melhor do que a que hoje nós temos, seria importante que o senhor nos dissesse os fatos que o senhor conhece". E, aí, ele passou a revelar alguns fatos importantes. E é claro que pode haver dificuldade na prova dos fatos, mas será muito melhor, então, que todos nós o ouçamos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sr. Senador Eduardo Suplicy, a Presidência interrompe V. Ex^a para dizer que este assunto está superado. V. Ex^a teve o seu requerimento devidamente aprovado e ele será ouvido. V. Ex^a está designado para estar presente na Polícia Federal, juntamente com o Sr. Senador Eptacio Cafeteira, que é membro desta Comissão e mais o Sr. Senador Romeu Tuma. Os três estarão presentes para ouvir sem que haja **parti pris** de nenhum.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - E o Sr. Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não. Isso já está designado porque eu pedi ainda hoje à tarde.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Quem sabe se o Sr. Senador José Serra, que estava viajando... se ele não poderá também...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Daqui há pouco poderá ir - e cada um irá por sua conta. Não haverá despesa.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, tenho ainda três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Há ainda um que está aqui na mesa, que é do Sr. Senador Romeu Tuma.

Atenção para o requerimento do Sr. Senador Romeu Tuma e Roberto Requião. Ambos requerem a oitiva dos Srs. Marcos Bassit e Amarildo, operadores da Corretora Split, citados no depoimento do Sr. José Cassio Costa Bariani, Diretor da Ativação, como intermediário da ordem de compra e venda dos títulos pela identificação desta CPI...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - ... pela Polícia Federal, em São Paulo.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, com respeito à oitiva do Sr. Manoel Moreira Neto, o requerimento é no sentido de que ele seja ouvido aqui, na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas o eminente Senador Roberto Requião...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Não, Manoel Moreira Neto, na CPI; os outros, na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas já se manifestou favorável.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É assunto resolvido. Os demais, na Polícia Federal e aqui.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - E aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Claro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Pode ser quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Combinaremos uma data na quinta-feira.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Nesta semana, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

Pede sejam convocadas a prestar esclarecimento junto à Polícia Federal os diretores e proprietários das empresas abaixo relacionadas, todas elas com transações de títulos públicos estaduais e municipais, objeto de investigação desta CPI: C&D DTVM Ltda, Vilson Ronaldo Ribas Deconto.

Peço ao eminente Senador Roberto Requião que se manifeste sobre o requerimento, lendo o nome das empresas que constam do pedido do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - A intenção do Senador Vilson Kleinübing é estabelecer o nex o causal entre o fato de essas empresas terem importado títulos de diversos Estados e Municípios, e o Banco do Estado do Paraná ter cobrado. A intenção é levantar a possibilidade de existir o mesmo nex o que houve, por exemplo, no caso do BESC, do Bradesco, e a idéia é ouvi-las todas em São Paulo, por intermédio da Polícia Federal. É C&D DTVM Ltda, Tibagi DTVM, Divalpar DTVM, Astra DTVM, Banco Banorte, Aplik S.A. DTVM, Factorial CCTVM Ltda, Konta S.A DTVM e Time DTVM Ltda. Os nomes arrolados são de pessoas que têm a maior parcela do capital, detentoras do controle acionário. Reitero que a intenção é verificar por que essas empresas, sem ter capital para manter quantidades elevadas de títulos, compraram e, logo depois, venderam ao Banco do Estado do Paraná.

Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O parecer do Relator é favorável.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, passo à votação.

Aprovado.

Tem a palavra o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, apresento agora três requerimentos sugeridos em decorrência dos trabalhos da Comissão que está examinando o rastreamento de cheques, bem como documentos relativos ao sigilo fiscal e bancário.

Peço a atenção do Sr. Relator, Senador Roberto Requião. Passou despercebido, mas não havíamos sugerido, no âmbito de requerimento, sobre sigilo fiscal e bancário da Split.

Então, o primeiro requerimento é o seguinte:

Requeiro seja solicitado ao Banco Central que encaminhe a esta Comissão os extratos de movimentação bancária da Split Corretora de Mercadorias, a Split Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Split Corretora de Câmbio, no período de janeiro de 95 a dezembro de 96, bem como os documentos comprobatórios de origem, guias de depósitos e destino dos créditos e débitos, respectivamente, maiores que R\$10.000,00, lançados nas referidas contas correntes. Para maior agilidade quanto às providências a serem adotadas pelo Banco Central, informo que a Split Corretora de Mercadorias foi correntista das seguintes instituições: Bamerindus, Bandeirantes, Bradesco, Cidade, Daycoval, Fortaleza, Indusval, Itaú e Real.

A CPI possui elementos suficientes que indicam a forte participação das empresas citadas nas operações que estão sendo investigadas. O Sr. Enrico Picciotto, sócio controlador das mesmas, já teve seus sigilos bancário, fiscal e telefônico transferidos a esta CPI, prestou depoimento e fez acareação junto ao Plenário da Comissão. A Split DTVM e Corretora de Mercadorias encontra-se sob liquidação extrajudicial por parte do Banco Central, por irregularidades graves de seus atos, sendo necessário a esta Comissão conhecer a movimentação bancária para aprofundar as investigações.

A auditoria realizada pelo Banco Central, na agência paulista do Banco do Estado de Rondônia, demonstra de forma cabal o envolvimento da empresa. Foram detectados R\$67.987.298,10 em recursos recebidos e enviados à correntista da agência, que consta do processo aberto pelo Banco Central.

Todas as empresas relacionadas no relatório foram visitadas pelos fiscais do Banco Central, quando foi verificado que nenhuma desenvolvia ativida-

des regulares nos endereços indicados nas fichas cadastrais do Beron.

Sr. Presidente, esse é o primeiro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Requião. (Pausa.)

Tendo em vista a ausência do Senador Requião, peço a manifestação do Relator-Adjunto, Senador Vilson Kleinübing.

Senador Vilson Kleinübing, na qualidade de Relator-Adjunto, peço a V. Ex^a que se manifeste sobre o requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Posso ler os três, Sr. Presidente?

O segundo é:

Requeiro, nos termos regimentais, sejam oficiadas as empresas relacionadas abaixo para que justifiquem os depósitos acolhidos em suas contas bancárias nas datas apontadas e encaminhem a esta CPI a lista de veículos vendidos, 5 dias antes e 15 dias depois da data do depósito listado, especificando marca, modelo e nome do primeiro proprietário do veículo.

Diversas empresas receberam pagamentos significativos para locação de veículos, como a Inter Car Ltda, a Itacolomi de Autom. Ltda, Comércio de Veículos Divena, Guanauto, Alô Brasil Veículos, Hand Rio Veículos e Technir Veículos.

O terceiro requerimento é o seguinte, Sr. Presidente:

"Requeiro seja solicitado ao Banco Central que encaminhe a esta CPI os extratos de movimentação bancária de empresas relacionadas, relativos aos períodos especificados, bem como documentos comprobatórios de origem e destino dos créditos e débitos, respectivamente, maiores que R\$10.000,00, lançados nas respectivas contas correntes, apenas nos períodos onde foram constatados os cheques de pagamentos para a Anacor Agência de Viagens, Ventur Viagens e Turismo, Inter Car Ltda., Itacolomi, Comércio de Veículos Divena, Tempo Plan. de Marketing, Dover Viagens e Turismo, Guanauto Veículos, Guanauto Barra, Alô Brasil Veículos, Avenca Agência de Turismo, Auto Global Veículos, Hand Rio Veículos e Technir Veículos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente Relator, Senador Roberto Requião, que se manifeste sobre os requerimentos apresentados.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O Senador Vilson Kleinübing não havia se manifestado?

O SR. VILSON KLEINÜBING - O primeiro requerimento, que li na sua ausência, é procedente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Procedente? Então, o parecer do Relator-Adjunto é favorável.

Em discussão o primeiro requerimento.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Requião, e quanto ao segundo e terceiro requerimentos?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Penso que os dois documentos são pertinentes e essenciais ao trabalho de rastreamento de contas bancárias que o Senador Eduardo Suplicy coordena.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados pelo Plenário os três requerimentos de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Dou a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, é claro que ninguém é perfeito. Na última quinta-feira, recebi uma carta do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, que, na verdade, abalou o meu Estado e, de certo modo, criou um mal-estar profundo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A carta diz respeito à CPI?

O SR. CASILDO MALDANER - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, V. Ex^a pode lê-la.

O SR. CASILDO MALDANER - Eu gostaria que constasse nos Anais da Casa. O secretário acaba de entregar a carta a V. Ex^a. Acho que isso pode até para a correção da nossa Comissão. Nem todo mundo pode ser perfeito. Talvez, juntos possamos reparar algum mal-entendido.

Eis o teor da carta:

Na condição de Secretário da Fazenda de Santa Catarina e de cidadão, venho expressar aos Srs. membros do Senado Federal e da Comissão Parlamentar de Inquérito minha inconformidade com o tratamento discriminatório que me tem sido dado e ao Governo que tenho a honra de integrar, por parte de membros da primeira Comissão.

Reiteradamente, têm sido divulgadas notícias tendenciosas e inverídicas ou difamatórias, com evidente intenção de me indispor junto à opinião pública, em relação à conduta como integrante do Governo de Santa Catarina.

Esse procedimento não é o mesmo dispensado a outros Estados e municípios igualmente envolvidos, deixando claro, neste caso, que Santa Catarina está sendo relegada.

Nos documentos encaminhados aos ilustres Senadores, apresentei veemente protesto e repúdio pela inaceitável postura de membros da Comissão. Solicitei que fossem restauradas a isenção, a seriedade e equidade, profundamente abaladas.

A recém-divulgação, deturpada intencionalmente, incompleta de minhas aplicações particulares no mercado financeiro visa iludir a opinião pública e estimular uma falsa desconfiança e descrédito aos governantes.

Sinto-me na obrigação de defender, de forma veemente, a minha reputação, construída solidamente em quase vinte anos de atividades em instituições financeiras, públicas e privadas, além de inúmeras outras de cunho associativo e comunitário, que me conferiram um conceito firme no seio da sociedade, e que não consentirei seja posto em dúvida, por difamações vulgares que possam atingir a dignidade.

Em anexo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou encaminhando documentos que comprovam a correção dos meus procedimentos, para total esclarecimento da verdade e reforço dispensado da unidade partidária.

Na expectativa do pronunciamento de V. Ex^a, subscrevo-me.

Atenciosamente.

Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso.

Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina"

Trago essa colaboração até para o bem da nossa Comissão. Ouvi pela imprensa que o Senador Vilson Kleinübing iria procurar, junto à corretora e à bolsa de valores, certificar-se se, na verdade, houve o equívoco ou não.

Tão logo reparemos se não há procedência, espero que possamos informar, para que, na verdade, se corrija o equívoco que possa ter transcorrido.

Essa é a colaboração que trago, até para o bom desempenho da nossa Comissão e para que possa trazer à luz qualquer dúvida que possa existir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer que conste dos autos da CPI?

O SR. CASILDO MALDANER - Sim, Sr. Presidente.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Por ter sido citado, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na quinta-feira passada, quando esta CPI deu divulgação dos depósitos do Banco Fator na conta do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, eu estive presente e fiz parte da divulgação, inclusive dei à imprensa cópia desses documentos.

Quero ressaltar duas observações e fazer uma solicitação: a primeira, tivemos o cuidado de deixar claro que não houve nenhuma acusação, não acusamos absolutamente nada. O que a CPI queria era explicações sobre uma enorme e gigantesca coincidência.

Sr. Presidente, o Secretário da Fazenda, que tem inúmeras ligações telefônicas já detectadas pela CPI com as entidades que estavam administrando a venda de títulos de Santa Catarina, fez inúmeras outras relações - foi uma gestão com eles mesmos - , vendeu quatro tipos de ações de sua propriedade em dois pregões distintos, com valores que variam ao longo do pregão, recebeu dois cheques da Fator, empresa que um dia antes tinha comprado títulos de Santa Catarina. A soma desses cheques, dividindo pelo número 35 mil, dá exatamente 1.0275, que é o valor do dólar na quarta casa decimal daquele dia. Então, era uma coincidência. Podia ser uma coincidência.

Colocamos, inclusive, à disposição da imprensa naquele dia os telefones da Corretora Fator e os telefones do Secretário da Fazenda, para que eles tomassem e ouvissem a outra parte. A nós, causava-nos espanto. À CPI cabe a missão de fiscalizar e até de desconfiar, mas o fato é que tomamos o cui-

dado de deixar registrado esse ponto, que considerávamos fundamental, que era conversar com a outra parte.

A segunda questão, Sr. Presidente, é a seguinte: nós, Senadores por Santa Catarina, estamos cumprindo com o nosso dever. O Estado de Santa Catarina perdeu R\$120 milhões nessa operação de venda de títulos. Estamos cumprindo com o nosso dever, como Senadores por Santa Catarina e membros da CPI. Estamos procurando fazer isso da melhor maneira possível para chegar a um bom termo. Mas este é um fato, é uma verdade. Ninguém nega que o Estado perdeu R\$120 milhões e que a gestão foi feita pelas autoridades públicas, e, às vezes, infelizmente, temos que citar o seu nome aqui.

Sr. Presidente, quanto aos documentos que hoje chegam, queria fazer um requerimento para que fossem encaminhados à CVM, para que esta dê a sua opinião sobre a operação como um todo. Ela é que pode nos dizer por que houve essa brutal coincidência, apenas isso. Se ela registrar que os fatos estão absolutamente corretos e que não houve absolutamente nada de equivocado, eu, como Senador por Santa Catarina, vou aceitar e vou registrar que nesta operação não há culpa, não há dolo da parte de interessados.

Agora, quero que a CVM, pelo menos, nos dê uma opinião sobre isso, porque continuo estranhando essa enorme coincidência, sem o mínimo reparo às atitudes que o Secretário queira tomar. Ele tem todo o direito de procurar a sua defesa, fazer os seus esclarecimentos, como nós temos o nosso direito de fiscalizar, de desconfiar, de acertar, de errar, de fazer o que pudermos fazer aqui para chegarmos ao bom termo.

Neste momento, eu queria apenas pedir ao Presidente da CPI que encaminhasse essa documentação à Comissão de Valores Mobiliários para que ela pudesse nos dizer.

O que o Secretário apresentou está correto, confere com os registros da Comissão de Valores Mobiliários, aí o assunto, para mim, está encerrado e vamos adiante, vamos ver outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Relator, para o seu pronunciamento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Concorro com o Senador Vilson Kleinübing. Na verdade, o que o Senador pretendeu ou o que a CPI pretendeu foi estabelecer o contraditório e dar a possibilidade da resposta.

Eu só pediria ao Senador Kleinübing que formulasse as perguntas que devem ser feitas pela CPI à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Com essa formulação, o Presidente despacharia imediatamente o documento para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Vilson Kleinübing, a Presidência quer fazer um comentário em derredor da manifestação de V. Ex^a.

Assim como a Presidência havia deferido o requerimento do eminente Senador Casildo Maldaner e mandado juntar aos autos da CPI as informações, é dever de V. Ex^a, como integrante desta CPI, requerer o que melhor se ajuste aos fatos que aqui vêm.

O requerimento de V. Ex^a é tão procedente que o Relator já se manifestou em derredor dele. Competirá agora a V. Ex^a indicar os termos dos quesitos que serão formulados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Um momento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Esperidião Amin havia pedido a palavra, mas V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Em seguida, darei a S. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, como hoje é dia 6 de maio e, a princípio, a CPI se encerra no dia 6 de junho; como estamos fazendo oitivas na Polícia Federal para que a coisa ande rápido e com acompanhamento de Senadores, e tendo em vista o que foi veiculado, eu pretendia pedir hoje a esta CPI que entrasse com um processo-crime na CPI contra o Sr. Paulo Prisco Paraíso, que chamou os membros da CPI de moleques. Era essa a minha intenção, mas cheguei aqui na minha mesa e encontrei nota de venda de ações da Bovespa. Realmente, não posso fazer o pedido. Mas a minha intenção era pedir a V. Ex^a que, como Presidente da CPI, determinasse a abertura de um processo-crime contra o Secretário da Fazenda que, neste final de semana, chamou os membros da CPI de moleques.

Agora, tendo em vista que pretendo continuar com esse pensamento, eu pediria a V. Ex^a que, quanto às providências pedidas pelo Senador Requião, V. Ex^a nomeasse dois Senadores de Santa Catarina - no caso, um de cada lado - para que fos-

sem diretamente ao Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e trouxessem a resposta em uma semana, para que não demore novamente um mês, como já ocorreu. Apresentei o requerimento há um mês e onze dias. E o advogado enviou resposta dizendo que não haviam chegado às mãos do Sr. Relator, tampouco de V. Ex^a, os extratos bancários de uma conta no exterior com a qual a CPI estava preocupada. Está aqui na CPI há um mês e onze dias.

Então, eu pediria a V. Ex^a que nomeasse dois Senadores para irem à CVM e trazerem as respostas sobre o assunto na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nomeados o Senador autor do requerimento e o Senador Casildo Maldaner.

Quanto às declarações do secretário, devo dizer a V. Ex^a que o eminente Senador Casildo Maldaner, em conversa comigo, disse que em nenhum instante o Secretário da Fazenda tentara difamar, injuriar ou caluniar a CPI. Houve uma declaração que se espalhou pela imprensa. E ele havia apenas feito uma referência aos dois Senadores que haviam prestado declarações.

Se V. Ex^a persistir no seu requerimento, a Presidência da CPI tomará as medidas judiciais cabíveis, assim como já o fez - pedindo ao Presidente do Senado - quando foi ilaqueado o nome do eminente Senador Roberto Requião. E agora há um processo correndo na Procuradoria-Geral da República sobre o assunto. .

Se V. Ex^a formalizar o requerimento e em não havendo retratação por parte do Secretário da Fazenda, esteja certo de que a Presidência tomará providências.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, V. Ex^a poderia dar uma semana de prazo para termos a resposta. Se a resposta for de que essas informações são mentirosas, apresentarei requerimento. Mas, se forem verdadeiras, caberá a nós nos retratarmos sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Casildo Maldaner tomará as providências para o esclarecimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de fazer duas observações e prefiro fazê-las antes que o Senador Casildo Maldaner volte a falar.

Tenho a impressão de que o Senador Vilson Kleinübing arrematou com sensatez, com absoluta propriedade, com a lisura que tem caracterizado a

sua atitude como Parlamentar e homem público, e com responsabilidade acima de tudo, o encaminhamento dessa questão que V. Ex^a acolheu. Vai à CVM. O argumento vai ser cotejado com os fatos e com os registros em uma semana ou dois dias - no tempo que levar, desde que razoável, com a diligência de duas pessoas credenciadas: o Senador Casildo Maldaner, que aqui foi o porta-voz do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, e o Secretário do Senador Vilson Kleinübing.

Não posso, porém, Sr. Presidente, deixar de fazer o registro de que o afã de esclarecimento do Governo do Estado de Santa Catarina, do Governo do meu Estado, neste caso, está muito diferente do afã de esclarecer questões que estão pendentes aqui. Desde o depoimento do secretário, o Senado aguarda a ordem de serviço. Desde o depoimento! E este foi em janeiro! Passou fevereiro; passou março; passou abril; e já estamos em maio. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina não conseguiu ainda ver essa ordem de serviço. A ordem de serviço é um documento capitular, fundamental, junto com a exposição de motivos que a antecede, para dizer que existe, ou não, o direito de parcelar e conseqüentemente de financiar as parcelas. Isso consta do depoimento do ex-Secretário da Fazenda, do atual Secretário da Fazenda, em janeiro deste ano. Até hoje esse documento não chegou aqui, Sr. Presidente!

O esclarecimento que o Governo do Estado ficou de mandar sobre a operação com os títulos de Alagoas também ainda não chegou. A compra pelo BESC, no valor de 26 milhões, valor equivalente ao lucro de 96 - foi o lucro -, ainda não chegou!

Sr. Presidente, são pendências que deveriam ter igual tratamento quanto à celeridade. A primeira, é uma dívida firmada em depoimento - consta do depoimento -, e que não foi satisfeita ainda. Entendo que, assim como o Senador Vilson Kleinübing teve a Ihanura, a correção, de reconhecer que a diligência deva ser cumprida - e eu também acho -, as diligências em relação às solicitações que esta CPI fez e que não foram atendidas, ainda, também deveriam ter.

Para concluir, Sr. Presidente, quero lembrar que esta CPI nunca faltou com a presteza, quando o Governo de Santa Catarina - aqui representado também, nesta oportunidade, pelo Senador Casildo Maldaner - nos tangeu a uma reunião extraordinária porque o Sistema Financeiro Nacional corria risco. O ofício do Sr. Governador do Estado - que procurou V. Ex^a depois de meia-noite - dizia, **ipsis verbis**, "sob risco de ruína de várias instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional" se a CPI não

autorizasse a renegociação dos títulos de Santa Catarina.

Esta CPI reuniu-se numa quinta-feira em caráter extraordinário porque era urgente. E, na verdade, não era urgente. Só para estabelecer a idoneidade plena da questão é que faço essa rememoração, se V. Ex^a assim consente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo fazer um esclarecimento. Era um registro que estava sendo guardado apenas entre mim e o Senador Roberto Requião.

O Senador Roberto Requião detectou esse retardo, essa descortesia com a CPI. Mas não quis, em nenhum instante, tomar providência alguma porque - e o disse à Presidência - a tomaria no seu relatório, uma vez que retardar ato de ofício significa crime de prevaricação.

De modo que o Senador Roberto Requião estará atento, conforme já me havia dito. E fique certo V. Ex^a de que é um assunto grave e, por essa razão, estaremos atentos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, fundamentalmente, qualquer que seja o resultado da informação dada pela CVM, não há hipótese de retratação da CPI, muito menos do Senador Vilson Kleinübing. Estava eu presente na coletiva dada para se falar sobre os prazos dos relatórios. O Senador Vilson Kleinübing apresentou os documentos, ao meu lado, junto comigo. E nós deixamos absolutamente claro que estávamos estabelecendo um contraditório, e que queríamos uma resposta. Eu ainda levantei a hipótese dos documentos serem produto de consultoria, de venda de bens, mas que valia à pena uma resposta em função das extraordinárias coincidências.

No entanto, Sr. Presidente, dado o rigor súbito dos membros do Governo de Santa Catarina, darei pessoalmente um prazo, a contar de hoje - terça-feira - até a terça-feira da semana que vem, para o Sr. Prisco Paraíso apresentar à Comissão os documentos prometidos - a cópia xerox, mãe desse processo todo, uma vez que alegaram ter perdido o original. Se na quarta-feira esses documentos não estiverem na Comissão Parlamentar de Inquérito, faremos uma representação ao Ministério Público, porque Santa Catarina e o Sr. Prisco Paraíso estão obstruindo os nossos trabalhos de forma criminosa.

É evidente que essa espuma feita, no momento em que se pede que se explique, dando oportunidade do contraditório, é para divertir a Comissão -

divertir, do italiano **divertere**, desviar do que importa, desviar do essencial. Daqui para a frente agiremos com mais rigor.

Sr. Presidente, gostaria de dar conhecimento aos Srs. Senadores do teor de um depoimento feito na Polícia Federal pelo Sr. Eldo Saraiva Garcia... o Sr. José Cássio Costa Bariani...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Roberto Requião pede que não lhe tire a oportunidade de fazer o seu **briefing** quando terminar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O Sr. José Serra está também divertindo - no sentido italiano de **divertere**, desviar do que importa.

Continuo, Sr. Presidente: quero dar ciência à Comissão do depoimento do Sr. José Cássio Costa Bariani, da Corretora Ativação, a respeito das suas negociações com a Split, principalmente nesses parágrafos...

Sr. Presidente, vou esperar que o Cacau termine a entrevista aqui à esquerda e Serra à direita e também o Senador Carlos Wilson.

Estou aguardando que V. Ex^a termine a coletiva. (Pausa.)

Creio, Sr. Presidente, que a solução é transformar a reunião em secreta para evitar essas conferências paralelas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos Srs. presentes atenção à palavra do nobre Senador Roberto Requião. Caso contrário, a Presidência será obrigada a transformar a reunião em secreta.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O texto é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a permissão do nobre Senador Roberto Requião, esta reunião terminará às 20 horas impreterivelmente, em vista dos compromissos de trabalho que o Senador Roberto Requião e eu temos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Passo a ler o texto:

"Sobre os negócios de compra e venda de títulos públicos, no ano de 1996, relativos aos Estados de Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco, bem como aos Municípios de Osasco e Guarulhos, em São Paulo, que tiveram a participação da IBF Factoring, esclarece que os referidos negócios foram propostos à Ativação DTVM pela Split DTVM Ltda; que na realidade a Ativação recebia ligações telefônicas da mesa de operações da Split propondo negócios de compra e

venda casada, já fornecendo o nome de quem deveria constar como comprador e de quem deveria figurar como vendedor; que normalmente esses contatos pela Split DTVM eram feitos pelos operadores de mesa Marcos Bassit e Amarildo, os quais telefonavam para a Ativação e transmitiam as posições do operador de nome Antenor Ramos Leão."

Foi exatamente essa declaração que deu ensejo, motivo e suporte para o requerimento do Senador Romeu Tuma em relação à oitiva pela Polícia Federal dos Srs. Marcos Bassit e Amarildo.

E o Antenor Leão, nobre Senador Romeu Tuma?

Vamos acrescentar no requerimento do Senador Romeu Tuma o nome do Sr. Antenor Ramos Leão, que era o representante da Ativação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romeu Tuma, a Presidência pede que V. Ex^a faça um aditamento ao requerimento na forma que foi solicitada pelo eminente Senador Roberto Requião.

O SR. ROMEU TUMA - Já estou providenciando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em seguida a Presidência garantirá a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA - Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - A outra proposta que eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção a essa proposta, que é uma proposta que vem sendo reclamada diariamente pela imprensa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Atendendo a uma sugestão do Senador Gilberto Miranda, que se ausenta do País para tratamento médico por alguns dias, para que a já agendada oitiva-convite para prestação de testemunho dos Srs. Senadores Relatores dos processos que deram origem a esta CPI seja feita na quarta-feira, dia 21 de maio deste ano.

Eu pretendia fazer isso na próxima quarta-feira, mas o Senador Gilberto Miranda disse que gostaria de estar presente. S. Ex^a é uma das pessoas que irá testemunhar - aliás, a seu próprio pedido. Portanto, a minha idéia é fixar a oitiva dos Senadores para o dia 21, numa quarta-feira, de maio deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Relator, acho que essa é uma matéria de competência da Presidência com a Relatoria.

Está deferida a data para o dia 21, na forma do requerimento de V. Ex^a.

Nobre Senador Casildo Maldaner, desculpe-me, sei que V. Ex^a quer falar sobre a matéria. Peço mais alguns minutos para dar a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, outra sugestão que faria, embora seja da competência da Presidência, é que o Sr. Manoel Moreira fosse ouvido na quarta-feira da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Deferido.

A Presidência tomará as providências.

Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, o meu pedido é que, nessa oitiva, sejam ouvidos os Relatores pela ordem de votação no Senado. Talvez fosse mais fácil.

Começaria, portanto, com o primeiro pedido, que foi em 1994.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Acho a sugestão razoável, pois permite analisar a evolução.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Permite estabelecermos a seqüência.

Deferido.

Registre-se em ata.

Com a palavra o nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Quero apenas ponderar em relação ao assunto anterior, Sr. Presidente.

Creio que a decisão de V. Ex^a de indicar dois representantes...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a é um deles, não se esqueça.

O SR. CASILDO MALDANER - A decisão é sensata, sem dúvida alguma. Creio até que podemos marcar a data...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Amanhã mesmo V. Ex^a já poderá acertar o dia e hora para se deslocar com o Senador Vilson Kleinübing. Se V. Ex^{as} puderem fazer isso amanhã ou sexta-feira, será melhor.

O SR. CASILDO MALDANER - Quero deixar claro, Sr. Presidente, que não há, em absoluto, nenhum prejulgamento. Errar é humano. O que desejo - e sou muito sincero - é preservar a credibilidade da Comissão. Isso é fundamental!

Quanto ao que o Senador Vilson Kleinübing falou em relação a Santa Catarina, de 120 milhões em prejuízo, não sei se devo aceitar isso. Não posso, diante da Comissão, diante da imprensa, aceitar isso como um fato consumado. Diz que são 120 milhões

em prejuízo, mas aí estão os deságios incluídos e são 4 anos de prazo. Penso que devamos ver o relatório final antes de emitir opinião. Não gostaria de prejudicar São Paulo ou Pernambuco ou Alagoas. Aliás, tem sido esse o meu comportamento na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência determina que o registro de V. Ex^a conste da Ata.

Nobre Senador Roberto Requião, V. Ex^a ainda deseja usar da palavra?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, a reunião deu cabo e deu conta de uma série de questões pendentes. Não há motivo para que ela continue.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como último orador a usar da palavra.

Peço a atenção para as palavras do eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, V. Ex^a no início da reunião transmitiu a comunicação encaminhada a V. Ex^a pela diretoria do Banco Fator S.A. nas pessoas dos Srs. Valter Apel e Sílvio Luiz Bresser Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Aliás, Senador Eduardo Suplicy, devo esclarecer que a Presidência deu conhecimento do original que V. Ex^a fez chegar à Presidência e determinou a extração de fotocópias do original para conhecimento dos eminentes Senadores.

Já foram providenciadas as fotocópias, e cada um dos Senadores receberá uma.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, da mesma forma que comunico que fui procurado pelos diretores do Banco Fator para encaminhar este documento a V. Ex^a e ao Senador Roberto Requião, e como tenho procurado fazer as coisas da forma mais transparente possível, relativamente aos fatos da CPI, eu gostaria de fazer um outro registro.

Neste final de semana recebi uma visita do Presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, que quis transmitir o seu ponto de vista - já apresentado aqui - de forma mais detalhada sobre a questão relativa ao Bradesco.

Aliás, comuniquei antes da reunião e ao final dela ao Senador Roberto Requião a essência do que quis dizer o Sr. Lázaro Brandão, que transmitiu por telefone, ao meu lado, ao próprio Senador Roberto Requião, o seu ponto de vista.

Quero fazer o registro sobre uma questão que está sendo objeto de averiguação por parte da CPI com muita responsabilidade.

O Sr. Lázaro Brandão nos disse que a diretoria do Bradesco, a presidência e o Bradesco como instituição, não sabia de como as operações estariam sendo previamente arranjadas ou combinadas, desde a emissão de títulos até a compra pelo tomador final.

Disse ao Sr. Lázaro Brandão que esse é um dos pontos de maior dúvida por parte dos membros da CPI - e é o meu próprio ponto de vista. As evidências são numa direção contrária. Ontem, quando nós perguntamos ao Manoel Moreira Neto, da Sabra e da CNA, a empresa que descontou tantos cheques, no procedimento de **factoring**, de diversas instituições, quando perguntado sobre essa questão. Vou transmitir exatamente o que nos disse o Sr. Manoel Moreira Neto...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele disse isso em depoimento?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Disse-nos isso em depoimento informal. De acordo com a avaliação dele, os grandes bancos e os fundos de pensão sabiam que as operações eram amarradas, eram casadas.

O Senador Gilberto Miranda, primeiro, pede que eu informe e depois pede que eu pare de informar. Vou atender o apelo dele, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir dele informações sobre os dois encontros que ele teve; ou seja, o encontro com Lázaro Brandão, Presidente do Bradesco, e o café da manhã que ele teve com o Fator. Se ele pudesse falar detalhadamente sobre esses dois encontros ... Agora, falar daquilo que a pessoa teve na Polícia Federal e não falou... Prefiro saber dos encontros reais. Eu estou aqui para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Gilberto Miranda, o Senador Eduardo Supply estava dizendo que na conversa com o Presidente Lázaro Brandão ele esclareceu esse ponto sobre o qual estava informando. Ele estava fazendo um relato.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador Gilberto Miranda, é fato que os Srs. Sílvio Luiz e Bresser Pereira vieram cedo a minha casa e ofereci-lhes um café, ocasião em que me entregaram um relatório, o qual foi também entregue ao Senador Vilson Kleinübing; eles me explicaram, em detalhe, os fatos que constam de documento. Explicaram oralmente, mas tudo está detalhado no documento que está nas mãos de todos os membros da CPI.

O Sr. Lázaro Brandão também esteve em minha residência. Se o Sr. Gilberto Miranda quiser saber, também ofereço-lhe um café. Estava presente outro diretor do Bradesco e também o ex-Deputado

Federal Aloízio Mercadante, que ouviu toda a conversa e participou da mesma.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a foi salvo pelo Mercadante, porque se ele não estivesse ali, o PT ia pedir explicações sobre esse café da manhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quando uma pessoa cumpre uma diligência da CPI - parece-me que não foi o caso -; quando o Senador Romeu Tuma, por exemplo, recebeu a incumbência de cumprir uma diligência - S. Ex^a e o Senador Roberto Requião foram cumprir uma diligência no Paraguai -, nós recebemos um relatório escrito, circunstanciado, mas não um depoimento. Isso ocorre no caso de uma diligência formalmente estabelecida como tal por V. Ex^a e pela CPI. Não sou daqueles que pensam que contatos informais devam ser proibidos. Até já se pensou nisso aqui. Já foi proposto aqui, em uma reunião de trabalho, que isso fosse proibido. Sensatamente, decidimos não proibir. Agora, transformar encontros informais, que são de livre risco, juízo, arbítrio e conseqüências de cada membro da CPI, num foro privilegiado para depoimento, Sr. Presidente, isso não encontra amparo regimental. O máximo que se pode deferir ao Senador Eduardo Supply, já que não se trata de matéria constituída pela CPI a sua diligência, é que ele faça um relatório e nos mande.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu fiz um registro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sim, mas eu quero requerer, já que fui informado. Eu gostaria de receber um relatório resumido do contato com o Sr. Lázaro Brandão.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Já o fiz e posso fazê-lo por escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Estou requerendo isso.

Quanto ao Sr. Manoel Moreira, não foi aprovado o depoimento dele. Ele virá aqui depor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência agradece a todos os eminentes Senadores pela presença e também os assessores e marca uma reunião para a próxima quarta-feira, quando haverá depoimento nesta CPI.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h53min.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 24, DE 1997**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e, em conformidade com o disposto no art. 16 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal;

Considerando que a transformação de órgãos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, objeto deste Ato, não acarreta qualquer ônus para o Senado Federal;

Considerando que a transformação visa dotar a Secretaria Especial de Editoração e Publicações de uma interface mais eficiente com o Órgão central de Pessoal do Senado Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. - A Subsecretaria de Suprimento de Matérias Primas, órgão da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, na redação dada pelo art. 206 da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, passa a denominar-se Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico, com a alteração de estrutura estabelecida neste Ato.

Art. 2º. - À Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico compete, além das atribuições determinadas pelo art. 206 da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, exercer o controle estatístico da frequência de pessoal e escala de férias e recessos; emitir mensalmente, Folha Individual de Frequência; programar e executar as atividades de cadastramento de pessoal ativo, aposentados, exonerados, demitidos, falecidos e dos pensionistas, mantendo atualizados os registros relativos à vida funcional dos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e seus assentamentos funcionais, em articulação com a Subsecretaria de Administração de Pessoal, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 3º. - Fica o Serviço de Expedição, órgão da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, conforme disposto no art. 185 da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, transformado em Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais.

Parágrafo 1º - As atribuições do Serviço de Expedição referido no caput deste artigo, descritas no art. 189 da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, passam a ser desempenhadas pelo Serviço de Atendimento ao Usuário, em adição às competências determinadas no art. 187 da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997.

Parágrafo 2º - Fica o Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais transferido para a estrutura da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico, com a competência de executar as atribuições concernentes ao pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, na forma descrita pelo art. 2º deste Ato.

Art. 4º. - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, em 16 de maio de 1997.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 171, DE 1997**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, **RESOLVE** nomear **LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Coordenação Administrativa e Financeira, do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Brasília, 16 de maio de 1997.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
PRESIDENTE

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.345, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Designar **LUIZ ROBERTO MARTINS MAZZILLI**, matrícula **1301-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Foteletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto** turno de trabalho, a partir de **03/04/97**.

Brasília, 16 de maio de 1997.

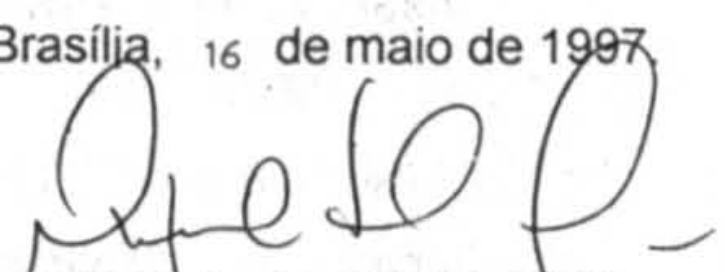
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.346, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5676/97-5,

RESOLVE designar **EDUARDO FIGUEIRA MARQUES DE OLIVEIRA**, matrícula 1286-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC07, de **CHEFE DE GABINETE**, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 07 de abril de 1997.

Brasília, 16 de maio de 1997.

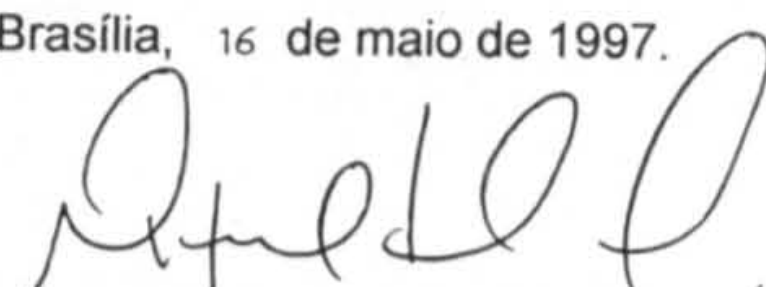

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.347, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Alterar o Ato nº 1016/97, que designou o servidor **HELDER GARCIA DE AZEVEDO**, matrícula 0981-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE EDITORIAL-GRÁFICO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, passando a exercer suas funções no **quarto turno** de trabalho, a partir de **05/02/97**.

Brasília, 16 de maio de 1997.

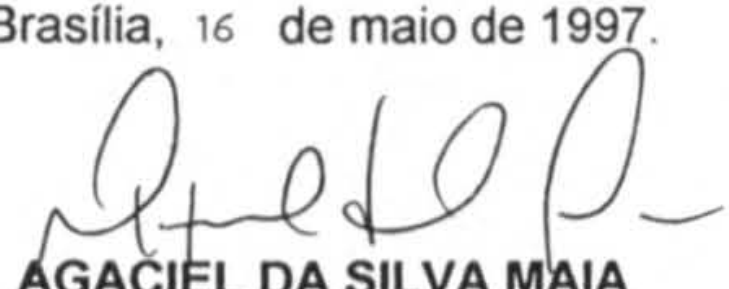

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.348, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **EXPEDITO EUFRÁSIO DA SILVA**, matrícula 3052, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno**, a partir de **15/04/97**.

Brasília, 16 de maio de 1997.

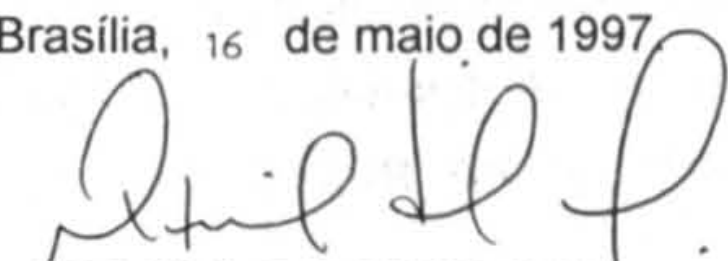

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.349, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, por ter sido designada para exercer outra função, **LINDOMAR MARIA DA CONCEIÇÃO**, matrícula 2249-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC03, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno** de trabalho, a partir de **05/05/97**.

Brasília, 16 de maio de 1997.

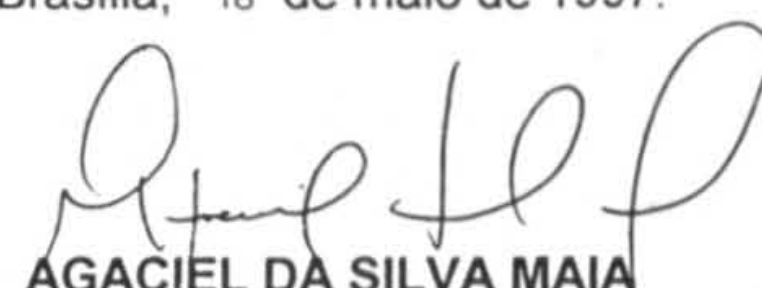

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.350, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar **LINDOMAR MARIA DA CONCEIÇÃO**, matrícula 2249-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno** de trabalho, a partir de **05/05/97**.

Brasília, 16 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.351, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar IZAÚ MACHADO DA NÓBREGA, matrícula 1450-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de 15/04/97.

Brasília, 16 de maio de 1997

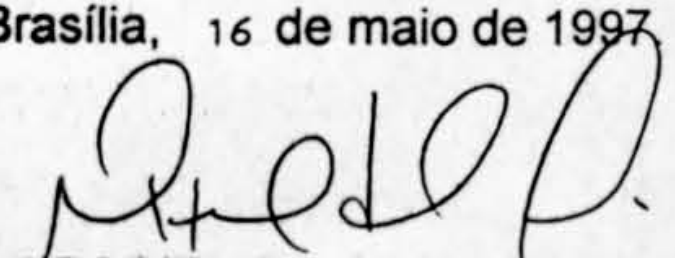

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.352, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar EDILSON VALLE XAVIER, matrícula 2244-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, da Subsecretaria de Suprimento de Matérias Primas, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Brasília, 16 de maio de 1997

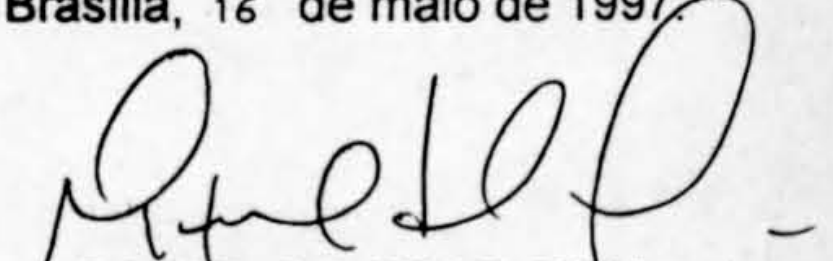

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.353, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, RESOLVE:

Designar EDILSON VALLE XAVIER, matrícula 2244-SEEP, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, da Subsecretaria de Suprimento de Matérias Primas, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno de trabalho.

Brasília, 16 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.354, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar JOANA DARCK PEREIRA DO NASCIMENTO, matrícula 1859-SEEP, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno de trabalho, a partir de 05/05/97.

Brasília, 16 de maio de 1997

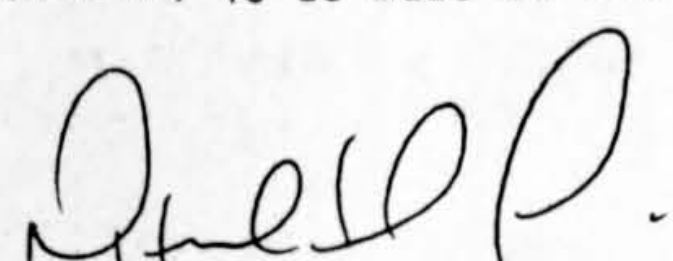

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.355, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6186/97-1,

RESOLVE dispensar a servidora JANETE MARIA NEMETALA GOMES, matrícula 1159, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1997, e lotá-la no Gabinete do Senador Júlio Campos a partir da mesma data.

Senado Federal, 16 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.356, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6186/97-1,

RESOLVE designar a servidora JANETE MARIA NEMETALA GOMES, matrícula 1159, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Júlio Campos, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1997.

Senado Federal, 16 de maio de 1997.

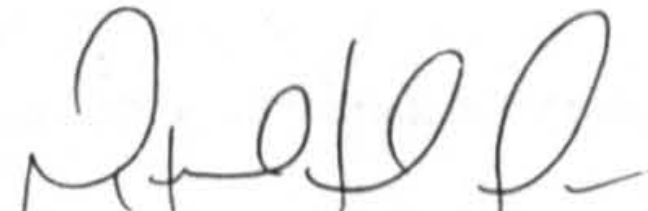

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.357, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6979/97-1,

RESOLVE dispensar a servidora LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO, matrícula 3439, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 28 de abril de 1997, e lotá-la no Gabinete da Terceira Secretaria a partir da mesma data.

Senado Federal, 16 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.358, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6979/97-1,

RESOLVE designar a servidora LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO, matrícula 3439, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 28 de abril de 1997.

Senado Federal, 16 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução-SF nº 9, de 1997, Resolve APOSTILAR o fundamento legal do Ato nº 393/94, publicado no DCN, Seção II, de 28-12-94, que aposentou o servidor VALBERTO DE AZEVEDO DANTAS, matrícula 0087, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para excluir a

vantagem do artigo 193, da Lei 8.112/90 e incluir as vantagens previstas na Resolução-SF nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, em 16 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução-SF nº 9, de 1997, Resolve APOSTILAR o fundamento legal do Ato nº 373/94, publicado no DCN, Seção II, de 13-12-94, alterado pelo Ato nº 153/95, publicado no DCN, Seção II, de 21-3-95, que aposentou o servidor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula 0617, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para excluir a vantagem do artigo 193, da Lei 8.112/90 e incluir as vantagens previstas na Resolução-SF nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, em 16 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução-SF nº 9, de 1997, Resolve APOSTILAR o fundamento legal do Ato nº 394/94, publicado no DCN, Seção II, de 28-12-94, que aposentou a servidora MAGNA REGINA MOHN FRANÇA, matrícula 2116, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para excluir a vantagem do artigo 193, § 1º, da Lei 8.112/90 e incluir as vantagens previstas na Resolução-SF nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, em 16 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

-

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|--------------|----------------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 | 1-ROMERO JUCÁ | RR-2111/12 |
| VILSON KLEINÜBING | SC-2041/42 | 2-HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/86 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 3-JOSÉ BIANCO | RO2231/32 |
| BELLO PARGA | MA-3069/70 | 4-ÉLCIO ALVARES | ES-3130/31 |
| FREITAS NETO | PI-2131/32 | 5-EDISON LOBÃO | MA-2311/12 |
| ODACIR SOARES | RO-3218/20 | 6-JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 | 7-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 | 8 JÚLIO CAMPOS | MT-4064/65 |
| PMDB | | | |
| GILVAM BORGES | AP-2151/52 | 1-JADER BARBALHO | PA-3041/43 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| NEY SUASSUNA | PB-1145/1245 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 | 4-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 |
| CARLOS BEZERRA | MT-2291/92 | 5-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/22 | 6-CASILDO MALDANER | SC-2141/42 |
| VAGO | | 7-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| PSDB | | | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12 | 1-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 |
| COUTINHO JORGE | PA-1026/1226 | 2-BENI VERAS | CE-3242/43 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/62 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| JOSÉ SERRA | SP-2351/52 | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/82 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 5-SÉRGIO MACHADO | CE- 2281/85 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPLYCY - PT | SP-3213/15 | 1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB | SE-2201/02 |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 | 3- ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE- 2391/92 | 4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |
| PPB | | | |
| ESPERIDIÃO AMIN | SC-4200/06 | 1-EPITACIO CAFETEIRA | MA-1402/11 |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 2-LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/77 |
| PTB | | | |
| JOSÉ EDUARDO VIEIRA | PR-4059/60 | 1-VALMIR CAMPELO | DF-1046/1146 |

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada : em 13-05-97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

| | | | |
|-----------------|--------------|----------------------|------------|
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 | 1-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 | 2-JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/57 | 3-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| BELLO PARGA | MA-3069/72 | 4-JÚLIO CAMPOS | MT-4064/65 |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/17 | 5-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/17 | 6-BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 |
| ODACIR SOARES | RO-1031/1129 | 7-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| VAGO | | 8-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| VAGO | | 9-VAGO | |

PMDB

| | | | |
|------------------|--------------|-------------------|------------|
| CARLOS BEZERRA | MT- 2291/97 | 1-JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 |
| GILVAM BORGES | AP-2151/57 | 2- VAGO | |
| JOÃO FRANÇA | RR-3067/4078 | 3-ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 4-JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/97 | 5-RENAN CALHEIROS | AL-2261/70 |
| NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 | 6-VAGO | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 7-VAGO | |
| VAGO | | 8-VAGO | |

PSDB

| | | | |
|---------------------|------------|-------------------|--------------|
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 1-ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/37 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 2-BENI VERAS | CE-1149 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-SERGIO MACHADO | CE-2281/87 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 4-COUTINHO JORGE | PA-1026/1226 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/16 | 5-JEFFERSON PERES | AM-2061/67 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|------------------------|------------|---------------------------|--------------|
| BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 | 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/97 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 | 2-LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/47 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 | 3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |
| SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 | 4-ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------|------------|
| ERNANDES AMORIM | RO-2051/57 | 1-EPITÁCIO CAFETERIA | MA-4073/74 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/76 | 2-ESPERIDIÃO AMIN | SC-4200/06 |

PTB

| | | | |
|----------------|--------------|--------------------|------------|
| VALMIR CAMPELO | DF-1248/1348 | 1-EMILIA FERNANDES | RS-2331/37 |
|----------------|--------------|--------------------|------------|

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------|------------|
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/80 | 1-ÉLCIO ALVARES | ES-3130/32 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/17 | 2-ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 | 3-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-GUILHERME PALMEIRA | AL-3234/47 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 | 5-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 | 6-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/52 | 7-ODACIR SOARES | RO-3218/20 |

PMDB

| | | | |
|-----------------|--------------|--------------------|--------------|
| IRIS REZENDE | GO-2031/37 | 1-JADER BARBALHO | PA-3051/53 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 2-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 | 3-CARLOS BEZERRA | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/27 | 4-CASILDO MALDANER | SC-2141/47 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/32 | 5-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/2467 |
| RENAN CALHEIROS | AL-2261/2267 | 6-GILVAM BORGES | AP-2151/52 |

PSDB

| | | | |
|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | 1-SERGIO MACHADO | CE-2284/87 |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2121/24 | 2-JOSÉ SERRA | SP-2351/52 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/17 |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 4-ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/36 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|----------------------------|------------|-------------------------|------------|
| ANTONIO C. VALADARES - PSB | SE-2201/04 | 1-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 |
| ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2241/47 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/97 | 3-MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------|--------------|
| ESPERIDIÃO AMIN | SC-4206/07 | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 2-LEOMAR QUINTANILHA | TO-2073/74 |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|------------------|--------------|
| REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/27 | 1-VALMIR CAMPELO | DF-1248/1348 |
|------------------|------------|------------------|--------------|

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|---------------------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| JÚLIO CAMPOS | MT-4064/65 | 1-BERNARDO CABRAL | AM-2081/82 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/87 | 2-VILSON KLEINÜBING | SC-2041/42 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 3-EDISON LOBÃO | MA-2311/46 |
| ÉLCIO ALVARES | ES-3130/32 | 4- FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 5-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 |
| VAGO | | 6-JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 |
| VAGO | | 7-WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 |
| VAGO | | 8-VAGO | |
| PMDB | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 1-RAMEZ TEBET | MS-2222/23 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 | 3-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 | 4-NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 |
| JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 | 5-RENAN CALHEIROS | AL-2261/2267 |
| JOÃO FRANÇA | RR-3067/68 | 6-IRIS REZENDE | GO-2031/32 |
| VAGO | | 7-VAGO | |
| PSDB | | | |
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/32 | 1-JEFFERSON PERES | AM-2061/62 |
| COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 | 2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2121/22 |
| SERGIO MACHADO | CE-2281/82 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 | 4-CARLOS WILSON | PE-2451/52 |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 5-JOSÉ SERRA | SP-2351/52 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 1-BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/72 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/82 | 2-ANTONIO C. VALADARES PSB | SE-2201/07 |
| SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 | 3-VAGO | |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-4229/30 | 4-VAGO | |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-ESPERIDIÃO AMIN | SC-1123/1223 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/72 | 2-ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 |
| PTB | | | |
| EMILIA FERNANDES | RS-2331/32 | 1-REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/22 |

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|---------------------------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 | 1-ODACIR SOARES | RO-3218/19 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | 2-FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 |
| JÚLIO CAMPOS | MT-4064/65 | 3-VAGO | |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | | |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | | |
| PMDB | | | |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/50 | 1-GILVAM BORGES | AP-2151/57 |
| NEY SUASSUNA | PB-4345/46 | 2-JOÃO FRANÇA | RR-3067/4078 |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/40 | | |
| JADER BARBALHO | PA-2441/42 | | |
| VAGO | | | |
| PSDB | | | |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2121/24 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-COUTINHO JORGE | PA-1026/1226 |
| JOSÉ SERRA | SP-2351/52 | | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3213/15 | 1-BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 |
| VAGO | | | |
| PPB | | | |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-ERNANDES AMORIM | RO-2051/57 |
| PTB | | | |
| VALMIR CAMPELO | DF-1248/1348 | | |

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---------------------------------------|---------------|------------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| FREITAS NETO | PI-2131/2137 | 1- JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/3174 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/2367 | 2- JONAS PINHEIRO | MT-2271/2277 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/2117 | 3- GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/3247 |
| VILSON KLEINÜBING | SC-2041/2047 | 4- WALDECK ORNELAS | BA-2211/2217 |
| ÉLCIO ALVARES | ES-3130/3132 | 5- JOSÉ ALVES | SE-4055/4057 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/3199 | 6-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| VAGO *1 | | 7-GILBERTO MIRANDA | AM-1166/3104 |
| PMDB | | | |
| NABOR JÚNIOR | AC-1478/1378 | 1-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/2407 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/2097 | 2-RAMEZ TEBET | MS-2221/27 |
| RENAN CALHEIROS | AL-2261/2270 | 2-CARLOS BEZERRA | MT-2291/2297 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/ 3204 | 4-VAGO | |
| IRIS REZENDE | GO-2031/37 | 5-JOSÉ SARNEY | AP-2351/52 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 6- VAGO | |
| PSDB | | | |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/2027 | 1-CARLOS WILSON | PE-2451/2457 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/2017 | 2-COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/2127 |
| JOSÉ SERRA | SP-2351/52 | 4-VAGO *1 | MS-2381/2387 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA PT | SE-2391/2397 | 1-ANTONIO C. VALADARES - PSB | SE-2201/07 |
| VAGO *1 | | 2-EDUARDO SUPLY PT | SP-3212/15 |
| VAGO *1 | | 3-LAURO CAMPOS PT | DF-2341/47 |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-ESPERIDIÃO AMIN | SC-1123/1223 |
| ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 | 2- EPITACIO CAFETEIRA | MA-1411/4073 |
| PTB | | | |
| REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/2327 | 1-EMILIA FERNANDES | RS-2331/37 |

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

| | | | |
|--------------------|------------|---------------------|------------|
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/99 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/79 | 2-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 | 3-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/57 | 5-VILSON KLEINÜBING | SC-2041/47 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 | 6-VAGO | |

PMDB

| | | | |
|------------------|------------|--------------------|--------------|
| JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/41 | 2-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/31 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 4-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 5-IRIS REZENDE | GO-2031/37 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|-------------------------|------------|
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/36 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/27 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|-------------------------|------------|------------------------|------------|
| BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 | 1-EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3215/16 |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-3188/89 | 2-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 |
| ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/62 | 3-MARINA SILVA-PT | AC-2181/82 |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|-------------|--------------|
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2171/72 | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
|--------------------|------------|-------------|--------------|

PTB

| | | | |
|------------------|------------|--------------------|--------------|
| EMILIA FERNANDES | RS-2331/34 | 1-REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/2321 |
|------------------|------------|--------------------|--------------|

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 03/04/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

| SENADORES | | | DEPUTADOS | | |
|--------------------|-------------|-------------------|----------------------------------|-------------|--------------------|
| Titulares . | | Suplentes | Titulares | | Suplentes |
| José Fogaça | PMDB | Marluce Pinto (1) | Bloco Parlamentar PFL/PTB | | |
| Casildo Maldaner | | Roberto Requião | Luciano Pizzatto | | Antônio Ueno |
| Vilson Kleinübing | PFL | Joel de Hollanda | Paulo Bornhausen | | José Carlos Vieira |
| Romero Jucá | | Júlio Campos | | PMDB | Elias Abrahão |
| Lúdio Coelho | PSDB | Geraldo Melo | Paulo Ritzel | | Rivaldo Macari |
| Esperidião Amin | PPB | | Valdir Colatto | | Yeda Crusius |
| Emília Fernandes | PTB | | Franco Montoro | | João Pizzolatti |
| Osmar Dias(2) | PP | | Fetter Júnior(3.4) | | Augustinho Freitas |
| | PT | Benedita da Silva | Dilceu Sperafico | | Luiz Mainardi |
| | | Eduardo Suplicy | Miguel Rossetto | | |
| | | Lauro Campos | | | |

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

| DESTINATÁRIO | | | |
|------------------------|---------|------|-------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| CEP: | Cidade: | UF: | País: |
| Fones: | | Fax: | |
| Quantidade solicitada: | | | |

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|--|------------|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R\$ 31,00 |
| Porte de Correio | R\$ 96,60 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R\$ 127,60 |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|--|------------|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R\$ 62,00 |
| Porte de Correio | R\$ 193,20 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R\$ 255,20 |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS